A MODERNIDADE NO DISCURSO POLÍTICO:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GOVERNO JK EM MINAS GERAIS

Maria Elisabete Gontijo Dos Santos
Maria Beatriz Gontijo Dos Santos

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Escola do Legislativo
Núcleo de Estudos e Pesquisas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESCOLA DO LEGISLATIVO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

MARIA ELISABETE GONTIJO DOS SANTOS
MARIA BEATRIZ GONTIJO DOS SANTOS

A MODERNIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GOVERNO JK EM MINAS GERAIS

MESA DA ALMG

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente

Deputado José Henrique
1º-Vice-Presidente

Deputado Hely Tarqüínio
2º-Vice-Presidente

Deputado Adelmo Carneiro Leão
3º-Vice-Presidente

Deputado Dilzon Melo
1º-Secretário

Deputado Neider Moreira
2º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa

FICHA TÉCNICA

Publicação da ALMG / Escola do Legislativo

Autoria e organização
Maria Elisabete Gontijo dos Santos
Maria Beatriz Gontijo dos Santos

Edição:
Celeno Ivanovo

Revisão técnica e de conteúdo:
Maria Regina Mata Machado Coelho

Revisão de texto:
Gerência de Publicidade e Comunicação Visual

Produção:
Gerência de Publicidade e Comunicação Visual

Projeto gráfico, capa e editoração:
Mariana G. Guglielmelli

Fontes fotográficas:
- Museu Histórico Abílio Barreto
- Acervo Jornal Estado de Minas
- Gerência de Documentação e Informação da ALMG

S237m Santos, Maria Elisabete Gontijo dos.
A modernidade no discurso político: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais / Maria Elisabete Gontijo dos Santos, Maria Beatriz Gontijo dos Santos. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2013.
336 p.: il.

Relatório de pesquisa realizada para o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

1. Minas Gerais – Política e governo (1951-1955). 2. Discurso político – Minas Gerais. 3. Kubitschek, Juscelino, Governador de Minas Gerais – Governo. 4. Minas Gerais. Assembleia Legislativa. I. Santos, Maria Beatriz Gontijo dos. II. Título.

CDU: 32(815.1)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ESCOLA DO LEGISLATIVO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS

MARIA ELISABETE GONTIJO DOS SANTOS
MARIA BEATRIZ GONTIJO DOS SANTOS

A MODERNIDADE NO DISCURSO POLÍTICO: A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GOVERNO JK EM MINAS GERAIS

Belo Horizonte Minas Gerais | 2013

RESUMO

A pesquisa analisa a forma como foi implantada a proposta de modernização apresentada pelo governo Juscelino Kubitschek em Minas Gerais, no período de 1951 a 1955, e seus diversos significados para aquela sociedade essencialmente agrária, como se configurava o Estado à época. Por meio da análise dos discursos parlamentares realizados na Assembleia Legislativa mineira e outros documentos históricos, procuramos verificar, entre outros aspectos, o sentido da modernidade diante do tradicionalismo então dominante, o quadro político e social na qual essa se instalava, as relações entre os atores políticos e entre o Governo e o Parlamento.

SUMÁRIO

RESUMO

AGRADECIMENTOS 9

APRESENTAÇÃO 11

PARTE 1: A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GOVERNO JK EM MINAS GERAIS

Maria Elisabete Gontijo dos Santos

1. Introdução 17
2. O ambiente social e econômico: Minas Gerais em 1950 21
3. O ambiente político nacional 26
4. A política mineira 31
5. Perfis: os deputados da 2ª Legislatura e o governador 41
6. Legislativo: o funcionamento da Assembleia Legislativa em 1951 62
7. Executivo: a modernidade no governo JK 69
8. A relação entre Legislativo e Executivo em 1951 85
9. Conclusão 95

Bibliografia 100

FOTOS 104

PARTE 2: O EMBATE NO DISCURSO POLÍTICO

Maria Beatriz Gontijo dos Santos

1. Introdução 127
2. Pressupostos teóricos da Análise do Discurso 131
3. As condições da produção discursiva 142
   - 3.1 O lugar do discurso: Minas Gerais 144
   - 3.2 O tempo – a modernidade ainda que tardia 146

3.3 Os sujeitos discursivos 155
3.3.1 O governador JK 156
3.3.2 Os deputados à Assembleia Legislativa 160
3.4 As cenas de enunciação 164
3.4.1 Nas ondas do rádio 166
3.4.2 O Plenário da Assembleia Legislativa 170
4. O embate discursivo 171
4.1 Os pronunciamentos do governador 174
4.1.1 Descrição gramatical 175
4.1.2 Análise semântica 178
4.1.3 Conteúdo 182
4.1.4 Estratégias discursivas 196
4.1.5 Formações discursivas 200
4.1.6 "O futuro promissor" – um discurso-modelo de JK 201
4.1.7 Conclusão 219
4.2 Os pronunciamentos dos parlamentares 222
4.2.1 Conteúdo 223
4.2.2 Interdiscursividade 257
4.2.3 Estratégias discursivas 261
4.2.4 Descrição gramatical 287
4.2.5 Análise semântica 295
4.2.6 Ata da reunião de 16 de maio de 1951 302
4.2.7 A "nau sem rumo"– um discurso-modelo da oposição 310
4.2.8 Formações discursivas 321
4.2.9 Conclusão 324
5. Conclusão 327
Bibliografia 330
AUTORAS 335

AGRADECIMENTOS

Para a realização desse trabalho recebemos a valiosa e inestimável contribuição de vários colaboradores, aos quais agradecemos sinceramente a atenção e o cuidado com que atenderam as nossas solicitações. Em especial, agradecemos aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, que, pacientemente e com extremo cuidado no manuseio dos originais, já bastante danificados, produziram as mais de 1300 cópias xerografadas do jornal oficial da Assembleia Legislativa de 1951 e que constituíram a principal base de informações para as nossas análises.

Estamos gratas ao Museu Histórico Abílio Barreto pela gentileza de ceder importantes fotos de seu rico acervo. À Maria Regina da Mata Machado Coelho, pelo longo e minucioso trabalho de revisão de nosso texto, manifestamos nossa gratidão. Ao Jornal Estado de Minas, em especial a Eduardo Ambrósio Lacerda, do Gedoc/Estado de Minas, pelo importante trabalho de pesquisa e coleta da maioria das fotos contidas nessa publicação.

Agradecemos aos colegas da Gerência de Documentação e Informação da ALMG pelo seu esforço em levantar e identificar fotos dos deputados de 1951 nos arquivos da Casa e, principalmente, por terem resgatado, para o nosso trabalho, uma foto rara do prédio da ALMG, na forma como se apresentava no período estudado.

Aos colegas da Escola do Legislativo da ALMG, que direta e indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa, nossos sinceros agradecimentos pelo constante incentivo, paciência e dedicação ao longo da realização de nosso trabalho.

Maria Elisabete Gontijo Dos Santos
Maria Beatriz Gontijo Dos Santos

APRESENTAÇÃO

Nos anos da década de 1950, o Brasil vivenciou momentos de intensos debates políticos, propiciados pelas regras políticas instituídas pela Constituição de 1946, que permitiram ampla organização partidária e eleições livres. Nesse contexto, processos de modernização foram implantados a partir de confrontos políticos significativos entre forças conservadoras e modernizadoras, como os verificados durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República (1956-1961).

Essa situação tinha se repetido anteriormente quando JK ocupou o governo de Minas Gerais (1951-1955), época em que implantou um intenso programa que visava, essencialmente, a recuperação e a modernização econômica do estado. Com a economia de base agrária e a maioria da população vivendo no campo, o poder político estadual representava essencialmente os interesses conservadores dominantes.

Para implantar seus projetos voltados para a modernização produtiva, relacionados basicamente com a industrialização e o transporte rodoviário, o governador contava com o apoio de grupos políticos conservadores de base tradicional agrária. Mas, por outro lado, enfrentava uma oposição aguerrida, que rejeitava visceralmente as suas propostas. Os embates ocorreram ao longo de todo o seu governo, que, apesar dos entraves políticos, conseguiu implantar grande parte dos projetos. A forma como essas

forças políticas receberam as novas propostas e como foram travados os embates ideológicos constituem o tema essencial dessa pesquisa.

Conforme previsto no projeto, os discursos proferidos pelos deputados no Plenário da Casa durante o governo Juscelino Kubitschek compõem a principal fonte documental utilizada pela pesquisa. Para tanto, foi feito um levantamento do material disponível na Biblioteca da ALMG, em que a íntegra dos discursos poderia ser encontrada. Esses documentos eram arquivados em atas, as quais, após a aprovação do Plenário, eram publicadas integralmente no Diário do Legislativo, que compunha as edições do jornal oficial Minas Gerais. Devido ao incêndio ocorrido no prédio da ALMG, em 1959, quando grande parte do acervo foi destruída, incluindo-se a documentação referente ao período 1951-1955, o material foi acessado a partir de cópias xerografadas do jornal oficial.

O período pesquisado foi o ano de 1951, quando o governador JK encaminhou seus principais projetos para exame do Legislativo. Do trabalho de consulta, seleção e reprodução dos jornais foram obtidas em torno de 1.300 páginas cópias referentes às edições de fevereiro a dezembro de 1951 do Diário do Legislativo. Para a elaboração da pesquisa, foram, ainda, consultados diversos outros documentos, entre os quais destacamos: a legislação mineira editada em 1951, consultada no *site* www.almg.gov.br; o Regimento Interno da ALMG e suas alterações em vigor na Legislatura de 1951; mensagens do governador à Assembleia Legislativa entre 1952 e 1953; palestras radiofônicas realizadas por JK em 1951 e 1952, publicadas pela Imprensa Oficial em 1953; cópia datilografada do depoimento de Juscelino Kubitschek, realizado em 1974, pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas; as memórias

de JK publicadas no livro Meu Caminho para Brasília; depoimentos dos deputados Pio Canedo, Fabrício Soares e Oscar Dias Corrêa, publicados pela coleção Memória Política de Minas, da ALMG; o depoimento de Tancredo Neves, publicado no livro Tancredo Neves: a trajetória de um liberal; e o Dicionário Bibliográfico de Minas Gerais, publicado pela Assembleia Legislativa.

Apresentamos uma leitura dos discursos dos parlamentares proferidos no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 1951, e dos discursos do governador do Estado, Juscelino Kubitschek, transmitidos pelo rádio, no mesmo período, com o objetivo de examinar a ressonância ideológica do discurso desenvolvimentista do governador nos pronunciamentos parlamentares e levantar as formações discursivas nas quais eles se inserem.

Procuramos, assim, desvendar o sentido dos pronunciamentos, levando em conta, de um lado, os aspectos sociohistóricos: a situação espacial e temporal de Minas Gerais em 1951; os atores participantes, os deputados estaduais e o governador do Estado; e as cenas de enunciação, o Plenário da Assembleia e a transmissão radiofônica. Por outro lado, são levantados os fatores linguísticos dos discursos: conteúdo, composição, descrição gramatical, análise semântica, estratégias discursivas e formações discursivas; além de apresentar uma análise completa de dois discursos modelos.

Esta pesquisa apresenta, portanto, duas partes distintas: na primeira, tratamos de descrever o funcionamento de alguns aspectos do Legislativo e do Executivo, como as propostas de governo, o perfil dos deputados e a base regimental da ALMG; na segunda parte está o estudo relativo às análises dos discursos.

PARTE 1.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GOVERNO JK EM MINAS GERAIS

Maria Elisabete Gontijo dos Santos

_1. INTRODUÇÃO

Os anos JK na Presidência da República e no governo de Minas Gerais foram marcados por profundas mudanças nas estruturas econômica e social do País. A modernização pela via exclusiva da industrialização era vista como a solução dos grandes problemas nacionais e, portanto, como o caminho para a superação do "atraso" do Brasil em relação às nações mais desenvolvidas da época. Essas eram vistas como o modelo a ser seguido, não apenas no aspecto econômico, mas também como modelo de civilização. Por outro lado, a vida rural, então dominante, simbolizava o retrato do atraso e da estagnação.

Essa visão fundamentava o discurso juscelinista e orientava o seu plano de desenvolvimento executado em Minas com o sugestivo nome de Binômio: Energia e Estrada. Posteriormente, já na Presidência da República, adotou o Plano de Metas, também baseado nesses aspectos.

Seus dois governos ao longo da década de 1950, como governador e presidente, podem ser caracterizados como um dos períodos mais ricos da história brasileira no século XX, pelas grandes transformações econômicas, sociais e

culturais ocorridas no período, e têm sido objeto de estudos e análises diversas. Em Minas, JK executou um arrojado projeto de eletrificação e transportes, dando início à chamada modernização, que consistiu, basicamente, na transformação do Estado de base essencialmente rural em uma sociedade urbana e industrial.

O processo de modernização das sociedades pré-industriais tem-se constituído como um dos temas principais das ciências sociais nas últimas décadas. Karl Polany (1980) e E. P. Thompson (1963), entre outros autores, mostraram, em suas obras, a profundidade das mudanças provocadas pela adoção das formas capitalistas de produção, da industrialização e da urbanização acelerada sobre a vida das populações de sociedades agrárias.

No Brasil e, em especial, em Minas Gerais, os poderes públicos tiveram importante papel na formação e na consolidação do processo de modernização. O elemento central da política era a via da industrialização "a qualquer custo", conforme afirmou o próprio JK. Para tanto, grandes investimentos estatais foram realizados para garantir a implementação de projetos industriais privados nacionais ou estrangeiros, tais como o suprimento energético e os meios de transporte.

Na perspectiva política, a década de 1950 se caracterizou por uma relativa autonomia entre os Poderes da República, de tal forma que a ação partidária das oposições se fazia aberta e intensamente, o que tornavam necessárias intensas negociações entre os representantes dos Poderes na sustentação das propostas oriundas do Executivo. Os impasses decorrentes dessa situação foram constantes ao longo da vigência plena da Constituição de 1946, o que

desembocava em crises recorrentes, culminadas no golpe de 1964, que significou a supremacia do Executivo sobre os demais Poderes e da União sobre os outros entes federativos.

A política mineira, logo após a redemocratização, exigia também intensas negociações para que o Executivo conseguisse aprovar os projetos de seu interesse. O embate na Assembleia Legislativa na legislatura anterior tinha sido duro, o que prometia se repetir no período 1951-1954. Outro complicador para o governador era o fato de ser sustentado por um grupo político conservador, agrário, elitista e bem distante das propostas modernizantes que apresentava. Por isso, para implementar seus projetos de modernização, Juscelino Kubitschek optou pela criação de uma administração "paralela", isto é, formada basicamente por pessoal técnico, que tinha considerável autonomia diante das questões relacionadas à chamada "classe política".

Segundo avaliação corrente entre estudiosos, esses técnicos elaboravam os planos de governo e os executavam, enquanto partidos, lideranças e deputados estaduais passavam ao largo dessas questões. Se essa é uma avaliação correta, de que tratava, então, a política partidária mineira e como se posicionava, ou não, diante das propostas do Executivo? Para responder à questão, focalizamos nossa análise na ação partidária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de forma a avaliarmos os impactos das propostas do governador em 1951 sobre os deputados. Avaliações dessa natureza, além de sua importância histórica, permitem-nos compreender melhor a natureza da ação legislativa, dos elementos e interesses que a compõem, sua relação com os demais poderes e, em especial, seu comportamento em momentos críticos e de forte tensão. O distan-

ciamento histórico, por outro lado, dá-nos a vantagem de verificarmos os resultados dos embates para a vida política nacional e para a sociedade como um todo.

No capítulo inicial dessa primeira parte procuramos configurar a ambiência econômica e social do estado de Minas Gerais, que passava por um grave momento de estagnação econômica. Alguns dados são apresentados nesse sentido, mas a maior parte da análise parte da própria visão do candidato e governador Juscelino Kubitschek. Observa-se que, até a sua candidatura, era limitado o engajamento de partidos e lideranças na defesa de propostas políticas claras para a superação da crise, mesmo com o esforço do governo Milton Campos (1947-1951) em apresentar um plano voltado para a recuperação econômica do estado. Na prática, as questões sociais e econômicas não eram prioridades da pauta da política partidária da época.

Apresentadas nos capítulos iniciais, os ambientes políticos nacional e estadual são tratados, principalmente, a partir da estruturação dos partidos, identificação das principais lideranças, posicionamento nas eleições de 1950 e papel desempenhado no momento histórico analisado.

Para a elaboração do perfil dos deputados de 1951, apresentado no Cap. 4, utilizou-se basicamente o Dicionário Bibliográfico de Minas Gerais, além de fontes adicionais. Com essas informações foi construída uma base de dados, cujo tratamento estatístico e cuja análise estão apresentados no capítulo referente a esse tema.

O capítulo 5 apresenta as normas de funcionamento da ALMG no período analisado, elaborado com base no Re-

gimento Interno em vigor à época. Já a descrição do governo JK e de suas propostas, encontrada no capítulo 6, baseia-se, em parte, em estudo anterior elaborado pela autora. No último capítulo, buscamos um aprofundamento das questões levantadas ao longo do trabalho e a apresentação das conclusões mais relevantes.

_2. O AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO: MINAS GERAIS EM 1950

Em 1950, Minas Gerais tinha uma população de 7.782.788 habitantes, dos quais 5.459.273 habitavam as áreas rurais. A maior parte da população urbana vivia também em cidades com forte influência rural, essas eram pequenas cidades, vilas e povoados vinculados à economia agrária e relativamente isolados, pois havia grandes deficiências nos meios de transporte e de comunicação em todo o Estado.

População por situação de domicílio. Brasil e Minas Gerais. 1950

População por situação de domicílio – 1950	Total	Rural	%
Brasil	51.944.397	33.161.506	63,8
Minas Gerais	7.782.188	5.459.273	70,2

Fonte: www.ibge.gov.br 21/3/06

Com grande parte de sua população vivendo nas zonas rurais e uma economia agrária com fortes sinais de esgotamento, Minas Gerais passava por um considerável esvaziamento populacional. Grandes levas de mineiros se

dirigiam para os centros urbanos mais desenvolvidos do Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, e para a nova fronteira agrícola do Paraná.

Desde o século XIX, a cafeicultura predominava economicamente no Estado. No setor agrícola, outras culturas também se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais. A primeira fase de industrialização ocorreu com a prosperidade trazida pelo café na Zona da Mata. As principais indústrias daí originárias eram de pequeno e médio portes e estavam concentradas nos ramos de produtos alimentícios, como laticínios e açúcar, têxteis e siderúrgicos. Essa produção estava voltada em grande parte para o consumo local.

O predomínio da cafeicultura começou a se alterar a partir de 1930, com a produção siderúrgica e o crescente aproveitamento dos recursos minerais. No processo de substituição de importações, na década de 1950, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia. Contribuiu fortemente para essa nova realidade o empenho governamental na expansão da infraestrutura – sobretudo na área de energia e transportes (INDI, 2006).

Em 1950, os principais meios de transporte utilizados em Minas Gerais eram os trens da Rede Mineira de Viação, a navegação fluvial, limitada basicamente ao Rio São Francisco, e os chamados "caminhos de serviço", que eram as precaríssimas estradas de terra utilizadas basicamente por tropas de burros, carros de boi, carroças, etc. Rodovias em Minas Gerais, como de resto em quase em todo o Brasil, eram raras, não possuíam asfalto e apresentavam péssimas condições.

Segundo avaliações da época, e adotadas pelo próprio JK em seus discursos, as regiões mineiras – Sul, Triângulo, Norte, Mata, Nordeste e Noroeste – viviam desintegradas entre si; pois não havia no Estado um centro polarizador que pudesse exercer alguma atração sobre elas. Por isso, cada uma se comunicava mais com os estados limítrofes do que com a Capital e com as outras regiões de Minas.

A crise no setor rural da economia mineira era, de fato, a grande questão econômica da época. Apresentada em mensagem de 1951 aos deputados da Assembleia Legislativa, o governador avaliava que essa crise era o resultado da forma como se dava a exploração dos recursos naturais no campo:

> "... entre os anos 1920 e 1947 a queda do rendimento por unidade de área representara um prejuízo de 33% na renda *per capita* do homem do campo, queda atribuída geralmente ao caráter migratório da agricultura, causado pelo empobrecimento gradativo dos solos aráveis, submetidos a uma exploração predatória por ruinosos meios de trabalho. A exaustão do solo provocara a ampliação dos espaços vazios de exploração agrária e a da população rural" (OLIVEIRA, 1953, p. 261).

Nessa mesma mensagem, JK citava, ainda, a "alarmante devastação de nossas essências florestais", as crises no abastecimento, o "atraso" em geral, a falta de capital para investimentos, a "exploração irracional do solo". Em suas análises, a pobreza das regiões, o "marasmo", o desânimo, a falta de iniciativa dos poderes públicos, o desolamento vivido pelas comunidades do interior eram temas recorrentes.

A partir dessas considerações, o governador Juscelino questionava a chamada "vocação agrícola" do Estado e buscava outros caminhos para a recuperação econômi-

ca. Tentativas para a industrialização já vinham ocorrendo desde a década anterior com a criação da Cidade Industrial de Contagem. Porém, problemas de infraestrutura, como a falta de energia, vinham inviabilizando a instalação de empresas, de forma que, em 1951, não mais do que 16 empresas, em quase dez anos de existência, funcionavam no local.

De fato, a energia era um grande problema. No final dos anos 1940, mais de 93% de toda a energia utilizada em Minas Gerais provinham da lenha e do carvão vegetal. A energia elétrica disponível era reduzida e dispersa em 416 microusinas espalhadas pelo território. Muitas empresas industriais e de mineração instalavam o seu próprio sistema energético; e motores a diesel eram utilizados para iluminar algumas cidades.

O café declinante e a irrisória produção industrial, aliados às deficiências na arrecadação de impostos, contribuíam para uma paralisia geral na economia estadual. Algumas iniciativas governamentais e de particulares adotadas até então não deram o resultado esperado: a Companhia Siderúrgica Nacional foi para Volta Redonda; a fábrica de aviões de Lagoa Santa não decolou; e uma fábrica de alumínio foi paralisada por falta de maquinaria. O relativo fracasso da Cidade Industrial de Contagem, criada no governo Benedito Valadares (1933-45), e a construção da Usina do Gafanhoto, que também não apresentou os resultados esperados, deveram-se, segundo Clélio Campolina Diniz, à

> "ausência de mercados consumidores em suas proximidades e à precariedade dos transportes para os maiores centros urbanos do País" (DINIZ, 1981).

Em 1947, o governo Milton Campos (1947-1951) elaborou o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que propunha medidas voltadas para superação da crise econômica vivida por Minas Gerais. O plano, que optava pela via da industrialização, dava ao setor público um papel primordial na promoção do crescimento. No entanto, não chegou a ser executado durante a gestão desse governador, mas foi aproveitado em muitos aspectos pelo governo JK, no seu plano denominado "Binômio: Energia e Estrada".

Esses planos tinham por objetivo implantar, na sociedade mineira, sob o comando do poder instituído, os padrões de consumo e de produtividade equivalentes aos vigentes nos países industriais (ALMG, 1989: 231). No período de Valadares a JK, esboça-se e consolida-se, em Minas, um modelo de capitalismo de Estado, gerenciado por uma tecnoburocracia formada por um grupo seleto oriundo da Escola de Minas de Ouro Preto. Reunido, inicialmente, na Secretaria de Agricultura, depois em empresas públicas – Cemig, BDMG, Indi – tinha por objetivo negociar com o governo federal e com empresas estrangeiras o desenvolvimento econômico mineiro. De seu trabalho, resultou a implantação de grandes empreendimentos no Estado ao longo das décadas seguintes, como Cemig, Usiminas, Mannesmman, Furnas, Três Marias, entre outros, os quais promoveram, em pouco mais de uma década, uma considerável mudança no perfil econômico e populacional do Estado.

Mas na década de 1940, o chamado subdesenvolvimento econômico e o esgotamento agrícola deixavam Minas Gerais com um grande atraso relativamente a São Paulo e outros estados, e a emigração continuava ascendente.

A própria equipe de Milton Campos, na elaboração de seu diagnóstico da economia mineira, em 1947, concluíra que em Minas Gerais operava-se "um longo processo de esgotamento, reduzindo populações rurais e urbanas aos termos de profunda miséria" (Minas Gerais, 1947, pg.7). Para completar o quadro desanimador, a falta de recursos do erário estadual para investimentos era crônica, como afirmara o ex-governador Benedito Valadares, esse vivia "sem contabilidade regular, sem estatística, sem crédito" (Ribeiro, 2006). Não havia também condições políticas para alterar essa situação das finanças públicas pela melhoria dos sistemas de cobrança.

_3. O AMBIENTE POLÍTICO NACIONAL

_A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Promulgada em 18 de setembro, a Constituição Federal de 1946 estabeleceu um novo quadro político de caráter liberal-democrático, embora mantivesse em alguns pontos o modelo corporativo estabelecido pelo Estado Novo, em especial àqueles referentes à organização dos trabalhadores.

Nesse ordenamento constitucional, o Brasil foi definido como uma república federativa com três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O presidente da República seria eleito por voto direto e secreto por um período de cinco anos; o Legislativo, exercido pelo Congresso Na-

cional, era composto do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Para a eleição dos deputados à Câmara, foi adotado o princípio da representação proporcional, em que cada grupo de 150 mil habitantes elegeria um representante. Quando esse número chegasse a 20 deputados, o critério passaria para 250 mil habitantes. Para o Senado, eram eleitos três representantes para cada Estado da União.

O voto era direito e obrigação de todos os brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos. O voto feminino foi estendido a todas as mulheres e não apenas àquelas que exercessem a função pública remunerada, como estabelecia a Constituição de 1934.

_O QUADRO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NACIONAL

Com a edição do Ato Adicional à Carta de 1937, por Getúlio Vargas, em 28 de fevereiro de 1945, foi aberto o processo para a formação de novos partidos e a realização de eleições, nesse mesmo ano, para presidente da República e Assembleia Constituinte. No ano seguinte, foram realizadas as eleições estaduais.

Assim, em 1945, surgem os partidos que vão dominar a cena política nacional até 1964: PSD, UDN e PTB. O primeiro, criado em junho daquele ano, foi formado a partir da própria máquina burocrática do Estado, por iniciativa de Getúlio Vargas e seus interventores estaduais. A UDN, constituída em abril, aglutinou os adversários do regime getulista, em especial os remanescentes dos antigos partidos estaduais. Já o PTB, criado em setembro, foi uma articulação incentivada pelo próprio Getúlio para aglutinar sindicatos e trabalhadores urbanos.

Outros partidos também se organizaram naquele período. O Partido Comunista de volta à legalidade, lança candidato à Presidência da República, tornando-se o quarto partido mais eleito no País, com importante representação no então Distrito Federal e em São Paulo. No entanto, em maio de 1947, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o partido voltou a ter o seu registro cassado.

Principais partidos políticos brasileiros	
Nomes	Siglas
Partido Democrata Cristão	PDC
Partido Libertador	PL
Partido Orientador Trabalhista	POT
Partido Republicano	PR
Partido de Representação Popular	PRP
Partido Socialista Brasileiro	PSB
Partido Social Democrático	PSD
Partido Social Progressista	PSP
Partido Social Trabalhista	PST
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Partido Trabalhista Nacional	PTN
União Democrática Nacional	UDN

Fonte: ALERJ, 2012

Surgiram, ainda, outros partidos de força eleitoral apenas em alguns estados mais relevantes no cenário político nacional. Em São Paulo, Ademar de Barros, ex-interventor, eleito governador em 1947, funda o Partido Social Progressista (PSP). Sem um programa ideologicamente definido, o PSP se torna um partido voltado para o próprio Ademar.

O Partido Republicano – PR – foi fundado, em 1945, pelo ex-presidente Artur Bernardes, seu líder máximo, em

1945, com base no Partido Republicano Mineiro. Refletia as posições tradicionais da velha política clientelística que vigorou no País até a Revolução de 1930. Em franco declínio na década de 1950, sua base eleitoral estava concentrada em Minas Gerais.

O Partido de Representação Popular – PRP – surgiu sob a Ação Integralista Brasileira, da década de 1930, e tinha orientação ideológica baseada no fascismo europeu. Seu principal líder, Plínio Salgado, se candidatou à presidência da república em 1955, e sua base eleitoral se concentrava nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

O Partido Socialista Brasileiro – PSB – era antigetulista e tinha como lideranças nomes como João Mangabeira e Hermes Lima. Sua pequena base eleitoral estava concentrada em São Paulo.

O Partido Democrata Cristão – PDC – tinha como base os movimentos políticos ligados à igreja católica, com apoio eleitoral concentrado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, se colocava como alternativa às esquerdas comunistas. Sua ação evoluía rapidamente entre jovens, ação comunitária, setores operários e dentro de ligas camponesas. Em 1960, já era o 5º partido nacional (FLEISCHER, 1981).

O Partido Social Trabalhista – PST – era aglutinação de dissidências do PTB, do PR pernambucano e do PSD em alguns estados. Esteve sob o comando de político tradicional de Alagoas, Sylvestre Péricles e, posteriormente, a direção passa para um industrial paulista. Como o PST, o Partido Trabalhista Nacional – PTN – também tinha uma forte base eleitoral concentrada em São Paulo (FLEISCHER, 1981).

O Partido Libertador – PL – tinha suas bases eleitorais principalmente no Rio Grande do Sul e na Bahia. O Partido Orientador Trabalhista – POT – existiu de 16 de junho de 1945 a 12 de outubro de 1951. A partir de então, foi extinto pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque não teria preenchido exigências do Código Eleitoral (ALERJ, 2012).

_AS ELEIÇÕES NACIONAIS DE 1950

O PSD, por manobra do presidente Dutra, lança o quase desconhecido político mineiro Cristiano Machado. Sem o apoio da maioria dos chefes do PSD, Cristiano recebeu apenas 21,5% dos votos; mesmo em Minas ficou em 3º lugar. Foi desse episódio que surgiu o termo "cristianizar", muito usado na época.

A UDN lançou candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes, que recebeu, entre outros apoios, o dos antigos integralistas. Recebeu 29,7% do total dos votos nacionais. Venceu em Minas por pequena margem.

Sem o apoio de Dutra (1946-1950), que adotou uma política econômica de caráter liberal em seu governo, Getúlio se candidata à presidência nas eleições de 1950, pelo PTB, com o apoio velado ou aberto de uma importante parcela dos chefes do PSD de Minas e de outros estados. Em São Paulo, conseguiu o apoio do PRP de Ademar, que era odiado pela UDN, e, em Pernambuco, conseguiu o apoio da UDN estadual. No resultado final da eleição, realizada em 3 de outubro de 1950, Getúlio ficou com 48,7% do total de votos e, em Minas, terra do candidato do PSD, ficou em 2º lugar.

Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951, tendo sua eleição questionada pela UDN, que alegava a necessidade

da maioria absoluta de votos. Como essa exigência não estava prevista pela legislação em vigor, não obteve sucesso em seu pleito. A partir dessa época, a UDN passa, cada vez mais, a contestar resultados eleitorais ou exigir a intervenção das Forças Armadas na vida política nacional.

_4. A POLÍTICA MINEIRA

Apesar de garantidas constitucionalmente, as relações políticas de caráter liberal e democrático não se efetivavam no País. O que funcionava, na prática, era o autoritarismo truculento de nossas elites, que se sobrepunha ao modelo formal da democracia e que se utilizava de todo tipo de expediente, legal ou violento, para se manter no poder. O jogo político era um jogo de elites, que afetava apenas indiretamente o restante da sociedade civil.

Nesse aspecto, as questões políticas que perpassavam os grandes partidos no período imediatamente posterior à Constituição de 1946 poderiam ser vistas como "projeções de conflitos personalistas entre determinados grupos burocráticos e sociais que se digladiavam surdamente sob a ditadura estadonovista" (ALMG, 1989: 229).

A interpretação corrente é que, naquele quadro, os partidos se organizaram a partir do posicionamento diante do governo Vargas e seus interventores. O chamado "bloco

dos de dentro" era composto daqueles que participaram da ditadura getulista: burocracia do Estado, políticos, interventores, representantes dos proprietários de terra, a nova elite industrial, alguns banqueiros. Além deles, as burocracias sindical e previdenciária e o ainda exíguo operariado urbano formavam a base do apoio popular dos "de dentro", que se encontravam organizados basicamente em torno de dois partidos: o PSD e o PTB.

O bloco dos "de fora", por seu turno, era basicamente composto de políticos, advogados, alguns segmentos das classes média e alta sem acesso ao "miolo" do poder de base getulista, setores financeiros menos ligados ao governo, a grande imprensa e representantes dos proprietários de terra. Estes se organizaram principalmente em torno da UDN (ALMG, 1989: 230).

Mesmo com o considerável alargamento de sua base social e política, pela incorporação de novos setores e categorias sociais na vida política do País, o Estado "autoritário e corporativista a partir dos anos 1930 continuou praticamente intacto ao longo do período 1945-1964, tendo inclusive se reforçado nele suas características centralizantes e intervencionistas. (...) O sistema partidário e a aliança nele hegemônica (o esquema PSD-PTB, imbatível até 1960) foram como prolongamentos políticos do Estado Novo" (ALMG, 1989: 230).

Devido a fatores históricos diversos, em Minas Gerais, os grupos políticos tinham algumas características próprias. Pela tradição, que remonta ao período colonial, os cargos públicos eram quase que exclusivamente destinados a membros de um grupo restrito de famílias. De tal forma que o corpo político e administrativo do Estado era recrutado, na

sua esmagadora maioria, entre os filhos de grandes famílias "governamentais" de Minas. Essa situação provocou, ao longo do tempo, uma profunda ligação entre os interesses da administração pública e os interesses privados desses grupos. Tão zelosos do controle que exerciam sobre a política estadual que nem a Independência, nem a República, conseguiram romper significativamente com a tradição.

Com a Revolução de 1930, esboça-se alguma alteração nesse quadro, mas é no período da redemocratização que novos grupos começam a atuar na arena política. Apesar de pequena, a força política dos industriais e de outros grupos patronais urbanos, por um lado, e, por outro, de organizações, partidos e sindicatos dos trabalhadores urbanos começa a alterar o quadro político. Mas, nas áreas rurais, o coronelismo continuou forte, controlando as eleições, os cargos da administração pública e a vida política do Estado. Nesse quadro, os trabalhadores rurais sequer podiam pensar em ter representação própria ou qualquer nível de organização que pudesse atuar na defesa de seus interesses.

_A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1947

Com a nova ordem constitucional nacional de 1946, procedeu-se à formulação, nos estados, de suas respectivas constituições. A Constituição mineira foi votada em um clima político agitado. A UDN, com o apoio de uma dissidência do PSD, detinha o Palácio da Liberdade, mas a maioria dos constituintes era do PSD. Nessa situação, "a maioria pessedista tendia naturalmente à autoafirmação e à autodefesa do Poder Legislativo ante o Poder Executivo, cujo titular não pertencia aos quadros do PSD" (ALMG, 1989: 250). Por isso, era mais rígida e detalhista em alguns aspectos do que a Constituição Federal, como

na exigência de aprovação prévia na nomeação de interventores, nos prazos para fiscalização de contas, nas condições para o veto, na exigência de envio à Assembleia, por parte dos secretários de Estado, de relatórios trimestrais para exame dos deputados, entre outras condições.

A Carta mineira de 1947 é considerada um pouco mais avançada do que sua predecessora. A Constituição de 1935 não cuidava de questões econômicas, principalmente aquelas voltadas para o crescimento ou promoção da atividade industrial ou da infraestrutura. O que havia, até então, era apenas a realidade de uma sociedade tipicamente agrária e oligárquica. Em 1947, esses temas começam a surgir como preocupação política. Porém, a nova constituição não chega a inovar em relação ao que já havia na carta anterior sobre a ordem econômica e social e sobre direitos e garantias fundamentais.

_OS PARTIDOS POLÍTICOS MINEIROS EM 1950

O Estado tinha partidos de expressão nacional e grandes lideranças. Seu papel no quadro político nacional era dos mais relevantes. O estilo "conciliador" da política mineira e suas "velhas raposas" faziam escola no País. De Minas surgiu a ala mais francamente contrária ao populismo, aglutinada na UDN, com lideranças como Magalhães Pinto, Milton Campos, Pedro Aleixo e Bilac Pinto. A ala mais conservadora e "coronelista" do PSD também estava em Minas. Mas, por outro lado, foi do Estado que saíram as principais lideranças do desenvolvimentismo e da modernidade: JK, Gustavo Capanema, Negrão de Lima, José Maria de Alkmin, Tancredo Neves, todos do PSD.

No final da década de 1940, no Estado, havia quatro partidos considerados grandes -– PSD, UDN, PTB e PR – e outros

pequenos, que se posicionavam nas mesmas categorias no âmbito nacional: os "de dentro", do varguismo, e os "de fora". O PSD mineiro foi uma das maiores forças partidárias nacionais. Segundo levantamento realizado pela CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, desse partido saíram:

> ... um presidente da República (Juscelino), um vice-presidente (José Maria Alkmin), um primeiro-ministro (Tancredo Neves), um presidente da Câmara dos Deputados (Carlos Luz), o presidente da Assembleia Nacional Constituinte (Melo Viana), três líderes da Maioria na Câmara (Tancredo, Gustavo Capanema e Alkmin), um Presidente do PSD (Benedito Valadares), um candidato derrotado à presidência da República (Cristiano Machado), além de 12 ministros dos governos do período 1945-1964 (FJV/CPDOC, 2005).

No âmbito do Estado, o PSD elegeu governadores em 1950, 1955 e 1965. Por causa de suas dissidências internas, perdeu para a UDN duas eleições: a de 1947, devido à ação de Carlos Luz em prol de Milton Campos; e a de 1960, quando José Maria Alkmin apoiou o udenista Magalhães Pinto.

Em Minas, o estilo do PSD de fazer política era único, próprio, que fez história. Suas características eram: "prudência, moderação, habilidade, respeito à autoridade constituída, gosto pela negociação e pela conciliação. Conversas ao pé do ouvido foram traços marcantes de um tipo único de político no Brasil: o pessedista mineiro, cujos exemplos mais apurados foram José Maria Alkmin e Benedito Valadares" (CPDOC, 2005). Nas décadas seguintes, essas imagens passaram a representar não apenas o PSD do Estado, mas também o próprio político mineiro em geral.

Entre os demais partidos, destacava-se o tradicional Partido Republicano – PR –, formado em torno da liderança de Artur Bernardes, partido de base nacional, mas que se manteve como força significativa apenas em Minas Gerais.

Na política mineira, esse partido funcionava como uma espécie de fiel da balança entre os dois maiores partidos. Já o PTB mineiro, segundo alguns analistas, teria atuado como "linha auxiliar" do PSD, apesar de algumas tentativas emancipatórias provocadas por Lúcio Bittencourt e Santiago Dantas. O PSP era outro partido populista e de projeção ainda menor do que o PTB.

Diante da aliança PSD-PTB, formou-se a UDN, antipopulista e antivarguista, reunindo grupos socioeconômicos e ideológicos de alguma forma prejudicados pelo modelo populista de desenvolvimento. Nela se incluíam bachareis do curso de Direito, intelectuais, burocratas, membros das Forças Armadas, classe média tradicional urbana e rural e importantes grupos políticos marginalizados pelo Estado Novo, em especial remanescentes do coronelismo. Rejeitava visceralmente o populismo e o desenvolvimento de um capitalismo de Estado, mas também não aceitava o *laissez-faire* ou o *New Deal*.

Como outros partidos, a UDN também tinha suas tendências específicas: Milton Campos, Alberto Deodato, Pedro Aleixo e Afonso Arinos formavam o grupo dos liberais históricos. Gabriel Passos representava a linha nacionalista do partido, já Magalhães Pinto era da chamada ala "realista". Bilac Pinto e Oscar Dias Corrêa integravam, juntamente com a UDN carioca, a famosa "Banda de Música", e expressavam o anticomunismo mais radical e a oposição mais visceral a Getúlio Vargas e depois a JK. José Bonifácio de Andrada era um adepto das práticas "coronelistas" na política local, além de defender uma aliança com os militares. José Aparecido e seu grupo formavam a vanguarda udenista denominada "Bossa Nova".

Nas eleições majoritárias no Estado, Milton Campos foi eleito governador em 1947, em aliança com dissidência do PSD,

petebistas e comunistas. Em 1960, a UDN retoma o poder estadual com Magalhães Pinto, que derrotou o pessedista Tancredo Neves.

Após o golpe militar de 1964, alguns udenistas mineiros tiveram posição de destaque na política estadual e nacional, embora fossem obscuros deputados antes de 1964. Alguns desses foram Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira (CPDOC, 2005).

Em sua atuação nacional, a UDN perdeu três eleições presidenciais consecutivas: 1945, 1950 e 1955. Perdeu, ainda as eleições para vice-presidente nas eleições de 1950, 1955 e 1960. Apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960, que renunciou após nove meses de mandato. Atuou diretamente no movimento militar de 1964 para a derrubada do governo do petebista João Goulart. Na Câmara dos Deputados, nunca conseguiu a maioria e, a partir de 1962, perdeu o segundo lugar para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A UDN também nunca conseguiu ser majoritária nos maiores colégios eleitorais do País: no Rio de Janeiro enfrentava o PTB e em, São Paulo, perdia para os partidos populistas de Ademar de Barros e Jânio Quadros (CPDOC, 2005).

_AS ELEIÇÕES DE 1950 EM MINAS GERAIS

Em 3 de outubro de 1950, ocorreram as eleições para todos os cargos eletivos do País: presidente e vice-presidente da República, deputado federal e senador, governador, deputado estadual, distrital e de território, prefeito, vice-prefeito e vereadores. Para o Senado, a eleição era de um senador por Estado e pelo Distrito Federal, para renovação de um terço da sua composição.

A redemocratização trouxe, em 1945, a exclusividade da apresentação dos candidatos pelos partidos políticos. Candidaturas avulsas eram admitidas até 1930, mas, na edição do Decreto-Lei nº 7.586, de 1945, os partidos obtiveram o monopólio da indicação dos candidatos. Como resultado, há uma explosão de partidos em todo o País. Só em Minas Gerais, para as eleições de 1947, havia 10 partidos registrados.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, com 1.936.222 eleitores, Minas Gerais era o segundo maior eleitorado brasileiro da época. O primeiro concentrava-se em São Paulo, que tinha pouco mais de dois milhões de eleitores.

Percentual de Eleitores em Minas Gerais e no Brasil – 1950

	População	Eleitores	% Eleitores
MG	7.782.188	1.936.691	24,89
BR	51.888.765	11.446.462	22,06

Fonte: LEEX-IUPERJ

Para o governo do Estado, dois candidatos se apresentaram: Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela coligação PSD/PR; e Gabriel Rezende Passos, pela coligação UDN/PDC. À época, a eleição para a vice-governança era desvinculada da eleição para governador, de forma que a contagem dos votos era separada. Clóvis Salgado, pela primeira coligação, e Pedro Aleixo, pela segunda. Com o resultado final, o PSD retoma o poder em Minas.

Votos Apurados para Governador na Eleição de Minas Gerais – 1950

Candidatos/ Votos	Nº Votos
Juscelino Kubitschek de Oliveira PR-PSD (eleito)	714.664
Gabriel Rezende Passos PDC-UDN	544.086

Votos nominais	1.258.750
Votos Brancos	50.712
Votos Nulos	25.582
Comparecimento	1.335.044
Abstenção	601.647
Eleitorado	1.936.691

Fonte: TRE/MG

Votos Apurados para Vice-Governador na Eleição de Minas Gerais – 1950

Candidatos	Nº Votos
Clóvis Salgado Gama – PR-PSD (eleito)	676.914
Pedro Aleixo – PDC-UDN	520.956
Votos nominais	1.197.870
Votos Brancos	108.538
Votos Nulos	28.636
Comparecimento	1.335.044
Abstenção	601.647
Eleitorado	1.936.691

Fonte: TRE/MG

Nas eleições para a Assembleia Legislativa, dez partidos lançaram candidatos: PSD, UDN, PTB, PR, PTN, PDC, PRP, PSP, PST e POT. O PSD, com mais de 370 mil votos, foi o partido que recebeu o maior número de sufrágios, seguido de perto pela UDN, que obteve cerca de 347 mil votos.

O PTB, embora considerado em Minas Gerais um partido de pouca expressão, obteve 162.765. Esse número superou o obtido pelo tradicional PR, que ficou em 4º lugar na preferência do eleitorado. Com mais de 73 mil votos, o PTN foi o quinto partido em votação, seguido pelo PDC,

aliado da UDN, recebeu cerca de 42 mil votos. A legenda com menor representação foi a do Partido Orientador Trabalhista, com menos de quatro mil votos, e foi a única a não eleger deputado nessa legislatura.

O PSD, com 22 deputados, e a UDN, com 21 eleitos, eram os maiores partidos na Assembleia. Ao eleger 10 deputados, o PTB tornou-se um importante partido no apoio ao governador JK, apesar de não ter composto a coligação que o elegeu, como o PR, que obteve nove candidatos eleitos. Entre os pequenos, o PTN elegeu quatro deputados; o PRP e o PDC, este aliado da UDN, elegeram dois representantes. O PSP e o PST elegeram um deputado em suas legendas.

Resultado das votações segundo as Legendas para a Assembleia Legislativa – Eleições de 3 de outubro de 1950 – MG

Votação por partido			
1	Partido Social Democrático – PSD	370.956	29,84
2	União Democrática Nacional – UDN	347.743	27,98
3	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	162.765	13,09
4	Partido Republicano – PR	156.325	12,58
5	Partido Trabalhista Nacional – PTN	73.662	5,93
6	Partido Democrata Cristão – PDC	42.531	3,42
7	Partido De Representação Popular – PRP	35.311	2,84
8	Partido Social Progressista – PSP	31.867	2,56
9	Partido Social Trabalhista – PST	18.090	1,46
10	Partido Orientador Trabalhista – POT*	3.555	0,29
	TOTAL	1.242.805	100,00

Fonte: TRE/MG

*Não elegeu deputado.

_5. PERFIS: OS DEPUTADOS DA 2ª LEGISLATURA E O GOVERNADOR

As instituições políticas modernas baseadas na democracia representativa são diretamente afetadas pelo padrão de recrutamento e pela trajetória política dos membros do Legislativo. A organização interna e a produção legislativa são diretamente afetadas pelo perfil dos deputados e senadores escolhidos pelo eleitorado. Por essa razão que, conforme afirma Fabiano Santos, "a decisão de recrutar e de manter legisladores nos órgãos representativos constitui um dos atos fundamentais da democracia" (SANTOS, 2000:89).

Considerando o escopo desta pesquisa, que analisa os embates entre os Poderes Executivo e o Legislativo no período, verificamos a necessidade de se proceder ao levantamento de informações sobre quem eram os deputados que compunham a Assembleia mineira.

Este capítulo tem por objetivo traçar o perfil sociológico dos deputados eleitos e empossados na 2ª Legislatura mineira, considerando aspectos como origem, escolaridade, atividade profissional, base eleitoral e experiência política.

Os dados referentes a cada um dos parlamentares foram recolhidos basicamente do Dicionário Biográfico de Minas Gerais – Período Republicano: 1889-1991, organizado por Norma de Góes Monteiro. Informações complementares, em alguns casos, foram obtidas em fon-

tes diversas. Esse conjunto de dados compôs um banco próprio, que recebeu tratamento estatístico apresentado neste capítulo.

Segundo a Constituição de 1947, 72 deputados compunham a Assembleia mineira para um período de quatro anos. Na sessão preparatória, em 12 de março de 1951, sob a direção do presidente do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral, foi feita a apresentação dos diplomados e houve a eleição da Mesa, sob escrutínio secreto. O presidente eleito, deputado Ribeiro Pena, assumiu os trabalhos e deu posse aos demais. No dia 15 daquele mesmo mês, em sessão solene, foi instalada a 2ª Legislatura.

Os deputados da 2ª Legislatura, referente ao período de 1951 a 1955, representavam os nove entre os dez partidos políticos que lançaram candidatos ao Legislativo mineiro em 1950. São eles: PSD, UDN, PR, PTN, PTB, PSP, PRP, PDC e PST.

É interessante observar que, à época, houve um grande número de alterações no quadro dos parlamentares. No período de 1951 a 1955, ocorreram 27 trocas de deputados, a maioria por substituição do titular por afastamento, provisório ou definitivo, para que o deputado pudesse ocupar outro cargo público. Em1951, ano objeto de nossa análise, foram pelo menos nove alterações.

Para os objetivos de nossa análise sobre o perfil dos deputados, trabalhamos com a relação de deputados empossados em 1º de fevereiro de 1951, apresentada a seguir. Os asteriscos indicam os deputados que foram substituídos durante o período.

_DEPUTADOS EMPOSSADOS EM 1/2/1951

1. ADOLFO de Moreira PORTELA – PSD
2. AMADEU ANDRADA de L. Rodrigues – UDN
3. Américo Brasil MARTINS da COSTA – PSD
4. ANTÔNIO FRANCO Ribeiro– PTN
5. ANTÔNIO LUNARDI – PTN
6. ANTÔNIO PIMENTA –PSD
7. ARLINDO ZANINI – PTB
8. AUGUSTO Batista de FIGUEIREDO – PSD
9. AUGUSTO COSTA – PSD
10. Aurélio de Albuquerque. Mesquita - CÔNEGO MESQUITA – PR
11. BOLÍVAR DE FREITAS – PR (*)
12. CÂNDIDO Gonçalves ULHOA -PTB
13. Carlos HORTA PEREIRA – UDN
14. CARLOS Martins PRATES – PSD (*)
15. CELSO Arinos MOTTA – PSP
16. CÍCERO DUMONT – PR
17. CORNÉLIO DIAS de Castro – PR (*)
18. CYRO de Aguiar MACIEL – PR
19. DNAR MENDES Ferreira – UDN
20. Edgar G. da MATA MACHADO – UDN
21. EDSON Vieira de REZENDE – PSD
22. EDUARDO LUCAS Pereira Filho – PSD
23. EMILIANO FRANKLIN de Castro – PSD
24. EMÍLIO de VASCONCELOS Costa – PSD
25. ERNANI de Moraes LEMOS –UDN
26. FABRÍCIO SOARES da Silva – UDN
27. FIDELCINO VIANNA de Araújo Filho– UDN
28. FLORIANO SARETI – PSD
29. Francisco de CASTRO PIRES Júnior –PSD
30. GREGORIANO CANEDO – PR
31. HELI Duarte de FIGUEIREDO – PRP
32. HERMELINDO PAIXÃO – PSD
33. ILACIR Pereira LIMA – PTB
34. JOÃO VAZ de Oliveira – PST (*)
35. Joaquim MOREIRA JÚNIOR – PTB

36. JOSÉ ALCINO BICALHO – PTN
37. JOSÉ AUGUSTO Ferreira Filho – PSD
38. JOSÉ CABRAL – UDN
39. JOSÉ CARVALHEIRA Ramos – UDN
40. José CHAVES RIBEIRO – PSD
41. José de MAGALHÃES CARNEIRO – PR
42. JOSÉ GERALDO de Oliveira – PRP
43. JOSÉ GROSSI – UDN
44. José Luiz PINTO COELHO FILHO – PDC
45. José MAURÍCIO DE ANDRADE – PSD
46. JOSÉ RAIMUNDO Soares da Silva – PTB
47. José RIBEIRO PENA – PSD
48. José SOARES DE FIGUEIREDO – PSD
49. JOSÉ VARGAS da Silva – UDN
50. JUAREZ DE SOUZA CARMO – PR
51. LOURIVAL BRASIL Filho – PTN
52. LUIZ MARANHA – PSD
53. MANOEL da Silva COSTA – UDN
54. Manoel FRANÇA CAMPOS – PSD
55. MANOEL TAVEIRA de Souza – UDN
56. CARLOS VAZ de Melo MEGALE – PR (*)
57. MILTON Salomon SALLES – UDN
58. ODILON REZENDE Andrade – UDN
59. OLAVO TOSTES Filho – UDN (*)
60. OSCAR Dias CORRÊA – UDN
61. OSWALDO PIERUCCETTI – UDN
62. OTELINO Ferreira SOL – PSD
63. PAULO CAMPOS Guimarães – UDN (*)
64. Rafael Caio NUNES COELHO – UDN
65. RICARDO Alves PINTO Filho – PDC
66. SÍLVIO de Andrade ABREU – PTB
67. SIMÃO Vianna DA CUNHA Pereira – UDN
68. SYNVAL SIQUEIRA – PTB
69. ÚLTIMO DE CARVALHO – PSD
70. WALDIR LISBÔA – PTB
71. WALDOMIRO Agostinho LOBO – PTB
72. WHADY José NASSIF – PTB

_REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

O PSD conseguiu eleger apenas um deputado a mais do que a UDN; dessa forma, a base de apoio do governo dependia essencialmente do PTB e do PR. Essas eram as grandes forças na Assembleia, que contavam ainda com seis deputados de pequenos partidos: PSP, PRP, PDC e PST.

Quadro 1 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG em 1/2/1951 segundo a filiação partidária e percentual de votos válidos – MG – 1951

Partido	Nº deputados eleitos	% Votos
PSD	22	30,6
UDN	21	29,2
PTB	10	13,9
PR	9	12,5
PTN	4	5,6
PRP	2	2,8
PDC	2	2,8
PSP	1	1,4
PST	1	1,4
TOTAL	72	100,0

Fonte: TRE – MG

A composição das forças políticas estava claramente definida entre os que apoiariam o novo governo (PSD--PTB-PR), com 41 deputados, e os contrários (UDN-PDC) com 23 deputados. Embora não valorizado, por ser um partido de base operária no seio de uma representação profundamente elitista, o PTB se colocou como terceiro partido no Estado, desbancando o velho PR de Artur Bernardes. Como apresentado na parte II dessa publicação, mesmo não tendo composto formalmente a coligação que elegeu o novo governador, o PTB desempenhará um

papel fundamental no apoio às propostas modernizadoras de JK.

Observe-se, ainda, a pequena representatividade do PSP ademarista. Embora o seu líder tivesse uma grande penetração no Estado, o partido não correspondera. O mesmo ocorreu com o PRP do integralista Plínio Salgado, que elegeu apenas dois deputados para a legislatura de 1951.

_ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Dos 72 deputados, apenas 12 não tinham formação de nível superior: cinco tinham o curso médio e um, o fundamental. Para seis deputados não foram obtidas informações suficientes quando à sua formação, no entanto, supõe-se que, dada a relevância da informação, a não indicação no texto do Dicionário Biográfico pode ser interpretada como a ausência do grau superior.

Quadro 2 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1º/2/1951, segundo a formação escolar

Nível de Escolaridade	Nº	%
Superior	60	83,3
Médio	5	6,9
Fundamental	1	1,4
Sem informação	6	8,3
TOTAL	72	100,0

A UDN, como dito à época, era de fato um partido de bacharéis em Direito, pois 19 dos seus 21 deputados eram formados nesse curso. No PSD, havia um equilíbrio entre esses e os formados em medicina. Entre os dez deputados do PTB, havia três formados em Direito, dois em Medici-

na, um em Ciências Contábeis e quatro sem curso superior. O PTB era o partido que detinha a maior proporção de deputados sem curso superior.

Quadro 3 - Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1º/2/1951, segundo a formação acadêmica e o partido de filiação.

Partidos	Direito	Medicina	Outros cursos	Outra situação	Total
PSD	9	9	1	3	22
UDN	19	1	-	1	21
PR	6	1	-	2	9
PTB	3	2	1	4	10
Outros	4	2	2	2	10
Totais	41	15	4	12	72

_ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Dos 41 formados em Direito, 35 exerciam a advocacia. Como era de se esperar, os advogados representavam quase 50% do total dos deputados, fortemente concentrados na UDN. No PSD havia um equilíbrio entre esses e os médicos, cada profissão com nove representantes.

O perfil profissional nos demais partidos era mais diversificado do que os apresentados pela UDN, PSD e PR. Os três operários eleitos eram do PTB, bem como um contador e um jornalista. Entre os industriais, um era do PSD e outro do PTN.

Entre os servidores públicos estão incluídos, além de funcionários de carreira, um tabelião e um oficial da Polícia Militar. Contador, jornalista, professor e sacerdote são as ocupações incluídas na categoria "outra profissão".

Quadro 4 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1/2/1951, segundo a ocupação principal e o partido de filiação.

Partido	Advogado	Médico	Servidor público	Operário	Industrial	Farmacêutico	Fazendeiro	Outra profissão	S/inf.	Total
PSD	7	9	4	-	1	1	-	-	-	22
UDN	17	1	2	-	-	-	1	-	-	21
PR	5	1	-	-	-	-	-	2	1	9
PTB	3	2	-	3	-	-	-	2	-	10
PDC	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outro	2	2	1	-	1	1	1	-	-	8
TOTAL	36	15	7	3	2	2	2	4	1	72
%	50,0	20,8	9,7	4,2	2,8	2,8	2,8	5,5	1,4	100

Em muitos casos, os deputados desenvolviam também outras atividades tão relevantes quanto a definida como principal. Há casos de servidor público de carreira e que também era tabelião; de farmacêutico que também era industrial; um era jornalista, ator e pugilista; outros atuavam como médicos e pecuaristas; advogado, professor e fazendeiro ou advogado e delegado de polícia foram também outras situações observadas. O magistério como segunda atividade aparece em oito casos.

Como levantado por outras pesquisas referentes ao mesmo período histórico com deputados federais (Fleischer, 1979, p.4), aqui também encontramos os predomínio de ocupações relacionadas às profissões jurídicas, de saúde e servidores públicos. Esses tipos tradicionais da velha política clientelista ainda se encontravam fortemente presentes na política partidária estadual. A presença de deputados envolvidos com ocupação jurídica em Minas Gerais chegou a 50% do total, estando presente em todos os partidos. Aliados aos médicos, esses profissionais representavam mais de

70%; com exceção do PDC, todos os partidos tinham também médicos em seus quadros.

A ocupação na agricultura foi considerada por Fleischer uma atividade relevante, dado esse que não encontramos em nossa análise. O que é de se estranhar, pois essa era a atividade fundamental do estado no período. A fraca presença da categoria fazendeiro, apenas dois casos, como atividade principal do deputado pode nos sugerir tanto que os grandes proprietários de terra se utilizavam de outras profissionais para representá-los como também que outros grupos ocupacionais, como advogados e médicos, exerciam concomitantemente a atividade agropecuária. Maiores detalhamentos a essa questão poderão ser obtidos a partir de novas pesquisas.

_REGIÃO DE ORIGEM

Para a construção desses dados, foi utilizada a divisão macrorregional adotada pelo IBGE em 1951, que apresenta importantes variações em relação à divisão atualmente adotada pelos órgãos de planejamento do Estado. O chamado Alto Médio São Francisco corresponde, na atualidade, à Região do Norte de Minas Gerais; os municípios do Campo das Vertentes faziam parte da Região Metalúrgica; e a região denominada Urucuia se refere ao atual Noroeste. Foram obtidos dados sobre a área geográfica de atuação política para apenas 46 deputados.

Quatro deputados não eram nascidos em Minas Gerais, embora aqui atuassem politicamente. Dois vieram de São Paulo e dois da Bahia. Deputados nascidos nas regiões Metalúrgica, Mata e Sul representavam dois terços do total. Cinco regiões não tinham mais do que um represen-

tante nativo em cada uma, e esses vieram do Alto Médio São Francisco, Mucuri, Triângulo, Urucuia e Rio Doce.

Quadro 5 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG em 1º/2/1951, segundo a região de nascimento

Região	Nº deputados	%
Metalúrgica	16	22,2
Mata	14	19,4
Sul	14	19,4
Oeste	6	8,3
Alto Paranaíba	5	6,9
Alto Jequitinhonha	3	4,2
Alto São Francisco	3	4,2
Itacambira	2	2,8
Alto Médio São Francisco	1	1,4
Mucuri	1	1,4
Rio Doce	1	1,4
Triângulo	1	1,4
Urucuia	1	1,4
Outros estados	4	5,6
TOTAL	72	100,0

_EXPERIÊNCIA POLÍTICA FAMILIAR

A experiência familiar no recrutamento da representação política é um importante aspecto a ser observado, pois nos mostra o grau de abertura do Legislativo aos grupos sociais. A forte presença de membros da família atuando na política tende a definir um quadro de recrutamento restrito àquelas famílias que exercem controle sobre suas regiões.

Assim, procuramos identificar quais deputados tinham vivência da política no seio familiar, isto é, se em sua bio-

grafia havia alguma referência a alguma pessoa (avô, pai, tios, irmãos, cunhados) com experiência na política partidária. Como mostra o quadro abaixo, a força da herança familiar é bastante significativa, pois 40% dos deputados tinham, possivelmente, algum membro da família envolvido em atividades de natureza político-partidária.

Quadro 7 – Deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1°/2/1951, segundo a experiência da família na política e o partido de filiação

Partido	Família de políticos		Total
	Sim	Não	
PSD	9	13	22
UDN	9	12	21
PR	4	5	9
PTB	5	5	10
Outros	2	8	10
Total	29	43	72

_EXPERIÊNCIA POLÍTICA PREGRESSA DO DEPUTADO DA LEGISLATURA DE 1951

Esse aspecto pretende traçar o conjunto de experiências vividas pelos deputados eleitos em 1951. Para tanto, foram levantadas informações, com base no Dicionário Biográfico, sobre sua vida pregressa.

Um significativo percentual dos membros da 2ª Legislatura já tinha exercido, antes da eleição, algum cargo não eletivo no Poder Executivo, como funcionário de carreira ou em função de confiança. O grupo com essa experiência representou 29,2% do total, ou seja, 21 deputados tinham essa experiência. Esse dado nos mostra que a participação na administração pública era um im-

portante fator na forma de recrutamento do Legislativo da época.

A participação na Constituinte de 1947, que promulgou a Constituição mineira, foi outro aspecto considerado pela relevância da atividade no momento político de redemocratização do País.

Um total de 25 deputados da 2ª Legislatura entre os 72 eleitos tinham participado como constituintes em 1947 e desses a metade pertencia ao PSD. No PTB, a metade também tinha participado da Constituinte. Na UDN esse número não chegava a seis e, entre os partidos pequenos, nenhum deputado foi constituinte.

Quadro 8 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1º/2/1951, segundo a experiência na Constituinte Estadual de 1947

Partidos	Constituinte	Não constituinte	Total
PSD	12	10	22
UDN	6	15	21
PR	2	7	9
PTB	5	5	10
Outros	-	10	10
TOTAL	25	47	72

O quadro 9 mostra o tipo de atividade desenvolvida pelo deputado antes de sua posse na Assembleia estadual, em 1951. Verifica-se que apenas 18 representantes não atuavam em áreas relacionadas ao Estado, exerciam suas profissões de forma privada e um deputado era membro da Igreja católica. Todos os demais ocupavam cargos públicos como membros eleitos ou nomeados do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Ocupando cargos eletivos (pre-

feito, vereador e deputado estadual) encontravam-se cerca de 55% dos deputados antes da posse, em 1951.

A força do cargo de prefeito para a eleição à Assembleia estadual se mostrou equivalente em todos os partidos. Muitos dos ex-prefeitos tinham sido nomeados durante o Estado Novo. Experiência no Legislativo estadual, em qualquer época anterior a 1950, foi o tipo de experiência política com maior número. Nesse aspecto, destaca-se o PSD, que teve mais de 50% dos representantes oriundos do próprio Legislativo. Já na UDN é mais equilibrada a distribuição em outras categorias: sete eram ex-deputados, cinco vieram de atividades privadas, três eram prefeitos e outros três ocupavam cargos no Executivo estadual, que, aliás, estava sob o controle desse partido. No conjunto dos partidos pequenos é que se observa uma preponderância de deputados oriundos de atividades não governamentais.

Quadro 9 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1°/2/1951, segundo atividade desenvolvida antes da posse

Atividade	Total
Deputado estadual	27
Atividade privada	18
Prefeito	10
Secretário de estado ou cargo de direção superior	6
Funcionário público	3
Vereador	3
Militar	1
Membro da Igreja	1
Membro do MP	1
Direção empresa pública	1
Sem informação	1
TOTAL	72

_CARREIRA POLÍTICA DO DEPUTADO

Esse aspecto pretende observar o conjunto de experiências vividas pelos deputados de 1951 ao longo de sua vida política.Para isso, foram levantadas informações tanto sobre sua vida pregressa quanto ao período posterior a esse cargo, conforme informações obtidas basicamente no Dicionário Biográfico.

Ao longo de toda carreira, pelo menos 19 deputados, em algum momento de suas vidas, ocuparam o cargo de prefeito. Há casos de prefeitos nomeados durante o Estado Novo e um, durante o regime militar.

Quadro 10 – Nº de deputados eleitos e empossados na ALMG em 1º/2/1951 segundo experiência no cargo de prefeito antes e após o mandato

Experiência como prefeito	Nº	%
Ocupou o cargo	19	26,4
Não ocupou o cargo	53	73,6
TOTAL	72	100,0

Quanto à experiência no Legislativo, os quadros 11 e 12 mostram que a maioria dos deputados, ao longo de suas vidas, passou duas vezes ou mais pela Assembleia estadual. A proporção daqueles que ocuparam esse cargo por quatro vezes ou mais chega a quase 30%. Dos 22 deputados do PSD, apenas três nunca se reelegeram, enquanto nos partidos pequenos somente dois conseguiram alguma reeleição em suas vidas. Entre os grandes partidos, apenas a UDN apresentou uma grande proporção de deputados estaduais que ocuparam esse cargo apenas uma vez. Esse dado nos mostra uma pequena renovação no quadro da representação legislativa no Estado.

Quadro 11 – Deputados eleitos e empossados na ALMG em 1º/2/1951 segundo sua experiência como deputado estadual.

Nº de vezes que foi eleito deputado estadual	Nº	%
4 vezes ou mais	21	29,2
3 vezes	20	27,8
2 vezes	10	13,8
Apenas 1 vez	21	29,2
TOTAL	72	100,0

Quadro 12 – Deputados eleitos e empossados na ALMG em 1º/2/1951 segundo sua experiência como deputado estadual e partido de filiação

Partidos	PSD	UDN	PR	PTB	Outros	Total	%
Empossado 1 vez	3	7	2	1	8	21	29,2
Empossado mais de 1 vez	19	14	7	9	2	51	70,8
TOTAL	22	21	9	10	10	72	100%

A experiência posterior do deputado na Câmara dos Deputados pode ser observada no quadro 13, que nos mostra o pouco interesse dos políticos locais em se transferirem para a Capital Federal. Como ideia corrente à época, seguir a carreira política para o Legislativo federal não era um grande objetivo, ao contrário da atuação política no Estado, que tinha grande relevância devido à proximidade com os municípios que compunham a base eleitoral do deputado. Como se vê abaixo, dos 72 deputados em 1951, cerca de 80% não ocuparam cargo na Câmara dos Deputados.

Quadro 13 - Deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1/2/1951, segundo a experiência na Câmara dos Deputados.

Carreira	Nº	%
Não foi deputado federal	57	79,2
Foi deputado federal 3 vezes ou mais	4	5,6
Foi deputado federal 2 vezes	5	6,9
Foi deputado federal 1 vez	7	8,3
TOTAL	72	100,0

Ocupar cargos no Executivo já era uma experiência mais comum nesse grupo de deputados. Mais da metade deles ocupou algum cargo de confiança no Executivo, principalmente estadual, ao longo de suas vidas. O cargo de secretário de Estado foi ocupado por 14 deputados; e o de diretor ou chefe de departamento ou serviço público, por 11. Esses cargos foram ocupados antes ou depois da Legislatura de 1951; mostrando fundamentalmente a relação estreita do deputado com o Poder Executivo estadual.

Quadro 14 – Deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1º/2/1951, segundo a experiência em cargo de confiança no Executivo ao longo de suas vidas

Cargo ocupado no Poder Executivo	Nº	%
Secretário de estado	14	19,4
Diretor / chefe de departamento ou serviço	11	15,3
Chefe de gabinete	1	1,4
Ocupou mais de uma função	3	4,2
Assessor ou representante	2	2,8
Não ocupou cargo de confiança	41	56,9
TOTAL	72	100,0

Ser membro de tribunal era também uma trajetória na carreira dos deputados do período. Dezesseis deles receberam essa nomeação, a maioria foi indicada para o

Tribunal de Contas do Estado e dois foram para o Supremo Tribunal Federal. Desse grupo, 12 vieram do PSD e da UDN, dois eram do PTB, um do PR e um de outro partido.

Quadro 15 – Deputados eleitos e empossados na ALMG, em 1º/2/1951, que se tornaram membros de tribunal segundo a filiação partidária

Partido	N
PSD	6
UDN	6
PR	1
PTB	2
Outros	1
TOTAL	16

Finalmente, é importante registrar que, após o golpe militar de 1964, três deputados da Legislatura de 1951 foram cassados e todos eram do mesmo partido: a UDN.

Essa caracterização geral mostra-nos que os deputados que compunham a 2ª Legislatura apresentavam um perfil bastante homogêneo. O que nos leva a crer que, apesar das acirradas disputadas partidárias, que serão explicitadas na segunda parte desta pesquisa, tratava-se de um grupo político sem grandes distinções, especialmente de formação escolar e experiência política. O PTB era o partido com deputados que mais se distanciavam do perfil geral encontrado.

_O PERFIL DO GOVERNADOR

Juscelino Kubitschek de Oliveira, nascido em Diamantina, região de mineração, ocupou a Prefeitura de Belo Horizonte, no período 1940 a 1945, nomeado por Getúlio Vargas, devido às suas amizades com o interventor no

Estado, Benedito Valadares. Pelo ritmo alucinante que imprimiu às suas obras na Capital mineira, recebeu da população o apelido de "prefeito furacão". Esse apelido já era uma prévia do que faria mais tarde.

Após a experiência na prefeitura, atuou de forma discreta como deputado federal constituinte no período de 1946 a 1950. Ocupando a presidência do PSD mineiro, teve um importante papel na reconciliação do partido, que se encontrava dividido devido ao apoio que alguns dos seus políticos deram ao candidato da UDN nas eleições anteriores.

Eleito governador do Estado de Minas Gerais, ocupou esse cargo de 1951 até o início de 1955, quando renunciou para concorrer às eleições para a presidência da República. Exerce a presidência de 1956 a janeiro de 1961, executando um impressionante programa de governo. Senador da República pelo estado de Goiás, em 1961, teve seu mandato e direitos políticos cassados pelo grupo militar que assumiu o poder em 1964. Morre em 1976, vítima de acidente automobilístico.

Quatro grandes realizações marcaram o governo Kubitschek: o Programa de Metas, a construção de Brasília, a criação da Sudene, em 1959, e a Operação Pan-Americana, proposta apresentada em 1958 ao governo americano que alterou as relações diplimáticas do continente. Essas eram soluções audaciosas e novas para alguns dos problemas fundamentais do País.

O Programa de Metas era o principal instrumento de política econômica do governo e consistia na execução de 30 metas distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Brasília

foi o símbolo mais visível de seu governo, a meta-síntese.

O objetivo do programa era o de "acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras" (BENEVIDES, 1976: 210), segundo a visão liberal desenvolvimentista. Contou com o apoio de importantes intelectuais da época, como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, entre outros. Em alguns setores, o plano alcançou grande sucesso. Os índices de crescimento da economia brasileira daquela época são impressionantes: a produção industrial cresceu de 1957 a 1961, cerca de 80%; a indústria do aço cresceu 100%; a mecânica, 125%; elétrica e de comunicação, 380%; e a de equipamentos de transporte (automobilística e correlata) chegou a 600%. O crescimento brasileiro no período foi três vezes maior do que no resto da América Latina.

Os investimentos públicos foram em grande parte dirigidos para as áreas de transporte (especialmente rodoviário) e produção de energia elétrica. Como ponto negativo, podemos destacar que as metas relacionadas à agricultura e à educação não chegaram a ser executadas.

A Sudene deveu sua criação à necessidade de o governo federal retomar o controle político do Nordeste, região que passava por graves tensões políticas e sociais no campo, segundo avaliação dos técnicos federais.

Em seu conjunto, o governo JK representou uma das fases mais importantes da história brasileira. Aprofundou a intervenção do Estado na economia, que apresentou grande expansão; deu à indústria uma proeminência sobre as demais áreas, especialmente a agricultura, até então dominante; e

provocou a internacionalização dos investimentos, por intermédio das multinacionais que aqui se instalaram com o apoio governamental (IANNI, p. 156).

Paralelamente, a cultura brasileira, também nessa mesma época, passou por notáveis transformações. Desenvolvem-se novas formas de agir e pensar, agora sob a égide da cidade, como universo singular, que se impõe sobre a cultura agrária, até então dominante. Como afirma Otávio Ianni:

> "De fato, nesses anos, a "cultura da cidade", enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar (...) passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 60, já não era possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da 'vocação agrária" do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios" (IANNI,1975:172).

O amálgama político para o programa de Metas foi a motivação "desenvolvimentista" do presidente, que se baseava na premissa de que a solução para o subdesenvolvimento nacional, com todas as suas injustiças sociais e tensões políticas, devia ser a urgente industrialização do País. Assim como para Getúlio Vargas, o conceito de industrialização continha toda a ideia de desenvolvimento ou progresso e era visto como a única solução possível para o País. No conjunto de obras de Juscelino, Brasília, inaugurada em 1960, foi o maior símbolo. Segundo um observador externo, os brasileiros da época "viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil" (SKDIMORE, p. 208). Além de Brasília, o amplo programa de construção de rodovias dava uma enorme visibilidade ao governo. Acredi-

tava-se, entre os grupos políticos do interior apoiadores de JK, que a construção de novas estradas para Brasília abriria terras anteriormente incultas e facilitaria o escoamento no então ineficiente sistema de distribuição de alimentos.

Para execução do seu projeto, Juscelino dava crédito financeiro à chamada "burguesia nacional", enquanto que aos grandes proprietários rurais assegurava o sistema em vigor, isto é, nada propunha em relação à reforma agrária. Já aos trabalhadores urbanos concedia generosos aumentos salariais. Suas propostas recebiam a natural oposição do Rio de Janeiro, pois a cidade perdia a sua condição privilegiada de ser a capital nacional. Mas era com a classe média urbana que o seu governo desenvolvimentista encontrava dificuldades, pois era questionado quanto à corrupção, ao favoritismo político, ao exagero dos projetos e outras acusações que encontravam eco especialmente no seio da grande imprensa e de alguns partidos, em especial da UDN.

O nacionalismo de JK era sustentado, na verdade, mais pela elite administrativa governamental e pelo empresariado do que por qualquer movimento de massa ou plataforma partidária. Tinha um caráter *sui generis*, pois era compatível com a entrada do capital estrangeiro na economia, enquanto o nacionalismo propriamente dito se fundamentava na manutenção de nossa herança cultural (IANNI, p. 213).

Em suas mensagens, JK chamava os brasileiros de "soldados do desenvolvimento", enquanto a industrialização era vista como uma "imperiosa necessidade" e a verdadeira "condição de vida". Segundo o presidente, somente a industrialização proporcionaria trabalho e novas oportunidades para a melhoria do padrão de vida dos brasileiros e:

> "O êxodo rural será um sintoma de progresso se tiver como causa real um aumento de produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos" (JK, in IANNI, p. 183).

Nesse contexto, a construção das estradas exerceu um efeito "mágico" nas mentes dos habitantes das cidades do interior. A construção da Rodovia Belém-Brasília, acompanhada passo a passo pelos meios de comunicação, foi um símbolo da capacidade de realização do governo. Significou também a chegada da civilização ao sertão inóspito, atrasado e selvagem, segundo o governador JK.

_6. LEGISLATIVO: O FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1951

_O REGIMENTO INTERNO DA ALMG

A Constituição mineira de 1947, em seu art. 8º, determinava a duração das sessões legislativas em um período de seis meses, a partir de 15 de junho. Pela Constituição anterior, esse período era de três meses.

Até outubro de 1951, vigorava na Assembleia o regimento instituído pela Resolução nº 2, de 1947. Após esse período, o seu funcionamento seguiu as normas da Resolução nº 28, de 1951, que não trouxe grandes alterações em relação ao anterior e foi o mesmo durante todo o período do governo JK, tendo tido, em 1953, uma pequena alte-

ração na ordem dos debates. Principais alterações desse novo regimento foram a definição da data de instalação em 1º de fevereiro de cada ano e a alteração na denominação de algumas comissões.

_A COMPOSIÇÃO DA MESA EM 1951

A Mesa, integrada pelo presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários, terminava seu mandato na sessão ordinária seguinte, ou seja, renovava-se anualmente. Em 1951, foram eleitos para a Mesa:

Presidente: Ribeiro Pena (PSD)
1º-Vice-Presidente: Cândido Ulhoa (PTB)
2º-Vice-Presidente: Cornélio Dias (PR)
1º-Secretário: Waldir Lisboa (PTB)
2º-Secretário: Cyro Maciel (PR)
3º-Secretário: Heli Figueiredo (PRP)
4º-Secretário: João Vaz (PST)

_AS COMISSÕES

Com regras semelhantes às que seriam adotadas nos anos anteriores, 12 comissões efetivas funcionavam, além das temporárias, que eram as seguintes:

1. Executiva;
2. Constituição, Legislação e Justiça;
3. Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;
4. Agricultura, Indústria e Comércio;
5. Educação e Cultura;
6. Viação e Obras Públicas;
7. Trabalho e Ordem Social;
8. Saúde Pública;
9. Segurança Pública;
10. Assuntos Municipais e Negócios Interestaduais;

11. Redação;
12. Permanente.

A nova ordem regimental, de outubro de 1951, alterou a denominação de algumas dessas comissões, criou a Comissão de Serviço Público Civil e retirou a Comissão Permanente dessa relação.

As comissões tinham cinco membros, exceto a Executiva, integrada pelos membros da Mesa; as de Constituição, Legislação e Justiça e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, com sete membros cada uma e a Permanente, composta de 18 membros eleitos.

Era possível, ainda, a constituição de comissões temporárias ou especiais, internas ou externas, entre elas as comissões de inquérito, que se extinguiam ao final do trabalho a que se destinavam.

Às reuniões das comissões, salvo resolução em contrário, somente eram admitidos os membros da Assembleia e os funcionários em serviço efetivo. Já as sessões de Plenário, em princípio, eram abertas ao público, mas poderiam ser secretas mediante requerimento de deputado, aprovado por maioria.

_A COMISSÃO PERMANENTE

A Comissão Permanente tinha um papel especial. Funcionava apenas no intervalo das sessões, porém esse intervalo era longo. Após a instalação da Assembleia no dia 15 de março, os trabalhos eram suspensos e somente retomados em 15 de junho; durante esse período, apenas a Comissão Permanente atuava.

Em reunião convocada para o dia imediatamente seguinte ao da posse, era eleita a Comissão Permanente e o presidente da Casa. Essa comissão tinha por atribuições, entre outras, elaborar projetos de lei e examinar as propostas de lei de iniciativa popular e das câmaras municipais. Após dez dias do reinício de cada sessão legislativa, o relatório dos trabalhos da Comissão Permanente era submetido ao *referendum* da Casa.

Essa comissão foi tema de um longo e acirrado debate durante o primeiro semestre de 1951. A UDN, embora tivesse aceitado a norma durante o tempo em que o partido ocupou o Palácio da Liberdade no governo Milton Campos, passou a questionar a suspensão dos trabalhos e tentar dar outra interpretação ao Regimento Interno, que permitisse a continuidade dos trabalhos, o que não conseguiu.

Em outubro de 1951, um novo regimento foi votado, mas o longo período de inatividade dos trabalhos legislativos permaneceu o mesmo, mantendo-se a Comissão Permanente em funcionamento durante o recesso.

Em 1951, ente os membros da Comissão Permanente, havia deputado do PSD, da UDN, do PTB, do PR, e dos partidos menores.

_A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

As proposições compreendiam projetos de lei ou de resolução, emendas, indicações, interpelações, requerimentos e pareceres. Projetos de reforma constitucional obedeciam a um processo próprio, eram recebidos com a assinatura de pelo menos um terço dos deputados ou solicitados pela maioria das câmaras municipais.

A tramitação das proposições variava como hoje. A maioria delas exigia apenas uma sessão de discussão, e os projetos de reforma constitucional, dois turnos. Para os projetos de lei previa-se até três discussões. Se aprovado em 1ª discussão, o projeto era remetido à comissão de mérito, para o seu relatório e emendas. Após a leitura desse relatório, procedia-se à 2ª discussão, recebimento de emendas e votação. Caso aprovado, a Casa decidia se o projeto deveria passar à 3ª discussão, quando, então, era novamente enviado à Comissão de Redação para redigi-lo conforme o vencido.

_AS REUNIÕES

Pelo Regimento de 1947, o termo sessão se referia tanto ao funcionamento anual da Assembleia como às suas reuniões. Assim, a sessão legislativa, que teve início em março, ficou interrompida até 15 de junho, quando os trabalhos foram efetivamente retomados, e encerrados em 15 de dezembro.

Já a também chamada sessão legislativa ordinária se referia às reuniões quotidianas. As sessões extraordinárias eram aquelas que funcionavam em dias ou horas diversos das prefixadas para as ordinárias. Além dessas, no início de cada ano, reunia-se a sessão preparatória para a inauguração dos trabalhos legislativos.

O regimento de outubro de 1951 alterou essas denominações, passando a classificar as sessões em ordinárias – aquelas que funcionavam de 15 de junho a 15 de dezembro – e extraordinárias, quando convocadas fora desse período. Já as reuniões, que ocorriam dentro das sessões, foram divididas em preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais.

As principais reuniões deliberativas eram as ordinárias, realizadas nos dias úteis, exceto aos sábados, iniciando seus trabalhos "às 14 horas, pelo relógio da Casa"; e as extraordinárias, realizadas em qualquer dia e hora. Duravam quatro horas, com possibilidade de uma única prorrogação por um período máximo de duas horas.

Todas as reuniões de Plenário eram públicas. Porém, poderiam ser secretas por requerimento de um deputado aprovado por maioria. Era possível, inclusive, a interrupção da reunião pública para que ela fosse transformada em secreta. Nessas situações, todo o recinto era esvaziado, quando eram retirados o público e todos os funcionários. Ao final da reunião secreta, deliberava-se se deveria constar na ata pública os nomes dos requerentes, a matéria versada, o andamento e a solução dada. Dessa forma, era possível a não publicação da reunião.

_A ORDEM DOS TRABALHOS

A primeira hora dos trabalhos iniciava-se com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Aprovada a ata, era feita a leitura dos ofícios do governo, dos tribunais e juízes; eram também lidos os resumos de outros ofícios, representações, petições, memoriais e demais correspondências recebidas pela Assembleia Legislativa. Seguia-se à leitura e apresentação de pareceres, projetos, indicações, comunicações e requerimentos.

Finda a primeira hora da reunião, passava-se à discussão e votação de pareceres, requerimentos, indicações e, depois, à leitura e aprovação de redações finais, "o que não irá além das 16 horas", conforme determinava o regimento.

Finalmente, passava-se à discussão e votação dos projetos incluídos na segunda parte da Ordem do Dia, podendo, ainda, seguir-se à aprovação das redações finais então apresentadas.

A Ordem do Dia, impressa e distribuída a todos os deputados antes da reunião, tinha a seguinte forma:

Primeira Parte

Das 14 às 15 horas.

Leitura e aprovação da ata.

Expediente, inclusive leitura e apresentação de pareceres, projetos, indicações, comunicações, requerimentos e interpelações.

Das 15 às 16 horas.

Discussão e votação de requerimentos, indicações e interpelações. Leitura e aprovação de redações finais.

Segunda Parte

Das 16 às 18 horas.

1ª, 2ª e 3ª discussões de projetos e respectivas votações.

Leitura e aprovação de redações finais."

Essa ordem dos trabalhos poderia ser alterada ou interrompida em casos especiais ou a requerimento aprovado pelo Plenário. Da mesma forma, havia uma preferência estabelecida para a discussão e votação das proposições que, no entanto, podia ser alterada também por deliberação do plenário.

À matéria considerada de urgência eram dispensadas as formalidades legais, exceto as de número, parecer e de interstício entre as discussões. Faltando 20 dias para o encerramento dos trabalhos legislativos, todos os projetos concedendo créditos ao governo eram considerados urgentes.

Entre uma discussão e outra, exigia-se um interstício de 24 horas. Depois de distribuídos os pareceres, o intervalo era de

24 horas para os projetos comuns e 18 para os chamados projetos periódicos. Outros interstícios também eram exigidos.

_OS DEBATES

Os deputados, com exceção do presidente, falavam de pé, da tribuna ou da bancada. Para fundamentar ou discutir projetos, requerimentos e outras proposições, o deputado deveria se inscrever em um livro a isso destinado, o que poderia ser feito previamente. O tempo permitido a cada deputado variava conforme o tipo de proposição, a sequência das discussões e a autoria. Em alguns casos, o deputado poderia falar até duas horas seguidas em uma mesma sessão de discussão.

_7. EXECUTIVO: A MODERNIDADE NO GOVERNO JK[1]

Este capítulo pretende apresentar o que significou para o Estado o governo de Juscelino Kubitschek. Para tanto, alinhamos suas principais propostas de governo e as medidas que adotou para alcançá-las. Procuramos, sempre que possível, destacar os aspectos mais importantes do governo e o ambiente político da época.

Em estudos realizados anteriormente (SANTOS, 2002: 14), observou-se que o governo JK, no Estado, apresentou semelhanças significativas com sua administração na

1 Este capítulo está baseado no artigo de SANTOS (2002). (N. do A.)

presidência. Os pontos em comum dos dois governos são muitos. Os mais importantes podem ser identificados no uso do planejamento como instrumento de ação estatal e no caráter aberto e comunicativo de sua ação política – verdadeira novidade para a época. Enquanto na presidência executou o chamado "Plano de Metas", em Minas Gerais, seu projeto desenvolvimentista recebeu o nome "Binômio: Energia e Transportes". Uma síntese dessa semelhança pode ser observada também na construção de Brasília, criada com o objetivo de ser o polo centralizador nacional. O fortalecimento de Belo Horizonte, como capital de um estado que se figurava um arquipélago, dadas as distâncias e dificuldades de comunicação entre suas diferentes regiões, foi a experiência que posteriormente, seria repetidaem Brasília.

Dessa forma, observamos que o governo JK em Minas pode ser considerado, tanto na elaboração do projeto desenvolvimentista quanto no modo de se fazer política, um estágio, um período probatório, um balão de ensaio de sua trajetória posterior.

_O ESTILO JK

Quando Juscelino Kubitschek se candidatou ao governo do Estado, em 1950, pela coligação PSD/PR, ele mostrou um especial dinamismo e novidades no modo de fazer política. Viajar muito era a tônica: em 56 dias de campanha, visitou 168 municípios, realizou 168 comícios, proferiu 207 discursos e ouviu outros mil. Viajou de avião, de automóvel, de trem de ferro e a cavalo. Com a agilidade permitida pelo avião alugado para a campanha, JK chegou a realizar até dez comícios por dia pelo interior de Minas.
Enquanto viajava para a campanha, seu programa de go-

verno estava sendo elaborado por uma equipe de técnicos liderada por Lucas Lopes. O programa, baseado no plano de recuperação econômica do governo Milton Campos, objetivava estabelecer as estratégias e linhas de ação de JK. Essas eram apresentadas exaustivamente em seus comícios, de tal forma que o eleitor era informado dos seus projetos. Nos discursos, conforme afirma em suas memórias, não economizava na citação de números, dados, estatísticas, fatos, buscando "martelar" na cabeça de seus eleitores – conforme terminologia por ele adotada –, para mostrar a importância da energia e do transporte para a industrialização e o progresso do Estado. Retirar Minas Gerais do período agropastoril e lançá-la na fase de industrialização era a sua principal preocupação, conforme afirmou em suas memórias: "Em conferências, em palestras, em mesas-redondas, em discurso e mesmo em conversa com os amigos, martelaria esse tema... até criar no Estado e principalmente nos círculos políticos, uma consciência coletiva em favor do desenvolvimento estadual" (OLIVEIRA, s/d: 224).

O próprio Juscelino considerava que o uso desse discurso objetivo foi um importante fator para a sua campanha e que esse estilo de se comunicar tinha empolgado a população. Enquanto do outro lado, o seu adversário – o candidato pela UDN, Gabriel Passos, seu concunhado, – utilizava-se ainda de uma retórica doutrinária.

Esse contraste entre um discurso propositivo e objetivo do chefe do Executivo e o discurso doutrinário e evasivo do Legislativo se explicitará quando dos embates em torno das proposições modernizadoras do governo em 1951. Além disso, o próprio "moderno" estilo de governar será também objeto de debates e confrontos na ALMG.

_AS PROPOSTAS DE GOVERNO

Segundo as análises de JK, apesar da falta de perspectivas econômicas, Minas Gerais detinha recursos minerais em condições de serem explorados, como ferro, manganês, alumínio, fosfato, etc. Dispunha, ainda, de um potencial energético considerável devido à abundância de quedas d'água, o que mostrava a possibilidade concreta de resolver o problema da falta de energia. Todos esses fatores indicavam, aos olhos do Governador JK e de sua equipe, que a "redenção" do Estado deveria passar necessariamente pelo caminho da industrialização, desde que garantidas as condições para o seu pleno funcionamento; isto é, se existissem energia farta e barata e um sistema de transporte que sustentasse a produção e a distribuição dos bens. Essa foi a tese por ele defendida ao longo de todo o seu governo, independentemente do fato de que sua sustentação partidária era basicamente constituída de grandes proprietários rurais.

Em sua proposta de governo, a Região Central de Minas receberia, prioritariamente, os benefícios, pois nela se achava concentrada grande parte das reservas minerais. Mas havia também outros motivos. Para JK, Belo Horizonte deveria assumir, como o capital do Estado, o seu papel de centro econômico, político e cultural do chamado "arquipélago de ilhas distantes", expressão por ele utilizada para caracterizar a enorme dispersão populacional e econômica de Minas Gerais. A preocupação com a integração do Estado se refletiria, posteriormente, na construção de Brasília, que deveria também assumir seu papel de centro unificador da Nação.

Essas definições políticas compunham, basicamente, a sua proposta, consubstanciada no plano de governo, que implementou ao longo dos seus quatro anos à frente do governo

de Minas. Denominado "Binômio: Energia e Transporte", essa foi a primeira experiência brasileira de execução de políticas públicas com base no planejamento. Para concretizar suas ideias, mais de 70% de todos os recursos do Estado foram canalizados para execução do plano de governo.

_AS AÇÕES DO GOVERNO

1 – Energia

O feito mais marcante do plano de governo de JK foi a criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952. Empresa *holding* do sistema, englobava as centrais regionais e era a responsável pela execução do programa energético. Elaborou projetos de ampliação da oferta de energia elétrica para um período de 15 anos e participou, posteriormente, da construção de Três Marias e de Furnas.

O financiamento do programa energético se originou do Fundo de Eletrificação, da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica, instituída no governo anterior, de financiamentos externos, principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e de inversões do governo federal. A participação de acionistas particulares também foi utilizada pela subscrição de ações das centrais elétricas criadas.

Nos primeiros anos, os recursos estaduais foram fundamentais para a constituição da Cemig e do plano de eletrificação. No período de 1952 a 1957, mais de 50% dos investimentos realizados pela empresa, correspondentes a Cr$ 2,7 bilhões, originaram-se do próprio Tesouro do Estado (DINIZ, 1981).

Em meados de 1951, no primeiro ano de seu governo, JK ordenava a realização dos estudos para a criação da Usina do Salto Grande do Santo Antônio, o início das obras de Itutinga, a construção da Barragem do Cajuru, a ampliação da Usina de Pai Joaquim e a conclusão da usina de Governador Valadares. O resultado final do plano foi tão positivo que a Cemig tornou-se a empresa de referência nacional e modelo de inspiração para a posterior criação da Eletrobras.

2 – Transporte

O problema do transporte, na perspectiva juscelinista, estava praticamente limitado à construção de rodovias. A base do transporte do Estado, até então, era realizada pela Rede Mineira de Viação (RMV), que, apesar dos seus 3.900 mil km de extensão e dos 3,5 milhões de passageiros transportados, em 1952, foi considerada altamente deficitária e irrecuperável. O governo estadual não tinha interesse em mantê-la, apesar de algumas iniciativas para a modernização da ferrovia. JK, antes mesmo de tomar posse no governo, fechara, em um acordo com Getúlio Vargas, a devolução da RMV à União. O que foi concretizado em agosto de 1953.

A Cia. de Navegação do Rio São Francisco era outro "estorvo" do qual o governador pretendia se livrar. Porém, nesse caso não foi possível a transferência durante o seu governo. O Estado teve que arcar com a manutenção dessa empresa também considerada altamente deficitária.

Juscelino justificava, em mensagem remetida à Assembleia Legislativa, a adoção do transporte rodoviário pelo fato de que as estradas "oferecem campo onde mais diretamente se pode exercer a ação do Estado" e definia a "estrada

como processo de penetração, atingindo áreas menos povoadas e contribuindo para o seu desenvolvimento, nessa função pioneira de desbravamento...". A rodovia era, assim, necessária, "a fim de que Minas rompa o isolamento que, sob certos aspectos, ainda perdura e lhe estorva a natural expansão." O plano rodoviário estabelecia a construção de 16 rodovias-tronco, que se espalhariam como radiais da Capital do Estado. Previa-se, nesse projeto, a construção de 2000 Km e a pavimentação de 500 Km.

Os recursos para a sua execução foram provenientes do próprio Tesouro Estadual, do Fundo Rodoviário Nacional e de parte da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica. Foi também fundamental para a realização do plano o financiamento obtido na França, com a Sociedade Impex, no valor de 20 milhões de dólares, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos para a construção das estradas. Até o governo Juscelino Kubitschek, a grande maioria das estradas estaduais era construída com carroças puxadas a burro, pá e picareta. Porém, com a importação de um grande volume de tratores, retroescavadeiras, caminhões, jipes e picapes, o "sistema seria diferente".

Um extraordinário ritmo foi imposto às obras pelo governador, chamado "o fiscal inflexível", que vistoriava pessoalmente a execução dos projetos. Em outubro de 1951, já eram oito as frentes de trabalho. No final, o resultado do plano rodoviário ficou acima do esperado: 3.725 Km foram construídos, no período de 1951 a 1955, enquanto o plano previa não mais que 2000 Km.

Ao lado dessa intensa ação estatal, no entanto, algumas graves distorções teriam sido criadas na relação do governo com as empresas construtoras contratadas para a exe-

cução das obras. A execução simultânea de diversas obras de porte, a grande inversão de recursos e o ritmo acelerado imposto aos trabalhos podem ter contribuído para o descontrole nos gastos públicos. Segundo Clélio Campolina Diniz, por trás do plano rodoviário foram realizadas grandes "jogadas" financeiras e as empresas envolvidas obtiveram enormes lucros e se superequiparam durante a construção das obras. Esses fatos teriam concorrido para a formação no Estado de grandes empresas do ramo da construção pesada nesse período (DINIZ, 1981).

3 – Industrialização

Para JK, as indústrias até então existentes no Estado, entre outros poucos empreendimentos, configuravam-se como "ilhas de rebeldia desenvolvimentista no mar morto da pasmaceira generalizada" que era Minas Gerais. A Usina Esperança, a Belgo-Mineira, as fábricas de Juiz de Fora eram exemplos que deveriam ser seguidos.

Para alcançar o progresso que almejava, o seu plano de governo tinha por grande objetivo a industrialização da Região Central do Estado. O plano se desenvolveria em duas etapas, inicialmente os projetos de eletrificação e de estradas e, após, a industrialização.

Como não havia capital privado suficiente para se proceder à arrancada para o desenvolvimento, o Estado investiria com seus próprios recursos, especialmente naqueles setores que exigiriam grandes inversões de capital, como a eletrificação.

Minas Gerais enfrentava, ainda, outros problemas que impediam o pleno desenvolvimento de um setor industrial. Segundo JK, havia no Estado uma certa desconfiança e

hostilidade com a iniciativa privada, que se concentrava em São Paulo. Para combater essa dificuldade em receber capitais, o governador procurou criar um clima favorável aos empresários, buscando e oferecendo facilidades para aqueles que se dispusessem a investir no Estado.

A negociação para a instalação da siderúrgica do grupo alemão Mannesmann, no Barreiro, em Belo Horizonte, é um exemplo que mostra como o poder público estadual se esforçava para cativar os empresários, fórmula que se tornou corrente no País em períodos posteriores. Como no Estado não havia capital privado em condições de realizar inversões volumosas na área essencial da siderurgia, o caminho, segundo JK, seria a busca de capital estrangeiro.

As exigências impostas pelo grupo alemão, no entanto, não eram simples. A principal se referia à garantia do suprimento de energia elétrica da ordem de 50 mil kw em três anos, o que correspondia praticamente à metade de todo o consumo do Estado. Mesmo correndo o risco de deixar quase 200 cidades mineiras sem energia, caso o Estado não construísse as usinas necessárias para atender ao compromisso com os alemães, JK firmou o acordo. A pedra fundamental foi colocada em 31 de maio de 1952 e, dois anos após, a siderúrgica foi inaugurada pelo Presidente Getúlio Vargas, em uma de suas últimas aparições públicas, em agosto de 1954.

Apesar do sucesso evidente do Plano "Binômio: Energia e Transporte", da expansão da Cidade Industrial e das facilidades ao capital privado, o resultado imediato foi bem abaixo do esperado. E os mineiros tiveram de esperar ainda um tempo para que a indústria se firmasse na economia estadual.

Mesmo assim, o impacto do programa de JK em Minas foi considerável e com grande repercussão nacional, o que possibilitou ao governador se lançar como o candidato do PSD à presidência da República. A fórmula "energia e transporte" é novamente utilizada como plataforma de campanha e, depois da vitória nas eleições, é praticamente repetida, em âmbito nacional, no Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek.

4 – Política agrícola

Apesar das críticas que recebeu pelo seu possível "descaso" com o campo, o governo JK apresentou e executou algumas propostas voltadas para o desenvolvimento do setor agropecuário, que se encontrava em profunda crise. Sua política buscou a adoção de linhas de ação e tecnologias próximas ao modelo adotado, pela agropecuária norte americana, considerada a mais avançada e moderna da época.

Para usufruir dos benefícios da energia e da estrada, o campo deveria receber também um "condicionamento técnico", conforme afirmava o governador. Em outros termos, deveria ser modernizado, a partir da adoção de maquinário agrícola e tratores, fertilização por adubos, melhoria dos rebanhos, utilização da indústria do "frio" em larga escala, recuperação de áreas por reflorestamentos, modernização dos processos de cultura, concessão de crédito, campanhas educacionais, estudos de laboratório, etc.

Nessa perspectiva, o governo JK promove a vacinação de mais de dois milhões de cabeças de gado; empresta reprodutores a pecuaristas; incentiva o uso de máquinas agrícolas pelo empréstimo dos tratores importados pelo DER;

compra máquinas agrícolas, caminhões, jipes e picapes; mais de 20 mil fazendas são visitadas pelos técnicos agrícolas. Campanhas para análise do solo e o plantio de milhares de mudas de eucaliptos também foram realizados. São fundadas escolas voltadas para a indústria de laticínios, em Três Corações e no Serro, e é remodelada a Fábrica-Escola de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora.

Seus maiores projetos nesse setor estavam concentrados na criação de duas empresas estatais voltadas diretamente para a modernização do setor: Fertilizantes Minas Gerais S.A. (Fentisa), que tinha por objetivo o aproveitamento do fosfato de Araxá, e a Companhia Frigorífica Minas Gerais S.A. (Frimisa), criada em dezembro de 1951, que se tornou, à época, o maior frigorífico do País. A Frimisa tinha por objetivo promover a "industrialização compensadora" para o produtor rural, que seria recompensado diante das perdas que sofriam com a venda do "boi em pé" para regiões distantes. Esse complexo sistema produtivo foi projetado para abater 1.500 bois e 500 porcos a cada turno de oito horas de trabalho.

Os investimentos para o desenvolvimento do setor agrário, no entanto, não corresponderam. A Frimisa e a Fertisa foram empresas deficitárias e o quadro apresentado pela economia rural do Estado, durante seu governo, não sofreu alterações.

De qualquer forma, na perspectiva do governo Kubitschek, a agricultura tinha um papel secundário e supletivo à industrialização, verdadeiro sentido do desenvolvimento. A vida urbana se constituía a única via possível para o alcance da sociedade moderna e civilizada para a qual Minas Gerais deveria evoluir.

5 – Políticas sociais

Mesmo concentrando os recursos financeiros nas metas relativas à energia e aos transportes, o governo JK realizou algumas ações diversificadas na área social. Desde os restaurantes populares, um na Feira de Amostras e outro no Cine Brasil, em Belo Horizonte, até a criação de 28 conservatórios de música pelo interior. Criou e construiu a "monumental", conforme foi definida, Biblioteca Estadual, obra de Oscar Niemeyer, situada na Praça da Liberdade.

A sua preocupação com a educação física dos jovens, algo raro em ações governamentais, levou adiante um programa de construção de praças de esporte que abrangeu 37 municípios e uma escola de educação física.

O fascínio de JK pelo avião levou-o a determinar a construção de um grande número de aeroportos no interior do Estado. Em 1955, já existiam 75 campos de pouso para aviões tipo DC-3 e 25 pistas para táxis aéreos.

O turismo e a proteção do patrimônio histórico foram temas bastante abordados em suas análises, com diversas referências às belezas naturais e às cidades históricas de Minas Gerais, e motivos de algumas ações governamentais. Executou algumas obras especialmente para esse fim, como dois modernos hoteis em Diamantina e Ouro Preto, ambos obras de Niemeyer. Importante foi também a construção da estrada de ligação rodoviária entre Ouro Preto e Belo Horizonte, o que permitiu a redução do percurso entre as duas cidades, segundo o ex-governador, de 3 a 4 horas para cerca de uma hora e meia.

Nessa linha, promoveu a construção de um hotel de 23 andares na Capital, para dotá-la de um ar "grandioso", que mais tarde se transformou no Condomínio JK. Os estudos para a construção da Cidade Universitária, cuja Faculdade de Medicina seria instalada de frente para a Lagoa da Pampulha com um projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, foram planos também elaborados durante o seu governo.

6 – Finanças públicas

A crônica falta de recursos do Estado era assim explicada pelo então governador:

> "Ninguém pagava impostos: os ricos, porque dispunham de influência; e os integrantes das demais classes porque recorriam aos mais engenhosos processos de sonegação. O Estado vivia, então, das sobras que eram apuradas nas perseguições aos adversários do situacionismo e nas revisões periódicas da lista de contribuintes, quando numerosos incautos eram apanhados." (OLIVEIRA, s/d).

Para a solução do problema, utilizou-se das mais variadas alternativas para arrecadar os fundos necessários ao financiamento dos seus programas. Uma delas foi o financiamento externo para a eletrificação, por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Plano Salte. A formação de empresas públicas mistas de capital aberto foi outra fórmula adotada para a obtenção dos recursos e que permitiu a fundação de quatro centrais elétricas regionais e da Cemig.

Nessa tarefa, o governador Kubitschek se empenhava pessoalmente, convencendo seus conterrâneos a investirem nas empresas. Telefonava para empresários e figuras proeminentes em busca das subscrições das ações para a composição do capital das companhias elétricas que

criava, e os resultados foram extraordinários. Com apenas quatro meses de governo, em abril de 1951, disse pelo rádio: "Todos os mineiros, sem distinção de classe e sem discriminação de capacidade financeira, acorreram a subscrever ações, numa prova de confiança na administração e fé no futuro... Em menos de um mês, todo o capital da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce já está subscrito" (OLIVEIRA, s/d).

O contrato com a Societé Impex, o chamado financiamento francês, negociado em Paris pelo seu secretário da Fazenda, José Maria Alkmin, foi outra solução adotada por JK, bem como a emissão de apólices, em 1953, num valor de dois bilhões de cruzeiros. Aos deputados da Assembleia mineira, a adoção dessa forma de financiamento assim se justificou o governador: "o ônus das apólices se distribui por um largo período de tempo e por toda a comunidade" (Oliveira, 1951).

JK fazia uma crítica severa à pulverização dos recursos em obras insignificantes pelo interior do Estado. Em 1951, não titubeou em destinar "um milhão de contos" para a Cemig, o que representava o total da receita estadual daquele ano. E, em 1952, destinou um quarto do total das despesas do Estado para o DER.

_O IMAGINÁRIO JUSCELINISTA: O DINAMISMO, A GRANDIOSIDADE E OS SÍMBOLOS

Devido ao seu dinamismo na Prefeitura de Belo Horizonte, JK recebeu o apelido de "prefeito furacão", no governo de Minas era chamado "governador a jato", e na presidência era o "presidente bossa nova". Todos esses nomes se referem ao sentido da modernidade que implantou em

seus governos. A velocidade, a agilidade eram elementos que compunham o quadro, em oposição a termos que usava para se referir à situação do Estado: pasmaceira, morosidade, etc.

Assim, para implementar um governo dinâmico em um Estado enorme como Minas Gerais, era imprescindível o uso do avião, que "proporcionava acesso, pessoal e direto, às obras que estavam sendo realizadas." E que também devia provocar um efeito extraordinário sobre o cidadão comum, acostumado às lentas viagens de trem de ferro.

Até sua passagem pelo Executivo mineiro, era tradição que o governador ficasse "encastelado" no Palácio da Liberdade. Quando viajava, como quando Milton Campos visitou o Sul de Minas, o trem era o meio utilizado. Rompendo com o costume, sua constante presença no interior do Estado em um "valente avião Bonanza", que pousava onde desse, até em campos de futebol, demonstrava um jeito novo de fazer política e governar.

O avião permitia que realizasse 18 visitas à Região do Triângulo Mineiro em três anos, transmitisse suas conversas pelo rádio para todo o Estado de distantes cidades da capital como Pedra Azul, vistoriasse do alto as obras da estrada para Sete Lagoas, participasse da formatura de novas normalistas em Oliveira e São Gonçalo do Sapucaí e chegasse rapidamente ao Rio de Janeiro, sempre quando chamado por Getúlio Vargas.

Além da velocidade e do dinamismo de sua administração, sabia lidar com os símbolos políticos. Criou a comemoração do Dia 21 de Abril, em que Ouro Preto se transformaria na "Jerusalém cívica do Brasil".

Abriu também as portas do Palácio da Liberdade para visitação pública. A sede do governo, segundo sua própria interpretação, era "uma espécie de antigo palácio turco, cujo interior só se tornava acessível aos amigos íntimos do governador." Abri-lo era, pois, mostrá-lo ao povo, democratizá-lo. O fato, à época, teve grande repercussão, comentado até por jornais da capital do País.

O estilo do governo de JK deixou ainda uma característica marcante, que também se refletiria de forma ampliada, anos mais tarde, em sua administração federal: a grandiosidade. A questão não era apenas dar ao Estado uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento, mas também era fundamental, para elevar a autoestima da população, que essas obras fossem expressivas, monumentais. Seu governo não iria construir, conforme dizia, "estradinhas de terra" ou as "ridículas casinhas de força", mas obras que atingissem o imaginário, o ego, a sensibilidade, a emoção das pessoas. E isso é muito mais do que apenas abrir estradas.

Criar espaços e campos no imaginário da população na busca de objetivos comuns, na transformação da sociedade agrária, na promessa de dias melhores, na superação dos problemas vividos. Não desanimar diante dos empecilhos, crer na mudança. Essa era a tônica encontrada em suas ações e em seus textos oficiais, discursos, conversas pelo rádio e em suas memórias.

Acreditava que para acordar Minas Gerais teria que desfazer o complexo de inferioridade generalizado dos mineiros. Nessa tarefa, a qual chamava "psiquiatria de massa", sabia da importância do entusiasmo que passava aos seus

eleitores. O otimismo, a crença na industrialização, a fé na capacidade do Estado em superar o seu "atraso" econômico eram os sentimentos que transmitia e que, posteriormente, o levariam à presidência do País.

_8. A RELAÇÃO ENTRE LEGISLATIVO E EXECUTIVO EM 1951

_JK E OS PARTIDOS

Na Assembleia Legislativa mineira, a base de apoio do governador JK era formada pelos partidos da coligação PR-PSD, com o apoio do PTB. Apesar de contar com uma expressiva maioria e de ter forte influência dentro do PSD, a relação de seu governo com os políticos e a ALMG não era tranquila. Enfrentava a feroz oposição da UDN, liderada por figuras como Oscar Dias Corrêa, um relacionamento difícil com o PR e as constantes negociações com as chefias pessedistas.

As maiores dificuldades políticas para implementar suas propostas desenvolvimentistas se deviam à tradicional política clientelista praticada pelas lideranças estaduais e locais, que se resumia, em suas análises, aos pequenos jogos de poder e na busca de cargos da administração estadual. Essa política municipal lhe dava uma grande "canseira". Segundo ele, em oposição ao seu Binômio:

Energia e Estrada vigorava no Estado o "Binômio: delegado e professora", contra o qual tinha que lutar constantemente. Várias vezes teve que convencer algum prefeito que era melhor a construção de uma ponte do que um cargo de delegado. Difícil de ser superada, esse tipo de oposição era por ele considerada pior do que a da UDN.

Para se desvencilhar dos caciques políticos do interior, mas sem perder o seu apoio, criou uma espécie de governo paralelo, constituído por órgãos aos quais garantia uma administração sem ingerência da política local. Iniciada em seu governo no Estado, JK repetiu a fórmula quando ocupou a Presidência da República. Segundo Maria Vitória de Mesquita Benevides, os novos órgãos "funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto que os antigos continuavam a corresponder aos interesses da política de clientela ainda vigente" (BENEVIDES, 1976).

Nesses órgãos responsáveis pela execução dos planos prioritários do governo e que detinham grande parcela dos recursos, colocou técnicos com grande experiência e de sua confiança. Já os cargos das secretarias de Estado, com parcos recursos orçamentários e poder de influência insignificante, entregava-os aos seus aliados político-partidários.

Na presidência da Cemig, colocou o seu amigo Lucas Lopes, engenheiro renomado, membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ex-diretor da Companhia Vale do São Francisco. A direção do DER foi entregue ao engenheiro Celso Murta, que já havia trabalhado na construção da Rodovia Rio-Bahia. Ambos levaram adiante os planos energéticos e de obras, os quais seguiram a risca ao longo de todo o período do governador JK.

Outro recurso por ele adotado foi o de buscar apoio do governo federal. Segundo sua interpretação, relatada em suas memórias, "em Minas, mais do que em qualquer outro estado, prevalecia a mesma mentalidade dos tempos da República Velha". Por isso, "ninguém mais do que eu tinha necessidade, naquele momento, do apoio do governo federal "para sacudir o Estado e tirá-lo da inércia".

Esse apoio foi buscado antes mesmo de sua posse no governo estadual. Logo após a eleição, em 1950, Juscelino se dirigiu à Fazenda de Itu, no Rio Grande do Sul, para negociar com Getúlio Vargas um plano de apoio financeiro da União ao seu governo. Dos cinco pontos estabelecidos pelo acordo, três foram honrados pelo então presidente: a devolução da Rede Mineira de Viação, efetivada em 1953; o aval do Banco do Brasil para empréstimos externos, cumprido nos financiamentos para o programa de energia; e o apoio para instalação de uma grande siderúrgica, concretizado na construção da Mannesman, em Belo Horizonte.

Em suas memórias, JK afirma que no governo de Minas trabalhou "sempre policiado pela oposição, o que, aliás, era de se esperar". Afirmava também que não tinha inimigos, mas adversários políticos.

Mesmo à UDN, partido adversário feroz, até rancoroso, segundo sua avaliação, dava um tratamento elegante e respeitoso, reconhecendo o papel do partido oposicionista no jogo democrático. Essa capacidade de lidar com as oposições foi, posteriormente, testada à larga quando no exercício da Presidência da República.

Em seus depoimentos, revela um episódio significativo sobre sua relação com a UDN. Durante sua campanha

para governador, estava em Juiz de Fora, a caminho de Barbacena, e ouvia, pelo rádio do carro que o transportava, um comício da UDN. A certa altura, o orador do comício advertiu o público em tom grave, severo: "Se eles (o PSD) ganharem, ai de nós, ai de vós!... Mas, se nós ganharmos... ai deles". Ao ouvir a ameaça, Juscelino deu uma gargalhada e comentou com seu companheiro de viagem: "Só a metade é verdadeira. Se eles ganharem... ai de vocês e ai de mim.". Recordada em outros momentos de suas memórias, sua interpretação da profecia udenista foi, de fato, concretizada alguns anos mais tarde.

Foi nesse ambiente político que o governador encaminhou ao exame da Assembleia Legislativa projetos de lei em que consubstanciava as propostas de ação contidas no Binômio: Energia e Estrada.

_A LEGISLAÇÃO APROVADA

Apesar da obstrução mantida pela UDN na maior parte do ano, diversos projetos relevantes para a execução do programa do governador foram aprovados, a sua maioria, somente em dezembro.

Em relação às suas propostas, conseguiu-se a aprovação do texto da convenção entre o governo do Estado e a Sociedade Impex (Lei nº 826, de 1951), o que permitiu o financiamento para a aquisição de equipamentos destinados ao plano rodoviário. Na área da política agropecuária, o governo do Estado foi autorizado pela Lei nº 833, de 1951, a promover a organização no Estado de sociedades de economia mista por ações, destinadas a construir e explorar diretamente uma rede de matadouros e armazéns frigoríficos para industrialização da carne e produtos derivados, que

resultou na posterior criação da Frimisa. Já a organização da Fertisa ocorreu em 1953. Um fundo estadual de pesquisa agropecuário, ligado ao Instituto Agronômico, também foi criado pela Lei nº 718, de 1951. A continuidade do serviço da extensão rural desenvolvido pela Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), criada no governo anterior, foi garantida pela Lei nº 773, de 1951, que autorizou a celebração do convênio do governo estadual com a Associação Internacional Americana (AIA).

Em relação ao projeto energético, em dezembro de 1951, o Governador conseguiu a aprovação da lei que permitiu a organização no Estado de uma sociedade de economia mista por ações – denominada Companhia Auxiliar –, destinada a construir e explorar diretamente sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, bem como auxiliar na criação, na administração, no controle e no financiamento de sociedades de economia mista de caráter regional, que tenham aquela finalidade (Lei nº 828, de 1951). Em fevereiro seguinte, o governador, pelo Decreto nº 3.710, regulamentou a Companhia Auxiliar, que a partir daí denomina-se Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e que passa também a receber os recursos do Fundo de Eletrificação, criado pelo 3º do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O projeto do hotel que mais tarde se transformou no Condomínio JK, em Belo Horizonte, foi aprovado pela Lei nº 843, de 1951, que autorizou o governo do Estado a participar de um condomínio destinado a promover a construção de um conjunto arquitetônico na Capital.

Na área de educação e cultura, foram aprovadas leis destinadas a restabelecer a escola normal de Diamantina (Lei

nº 840, de 1951), a criar uma escola de Belas Artes em Juiz de Fora (Lei nº 839, de 1951), e conservatórios de música em Diamantina, Uberaba, Visconde do Rio Branco, São João del-Rei, Juiz de Fora e Pouso Alegre (Leis nos 811, de 1951 e 825, de 1951).

Para executar a sua política de transporte aéreo, o governador logrou criar o Departamento de Viação Aérea, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas (Lei nº 716, de 1951). Já a devolução da Rede Mineira de Viação ao governo federal, proposta negociada por JK com Getúlio Vargas antes mesmo da posse de ambos, foi obtida pela Lei nº 845, de 1951, que autorizou a rescisão amigável do contrato de arrendamento dessa companhia.

_A DISCUSSÃO DOS PROJETOS

Como será analisada na Parte II deste relatório, a discussão dos projetos seguia uma orientação estritamente político-partidária, como era de costume: a situação aprovava do jeito que vinha e a oposição fazia sua crítica, independentemente do conteúdo da matéria. Esse é o resultado do fato de que o Legislativo, à época, ocupava-se quase que exclusivamente da política municipal, perdendo de vista as transformações fundamentais que vinham ocorrendo no âmbito do Estado (ALMG, 1989: p. 247). Como já tinha ocorrido com o Plano de Recuperação Econômica do governo Milton Campos, que sofreu forte oposição do PSD e seus aliados, em 1951, era o programa de JK que tinha a mais acirrada oposição partidária.

Deputado estadual da 1ª Legislatura, Tancredo Neves assim se referiu às críticas ao programa de Milton Campos: "... o PTB e o PSD mais o criticavam por motivos políticos,

temas de oposição ao governo. Era por uns criticado nos pontos mais criticáveis, e por outros era realmente ridicularizado, troçado. (...) E a crítica do PSD era muito mais no sentido de acusar o plano de ser um instrumento de ação política facciosa. Mas, no fundo, todos o respeitavam, porque ele era realmente um plano bem-intencionado" (SILVA & DELGADO, 1985:176).

Fabrício Soares, também deputado à época pela UDN, apoiadora do governo, traduz de forma clara do que se tratava essa oposição ao Plano de Recuperação Econômica "... O PSD não levantou o debate sobre o plano porque isso exigiria estudo, pesquisa, o que provavelmente o PSD não tinha disposição para fazer. Estavam muito preocupados com os problemas municipais, violências praticadas por delegados de polícia da situação, demissões de cargos de confiança... Seus deputados estavam mais ocupados com essas áreas do que com o estudo e a análise do plano"(ALMG, 1996:121).

Mas, apesar dessas posturas, na verdade, não houve debates significativos sobre o plano, que, de fato, ficava obscurecido diante dos problemas da política municipal que enfrentavam à época. Especialmente, a Bancada do PSD, que dedicou a maioria de seus discursos nas sessões legislativas ordinárias a atacar a política do governador Milton Campos de substituir os prefeitos do PSD por homens da UDN, tentando, dessa maneira desmantelar a máquina eleitoral pessedista (ALMG, 1989: 247). O problema era tão sério para os pessedistas que, segundo Tancredo Neves, "cada diretoria de grupo derrubada era um espetáculo na Assembleia, era uma gritaria enorme. Era como se o mundo viesse abaixo" (SILVA & DELGADO, 1985:123). Nesse ambiente, de fato, sobraria pouco inte-

resse para discussões de caráter econômico ou de organização da sociedade.

Quadro semelhante ocorre quando, no governo seguinte, no momento em que grandes decisões econômicas foram tomadas pelo Executivo, elas também não foram, significativamente, debatidas na Assembleia Legislativa. Perguntado, posteriormente, sobre essa falta de interesse, assim se expressou Oscar Dias Corrêa, um dos principais líderes da UDN: "A verdade é que, naquele tempo, os problemas econômicos não eram ainda de maior agrado para o debate legislativo. (...) Quando ia à tribuna tratar de um tema econômico, eu notava, porém, que o interesse do Plenário era muito menor do que quando ia debater um tema político e xingar o Juscelino" (ALMG, 2000:229).

Como já foi dito, a oposição acirrada da UDN não prejudicou as etapas programadas pelo governador JK, principalmente porque ela era minoria. A bancada de apoio ao governo, composto do PSD, PR e PTB, afora os transtornos enfrentados durante o período de nove meses de obstrução das votações, garantiu o andamento dos projetos. Segundo Pio Canedo, essa oposição da UDN era mais simbólica, porque numericamente o partido não pesava muito (ALMG, 1996:154), pois, no fundo, ela concordava com o plano de JK, como antes o PSD respeitara o plano de Milton Campos.

Dessa forma, a discussão podia tomar rumos inusitados. Segundo Oscar Dias Corrêa, elogiava-se a criação da Mannesmann e, ao mesmo tempo, batia-se no Getúlio. A UDN aceitava a criação dessa empresa, mas um de seus deputados, Fabrício Soares, "era contra porque era empresa de capital estrangeiro e ele foi toda a vida contra o capitalismo". O próprio deputado Oscar não se lembra

de ter tomado posição, "e se não tomou posição é porque não estava apaixonado" pelo assunto (ALMG, 2000: 231e 351).

Em alguns casos, a crítica mais consistente centrava o foco em questões de corrupção que poderiam estar envolvidas na proposta. Como a criação da Fertisa, que, segundo o deputado Fabrício Soares, viu nessa iniciativa "um expediente para que alguém, mais uma vez, ganhasse corretagem no negócio" e, por isso, propos "que se fundasse, em vez da Fertisa, uma outra empresa, a Furtisa! Porque, realmente, o que estava havendo era muito furto, através das empresas fundadas pelo Estado" (ALMG, 1996:141).

O caso da construção do atual Conjunto JK também gerou uma oposição significativa por parte desse deputado, porque o governo teria dado ao empresário Joaquim Rolla a autorização para construção do prédio:

> "Nós, da oposição, não podíamos concordar com esse privilégio que se outorgava a um particular sem nenhuma outra formalidade exceto a vontade, um decreto do governador. Fomos para a tribuna da ALMG e fizemos uma campanha contra aquela concessão gratuita. Exigimos que o governo realizasse o empreendimento mediante concorrência pública. A concorrência foi feita, mas já dirigida, para que Joaquim Rolla ganhasse. Resultado: construíram aquela cabeça de porco e o Estado não tem nada lá dentro" (ALMG, 1996: 156).

Já a crítica de Oscar Dias Corrêa ao pedido de empréstimo encaminhado pelo governador, destinado à construção de rodovias, tinha a tradicional perspectiva da política municipal: "Juscelino pediu um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros para fazer dois mil quilômetros de estrada. (...) Então, nos dispusemos a combater o empréstimo, porque sabíamos que ia arrasar a UDN. Ele não queria outra coisa." Com o

dinheiro "ele controlaria os prefeitos, os deputados e faria a bancada e a eleição que ele quisesse" (ALMG, 2000:156).

Essa teria sido a razão para a oposição adotar a tática da obstrução, aproveitando de uma disposição regimental que permitia ao deputado usar a tribuna por duas horas na discussão de qualquer projeto. E mais, podia ceder a hora a outro, se assim quisesse. "Começamos a obstruir o primeiro da pauta. Falei duas horas, em seguida, o segundo, o terceiro da UDN, todos falaram duas horas. Começaram a fazer três sessões diárias: das 9 às 13, das 14 às 18 e das 21 à 1 hora". E isso só acabou no dia em que "já estávamos cansados" (...) Durante nove meses a ALMG não fez outra coisa a não ser ouvir discursos de obstrução. Obstruímos o projeto do Juscelino porque sabíamos que ele ia usar o dinheiro contra nós, como de fato usou" (ALMG, 2000: 156).

Oscar Dias Corrêa achava justo que Juscelino quisesse acabar com a UDN pelo fato de que "... nós o combatemos violentamente... Era uma oposição violenta e competente... Um de nós... começava a bater. O Fabrício dava uma bordoada; o Dnar, outra; o Carlos Horta, outra; o José Cabral, outra. Ao fim de meia hora, estava o PSD sentado e nós batendo no Juscelino e no governo" (ALMG, 2000: 249).

Essa foi de fato a tônica da crítica udenista mineira, não havia uma discussão sobre a natureza das propostas em termos de um rearranjo da organização econômica e social do Estado. Os interesses eleitoreiros, principalmente no âmbito municipal prevaleciam sobre qualquer discussão. A falta de uma relação com as questões mais amplas da sociedade – para as quais o Executivo se mostrava, ao seu modo, mais sensível – provocou em tempos posteriores reavaliações aparentemente inusitadas.

O deputado Oscar Dias Corrêa confessou, já em décadas posteriores, sua opinião: "Resumindo, o Juscelino fez um bem ao Brasil: estabeleceu a ideia de desenvolvimento, que equivalia ao progresso inscrito na nossa bandeira. O mal foi o clima de corrupção, de falta de escrúpulo, que ele estabeleceu no governo" (ALMG, 2000:391). E "o Juscelino – façamos-lhe justiça – não era homem vingativo. Nunca tive notícia de que ele se prevaleceu do poder para se vingar de alguém. A prova é que ninguém o xingou mais do que eu e nunca recebi um aviso, uma indireta, no sentido de calar a boca ou de diminuir o ataque. Ele, naturalmente, dava a sensação de que não queria briga. Queria governar." (ALMG, 2000: 410).

_9. CONCLUSÃO

Por ter sido sustentado por forças políticas tradicionais, ou seja, não foi resultado de um movimento popular e democrático, o governo JK em Minas Gerais por ser classificado dentro do conceito de "modernização conservadora", conforme elaborado por Barrington Moore Jr. O conceito se refere à forma como elementos tradicionais se mantem em sociedades que se modernizam, isto é, entram na ordem capitalista, a partir de uma política de conciliação entre o "arcaico" e o "moderno", do acordo entre "velhas" e "novas" forças políticas, mantendo-se excluídas forças e representações de caráter popular ou revolucionárias. Como resultado, a renovação ocorre direcionada para os interesses

econômicos e sob permanente controle dos grupos políticos dominantes. De tal forma que, grandes projetos de desenvolvimento são executados com a restrita de alguns grupos políticos. O que resulta na permanência da exclusão de grandes grupos sociais na definição de políticas e na participação nos seus benefícios. Em outras palavras, a cidadania e a participação democrática e popular não fazem parte de qualquer projeto dos grupos "velhos" e "novos" dominantes.

O processo político brasileiro desde a Revolução de 30 buscou a modernização de nesse formato limitado a alguns setores da sociedade, como a industrialização e a urbanização, e sem provocar maiores alterações nos blocos de poder e na estrutura agrária então dominante. A participação política nas decisões dos governos estava limitada aos círculos de poder dominantes e só começa a se ampliar a partir da Constituição de 1946, quando partidos alternativos começam a surgir, porém ainda sob o controle estatal e dos grupos dominantes, como no caso do PTB, visceralmente ligado a Getúlio Vargas. A exclusão dos analfabetos nos processos eleitorais, conforme definida pela Constituição de 1946, é um dos exemplos de medidas que impediam o controle sobre a participação popular na definição dos rumos políticos nacionais.

O governo JK no estado não só estava inserido nesse processo de modernização conservadora, mas como tinha na figura do governador um grande promotor da conciliação política entre as forças políticas profundamente conservadoras, como o PSD dos grandes latifundiários, com a burguesia urbana ascendente, caracterizada principalmente pelos novos industriais e empreiteiros locais. O efeito de suas políticas foi forte e permitiu que, de fato, o estado se encaminhasse rumo à modernidade sem ameaçar os privilégios da velha elite.

No âmbito da Assembleia mineira, identificamos claramente os membros da elite política tradicional, os "novos" interessados na modernização conservadora, e a presença das poucas vozes dos excluídos dos tradicionais grupos políticos locais, que exigiam uma modernização que também englobasse os interesses populares.

Se a UDN batia forte no governo, os partidários do governo, por seu turno, também não discutiam as questões em termos de conteúdo, a ordem era sempre aprovar e a apoiar de qualquer jeito. Esse foi o papel fundamental do PSD, partido bem organizado, hierarquizado, em que predominavam o mando dos chefes e a obediência dos seus subalternos (Silva, 1985, 122).

O que se observa desses embates, portanto, é o fato das questões político-partidárias terem suplantado de muito qualquer discussão de sentido mais amplo ou que envolvesse os interesses concretos da sociedade mineira em seu conjunto. Tanto fazia qual dos dois partidos dominantes estivessem na situação ou na oposição que o comportamento e o conteúdo das discussões eram sempre os mesmos. A questão principal que se colocava o tempo todo era o jogo do poder entre elites briguentas e ranhentas, que lutavam arraigadamente para manter suas posições de mando e alcançar o controle estatal. Em análise posterior sobre esse período, Tancredo Neves afirmou sobre UDN e o PSD: "O programa era o mesmo. É muito difícil de você distinguir em termos doutrinários um udenista de um pessedista. A diferença estava em que um queria o poder, o outro estava no poder, e o que não tinha o poder, tanto no município como no Estado, lutava por ele" (Silva, 1985, pg. 120).

Essa afirmação lembra-nos mais um grupo de estudantes lutando pela direção do diretório estudantil do que políticos que representavam uma sociedade complexa, excludente e com enormes problemas de fome, miséria e outras mazelas sociais e econômicos. E, acima de tudo, fechavam trincheiras na defesa de seus espaços políticos, mesmo que isso significasse perdas para o Estado. Ainda segundo Tancredo Neves: "o espírito pessedista era um espírito realista, um espírito do cotidiano, muito mais político do que jurídico, muito mais imediatista do que um pensamento projetado para o futuro. (...) O pessedista nunca brigou muito por forma de governo. Ele brigava mesmo era pelo poder" (Silva, 1985, pg. 130).

Em um momento em que a sociedade deixava para trás a velha estrutura agrária e partia para a industrialização e a urbanização, em um contexto político de relativa democracia partidária, é de impressionar a indiferença e o enclausuramento do Poder Legislativo aos ventos novos da modernização que se aproximavam rapidamente. As consequências para o País de tal distanciamento e alto nível confronto entre os partidos foram trágicas quando chegou o golpe de 1964. Como resultado, a maior parte das forças que se deglatiava no âmbito no Plenário da Assembleia mineira supera suas divergências e passa a apoiar os militares na esperança de alcançar o objetivo máximo e único que buscava: ficar no poder a qualquer custo. Aquelas querelas, ofensas e perseguições perdem todo o sentido diante da necessidade que sentiram de estancar o movimento social que avançava, mesmo que fosse a custa da própria sobrevivência do Poder Legislativo.

O episódio da implantação da modernização conservadora promovida por JK em Minas Gerais sugere-nos os riscos

que sofre o processo democrático quando o Poder Legislativo e os partidos políticos insistem em permanecerem distantes da sociedade que representam. Fechados neles mesmos, indiferentes aos clamores populares e cegos ao seu próprio anacronismo perdem o contato com a realidade social intensa e dinâmica. Como são fundamentais para a garantia e aprofundamento do processo democrático, é fundamental que se renovem e que criem mecanismos para corresponderam às necessidades e condições que a cada tempo se renovam.

BIBLIOGRAFIA

ALMG. A*s Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947:* – uma análise histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

ALMG. *Fabrício Soares da Silva*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1996 (Coleção Memória Política de Minas).

ALMG. *Oscar Dias Corrêa*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000, vol. 1 (Coleção Memória Política de Minas).

ALMG. *Pio Soares Canedo*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Coleção Memória Política de Minas), 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek*: – desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Proed, 1981.

FLEISCHER, David V. Dimensões do Recrutamento Partidário. In FLEISCHER, David V. (org.). Os Partidos Políticos no Brasil. Brasília: UNB, 1981, vol. 1.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MINAS GERAIS. Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção: exposição. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais,1947.

MOORE JR., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MONTEIRO, Norma G. (org.) *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Período Republicano: 1889-1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, p. 261.

_____. *A escalada política*. S/d.

_____. *Mensagens pelo rádio*. S/d.

POLANY, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIBEIRO, Benedito Valadares. Tempos Idos e Vividos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Citado em Os Governadores. História de Minas Gerais. HOJE EM DIA: BH, 2008, pg.140.

SANTOS, Fabiano. *Deputados federais e instituições legislativas no Brasil*: 1946-99. *In* BOCHI, Renato; DINIZ, Eli; e

SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no centenário pós-reformas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 89-117.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. *O governador a jato:* um prelúdio para a presidência. *In Revista do Legislativo* Edição Histórica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, janeiro-abril 2002, pp. 14-27.

SILVA, Vera A. C. e DELGADO, Lúcilia A. N. *Tancredo Neves:* a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa II*: A maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

_LEGISLAÇÃO CONSULTADA

– Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o País, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945.

– ALMG. Atas das reuniões de 2 de fevereiro de 1951 a 31 de dezembro de 1951 da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Diário do Legislativo, 1951.

– Resolução nº 2, de 2/9/1967. Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Diário da Assembleia, 4/9/1947.

– Resolução nº 75, de 10/10/1951. Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Diário da Assembleia, 19/10/1951.

_*SITES* CONSULTADOS

– Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. www.almg.gov.br.

– Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_camaras_link4_2.htm

– Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, www.cpdoc.fgv.br/comum/htm. Visitado em 7/12/2005.

– Instituto de Desenvolvimento Industrial. www.indi.gov.mg. Visitado em 21/3/06.

– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), www.ibge.gov.br Visitado em 21/3/06.

– LEEX/Iuperj. Almanaque de Dados Eleitorais: Brasil e Outros Países. RJ: Iuperj, http://www.ucam.edu.br/leex, 2006.

FOTOS

Fachada do prédio onde funcionava a Assembleia Legislativa, na Praça Afonso Arinos, logo após o incêndio ocorrido em 16 de setembro de 1959. Acervo Assembleia Legislativa de Minas Gerais. S/d.

Fonte: Arquivo da GDI, endereço: http://mediaserver.almg.gov.br/upload/www/?a=d&i=4097874295

O deputado Último de Carvalho (PSD), 1959.

Fonte: Moacyr de Lacerda/Arquivo O Cruzeiro/Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Waldomiro Lobo (PTB), 1958.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O Presidente da ALMG, deputado José Ribeiro Pena (PSD), 1952.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado José Augusto (PSD), 1947.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Synval Siqueira (PTB), 1961.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Carlos Megale (PR), 1952.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Gregoriano Canedo (PR), 1950.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Hermelindo Paixão (PSD), 1956.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado França Campos (PSD), s/d.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Adolfo Portela (PSD), 1949.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Emílio Vasconcelos Costa (PSD), 1947.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado José Geraldo de Oliveira (PRP), 1952.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Horta Pereira (UDN), 1955.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Oscar Dias Corrêa (UDN), 1948

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Milton Sales (UDN), 1951.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Fabrício Soares (UDN), 1948.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Dnar Mendes (UDN), 1958.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Simão da Cunha (UDN), s/d.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado José Cabral (UDN), 1952.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O deputado Edgar Mata Machado (UDN), 1952.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

Reunião no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na década de 1950.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

Juscelino Kubitschek em comício, s/d.

Fonte: Acervo ALMG

O governador Juscelino Kubitschek discursa no segundo ano de sua administração, em 1/2/1953.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

O governador Juscelino Kubitschek é saudado pela multidão na rua.

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. MHAB: BT.FOT.2.4-036

Posse do Governador Juscelino Kubitschek, em 31/1/1951.

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto. MHAB: BT.FOT.2.4-040

Visita dos deputados situacionistas ao Governador, após sua indicação para candidato à Presidência da República pelo PSD, em 16/12/1954.

Fonte: Acervo Jornal Estado de Minas

PARTE 2.
O EMBATE NO DISCURSO POLÍTICO

Maria Beatriz Gontijo dos Santos

_1. INTRODUÇÃO

> "Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres. Não porque fôssemos crentes em milagres, mas sim porque os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o impossível e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo" (H. Arendt).

Esta pesquisa pretende desvelar o funcionamento discursivo dos enunciados parlamentares e governamentais, a partir da leitura dos textos especificamente selecionados para tal fim, seguindo o embasamento teórico e metodológico propostos pela escola francesa da Análise do Discurso. Esse modelo de análise linguística estuda a relação linguagem e sociedade, procurando levantar as condições de produção do discurso em um espaço sociotemporal específico. Pensar o pronunciamento político na sua dimensão discursiva significa, por conseguinte, considerar o discurso uma prática histórica e ideológica, passível de ser desvelada.

O estudo mantém-se no escopo da análise linguística das questões discursivas dos pronunciamentos dos deputados e do governador, com a finalidade de levantar as formações discursivas em que estão inseridos. Não se pretende

fazer uma análise exaustiva de todos os pronunciamentos parlamentares, o escopo da pesquisa está restrito ao levantamento da repercussão das diretrizes políticas propostas por Juscelino Kubitschek ao Poder Legislativo.

É importante ressaltar, ainda, que o trabalho tem como objeto os discursos que suportam as ideias políticas. Não se propõe aqui uma análise política das ideias e das posições políticas da época e, nem tampouco, avaliar a eficiência ou as consequências das propostas modernizadoras desenvolvimentistas que se impuseram a partir desse período. Portanto, esta não é uma análise política de pronunciamentos, e sim uma análise linguística de pronunciamentos políticos.

Em termos mais genéricos, pretende-se contribuir para pensar o enunciado político, sempre partindo do pressuposto de que a atividade discursiva política, como qualquer outra, desenvolve-se no espaço e tempo demarcados, portanto, de acordo com a história. Considera-se ainda o discurso como reflexo dos grupos que são responsáveis por sua elaboração, recepção e reprodução, refletindo, portanto, o tempo e espaço em que atuam. Em termos mais específicos, procura-se demonstrar como as formações discursivas do jogo político conseguem se manter ao longo de diferentes períodos históricos.

Se a proposta deste trabalho é investigar como os enunciados parlamentares se construíram em relação aos enunciados do governador, algumas questões levantam-se de imediato: que tipo de modernização do Estado era proposta no programa de governo de Juscelino Kubitschek? Qual a reação dos parlamentares da oposição às propostas? Havia alguma proposta alternativa de implantação da modernização do Estado?

Procura-se, por fim, demonstrar que a investigação do discurso e das ideias e mensagens, por ele veiculadas, permitem revelar uma época – o lugar, o tempo e os atores, o que pode ser outra forma de estudar a história. Assim, seguimos Bourdieu (1983), para quem investigar o discurso, as ideias, os símbolos e as mensagens por ele veiculados é uma opção metodológica para o estudo da história política.

_OBJETIVOS

O estudo tem como objetivos específicos levantar as condições de produção e a análise dos discursos parlamentares da 2ª Sessão Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1951-1955), proferidos em Plenário, em 1951, e examinar a repercussão do discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek no Parlamento mineiro.

Especificamente, as finalidades da análise são:

- levantar as condições de produção dos discursos;
- definir a proposta de modernização apresentada pelo governador;
- investigar como os enunciados parlamentares se construíram em relação aos enunciados do governador;
- revelar as formações discursivas as quais pertencem os discursos analisados e encaixá-los na formação ideológica que os envolvem;
- comparar os usos dos conceitos ou os campos semânticos de palavras-chave fundamentais no discurso desenvolvimentista e sua repercussão no discurso da oposição;
- em termos mais amplos contribuir para pensar o enunciado político.

_DELIMITAÇÃO DO CORPUS E DAS FONTES

O corpus é composto de textos impressos e publicados, contendo as transcrições das atas e dos discursos parlamentares proferidos, em Plenário, nas reuniões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e dos discursos do governador, transmitidos pelo rádio. Procuramos selecionar, principalmente, os discursos que debatiam as propostas de governo, que, com o passar dos anos, deram a marca do governo JK e mostraram-se viáveis e até imprescindíveis para o desenvolvimento econômico do Estado. Como o objetivo é avaliar a participação da Assembleia Legislativa nas escolhas políticas de Juscelino Kubitschek, foram selecionadas apenas as atas publicadas das reuniões em Plenário ocorridas em 1951, ano em que foram apresentados os principais projetos do governo. É no primeiro ano de governo que cada governador apresenta seu programa de ações governamentais, portanto, é o momento do impacto das novas diretrizes e dos novos modos de atuar do chefe de Governo, desenvolvendo-se um ambiente propício às discussões ideológicas e programáticas. Assim, o estilo de cada novo governo já se mostra desde o seu início.

O *corpus* pesquisado compõe-se dos seguintes textos:

1. Discursos e debates parlamentares produzidos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na 2ª Legislatura, em reuniões de Plenário, em 1951, constantes das atas publicadas no Diário da Assembleia, caderno integrante do jornal oficial do Estado – Minas Gerais.

2. Discursos de Juscelino Kubitschek, proferidos e transmitidos pelo rádio, em 1951, publicados em edição da Imprensa Oficial do Estado, em 1953.

Com relação às fontes, houve uma preocupação de se fazer a leitura direta dos discursos, com o objetivo de se evitar que a análise tivesse eventuais distorções ou influências de textos filtrados pela mídia ou pela historiografia. Registre-se que todos os discursos analisados foram expressos oralmente – os dos deputados foram proferidos em Plenário e os do governador, transmitidos pelo rádio. Posteriormente, então, é que foram publicados em jornais e livro. Os seguintes registros impressos são as fontes às quais recorremos nesta pesquisa:

1. Diário da Assembleia, parte integrante do jornal oficial estadual Minas Gerais, edições de 1951.

2. Palestras dirigidas ao povo mineiro pelo rádio, em 1951-1952, livro editado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em 1953.

_2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso é uma disciplina da Linguística que pretende estudar a linguagem em sua interação com a sociedade. Nessa abordagem a língua não é pensada em sua forma abstrata (como o fazem a fonologia e a sintaxe), mas em sua materialidade. Portanto, o objeto de estudo é a "linguagem localizada no tempo e no espaço, falada por sujeitos históricos, é uma interação social em

que o outro desempenha papel fundamental na constituição do significado" (MARI, 1999:139).

O trabalho segue os pressupostos teóricos e metodológicos da escola francesa, que leva em conta os aspectos sociohistóricos e ideológicos dos enunciados. Assumir essa posição metodológica implica considerar que a língua não é neutra, ao contrário, as palavras são consideradas carregadas de múltiplos sentidos que podem ser determinados pelo espaço e pelo tempo em que circulam. Por conseguinte, as práticas discursivas, incluindo o processo de produção, são historicamente determinadas.

No entanto, ao mesmo tempo em que sofre determinações sociais, a linguagem goza de autonomia em relação às formações sociais, o que não é contraditório devido à sua extrema complexidade. Assim é que os níveis fonológico e sintático, por serem mantidos por complexas estruturas linguísticas, não são suscetíveis às influências da vida social. Já o nível semântico, devido a seu amplo espectro, permite a ação de algumas influências extralinguísticas. Mas é na prática discursiva que são encontrados os fatores extralinguísticos como as condições espaço-temporais, as determinações ideológicas e coerções sociais, que têm forças suficientes para determinar o que pode ou não ser dito em determinada situação. Assim, o estudo das relações da linguagem com a sociedade somente é possível de ser realizado em um nível além da palavra e da frase, ou seja, no discurso.POr essa razão, o discurso torna-se o objeto de estudo da disciplina Análise do Discurso ou Linguística do Discurso, que no trabalho será referida como AD.

Esse modelo de análise, que se constituiu a partir da observação de discursos políticos, em uma relação direta com a

história, tem interesse por textos de arquivo, que tratam de situações reais e podem ser recortados e trabalhados pelo analista. Portanto, seu *corpus* é formado por textos escritos, institucionalizados, com fortes restrições à enunciação, com propósitos de explicação, de construção de objetos, como os discursos políticos, filosóficos, religiosos, jurídicos e outros.

Para a AD, a busca pela revelação do sentido do discurso só pode ser alcançada ao se estabelecer a relação entre o enunciado e as condições de sua produção. Assim se explica o fundamento básico da análise do discurso de que "o sentido não se encontra no enunciado fora de contexto e disperso em algum espaço não definido. O sentido deve ser procurado em uma complexa situação de enunciação, que envolve os sujeitos enunciadores e as questões de espaço e de tempo. As condições históricas são entrelaçadas às práticas enunciativas e é desse feixe de fatores que surge o sentido do discurso" (BRANDÃO, 1996:28).

Para dar conta da complexidade da tarefa de se chegar ao sentido do discurso, são abordados os fatores complexos que envolvem as condições de produção do sentido, como os interlocutores, o gênero discurso, a cenografia, o lugar de onde é enunciado, a época em que foi pronunciado, a intertextualidade, a interdiscursividade, a época em que é lido, os implícitos, os pressupostos, os modos de leitura, entre outros, que se articulam em uma situação da enunciação. Percebe-se, então, que essa variedade de fatores é capaz de construir situações tão complexas, exigindo do analista do discurso um conhecimento linguístico e um conhecimento não linguístico, que deem conta dos sentidos dos discursos ou da dimensão discursiva (MAINGUENEAU, 1997).

Por ser o termo "discurso" carregado de significados, é necessário definir o objeto de estudo da pesquisa. A palavra veio do latim *discúrsus*, significando "discurso" e "conversação", mas também com o surpreendente "ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções", conforme o Dicionário Houaiss. Em estado de dicionário, a palavra recebe várias acepções: mensagem oral, solene, peça de oratória proferida em público, sermão, oração; exposição metódica sobre um assunto, ex.: discurso psicanalítico; em ambiente coloquial possui conotação pejorativa: fala vazia, ostentosa, enfadonha, palavreado longo e moralizante; em filosofia é usado, em oposição à intuição, no sentido de raciocínio, é também usado, por metonímia: o pensamento discursivo; e, naturalmente, na linguística é que surge o maior número de acepções: a língua em ação, tal como é realizada pelo falante; segmento contínuo de fala maior do que uma sentença; enunciado oral ou escrito que supõe, numa cena de enunciação, um locutor e um interlocutor; e reprodução que alguém faz das palavras atribuídas a outra pessoa: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre.

Dentro do marco teórico da AD, o discurso é considerado o produto do ato enunciativo, ainda assim, as situações variadas em que surge causa incerteza de que estamos nos referindo ao mesmo sentido, por exemplo: discurso político, jornalístico, científico; discurso populista, demagógico, terrorista; discurso polêmico, humorístico, irônico; discurso narrativo, descritivo, argumentativo, informativo; discurso de autoridade, submissão, de fechamento, de exclusão. Cientes das dificuldades dessa diversidade conceitual, procuramos manter a consistência do termo com as noções das categorias utilizadas no trabalho. Assim, o discurso é o enunciado de um sujeito concreto, em condição de inter-

subjetividade, demarcado pela situação espacial e temporal, e determinado, em parte, pela ideologia.

O discurso se materializa sob a forma de textos, ou seja, pertence ao plano de conteúdo, mas é manifestado em um plano de expressão que pode ser concretizado em uma língua natural ou em meio de expressão não verbal. Nesse sentido, ele é o suporte abstrato que sustenta os vários textos, que por sua vez são concretos. A manifestação é, portanto, o encontro de um plano de conteúdo com um plano de expressão, que pode ter como material uma língua natural ou um meio não verbal de expressão.

As diferentes características dos conceitos de texto e de discurso tornam clara a distinção de um e outro. O texto é individual e concreto, o discurso, abstrato e social. O texto é o lugar da manipulação consciente, da liberdade para organizar os elementos de expressão que estão à disposição do locutor para veicular seu discurso. O texto pertence ao plano da expressão, o seu material é a língua natural e está à disposição do falante, que pode selecionar os elementos e organizar, de forma personalizada, o seu discurso. Portanto, "o discurso é o lugar das coerções sociais, enquanto o texto é o espaço da liberdade individual" (FIORIN, 1988:42).

Como o mesmo discurso pode manifestar-se em diferentes textos, a liberdade de textualizar é muito grande, estando condicionada apenas pelos modelos usados na aprendizagem, ou seja, pela tradição textual. As formas de expressar o discurso são aprendidas, estando sempre de acordo com as tradições culturais de uma sociedade. Algumas formas consagradas tornam-se modelos, que são repetidos durante gerações. No Brasil, o plano de ex-

pressão dos discursos de Rui Barbosa e Coelho Neto, por exemplo, foram modelos seguidos durante décadas.

É ainda possível distinguir texto e discurso como as duas faces do objeto de estudo da linguística textual, que trata da organização interna, coesão e coerência linguística, e da análise do discurso que se preocupa mais como contexto e o sentido.

O discurso é considerado um objeto linguístico e histórico, portanto a análise pretende levar em conta esses dois aspectos, sem sacrificar nenhum deles. (FIORIN, 1999: 230). Isso significa que, ao levar em conta os fatores linguísticos e extralinguísticos, a AD torna possível a análise interna do texto (O que o texto diz? Como ele diz?) e, ao mesmo tempo, a análise externa (por que este texto diz o que diz?). O sentido do discurso surge, então, ao se estabelecer a relação entre o enunciado e as condições de sua produção, ele não se encontra no enunciado fora do contexto, mas na relação estabelecida no momento do ato discursivo (FIORIN, 1999:230). Devido a esses fatores, o analista do discurso é obrigado a fazer uso de conhecimentos linguísticos e não linguísticos.

Ao estabelecer relações entre a linguagem e a sociedade, o método permite evidenciar o caráter ideológico do discurso, já que a prática discursiva expressa as relações sociais e os engajamentos ideológicos em determinada sociedade, o que também revela as conexões entre discurso e poder. O discurso torna-se, então, o lugar do conflito e do confronto.

A ideologia, em seu sentido amplo, é entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a

compreensão que uma dada formação social tem do mundo. Pêcheux propõe que toda formação social implica a existência de "posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação" (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004:241).

Há tantas formações ideológicas quantas forem as visões de mundo numa dada formação social. Como a linguagem é o suporte, é o instrumento que permite que as representações ganhem materialidade, cada formação ideológica realiza-se em um discurso próprio, reconhecível e distinto dos outros. Logo, para cada formação ideológica, existe uma formação discursiva. A formação discursiva é, então, um conjunto de temas e figuras que materializa uma visão do mundo (FIORIN, 1988). As visões do mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia, vista como algo imanente à realidade, é indissociável da linguagem. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressões da vida real, ou seja, a realidade exprime-se pelos discursos. Para Foucault, "a formação discursiva é definida como uma regularidade na escolha dos objetos, tipos de enunciação, conceitos e temas entre certo número de enunciados" (FOUCAULT, 1986:43).

Há tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas, consequentemente as ideias de uma época (a ideologia) são determinadas pelo nível econômico, pelas formas de luta de classes, pelas teorias políticas, jurídicas, filosóficas e também pelas concepções religiosas. E da mesma forma que a ideologia dominante é sempre a da classe dominante, o discurso dominante também é sempre o da classe dominante.

O que importa para o analista é que todo discurso apresenta uma ou várias visões do mundo existentes em uma sociedade. O componente semântico do discurso é que contém a visão de mundo veiculada pela linguagem. Aceitando-se esse ponto de vista, essa visão do mundo não será então arbitrária, mas resultado de fatores sociais, não podendo, por conseguinte, ser alterada em razão de uma escolha arbitrária.

Não é tarefa da AD questionar se o real construído é falso ou verdadeiro. Assim, seguimos a posição de Charaudeau, para quem o importante para a análise é que os discursos de representação revelam os sistemas de valores utilizados para a compreensão e o julgamento da realidade. O linguista francês afirma ainda que, a partir desse processo,

> "os indivíduos podem se definir e se reconhecer como pertencendo a um grupo social em função dos discursos de representação aos quais eles aderem ou, ao contrário, em função dos discursos de representação que eles rejeitam. É construída, assim, uma 'consciência social' do sujeito, consciência essa que não é necessariamente consciente e que o sobredetermina parcialmente." (CHARAUDEAU, 1999:36)

O discurso sofre coerções ideológicas porque a formação discursiva em que está inserido é que determina, para cada discurso, as figuras, os temas, o que pode e deve ser dito e o que não pode ser dito. Essa constatação exige um esclarecimento sobre a conceituação de sujeito da análise do discurso. Segundo Pêcheux, no nível do discurso, as escolhas são restritas, sempre há "o que pode e deve ser dito e o que não deve ser dito,... a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada" (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004:241). O autor usa a expressão "assujeitamento do sujeito", no sentido de que o enunciador não tem liberda-

de para compor o seu discurso, porque todo discurso provém da visão do mundo existente em uma formação social, em determinada época. Como o enunciador não pode ser considerado livre das coerções sociais, não pode ser visto unicamente como agente do discurso.

Contestando essa posição, Charaudeau (1999) considera que o ser humano fala e é falado no discurso, já que mantém, de um lado, a subordinação da consciência individual em relação aos determinantes sociais e, de outro lado, as condições de autonomia e liberdade. Ainda que cercado de limitações e constrangimentos, é na dimensão discursiva que o sujeito tem condições de assumir um papel ativo e estratégico. Ali o sujeito encontra um espaço de manobra no qual ele pode escolher, com certa liberdade, as estratégias discursivas (as formas de organização do discurso) que julgue mais apropriadas para influenciar os interlocutores. Além das estratégias discursivas associadas ao funcionamento e aos usos da língua, o sujeito sofre ainda os constrangimentos impostos pelas condições de produção discursiva que determinam os gêneros, os tipos e o vocabulário apropriados e, ainda, o contrato dos interlocutores.

Essa noção de que o sujeito não apenas fala seu discurso individual, mas também reproduz inconscientemente o seu grupo social, é fundamental para nossa investigação, porque ela permite esclarecer pontos muitas vezes nebulosos do discurso político, que tem por traços marcantes a dissimulação e a falta de transparência, relacionadas principalmente com a verdadeira representatividade do político. Por esse motivo, muitas vezes, é difícil encontrar respostas para algumas questões básicas nesse discurso: O político fala em nome de quem? A quem representa?

Fala em defesa de quê ou de quem? Pêcheux apresenta uma explicação bastante intrigante e reveladora:

> "O próprio de cada formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma, [...] o fato de que 'isto fala' sempre antes, alhures, ou independentemente" (PÊCHEUX, 1993).

Por conseguinte, no nível do discurso não existe individualidade absoluta do sujeito enunciador, que, na verdade, se mantém preso aos objetos e aos temas existentes em sua formação discursiva. O seu discurso reproduz uma ou mais formações discursivas assimiladas ao longo de sua vida, que constituem um suporte de discursos. Assim, os ditos pelos sujeitos expressam as relações sociais e os engajamentos ideológicos. As conexões entre o discurso e o poder evidenciam o caráter ideológico da prática discursiva, que, por sua vez, permite revelar quem é o sujeito, qual é a sua visão do mundo. Pode-se dizer, então, que no discurso encontra-se uma intencionalidade socialmente condicionada.

É importante esclarecer que a análise do discurso, conforme Charaudeau, preocupa-se não com o enunciador real, mas com o enunciador inscrito no discurso, ou seja, com aquele enunciador que, no interior do discurso, diz eu.

O método da análise do discurso não procura explicar a legitimidade da racionalidade política, nem desvendar os mecanismos que produzem os variados comportamentos políticos, mas questionar sobre os discursos que tornam possíveis os fatos e a racionalidade política (CHARAUDEAU, 2006). Para esse autor, o discurso político é o lugar de um jogo de máscaras, em que toda palavra pronunciada deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e pelo que não diz. No campo político, a palavra jamais deve ser

entendida ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia intencional. Nessa linha metodológica, a análise permite revelar o funcionamento do jogo de máscaras do discurso político, quais as suas condições de produção e quais as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito político para conseguir a adesão e o apoio de seus interlocutores.

É necessário, ainda, que se considere a presença da interdiscursividade, ou seja, a relação de um discurso com outros discursos. Como é determinado pelas formações ideológicas, o discurso não é único e irrepetível, ao contrário, ele sempre cita, chama, lembra outros discursos. O que significa que todo discurso é originário de um processo histórico sobre outros discursos, cujos percursos temáticos e figurativos encontram-se nele repetidos. A interdiscursividade se apresenta, assim, como a relação que os discursos mantêm entre si, de tal forma que, para ler o texto, é necessário levar em conta o intertexto. Quando um discurso cita outro discurso, os textos que os veiculam não precisam necessariamente remeter um ao outro, mas, quando um texto cita outro, os discursos veiculados por eles também se citam. Conclui-se que o sentido do discurso não se encontra apenas no seu conteúdo, ele é inseparável de suas condições de produção da enunciação. Por conseguinte, o trabalho do enunciador é um processo de "enlaçamento paradoxal" entre a organização linguística (a enunciação) e a situação (a cena de enunciação) (MAINGUENEAU, 2004:87).

Nesta análise foram considerados os seguintes fatores das condições de produção: tempo, lugar, atores e cenas de enunciação. Relacionados à organização linguística, foram selecionados: a composição gramatical, as questões

semânticas, as estratégias e as formações discursivas. O *corpus* é constituído por um conjunto de textos selecionados pelo seu valor de discurso fundador na política mineira e contraposto ao segundo conjunto de textos que carregam o valor de discurso dominante no espaço histórico estudado. Seguindo a conceituação de Maingueneau, o *corpus* da pesquisa está inserido no campo discursivo político, e o espaço histórico discursivo é definido pela linha do tempo que se fixa em 1951 e pelo lugar, Minas Gerais.

_3. AS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO DISCURSIVA

Para o exame das condições de produção do discurso, é fundamental tratar alguns fatores relacionados com o ato de enunciação, considerados circunstanciais por outras abordagens, mas essenciais à atividade da linguagem pela análise do discurso. A partir da concepção da linguagem como uma forma de ação, ou seja, falar não é somente transmitir informações, mas é também agir sobre o outro e sobre o mundo, procura-se apreender o sentido do discurso levando em conta os atos de enunciação pelo qual foram realizados.

Como já dito, os discursos variam de acordo com as diferentes condições de produção, cada situação exige uma organização diferente da língua. Surgem, então, diferentes tipos de discursos, por exemplo, coloquial, burocrático, científico, literário, jornalístico e o político, que é o nosso

objeto de estudo. O enunciado político é uma forma de organização da linguagem que se desenvolve na esfera do público (e não do privado), e que pretende tratar do bem comum. Entretanto, a caracterização de político para um enunciado é mais complexa, uma vez que, qualquer enunciado pode se tornar político, se a situação assim o considerar. Enquanto que outro com aparência de político pode não ter esse sentido. Portanto, não é o conteúdo do enunciado que é político, mas a situação que o faz assim (CHARAUDEAU, 2006:32). Inscrito em uma formação discursiva que define fortemente a posição do enunciador e dos interlocutores adversários, o discurso político procura influenciar opiniões e conquistar apoio às posições políticas do enunciador. Suas principais estratégias discursivas são persuasão sedução, e a eloquencia própria.

Para o linguista francês, o discurso e a política são ligados de tal forma que esta não existe sem aquela:

> "O discurso político não esgota, é claro, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU 2006:39)."

Por serem a ação e a linguagem políticas intrinsecamente ligadas, o estudo da política pelo discurso fica justificado.

Seguindo esses princípios, serão examinados os seguintes fatores: o lugar de onde surge o discurso, os sujeitos enunciadores, as cenas de enunciação, além dos aspectos linguísticos e discursivos do texto e a relação com outros enunciados.

_3.1 O LUGAR DO DISCURSO: MINAS GERAIS

Em um primeiro momento, procuramos caracterizar o contexto sociohistórico em que se encontrava Minas Gerais quando Juscelino Kubitschek, que surgira como força política transformadora na Prefeitura de Belo Horizonte, na década de 1940, vence as eleições e torna-se chefe do governo estadual em 1950. Na época, o Estado mantinha uma paradoxal relação com a modernidade, envolvendo sentimentos de rejeição e deslumbramento, sonho e medo, desejo e impossibilidade. Como afirma Eneida Maria de Souza, a Exposição de Arte Moderna de Belo Horizonte, promovida em 1944 pelo então prefeito Juscelino Kubitschek, causou "impacto ao público e estranhamento aos habitantes de uma cidade que tampouco havia se libertado de princípios conservadores, embora estivéssemos sob o governo de JK, de espírito progressista e democrático" (Souza, p. 26).

Quando Juscelino tomou posse como governador, em 1951, o Estado de Minas Gerais vivia uma estagnação econômica, conforme apresentado no capítulo 1 da parte 1. A organização social de Minas Gerais tinha por características a rígida estratificação social, o tradicionalismo pesado e o moralismo estreito. As elites tradicionais mantinham-se no poder graças, principalmente, à propriedade rural e ao controle da máquina administrativa do Estado. Pode-se dizer que somente a partir do governo JK se iniciou a transição, sem volta, da sociedade tradicional para a moderna, porque apesar dos esforços de modernização, a Capital mineira ainda era considerada uma cidade provinciana, chamada por alguns de "roça grande". Aquela cidade, que fora construída, ao apagar das luzes do século anterior, com o propósito de ser moderna, de

representar a modernidade, 50 anos depois, dormitava, sonolenta, tranquila, sem sobressaltos no meio do seu fresco verdor provinciano, como observa Mário de Andrade, que, em 1924, ao cantar a cidade, já chama a atenção para "o silêncio fresco da noite deserta", para a "calma do noturno de Belo Horizonte". Entretanto, na mesma época, a cidade de São Paulo já recebe do poeta o tratamento de uma metrópole que "vibra cheirando a vida!... rangem os caminhões... auto-ônibus bufando. Tudo bufando, abrindo asa..." (ANDRADE, Mário: 2005). Enquanto isso, até a década de 1950, Belo Horizonte, apesar de ser uma cidade jovem, construída para o futuro, ainda não seguia o *ethos* moderno porque faltavam à sociedade belo-horizontina alguns traços básicos que formam os valores da modernidade. Ao contrário, aqui predominavam ainda os antigos valores morais e os conhecimentos arcaicos que usavam métodos tradicionais de baixa produtividade, além de uma rígida estrutura social, que não permitia mobilidades entre classes. Ademais, seguindo as formas de domínio tradicional, em que o poder é personalizado, a relação com o Estado era determinada pelas relações pessoais, como se ele fosse uma organização particular, quase familiar, a ser dividida e distribuída entre as elites locais.

Em seu estudo sobre a relação de escritores modernistas com a cidade, Luciana T. Andrade (2004) destaca que ainda sobrevivia o sentimento de mundo interiorano – campestre romântico –, que causava um incômodo com a urbanidade, a velocidade e a impessoalidade da vida moderna, como pode ser lido nas obras de autores mineiros que moraram em Belo Horizonte, nas primeiras décadas de sua existência. As novas formas de interação social e os novos valores que se disseminavam no modo de vida dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Pau-

lo, eram recebidos com pesadas críticas, como ameaças à integridade da tradicional família mineira. Assim, Minas era o Estado da tradição, da elite, do provincianismo e da moralidade tradicional. Percebe-se, na época, a ausência de um movimento social objetivo e planejado com vistas ao desenvolvimento econômico e social que leva à modernidade plena. Ao contrário, o Estado encontra-se em completa estagnação econômica e social sem perspectivas de mudanças. A posse de JK como governador é o ponto inicial das mudanças que transformariam o Estado em direção à modernidade.

Para prosseguir na pesquisa, é necessário fazer um levantamento sobre o termo modernidade, suas significações e implicações e seu campo lexical. Feito isso, será possível desvelar qual noção de moderno está presente no discurso do governador e, ao mesmo tempo, a sua repercussão no Parlamento mineiro.

_3.2 O TEMPO – A MODERNIDADE AINDA QUE TARDIA

Segundo alguns críticos, a política de JK foi a tentativa de implantação de um projeto de modernização sem a modernidade plena, isto é, um projeto de modernização que não conseguiu incorporar os valores e os princípios da modernidade. A princípio, essa afirmação pode parecer estranha, já que JK é reconhecido como o presidente que modernizou o Brasil, na verdade, ela revela o paradoxo relacionado à própria conceituação de modernidade. Mas, para se discutir a questão do paradoxo da modernidade, faz-se necessário perguntar, com mais precisão, quais são os pressupostos que permitem pensar a modernidade a partir dos quais seria possível levantar seus valores e princípios e, ainda, demarcar o seu período histórico. A partir

da delimitação do quadro será possível compreender o projeto de modernização de JK e marcar sua abrangência e suas limitações.

Por causa de sua complexidade, para se fazer a descrição da distinção completa do quadro moderno seria necessário ampliar a pesquisa para além do âmbito do nosso trabalho. Assim, procuraremos fazer apenas um levantamento do que pode ser considerado básico para o entendimento do conceito de modernidade. Além disso, como esse termo carrega significações abrangentes e diversificadas, o levantamento terminológico e semântico será restrito ao objeto da pesquisa.

Como este é um trabalho de análise linguística, comecemos pela definição das palavras "moderno" e "modernidade". Em estado de dicionário, o vocábulo "moderno" significa simplesmente "recente, novo, atual, do tempo presente", e "modernidade" é o termo que descreve a condição de ser "moderno". A qualidade de ser moderno pode também significar, antes de tudo, de viver o seu próprio tempo e não desejar conservar nada antigo ou ancestral. Em um sentido amplo, cada período histórico teve os seus modernos.

Na história, para uns, a expressão Era Moderna refere-se ao período da História Ocidental a partir do período pós-medieval. Para outros, a Era Moderna tem início com a Revolução Francesa. Seguindo a primeira definição, ela se desenvolve em vários períodos históricos, como a Era dos Descobrimentos, a Renascença, a Reforma e a Contrarreforma, o Iluminismo, o Romantismo, e continua, para alguns, até os dias atuais; para outros, o Pós-modernismo já se encontra instalado. Alguns eventos dessa era causa-

ram impactos irreversíveis na sociedade ocidental, como a invenção da imprensa, as grandes navegações, a industrialização, a Revolução Francesa, a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial. Grandes movimentos políticos e filosóficos criaram as condições que mudaram definitivamente a vida social, o pensamento e os processos econômicos da sociedade humana, o que causou profundas rupturas na História, entre as quais podemos citar o Iluminismo, o Estado-nação, o capitalismo, a democracia representativa, o socialismo, o crescimento do papel da ciência e da tecnologia, a urbanização, a alfabetização em massa, a proliferação dos meios de comunicação e de transportes. O termo "moderno" é usado, então, para descrever um amplo espectro de períodos históricos do mundo ocidental, devendo, portanto, sempre ser entendido num contexto definido (WIKIPÉDIA).

Como se viu acima, a abrangência e a complexidade da Era Moderna causam enormes dificuldades semânticas e conceituais para se chegar a uma definição rigorosa do termo modernidade. Na verdade, não existe nenhum consenso para sua definição. Segundo alguns autores, é possível admitir que existe apenas uma percepção de que o mundo moderno é o produto de mudanças relativamente recentes e revolucionárias que atingiram todas as áreas da atividade humana – sociedade, política, ciência, economia, tecnologia, indústria, comércio, transportes, comunicação e cultura. Essa percepção tem força bastante para demarcar as fronteiras que separam o mundo velho do mundo moderno.

Para facilitar o entendimento, é usual fazer-se o levantamento de suas características. Ainda assim, os diversos e complexos aspectos da sociedade, dos processos econô-

micos e da mentalidade da modernidade obrigam o uso de uma grande variedade de termos para descrevê-la, entre os quais podemos citar:

1. Racionalização – Segundo Weber, o grande fator que deve ser considerado é o pensamento racional na atividade intelectual, que substituiu a influência das convenções e superstições. É a instalação do *"desencanto do mundo"*, ou seja, deu-se à razão a legitimidade da dominação política, cultural e simbólica, substituindo Deus e os ancestrais. A partir da razão são desenvolvidos processos e procedimentos tipicamente modernos, como a ciência e a tecnologia modernas, a vida política regida por um sistema legal impessoal, a burocracia (a administração marcada pela racionalidade e impessoalidade), o capitalismo (a busca racional do lucro), a secularização do Estado e da sociedade quando as igrejas perdem poder e a religião passa para o domínio do individual, comodificação (a agregação de valor econômico a qualquer coisa, isto é, qualquer coisa pode tornar-se *commodit* ou mercadoria), entre outros.

2. Criação do sujeito – O reconhecimento da individualidade e a liberdade individual são fortes características das reivindicações da vida moderna. Com a modernidade se instala a capacidade de institucionalização e o reconhecimento social "da interioridade do outro", independentemente de seu lugar ou de sua função social. Os indivíduos têm condições de se moverem no sistema social, criando uma sensação de liberdade, de competição dinâmica e de individualismo. Isso fica mais claro quando uma sociedade moderna é comparada com sociedades pré-modernas, nas quais a família e a classe social têm força para determinar o rumo a seguir na vida e os lugares e os papéis nos

quais o indivíduo pode atuar ou circular. A luta pela individualidade torna-se a busca de cada indivíduo por formas de tornar-se sujeito de sua própria história. Além disso, a teoria da evolução e a teoria psicanalítica mudaram a visão que o ser humano tinha de si mesmo.

3. Integração – A partir do desenvolvimento tecnológico, a modernidade foi capaz de criar condições para a integração das cidades, das pessoas e de comunidades variadas. O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e a forte tendência à urbanização foram fatores facilitadores da integração, que culminou com a globalização instaurada nas últimas décadas do século XX. Essa integração significa a ocorrência de uma transição da estrutura social, que deixa de ser composta de comunidades locais relativamente isoladas para se tornar uma sociedade integrada em larga escala, no sentido de que todas as comunidades acham-se reunidas e incorporadas, fazendo parte de uma rede maior. Em geral, a integração em grande escala envolve maior circulação de bens e de capital, aumento da mobilidade das pessoas e de elementos culturais e da informação entre comunidades formalmente separadas, mas numa área de alcance dos meios de comunicação. As consequências e as diferenças das sociedades fechadas ou isoladas são facilmente percebidas: muitos aspectos da sociedade tornam-se padronizados, inclusive a língua; diferentes segmentos e regiões tendem a uma maior especialização; o maior contato com culturas diferentes pode tornar a sociedade mais tolerante com as diferenças culturais; e a cultura externa costuma ter mais prestígio do que a local. Assim, as sociedades modernas com seus meios de comunicação e de transporte conseguem, de forma rápida e eficaz, interligar os mercados de produção e de consumo, propiciando o intercâmbio de culturas e pessoas.

4. Futuro – O futuro substitui o passado como referência da sociedade humana. As ações humanas são determinadas pelo futuro e não mais pelo passado. Uma visão da história que desacredita do passado, sempre percebido como obscurantista, em prol de um hoje ainda menos radiante do que o amanhã. Essa forte tendência produziu alguns eventos que representam ruptura ou quebras de continuidade histórica que mudaram o rumo da civilização ocidental. Como a vida é determinada pelo futuro, alguns procedimentos foram especificamente criados para que isso fosse possível. Já que o futuro é a meta, o planejamento de ações pessoais ou políticas tornou-se um procedimento fundamental em praticamente todas as áreas de atividade. É necessário estabelecer metas e definir estratégias para se chegar ao pretendido ponto futuro. Outra consequência do futurismo é a valorização do novo, a constante necessidade de algo novo para suplantar, para substituir o passado, o velho.

5. Dominação da natureza – Na história das relações da humanidade com a natureza, a modernidade surge como afirmação da superioridade do ser humano sobre a natureza, e o estabelecimento de uma condição de alteridade que cria a possibilidade de construir um conhecimento em relação ao mundo natural e uma tecnologia para a sua apropriação. Essa abordagem do mundo natural transforma todos os seres vivos e todo o meio ambiente em objetos de sua dominação, suas necessidades e seus interesses. A natureza é inimiga do homem, deve ser domada, dominada, controlada e colocada a seu serviço. A vida é uma guerra contra a natureza. Daí o frequente uso de expressões relacionadas com campo semântico de guerra para fazer referências à natureza.

6. Desenvolvimento científico e tecnológico – Algumas das acepções do vocábulo progresso são explicativos do conceito de modernidade: desenvolvimento ou alteração em sentido favorável, avanço, melhoria; acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos objetivos capazes de transformar a vida social; civilização, desenvolvimento; expansão, propagação.

Como ser moderno pode também significar, antes de tudo, viver o seu próprio tempo e não desejar conservar nada antigo, a modernidade pode ser vista como uma crise que tem a ver com os fundamentos do progresso. O desenvolvimento na ciência e a tecnologia fundamentaram a formatação do mundo moderno, mudando a forma de ver o mundo natural das pessoas letradas. A Revolução Industrial introduziu os modernos sistemas de comunicação e de transporte e, mais tarde, no final do século XIX, transformou o mundo conhecido de uma maneira e com uma rapidez nunca vista na história da humanidade.

Os inventos tecnológicos aplicados alteraram os processos econômicos, criando excedentes inesperados, que podiam ser transportados para qualquer lugar do mundo de trem, de barco ou, mais tarde, de avião. Como consequência, os países industrializados tornaram-se os mais ricos e mais poderosos do planeta. O progresso continuado da ciência produziu as novas descobertas que, ao longo do tempo, criaram a paisagem atual dos países desenvolvidos, mudaram as relações sociais, a relação do ser humano com a vida e com a morte. O cientificismo, a forma de pensamento que exige que a verdade seja regida por leis do mundo observável e demonstrada de forma empírica e objetiva, é um produto do *ethos* moderno.

7. Urbanização – A cidade é o local da modernidade, em que se cria, se desenvolve e são aplicados seu modo de fazer e de falar. Por outro lado, segundo Simmel, a cidade é também, em contraposição à racionalidade e à impessoalidade, o local que torna possível o surgimento do subjetivismo da cultura moderna. O sujeito, ao ter sua vida determinada pelo futuro e não pelo passado, torna-se, de repente, solto das tramas e das amarras da tradição, permitindo, assim, surgir um discurso, pelo menos em parte, individualizado e idiossincrático.

8. Política – A modernidade é também uma mudança na forma de se fazer política. Com a derrubada dos rígidos padrões hierárquicos, que dirigem sua participação na vida religiosa e política, o indivíduo consegue, com lutas e revoluções, fazer valer a sua ação política na comunidade política. É a possibilidade política de mudar as regras do jogo da vida social, de alcançar a emancipação do indivíduo da cultura tradicional regulada por tradições e ideologias dadas. Pode-se associar a modernidade à busca do ideal desenvolvido pelos iluministas, ou seja, à luta contra o arbítrio da autoridade, contra os preconceitos e contra as contingências da tradição, sempre com a ajuda da razão, prometendo a libertação e a liberdade e caracterizando-se pela universalidade, individualidade, racionalidade e igualdade. O seu fundamento é articulado em torno da teoria do contrato. O homem da modernidade será aquele que por seu trabalho ascende ao *status* de homem livre, de cidadão, em luta pela igualdade de direitos.

Algumas das características usadas para descrever a modernidade podem parecer contraditórias, no entanto, isso se deve à complexidade do processo modernizador, cujo desenho apresenta aspectos bastante diversificados. Ape-

sar da complexidade, é possível reduzir essas características a um conjunto simplificado de princípios filosóficos e sociológicos como o racionalismo, o individualismo, a democracia, o desejo por uma liberdade pessoal mais ampla, a rejeição da tradição, a valorização do novo. A combinação e a confluência de todas essas mudanças extremas nos diversos campos ou áreas da atividade humana – política, econômica, industrial, científica, tecnológica, psicológica e cultural – é que construíram e continuam a construir, até os nossos dias, a Era Moderna.

No entanto, apesar de todas as mudanças revolucionárias, em termos da realidade histórica empírica, não podemos pensar na modernidade como a realização da plenitude e da felicidade humanas. Esse é o conhecido "paradoxo da modernidade", que tem a ver com o fato de que ela trouxe uma série de benefícios para a sociedade, que abrange desde as questões políticas, envolvendo tratamento igualitário, cidadania e democracia participativa, até aquelas relacionadas à tecnologia, aos processos produtivos, à saúde, às comunicações, entre outras. Por outro lado, a modernidade tem também a sua face escura ou o seu lado escuro, comumente apontado por pesquisadores. Esse lado escuro se refere ao fato de que alguns traços de muitas sociedades modernas não combinam com as diretrizes e os pressupostos da modernidade. Por exemplo, não podemos nos esquecer de que alguns dos eventos mais violentos da história da humanidade aconteceram na Era Moderna, como a escravidão, o genocídio dos indígenas da América, a emergência dos estados totalitários, os problemas ambientais, a perseguição política, a miséria das sociedades periféricas, as bombas atômicas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki, o holocausto, as duas guerras mundiais, cujo grau de devastação e de número de mortes foi absolutamente inédito na

historia da humanidade. Esses eventos podem até sugerir que o pensamento racional da sociedade pode envolver a exclusão ou a exterminação dos indivíduos ou elementos que fogem de determinado padrão.

O paradoxo da modernidade nos leva a pensar que ela não se pousa sobre um fator único, uniforme e coerente na história. Ao contrário, as dificuldades apresentadas em qualquer tentativa de sua definição podem ser oriundas das incoerências entre ação e discurso reveladas no curso da história ocidental. Essa constatação abre perspectivas carregadas de sentidos. Uma delas pode ser a de que o discurso moderno segue duas direções, uma em direção à tecnologia e ao capital, e a outra em direção à filosofia política, à cidadania e ao desenvolvimento social. Assim, em uma leitura mais atenta, o discurso moderno revela-se multifacetado, de forma que traços básicos da modernidade podem ser realçados ou obscurecidos de acordo com os interesses e convicções do falante, podendo causar surpresa e indignação naqueles que acreditam que ética e razão devem andar sempre juntas.

_3.3 OS SUJEITOS DISCURSIVOS

Os sujeitos discursivos são os locutores e interlocutores que participam de forma ativa da troca de comunicação. Em uma reunião de pessoas, pode haver participantes que não fazem intervenções. No momento em que um participante toma a palavra e se dirige a outro participante, os dois tornam-se sujeitos do discurso ou atores de comunicação. Esses termos são usados para identificar os participantes do ato de comunicação a partir de seu estatuto social e das representações sociais de que é portador. Assim, no *corpus* examinado, os sujeitos são o governador do Estado e os deputados.

Segundo o linguista francês Charaudeau (2004), o sujeito do discurso ocupa-se de duas atividades linguísticas ao mesmo tempo: é o sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando qual será a reação do seu interlocutor; ao mesmo tempo, é também o sujeito que recebe um ato de linguagem e deve interpretá-lo em função do que pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. A cena de enunciação define regras e comportamentos, de forma que o sujeito é coagido a seguir determinado padrão discursivo. No entanto, apesar desses condicionamentos, ele tem liberdade para marcar sua individualidade, fazer escolhas e definir estratégias no momento de enunciar seu discurso, pois carrega consigo vários tipos de saberes, opiniões e crenças. A complexidade da situação de comunicação exige do sujeito uma competência não somente linguística, mas também comunicacional e discursiva.

No discurso político, o sujeito é aquele que está investido do poder dizer. Aquele que tem o direito de falar é o que tem a legitimidade da fala, tendo como espaço do discurso o local credenciado para tal. Mas não fala sozinho, *per si*, solto, desamarrado de outros discursos, ele obtém seu discurso de determinadas instituições ou formações discursivas. O contexto político estabelece as normas do poder e não poder dizer, do que pode e o que não pode ser dito. Daí a necessidade de se investigar as relações que o sujeito mantém com os dados da situação de comunicação, o estatuto, o lugar, a posição, quem ou o que lhe confere o direito de falar e quais instituições ou formações discursivas obtém o seu discurso.

3.3.1 O governador JK

Na história do Brasil, JK surge, tanto no imaginário popular quanto na historiografia, como uma figura complexa,

um político audaz e corajoso detentor de características diversas e acentuadas que o destacam em um cenário político marcado por figuras padronizadas, como na República Velha e na ditadura militar, em que chega a ser constrangedora a uniformidade e a mesmice dos discursos, das ações e das figuras.

Entre as características de sua personalidade política, marcantes na sua diferenciação de seus pares na mesma época, podemos destacar: *ethos* moderno, democrata, dinâmico, otimista, alegre, uma figura para se tornar herói, utópico – apresenta propostas de dimensão utópica, futurista – os projetos eram voltados para o futuro, pragmático, desenvolvimentista, progressista.

Como chefe do Executivo mineiro, JK recorre aos pronunciamentos pelo rádio com o intuito de conseguir o apoio do povo a seu projeto político. Esses pronunciamentos, dada à sua reconhecida personalidade sedutora, são marcados por recursos discursivos de sedução, manipulação e persuasão.

Ao fazer pronunciamentos transmitidos pelo rádio, JK inaugura, em Minas Gerais, em 1951, o uso político da mídia. Foi mais uma demonstração de sua capacidade de se manter atualizado seguindo os parâmetros da modernidade da época, já que, em vários países desenvolvidos, já se fazia uso político da mídia, principalmente do rádio, que era a grande força midiática. Foi introduzido também o uso do *marketing* para fins políticos. Historicamente, o discurso político sempre fez uso de metáforas, imagens e ditados para ilustrar seus argumentos. Mas, a partir do uso político dos meios de comunicação de massa, essas estratégias discursivas começaram a ser elaboradas se-

gundo o modelo de *marketing* e propaganda. Segundo Charaudeau (2007), a política no mundo moderno segue as regras do espetáculo, já que o que está em jogo não são apenas os conteúdos das ideias, mas também sua encenação. O político, então, passa a se apoiar na imagem e no *marketing* para obter de seus concidadãos a "dominação consentida ou legítima", no sentido de procurar conseguir, em um ambiente democrático, que os cidadãos consintam em serem dominados ou dirigidos por ele.

O modo de viver do governador e o seu dia a dia eram divulgados de forma a incentivar na população a vontade de mudança e de receber o espírito do novo. Assim como fizera como prefeito da Capital, e faria, mais tarde, na chefia do executivo federal, JK pratica a governança do Estado de forma inusitada para os padrões da época, criando fatos novos que incluíam incentivos ao patrimônio artístico e cultura e à arquitetura moderna, com a construção do Edifício JK; viagens de avião pelo interior de Minas, causando espanto e admiração nas populações das pequenas e distantes cidades do interior, que nunca haviam recebido um governador e muito menos um avião; abertura do Palácio da Liberdade para visitas de populares; e ainda a criação de um canal direto de comunicação do governante com o povo ao discursar pelo rádio.

Em suas falas no rádio, JK mantém um ambiente de conversa coloquial entre pessoas amigas, chega a descrever a sua rotina diária: "o trabalho começa às 7 da manhã e vai até a hora que for necessário" (KUBITSCHEK, 1953:64). Lista alguns fatos corriqueiros do seu dia a dia, o que dá noção das tarefas de que um governador de Minas se incumbia na época: assinatura de papéis, audiências públicas com

autoridades, almoço com dez ou mais pessoas "dos lados e na frente, a me dizerem que aquela ponte está caindo, que a professora tal precisa ser aumentada, que os comunistas estão dando tiros em Uberlândia, que os soldados da Polícia estão sem botinas e que reclamam uma estrada para Montes Claros" (KUBITSCHEK, 1953:65). À tarde, mais audiências e despachos. Em torno das 11 horas da noite é que tem tempo de estudar os planos e projetos, discutir a política geral da administração e definir diretrizes para o futuro. Quando faz viagens ao interior, além de participar de solenidades, recebe delegações e prefeitos de mais de uma dezena de municípios vizinhos (KUBITSCHEK, 1953:65).

É interessante descobrir nos textos de JK a sua desenvoltura para se locomover entre ambientes, locais, variados ou excludentes, opostos, ambivalentes (roça e cidade, província e capital, tradicional e vanguarda). Aprecia tanto os costumes cosmopolitas quanto valoriza e ama a tradição cultural mineira, ainda que tivesse o propósito de mudar alguns costumes, considerados atrasados e incompatíveis com a vida moderna.

Sentia-se à vontade, de igual maneira, em uma fazenda do interior de Minas ou em eventos no Rio ou em Paris. Circula de avião, de jipe ou de trem, pela província como pela corte, com tal segurança e desenvoltura que incomoda os seus adversários, tanto os da província quanto os cosmopolitas. E, até hoje, é difícil encontrar um político de porte que tenha a mesma desenvoltura para circular em mundos diferentes, de viver entre a fronteira de dois mundos, sem tensão ou agonia, comum entre sujeitos que vêm de uma realidade diferente. Não sentia a angústia ou a tensão entre sua origem provinciana e sua vivência urbana. Sentimentos que angustiavam muitos minei-

ros, como demonstra Luciana T. Andrade em seu estudo sobre a vida de escritores mineiros em Belo Horizonte.

Ao contrário, JK procura, deliberada e incansavelmente, o mundo moderno. Para isso, segue a nova ideologia d administração pública, surgida a partir da segunda metade do século XX: a competência tecnocientífica, ou seja, o conhecimento é que dá poder de mando e de direção. A partir daí o administrador competente, torna-se o modelo do político bem-sucedido (CHAUÍ,1984).

3.3.2 Os deputados à Assembleia Legislativa

A política, segundo Hanna Arendt, existe quando os homens agem e comunicam coletivamente, o que requer um espaço em que possam se encontrar e interagir por meio da ação e da palavra. O espaço público é o lugar no qual o discurso tem o objetivo do bem comum, é o lugar de opinião e de ação. A construção desse espaço público depende da participação de representantes dos diferentes setores da sociedade, o que significa reconhecer a existência do conflito como constitutivo das relações sociais. A existência de um campo de negociação dos diversos interesses presentes na sociedade é que permite a "convivência dos diferentes".

Em nosso sistema político, o espaço onde é possível acontecer a atividade política plena está no Poder Legislativo que, por meio da palavra, envolvendo diferentes interesses e opiniões, permite criar o consenso que define a ação política em prol do bem comum. Em uma sociedade democrática, é também o espaço político onde se espera que estejam presentes os representantes dos diversos setores e camadas sociais, e também diversas formações ideológicas.

Entretanto, esse não parece ser o caso da 2ª Legislatura, porque não é possível afirmar que os diversos setores e camadas da sociedade estavam representados na Assembleia Legislativa. Ao contrário, o que se observa é o grande número dos deputados originários ou representantes das oligarquias rurais ou de famílias tradicionalmente ligadas à burocracia estatal, como fica demonstrado na análise encontrada no capítulo O PERFIL DOS DEPUTADOS, Parte 1. Portanto, os resultados da análise demonstram que, em nossa sociedade, vigorava uma forte concentração de poder, seja nos níveis regional, municipal ou estadual.

Na análise da Parte 1, a ausência de representantes de importantes setores da sociedade fica evidente no levantamento da principal atividade profissional dos deputados. Os 35 deputados oriundos da área de direito (advogados, professores) formam quase a metade da Casa; os médicos constituem o segundo grupo, com 15 representantes; e apenas dois representantes de classes assalariadas – operária e ferroviária. A leitura dos textos desvela ainda a ausência de representantes de grandes camadas da sociedade e a ausência de projetos e debates tratando de questões de interesse de mulheres, negros, índios, crianças ou até mesmo de atividades de interesse geral da população como educação, saúde, segurança, habitação, cultura, etc. (ver parte 1.4).

Os membros da 2ª Legislatura podem ser classificados em dois grupos, os "tradicionais ou familiares", que formam a grande maioria, defendem os interesses das oligarquias regionais e famílias burocráticas que representam; e os classistas, pequena minoria de representantes do capital e do trabalho. Nesse espaço de conflitos ideológicos e programáticos, sobrepujam os interesses partidários e pes-

soais nas formas do fisiologismo, patrimonialismo, populismo tradicional. Os partidos políticos seguem o modelo tradicional, mantendo com seus eleitores relações paternais e clientelistas, de troca de favores e apadrinhamento. (Ver também parte 1.4.)

Devido ao baixo nível de industrialização e à inexpressiva população urbana, outros setores da sociedade, como a burguesia industrial e os sindicatos, não conseguiam se articular como forças políticas capazes de enfrentar a burocracia familiar e a oligarquia rural. O Estado era, assim, dominado pela oligarquia conservadora, que, além de controlar a máquina estatal, impedia o surgimento de novas lideranças. O caráter excludente e conservador da organização política do Estado impedia tanto a modernização capitalista quanto a construção de uma sociedade democrática e plural. A partir do governo JK é que surgem novas forças políticas oriundas da burguesia industrial, que serão as protagonistas do projeto de modernização da economia e da sociedade mineiras. (Ver parte 1.4.)

As forças políticas representadas na Assembleia Legislativa eram divididas em dois blocos partidários formando situação e a oposição. A coligação de apoio ao governador era formada pelos partidos PSD, PR, PTB, PSP, PRP e PTN (ver Parte I, 4). Enquanto a oposição era formada, principalmente, pela UDN e pelo PDC.

Quando se fala do famoso estilo mineiro de fazer política, fala-se do PSD de Minas. Na década de 1950, talvez como em nenhuma outra época, a política mineira vivia momentos de glória, com a presença atuante de políticos de expressão nacional, chamados de "raposas mineiras", como José Maria Alkmin e Benedito Valadares. Esse jeito

de fazer política era único no Brasil e destacava-se por um espírito conciliador, não afeito a truculências e golpismos, preferindo a negociação, os acordos, a conversa ao pé do ouvido. Segundo o próprio JK, autêntica raposa pessedista, seu governo é de coligação e entendimento (KUBITSCHEK, 1953:199).

O outro importante partido da coligação é o PTB, que, mesmo fazendo parte da base de apoio, demonstrava vitalidade e independência ao apresentar críticas importantes na defesa de seus princípios partidários, como o direito trabalhista, as reformas sociais, a reforma agrária, a industrialização e a luta contra o "entreguismo". A oposição é composta principalmente da UDN, o mais forte partido de oposição do período democrático, que começa em 1946 e termina com o golpe de 1964, que, aliás, ajudou a executar. Manteve-se no poder como força ativa na ditadura militar, com vários representantes em ministérios. Conhecida como o "partido dos bacharéis", a UDN manteve-se fiel às suas origens ao eleger nada menos do que 17 advogados dos 21 deputados de sua bancada na Assembleia Legislativa, conforme Parte 1.4.

Estão listados abaixo, com seus nomes políticos, os deputados que mais se destacaram nos debates do período estudado.

1. Os deputados da situação:

Ribeiro Pena (PSD) – presidente da Assembleia Legislativa, advogado
Último de Carvalho (PSD) – engenheiro e agrônomo
Waldomiro Lobo (PTB) – artista, radialista e comerciante
Synval Siqueira (PTB) – sem curso superior
França Campos (PSD) – Diretor do Banco Financial da Produção
Hermelindo Paixão (PSD)

Luiz Maranha (PSD) – médico
Adolfo Portela (PSD) – médico
Emílio Vasconcelos (PSD) – advogado
José Augusto (PSD) – advogado
Arlindo Zanini (PTB) – contador
Joaquim Moreira Júnior (PTB) – ferroviário
José Geraldo de Oliveira (PRP) – médico
Carlos Megale (PR) – advogado
Cônego Mesquita (PR) – padre
Gregoriano Canedo (PR) – jornalista e advogado
Juarez de SOuza Carmo (PR) – advogado
Mauricio de Andrade (PSD) – advogado
Eduardo Lucas (PSD)

2. Foram os seguintes deputados da oposição que se destacaram:

Oscar Dias Corrêa (UDN) – professor e advogado
Horta Pereira (UDN) – professor de Direito e advogado
Odilon Resende (UDN)
Mata Machado (UDN) – advogado
Paulo Campos (UDN)
Fabrício Soares (UDN) – advogado
Simão da Cunha (UDN) – advogado, acionista do jornal Diário de Minas
Dnar Mendes (UDN) – advogado
Oswaldo Pieruccetti (UDN) – advogado
Milton Salles (UDN) – advogado
Manoel Costa (UDN) – advogado
José Cabral (UDN) – advogado
Pinto Coelho Filho (PDC) – advogado

_3.4 AS CENAS DE ENUNCIAÇÃO

Cada enunciado adquire sentido no espaço definido pela cena de enunciação, que não é estática, dada ou pronta, e exige uma cenografia discursiva construída com base

no que deve ser dito ou falado, envolvendo os papéis dos interlocutores, o gênero e o tipo do discurso e o quadro espacial e temporal. Assim, uma enunciação política implica um sujeito no papel de cidadão, dirigindo-se a outros sujeitos também no papel de cidadãos.

A importância dada à cena deve-se ao fato de que ela é legitimadora do enunciado, ou seja, toda fala exige certa cena de enunciação para ser legitimada. Por sua vez, a cena somente é validada por intermédio da própria enunciação. Em outras palavras, a legitimação estabelece que a cena de enunciação em que nasce a fala é precisamente aquela exigida para enunciar aquele discurso (MAINGUENEAU, 1997). Consequentemente, o sentido do discurso não está apenas em seu "conteúdo", ao contrário, ele é inseparável da situação em que foi enunciado. Na política, a encenação é bem mais do que a condição da enunciação política, ela se constitui também em sua legitimação: o Parlamento autoriza-se a si mesmo por meio do que profere.

Faz-se necessário, também, reconhecer a posição do sujeito a quem é conferida a investidura do poder discursivo. Na análise do debate entre Oscar Dias Corrêa e Waldomiro Lobo, serão investigadas as questões relativas à legitimidade, o direito à fala e ao estatuto do sujeito do discurso.

O recorte revela duas situações de comunicação que se relacionam: as falas do governador transmitidas pelo rádio e os discursos proferidos em Plenário pelos deputados. A leitura dos textos revela a interlocução dos sujeitos enunciadores que dialogam, refutam, apoiam matérias e temas relacionados à governança estadual, de tal forma que é possível construir um cenário virtual da cena de enunciação ainda que instalado em espaços e tempos diferenciados.

Os enuciados do governador foram pronunciados na forma midiática do rádio, enquanto os dos deputados, no Plenário da Assembleia Legislativa. No entanto, nossa investigação pousa sobre textos transcritos de discursos políticos efetuados oralmente. Portanto, não levaremos em consideração o fato de que a materialização original dos discursos tenha sido oral: o governador falou do estúdio da rádio e os deputados, da tribuna do Plenário da Assembleia Legislativa.

Além disso, não serão consideradas como objeto de análise as discursividades que envolvem o não verbal. Apesar de sabermos que JK foi o inaugurador em Minas do espetáculo midiático, que se tornará mais tarde o modelo de políticos que se apresentam como "modernos", esse aspecto foge aos propósitos deste trabalho.

As duas cenas de enunciação, apesar de não concomitantes no espaço e no tempo, funcionam como o lugar do embate discursivo. A análise do discurso radiofônico do governador recebe o título característico: Nas Ondas do Rádio. Da mesma forma, o estudo dos pronunciamentos parlamentares recebe como título o nome do lugar em que se fundamenta e onde atua o Poder Legislativo: O Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

3.4.1 Nas ondas do rádio

As palestras de JK ao povo mineiro, sem periodicidade definida, tratam das propostas e das ações governamentais. A situação de fala caracteriza-se por um discurso político, um chefe do Estado dirigindo-se aos cidadãos, fazendo uso do registro formal da língua. O meio de comunicação escolhido é o da radiodifusão, o que condicionou a cons-

trução dos textos e das situações, já que o enunciador dirige-se a ouvintes genéricos que não estão presentes no espaço da cena. A manifestação material dos discursos, o suporte e o modo de difusão não são simples meios de transmissão e de circulação do discurso, eles imprimem aspectos diferenciados a seus conteúdos e também comandam os usos que deles podemos fazer. Uma mudança importante no meio de transmissão modifica o "conjunto de um gênero de discurso". Assim, quando o governador faz suas palestras pelo rádio, não há como controlar a circulação e a recepção de sua fala e ela se espalha pelas ondas sonoras, introduz-se na casa de qualquer pessoa, ficando disponível para quem quiser ouvir. O mesmo não acontece em anunciados ao vivo porque mesmo em um comício em praça pública, quando o discurso é lançado ao ar a quem estiver presente, existe certo controle sobre quem é o ouvinte, a quem ele se dirige. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que é dirigido a todos, o discurso pelo rádio permite ao locutor dirigir-se individualmente a cada ouvinte, como se estivesse falando a cada um em particular, e, usando uma voz suave e amigável (não os gritos de um comício), entrar na casa de cada um e criar um ambiente sonoro de intimidade e confiança. Assim, a cena de enunciação é a do chefe de Estado, que se dirige aos indivíduos cidadãos, com uma voz clara, confiável e otimista, de forma intimista, como se estivesse falando a cada cidadão em particular. Esses fatores externos demonstram que a manifestação material dos discursos, o suporte e o modo de difusão não são simples meios. Eles imprimem aspectos diferenciados a seus conteúdos e, também, comandam os usos que deles podemos fazer.

Na década de 1950, o rádio era o mais importante meio de comunicação do Brasil, abrangendo todo o território

nacional, o equivalente à televisão de hoje. A transmissão de discursos do governador surge como uma inovação na prática da política mineira, marcada pelo elitismo e acostumada a discursos em praça pública e acordos de gabinetes. Essa inovação gerou reações contrárias da oposição, que a considera uma ação política menor, desmerecendo tanto a alta política quanto o político que dela utilizasse. Segundo a oposição, o político que fizesse uso do rádio igualava-se a figuras populares como jogadores de futebol. Além disso, partindo da certeza fundamental de que os políticos são mais importantes para o cidadão do que os jogadores de futebol, esse ato não está à altura do governador de Minas Gerais.

Por outro lado, a leitura das violentas críticas direcionadas ao governador pode revelar que o incômodo da oposição estava mais relacionado com a quebra do rígido controle da informação mantido em todas esferas governamentais do que com o seu estilo de governar. O controle da informação era uma das armas mais poderosas de se obter e de se manter no poder. Tal controle chegava a ser um verdadeiro bloqueio de dados fundamentais, que iam desde a não publicação de atos governamentais até a própria redação erudita de documentos legais, tornando-os inacessíveis ou ilegíveis, de forma a impedir a participação do cidadão no processo político. É interessante ressaltar que o que incomoda a oposição não é a mídia em si, mas a falta de controle sobre os destinatários. Quem é o auditório de uma emissão radiofônica? É todo e qualquer cidadão que se exponha à ondas sonoras transmitidas pelo rádio.

Não há como discriminar, recortar e conservar apenas aqueles que interessam ao locutor, não há como distin-

guir os amigos dos inimigos. Não há como se apossar de uma informação e fazer jogo político dela – todos ouvem ao mesmo tempo. Por conseguinte, a radiodifusão das ideias políticas, das diretrizes e programas, e das ações executadas pelo governo, levando dados e informações a toda a população, poderia, assim, tornar-se um primeiro passo para uma mais ampla participação da sociedade nas questões políticas. Tal disseminação da informação se mostrava como perigosa para a prática política tradicional das elites. Por esse motivo, as palestras radiofônicas são consideradas demagógicas pela oposição. Até então, os participantes da vida política eram restritos a um paradigma rígido que não permitia muitas variações: homens (não mulheres), porta-vozes ou membros das oligarquias, pertencentes à elite intelectual tradicional, atuantes em cenários restritos, como Palácio do Governo, Assembleia Legislativa, Escola de Direito, escritórios, casas particulares, auditórios fechados. A rua e a praça pública ficavam reservadas somente para os períodos de campanha eleitoral. Portanto, o ato do governador é considerado uma afronta à elite política, já que poderia fazer entrar em cena alguns novos atores, com os quais teriam que dividir o poder. A abertura ilimitada de enunciatários, pertencentes a classes, gêneros, regiões diferentes, parece ser a grande crítica da oposição, que não se mostra disposta a debater as questões políticas fora de seu cenário tradicional e com atores estranhos a esse meio. Ou seja, o lugar correspondente ao de seu público deve continuar sendo o lugar do não dito, do silêncio, do cala a boca.

Algumas décadas depois, o discurso político passou a comportar uma diversidade de cenografias, tanto em termos de mídia quanto em termos de sujeitos enunciadores e coenunciadores, não imagináveis então. Juscelino pode,

dessa forma, ser considerado o primeiro político mineiro e um dos primeiros brasileiros a perceber a importância dos meios de comunicação de massa.

3.4.2 O Plenário da Assembleia Legislativa

O espaço de enunciação em que acontecem os pronunciamentos analisados é o Plenário da ALMG. Por conseguinte, os pronunciamentos sofrem condicionamentos e coerções impostos pelas condições extradiscursivas, como a organização e o modo de funcionamento da Casa, as determinações partidárias, as posições políticas do autor. Esses princípios e procedimentos controlam os discursos, já que impõem aos deputados regras e posturas, que criam um ritual a ser seguido (FOUCAULT, 1986:39).

As funções da Assembleia encontram-se determinadas nas Constituições Federal e Estadual e no Regimento Interno, que estabelecem as competências e os deveres dos deputados estaduais. Em relação ao discurso, é assegurado ao deputado o direito de discutir sobre qualquer matéria, fazendo uso da palavra, obedecidas às disposições regimentais.

A liberdade de expressão era garantida pela Constituição Estadual de 1947, cujo art. 16 determinava que, no exercício do mandato, o deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos. O dispositivo da inviolabilidade faz criar as condições propícias ao livre exercício da palavra, o que transformava os pronunciamentos e debates em produtivas discussões, reveladoras de ideologias e comportamentos políticos.

_4. O EMBATE DISCURSIVO

Após as considerações sobre as condições de produção em que foram estudados os fatores lugar e tempo discursivos, os sujeitos envolvidos e as situações de enunciação, trataremos dos fatores linguísticos que compõem a tessitura discursiva, ou seja, o texto, sua construção, a composição, os elementos que o compõem, as estratégias usadas, os discursos a que remetem e as formações discursivas em que estão inseridos, sempre com o objetivo de revelar os sentidos dos discursos.

A noção de formação discursiva na análise do discurso permite apontar com clareza, no processo do discurso, o lugar social do locutor ou sua linha ideológica. Ela não se confunde com outras noções linguísticas, como o registro, que pode ser oral e escrito; o gênero, que pode ser prosa, verso, comédia, tragédia, discurso; domínio discursivo, que cobre o político, literário, jornalístico e outros; e os vários temas como poder, sobre economia, etc.

Segundo Foucault, as formações discursivas compõem-se pelo conjunto de enunciados marcado pelas mesmas regularidades e pelas mesmas regras de formação, que são as condições a que estão submetidos os elementos que as compõem: os objetos, a modalidade de enunciação ou enunciativas, os conceitos e as escolhas temáticas ou estratégias. Assim, uma formação discursiva é entendida como aquilo que faz com que dois discursos se pareçam,

que sejam constituídos de marcas linguísticas comuns, que mantenham regularidades discursivas, independentemente do domínio, do gênero, do registro ou do tema a que pertençam, ou da articulação (debate, sermão, panfleto, manifesto, programa) em que estão construídos. Dessa forma, o levantamento das semelhanças linguísticas entre discursos, que permite ao analista revelar o posicionamento ideológico-social da instância enunciativa, inclui os conteúdos, os conceitos, os objetivos, a terminologia, as estratégias e o domínio discursivo (MAYAFFRE).

No âmbito da análise do discurso, uma formação discursiva é considerada, ainda, a concretização da formação ideológica que a constrói, no sentido de que os textos que fazem parte de uma mesma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. Por conseguinte, as práticas discursivas estão impregnadas pela carga ideológica que permeia a formação de todo discurso, inclusive, o político. Nessas práticas é que são elaboradas as condições para a formação do objeto de debate; logo, o objeto não é um objeto empírico, mas uma construção. A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito em qualquer discurso, o que torna o sujeito locutor, em parte dependente desses parâmetros que funcionam como coerções ao seu discurso. No entanto, a liberdade não é totalmente cerceada. Ao construir seu discurso, sempre há espaço para a expressão individual do sujeito.

Considerar que o posicionamento ideológico de classe de um locutor instrui em última instância sua produção discursiva significa que é possível definir a sua posição ideológica a partir de seu discurso. A escolha dos vocábulos pelo locutor é capaz de apontar a formação discursiva em que seu discurso está inserido, uma vez que as palavras

carregam a carga ideológica e cada formação discursiva tem o seu vocabulário específico. O político vindo das classes populares não fala a mesma linguagem política que aquele oriundo ou porta-voz das classes dominantes; da mesma forma, o discurso conservador faz uso de elementos linguísticos diferentes daqueles do discurso moderno.

Entretanto, é importante ressaltar que, como cada gênero de discurso possui suas regras próprias, seja político, literário ou midiático, é indispensável o conhecimento dessas regras para não se atribuir à ideologia, à intencionalidade ou à estratégia intencional aquilo que faz parte das regras do gênero (BONNAFOUS).

O fato de toda prática discursiva estar encaixada em determinantes ideológicas, que afetam tanto a sua produção quanto a recepção, implica que tanto o enunciador quanto o receptor estão inscritos em formações ideológicas que determinam as formações discursivas da qual fazem parte. Seguindo esse princípio, em uma análise do texto escrito também é necessário levar em conta as condições de recepção, uma vez que o seu sentido somente se concretiza no momento da leitura. Logo, ao investigar o sentido do discurso, o pesquisador deve estar consciente de que, não apenas as condições de produção, também as de recepção são determinantes para as conclusões de sua análise. Esta atitude é chamada de posição discursiva do analista.

Com base nesses pressupostos, é possível levantar questões como: qual a ideologia que permeou os discursos estudados? Em quais formações discursivas estão incluídos os discursos de JK e dos parlamentares mineiros?

Com o objetivo de se desvendar as formações discursivas que permeiam os discursos, serão analisados seus aspectos determinantes: composição, descrição gramatical, análise semântica, conteúdo, estratégias discursivas, formações discursivas. Por último, é apresentada uma análise de um pronunciamento típico.

Inicialmente, é feita a análise linguística do texto de JK, para, em seguida, contrapô-lo aos textos parlamentares.

_4.1 OS PRONUNCIAMENTOS DO GOVERNADOR

A concepção da linguagem como uma forma de ação, de agir sobre o outro e sobre o mundo implica que o sentido do discurso só pode ser apreendido a partir da cena de comunicação em que ele surgiu, o que torna a organização da cena de comunicação o primeiro fator de diferenciação dos pronunciamentos de JK e os dos deputados. Enquanto estes se dirigem a seus pares, que formam um auditório presente e especializado, aquele se dirige a um auditório virtual (sem presença física) e universal, ou seja, a toda a comunidade que tem acesso à transmissão radiofônica. Esses fatores também determinam o tipo de linguagem não apenas em seu conteúdo, mas também em sua gramática.

A leitura dos pronunciamentos de JK identifica uma composição que mantém cada discurso dentro do mesmo padrão discursivo, o que torna possível criar no ouvinte a expectativa de receber a comunicação esperada, ou seja, não há espaço para efeitos linguísticos e discursivos causadores de surpresas ou rupturas, como acontece na literatura Bonfim (2004). Além disso, é uma forma de facilitar para o interlocutor a identificação do sujeito enunciador, do conteúdo veiculado e das intenções do enunciador.

A composição discursiva padrão pode ser recortada em segmentos de conteúdo que se repetem em cada pronunciamento, como saudação e apresentação de advertências, dos problemas e propostas de solução, das crenças e valores e, por fim, a conclamação ao povo de apoio a seu projeto. No item 4.1.6, está apresentada a análise detalhada da organização de um pronunciamento típico do governador.

A análise tratará dos seguintes aspectos dos discursos

4.1.1 Descrição gramatical
4.1.2 Análise semântica
4.1.3 Conteúdo
4.1.4 Estratégias discursivas
4.1.5 Formações discursivas
4.1.6 Análise de um discurso modelo de JK
4.1.7 Conclusão

4.1.1 Descrição gramatical

Assim como sua maneira de ser e de agir, a prática discursiva do governador não seguia o padrão gramatical do discurso político da época, dominado pela cultura erudita de bacharéis e influenciado pela escrita parnasiana, como será visto adiante.

JK segue o padrão moderno de escrita, que, no Brasil, se iniciara na Semana de Arte Moderna e, de forma lenta e gradual, já predominava em vários registros, como jornais, rádios, crônicas, música popular, e trabalhos científicos. Ele era tão moderno que seu próprio nome virou a sigla JK, seguindo a tendência, que se iniciara na década de 1950, de se criar siglas a partir das iniciais de denominações de empresas, órgãos públicos e novidades tecnológicas.

Quanto à sintaxe, o padrão gramatical caracteriza-se, entre outros: preferência pela sintaxe direta – sujeito, verbo, objeto – e parágrafos curtos; evita parágrafos longos e foge dos centopeicos. Do padrão antigo, é mantido, por ser considerado regra de delicadeza e cortesia, o pronome de tratamento na 2ª pessoa do plural.

Quanto ao léxico, as escolhas também seguem o mesmo padrão moderno. Abaixo estão algumas das características do vocabulário escolhido pelo autor:

- palavras de uso cotidiano: "viagem de canseiras e perigos";
- predomínio de termos de significação concreta sobre a abstrata: "É de estradas e de energia o de que precisamos", "A máquina governamental está a todo vapor";
- poucos termos e expressões que hoje seriam considerados obsoletos como "andar à matroca";
- rara presença de termos considerados eruditos: "rios coleantes, cidades tumultuárias, o comércio estua";
- presença de palavras de origem e significação urbana, segundo a conceituação de Andrade (2004): "As estradas e a força elétrica trazem a escola, o saneamento, o crescimento da produção e o aumento do consumo, a circulação de riqueza que tudo fecunda";
- anotação de raros eruditismos: " pugna, urbe";
- ausência de latinismos e citações literárias;
- ausência do vocabulário jurídico, que dominava a expressão discursiva no cenário político brasileiro na época;
- presença de termos relacionados às áreas técnicas e econômicas, o discurso juscelinista alterou a terminologia política em Minas;
- ausência de termos referentes a qualquer tema ou assunto do passado, como o uso de exemplos da Antiguidade Clássica, foi anotado apenas o adjetivo "titânico";
- presença de termos do mundo cultural de sua época.

As características descritas acima mostram como o discurso de JK pode ser considerado um modelo do discurso moderno, tanto nas representações sintáticas – discurso simples e direto – quanto nas escolhas léxicas – comuns e coloquiais. As propostas são sempre concretas e específicas (construir estradas, aeroportos, usinas – a construção de algo para alcançar maior riqueza), e não genéricas e abstratas como costumam ser as propostas dos discursos políticos.

O discurso de JK, construído com a nova gramática, incluindo novas formações discursivas e nova terminologia, é capaz de estabelecer relações, de representar e fundamentar o novo referencial programático e ideológico que se concretiza com a chegada dos novos tempos, de novo modelo político, baseado no desenvolvimento tecnológico, como demonstra a afirmativa abaixo:. "Cada indústria valerá como um novo e poderoso pulmão para a economia mineira" (KUBITSCHEK, 1953:128).

O sentido do discurso juscelinista também pode ser revelado na escolha lexical, que é cortada em dois planos lexicais: de um lado, a alta frequência de termos que fazem parte do campo lexical da modernidade tecnológica e econômica; do outro, a quase ausência daqueles relacionados à modernidade política, social e filosófica. Nessa escolha lexical está configurada a posição do autor, ao relegar ao segundo plano o desenvolvimento social, como fica claro ao anunciar a construção da Cia. Siderúrgica Mannesmann: "...o nascimento em Minas do maior fator de enriquecimento dos povos modernos: a indústria pesada"(KUBITSCHEK, 1953:23).

Assim como a sua maneira de ser e de agir, a prática discursiva de JK diferia daquela praticada pelos políticos da épo-

ca. Faz uso da linguagem coloquial, direta e objetiva correspondente a uma atividade política que segue um programa específico, definido por estratégias que se concretizam em ações a serem desenvolvidas com prazos marcados e com objetivos e metas a serem alcançadas. Pode-se considerar que esse tipo de prática política era inédito em Minas Gerais, mas já correspondia às expectativas contemporâneas.

4.1.2 Análise semântica

A análise semântica do discurso segue o pressuposto teórico de que as unidades significativas de um discurso só podem ser compreendidas se analisadas num contexto, uma vez que as fronteiras de um campo semântico não apresentam demarcação definitiva, ao contrário, elas se deslocam em função de lutas ideológicas durante diferentes situações sociohistóricas. O deslocamento produz alterações na significação das palavras, resultando que o conjunto de expressões linguísticas pode caracterizar um período histórico ou uma formação discursiva. Trata-se, então, de uma semântica que se ocupa dos processos de reformulação dos sentidos discursivos (MAINGUENEAU, 1987) em busca de eventos como apagamentos, desaparecimentos, redescobertas e substituições lexicais, deslizamentos e estereótipos, ambiguidades e polissemias.

Foram pesquisadas questões referentes à evolução do uso das palavras como: por quais ampliações ou reduções de cobertura de campo semântico e deslizamentos por que passaram algumas palavras do sistema de coreferência do discurso político de então.

Os vocábulos extraídos do texto para a análise foram definidos durante a leitura, e não escolhidos em função de

um saber histórico anterior. Certamente, a escolha do vocábulo não se dá de forma aleatória, mas recai sobre os termos marcados ideologicamente. Em nossa abordagem, cada vocábulo levantado é considerado histórico, já que sofre deslizamentos e reformulações em diferentes épocas. Logo, para compreender o seu sentido nos textos, faz-se necessário levar em conta o contexto histórico e social da época em que foram proferidos os discursos.

Com o propósito de fazer os ouvintes participarem das propriedades semânticas consideradas capazes de construir o novo mundo, o discurso moderno esforça-se em compará-lo ao mundo tradicional, velho conhecido de todos. Este é apresentado com predicados negativos: o marasmo, a inércia, a incompetência, o ilogismo, a pobreza, a obscuridade, entre outros, enquanto o espaço moderno vem carregado de predicados positivos: a clareza, o dinamismo, o otimismo, a força.

Como demonstrado anteriormente, a conhecida complexidade do termo "modernidade" é responsável pela sua polissemia e, consequentemente, pela amplitude do seu campo semântico. Na época, juntamente com a palavra moderno, ocorriam outros termos como desenvolvimento, progresso, futurismo. Esses termos ocorriam em posição de quase equivalência, ainda que houvesse variações de sentido. No discurso de JK, esse amplo campo semântico recobre os seguintes campos: racionalização, progresso tecnológico, integração por meios de transporte e comunicação, urbanização, industrialização, intervenção do Estado na economia, superioridade humana sobre a natureza, liberdade e democracia. Por outro lado, rejeita ou desconhece os seguintes campos: liberalismo econômico, economia agrícola, religiosidade, tradicionalismo, costu-

mes rurais, isolamento, dependência moral conservadora e, ao mesmo tempo, direitos trabalhistas, entre outros.

É interessante descobrir que as palavras "moderno e modernidade" não eram muito comuns na época: modernidade não foi encontrada em nenhum texto lido, enquanto a primeira surge em raras situações genéricas, como "era moderna", "estradas modernas" e "povos modernos". Essa ausência no discurso político da época, principalmente na fala daquele que é considerado o modelo do político moderno brasileiro, pode causar estranheza à primeira vista. No entanto, a explicação pode ser dada pelo fato de que, ao longo dos tempos, os significados das palavras podem ter alterações, ampliações ou reduções. Além disso, elas podem ser usadas em determinadas épocas e serem esquecidas em outras, podendo até ser recuperadas. Até a década de 1950, o termo que carregava os sentidos genéricos da modernidade era "progresso", por isso, tendo sido inscrita na Bandeira Nacional da República, torna-se, a partir de então, o termo que cobria quase todos os campos abrangidos pelo conceito modernidade. De amplo uso popular, progresso e seu adjetivo progressista eram comuns em denominações e qualificações de pessoas, jornais, estabelecimentos comerciais, cidades, como jornal O Progresso, cidade progressista, político progressista. JK fala da "A maravilhosa seiva do progresso, o incontido impulso para o futuro." (KUBITSCHEK, 1953:23). No discurso político, o vocábulo progresso teve redução de cobertura, já que, atualmente, a sua cobertura não equivale ao campo semântico modernidade. Ao contrário, acha-se razoavelmente restrito às áreas de desenvolvimento técnico e econômico.

O próprio JK, quando presidente da República, foi o responsável por essa mudança lexical e semântica, segundo

suas próprias palavras: "Reivindico para mim a inclusão da palavra desenvolvimento no vocabulário político brasileiro, porque antes de mim ninguém percebia o conteúdo dessa palavra – era só ordem e progresso" (KUBITSCHEK, 1955). Esse termo aparece dezenas de vezes no texto das Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento
A partir de então, desenvolvimento passou a ser a palavra definidora de seu governo na presidência, seu projeto político foi chamado de desenvolvimentista e até os planos de governo que vieram depois receberiam a denominação de plano de desenvolvimento. O campo semântico do termo foi dessa forma bastante ampliado, chegando a ocupar no discurso político todo o amplo espectro da modernidade, como pode ser em visto nas expressões: desenvolvimento social, econômico, humano, artístico, tecnológico; país desenvolvido, cidade desenvolvida, etc.

Atualmente, desenvolvimento está descolado do termo modernidade, mesmo que sua significação semântica faça cobertura de algumas áreas desse campo. A cobertura do vocábulo desenvolveu-se principalmente no discurso político para os campos econômico e social, carregando a significação próxima de evolução. Já o substantivo "futurismo", acompanhado de seu adjetivo "futurista", teve o seu uso restrito ao campo semântico das artes modernas. Por outro lado, os termos que se impuseram para se referir tanto ao período histórico quanto à época atual foram "modernidade" e "moderno".

Apesar de fazer pouco uso de figuras de linguagem, o discurso juscelinista, quando o faz, apresenta metáforas poderosas e diferentes do estilo político tradicional. Por exemplo, para se referir à desagregação em que se encontram os municípios mineiros, é usada a expressão "ilhas

isoladas", devido à dificuldade de manterem contato entre si e com a Capital do Estado, com o intuito de realçar que a construção de estradas é a condição para que haja integração entre elas: "E mais importante que tudo isso, uma estrada. Iturama deixará de ser uma ilha isolada" (KUBITSCHEK,1952:18). Como a integração econômica, social e política é fator fundamental em seu modelo de desenvolvimento, o governador sonha em fazer de Minas um arquipélago em que Belo Horizonte assumiria, como capital, o seu papel de centro econômico, político, cultural, do "arquipélago de ilhas distantes". (in SANTOS). A metáfora funciona também para definir ações ou situações isoladas, que fogem ao estabelecido naquele momento histórico: as poucas indústrias existentes então são chamadas de "ilhas de rebeldia desenvolvimentista no mar morto da pasmaceira generalizada" (in SANTOS); e até a cidade de Londrina, no Paraná, é referida como "ilha de civilização, menina de apenas vinte anos, já subindo aos céus nas grimpas de seus numerosos prédios de dez ou doze andares, estufando de vida no tráfego de seus 10.000 automóveis..." (KUBITSCHEK, 1952:167).

4.1.3 Conteúdo

Constam do livro Palestras Dirigidas ao Povo Mineiro, 18 discursos no período de 24 de abril de 1951 a 24 de dezembro de 1952, dos quais foram analisados somente aqueles do primeiro ano de governo. Em todas as palestras, o governador manteve como assunto principal, pode-se dizer quase que exclusivo, o seu programa de governo e tudo que a ele se relacionava. Tendo como justificativa os problemas pelos quais passava o Estado, como a precariedade das estradas e a falta de energia, apresenta seu programa "Binônimo – Energia e Transporte" como a so-

lução para o desenvolvimento. Sempre narra suas viagens por todos os recantos de Minas, quase em forma de relatórios – onde, quando e por que fez determinada viagem, com quem se encontrou, a situação do lugar visitado, etc. Procura comentar o seu prazer de falar para o povo e, ainda, faz exortações ao povo para que acredite em sua propostas e apoie seu programa de governo.

Seguindo seu estilo diplomático de fazer política, que o Brasil todo conheceria daí a poucos anos, JK pouco comenta sobre a administração anterior. A crítica, quando aparece, é elegante e impessoal: "Minas há de sair do marasmo e da rotina" (KUBITSCHEK, 1953: 10), sem jamais citar o nome ou fazer referência indireta ao ex-governador.

Ao divulgar informações sobre a "marcha dos negócios públicos" e, principalmente, como esses estão se concretizando de maneira rápida e financeiramente eficiente, JK procura incentivar o povo a trabalhar, na crença de que a força do trabalho opera grandes mudanças: "conheço o poder do trabalho, sei que ele opera milagres", (KUBITSCHEK, 1953, p. 5). Aproveita também o momento para exortar a população a colaborar com a administração pública, principalmente pagando os impostos em dia e mantendo-se informado sobre a governança: "Mas é evidente que o povo precisa estar sempre a par de todos os atos de seu governo e da marcha da administração" (KUBITSCHEK, 1953:132).

Por meio das palestras, o governador procura sentir a repercussão de suas iniciativas, das decisões políticas adotadas e da orientação. Espera ser avaliado pela população, e, ainda que, ao divulgar seu plano de governo e suas ações, a sua exposição seja motivo de críticas da oposi-

ção, faz uso de afirmações populistas, como "A opinião pública.... há de ser sempre a nossa maior inspiradora e guia" (KUBITSCHEK, 1953:10).

O prazer do governador de proferir as palestras: "É com satisfação que volto a falar-vos pelo rádio" (KUBITSCHEK, 1953:11) é anunciado ou proclamado em todos os segmentos das palestras: desde a divulgação dos projetos, passando pela repercussão e a discussão de ideias, e até a crítica é considerada como bem-vinda, por fazer parte de toda a discussão política democrática. No entanto, sempre rebate as críticas não construtivas, atribuídas por ele "à luta milenar entre o progresso e a reação" (KUBITSCHEK, 1953:13).

As palestras apresentam também um viés didático, quando o governador comenta a situação financeira do Estado usando termos corriqueiros e comparando-a com situações particulares. Do mesmo modo coloquial, discorre sobre o funcionamento da máquina administrativa. Além disso, explica pacientemente as fases necessárias e exigidas por lei para se colocar um programa em funcionamento. Quando fala de seu programa de estradas, por exemplo, o governador explica todas as etapas que têm de ser vencidas antes que se iniciem as obras propriamente ditas: o planejamento geral, a definição dos planos de cada estrada, as garantias de financiamento, a compra de maquinário, a licitação, a contratação de empresas e, por fim, a fase de execução, como no exemplo abaixo:

> A 1º de maio corrente, assinei o ato que autorizava a construção de 2.000 quilômetros de novas estradas... Pois a primeira notícia de hoje é a de que a fase preparatória do início da construção está sendo rapidamente vencida. É a fase da publicação dos editais, do recebimento das propostas, dos acertos legais e dos estudos contratuais, e essa fase, quase sempre difícil e compli-

> cada, vai sendo cumprida sem maiores tropeços, bastando dizer-vos que já recebi de capitalistas nacionais e, principalmente, mineiros, palavras de aplausos e compromissos de colaboração... De modo que o projeto caminha vitoriosamente para a execução e não decorrerão os três meses previstos para que o nosso povo assista a um grande desfile de máquinas que, partindo para os diversos pontos do Estado, irão abrir novos caminhos à riqueza de Minas (KUBITSCHEK, 1953:12).

Em outro pronunciamento volta a descrever os procedimentos e processos envolvidos na administração pública, seus instrumentos e atores. No exemplo, discorre sobre os procedimentos para a execução das obras:

> Promovemos as garantias para o financiamento, pusemo-lo em concorrência, esta já foi julgada, o contrato definitivo com a firma vencedora será assinado dentro de algumas semanas e as obras terão começo real um mês após, para o que já se estão concentrando as máquinas e o pessoal indispensável. (KUBITSCHEK, 1953: 44).

Até os aspectos técnicos envolvidos são divulgados, ao anunciar "a todo o povo mineiro os pormenores do plano, inclusive o traçado das estradas programadas e sua quilometragem" (KUBITSCHEK, 1953:37).

E assim discorre sobre o percurso e a quilometragem de cada estrada, como, no exemplo:

> A estrada 1 será a de maior extensão e ligará Belo Horizonte ao Salto da Divisa, cortando todo o Nordeste de Minas e ligando a capital de nosso Estado ao Sul da Bahia... Passará por Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Paraopeba, Curvelo, Gouvêa, Diamantina, tangenciará Itamarandiba, Capelinha e Minas Novas, atingirá Virgem da Lapa e Araçuaí, cruzando com a Rio-Bahia em Itaobi e dali se dirigindo por Jequitinhonha, Almenara e Jacinto a Salto da Divisa, nos limites da Bahia. Total de sua extensão – 903 quilômetros (Kubitschek, 1953:46).

O governador fala sobre política, progresso, economia, artes e cultura de uma forma segura, otimista, pode-se dizer até descontraída e alegre. Para quase todos os problemas é capaz de apresentar soluções práticas, rápidas e viáveis. No entanto, existe um assunto que, quando é tocado, faz o governador mudar o tom do discurso, torna-se sério, pessimista, por vezes até sorumbático: as reivindicações do funcionalismo público. Para estas, não existem soluções rápidas, nem promessas de "trabalho incessante" e nem máximo empenho para que as soluções sejam encontradas. Como fica explícito na palestra em que compara o bom salário das professoras do Estado de São Paulo com o baixo salário das "dedicadas professoras mineiras". Lamenta não poder aumentar os salários, naquele momento, e que o fará quando tiver terminado suas obras:

> Mas, para isso, preciso construir estradas e instalar usinas, a fim de dar ao Estado produção e transportes que o enriqueçam e lhe permitam atribuir àqueles que educam os seus filhos a remuneração a que fazem jus (KUBITSCHEK, 1953:16).

Essa didática resposta explica, de forma simples, o processo que leva ao progresso e revela, sem qualquer jogo de retórica, sem subterfúgios ou metáforas, nem demagogias, o lugar que ocupa a educação em seu projeto de governo e de desenvolvimento. Essa fala também explica muito do que aconteceu depois na história do Brasil – os planos de desenvolvimento que vieram depois nunca deram prioridade à educação.

A situação se repete em todos os momentos de resolver questões salariais do funcionalismo. O governador sempre explica, tecnicamente, contabilmente, a situação de penúria do Estado, "falta de recursos que

oprime Minas" (KUBITSCHEK, 1953:16): a receita é baixa, os gastos com pessoal são altos, a dívida pública não está sendo integralmente paga. Isso significa que "qualquer sobrecarga de despesa importará em paralisação dos serviços correntes e em ônus incomportáveis". A vida econômica será paralisada e a administração entorpecida. Ao falar sobre os problemas envolvendo o funcionalismo é o único momento em que JK demonstra desânimo, não tem fé, não promete labutar dia e noite para resolver, como sempre faz em questões relacionadas à energia e ao transporte. Chega a afirmar que se diminuir a evasão de rendas promete enviar à Assembleia Legislativa a mensagem de aumento. A "convicção inabalável" (KUBITSCHEK,1953:53) que o anima, dia e noite, não vale para o funcionalismo. Para esses, vale uma exortação ao "seu elevado espírito de dedicação" (KUBITSCHEK, 1953:16).

O sentido da modernidade em JK, limitado ao progresso tecnológico e à economia capitalista, aparece com clareza na frase abaixo: "As estradas e a força elétrica trazem a escola, o saneamento, o crescimento da produção e o aumento do consumo, a circulação de riqueza que tudo fecunda" (KUBITSCHEK, 1953:7).

Em uma de suas primeiras viagens, visita a cidade de Iturama e fica impressionado com a "tristeza da paisagem social da região", que nunca havia recebido a visita de um governador. Para melhoria das condições da cidade, determina a implantação de serviços públicos: posto médico, escola fundamental, posto radiotelegráfico, um motor de 50 cavalos de força e, "mais importante que tudo isso" uma estrada de rodagem. Em sua visão de modernidade, o mais importante para uma cidade ou uma região é a estrada que transportará o progresso e o desenvolvimen-

to: "À porta de cada um, as estradas e os fios elétricos levarão as escolas, o medicamento e o conforto" (KUBITSCHEK, 1953:10).

O entusiasmo pela construção de estradas deve-se ao fato de o governador saber da importância do fator de integração política e econômica no modelo de desenvolvimento proposto pela modernidade. "Os governos dos estados administram as unidades federativas como se estivessem em ilhas isoladas. É necessário haver uma unidade nacional, por meio de contatos e troca de experiências e tendo objetivos comuns" (KUBITSCHEK, 1953:160).

O mesmo fenômeno acontecia em Minas Gerais, onde a Capital, Belo Horizonte, que nascera com a missão de integrar as diferentes regiões do Estado, ainda não tinha conseguido impor-se como força catalisadora de integração das diferentes regiões e municípios que resultasse na verdadeira união política e econômica do Estado. A maioria das cidades de Minas vivia de forma isolada, com inúmeras dificuldades de comunicação e de transporte, não apenas com a Capital, mas inclusive com as cidades próximas. Muitas tinham como rodovias nada além de trilhas e pequenas estradas de carroças, como conta em sua viagem a Iturama que "caminhos não são caminhos, mas apenas trilhas abertas por antas, três horas para percorrer 18 km" (KUBITSCHEK, 1953:18).

A sua preocupação de fazer do Estado de Minas Gerais uma consistente unidade política e administrativa vem de sua aguda percepção de que, dentro da enormidade do território mineiro, as regiões distantes do centro vivem desamparadas e afastadas do poder público, influenciadas por estados vizinhos, chegando a desconhecer Belo Hori-

zonte como sua Capital. A influência externa era mais forte ainda nas regiões mais ricas – Zona da Mata, próxima ao Rio de Janeiro, então a Capital Federal, e Sul de Minas e Triângulo Mineiro, próximos a São Paulo, principal centro econômico e industrial. Diante dessa situação geopolítica, para Minas se tornar um Estado forte e rico, era necessário que as precárias condições de transporte e de comunicação fossem rapidamente solucionadas. Para que a população confiasse em seu projeto, na palestra do dia 7 de julho de 1951, o governador apresenta o percurso dos 3.013 quilômetros das 14 estradas que se comprometera a construir. Vale a pena ressaltar que, antes do final do governo, a meta de 3.013 já havia sido superada.

A falta de comunicação seria resolvida pela produção e expansão da energia elétrica, que, além de favorecer à implantação de indústrias e de novos serviços, ampliava, consideravelmente, a radiodifusão. Como o rádio era o principal meio de comunicação da época – o seu poder de influência era equivalente ao da televisão hoje –, o aumento de oferta de informação permitiria que os cidadãos recebessem notícias de forma independente. Por isso, a radiodifusão atendia aos interesses políticos de JK, que procurava se desvencilhar do poder das oligarquias agrárias, com seu sistema de coronéis e currais eleitorais. Ao permitir o contato direto com o povo, o rádio exclui mediadores – é a voz do governador que chega às ruas, aos locais de trabalho, aos lares nas cidades e no campo, entrando diretamente na mente e no coração do povo.

Pela primeira vez, Minas tem um governador que se interessa por conhecer todas as regiões do Estado. Viajava sempre de avião, mas, se necessário, de carro ou de

jipe por estradas chamadas por ele de "trilhas de anta". Durante as palestras, narra suas aventuras pelo interior de Minas, como esta sobre a viagem ao Pontal do Triângulo: "Foi uma excursão mais do que proveitosa, ainda que não despida de canseiras e perigos, inclusive os dos momentos passados a bordo do avião sobre as imensas e desorientadoras planícies daquela zona, quando falharam os instrumentos de rumo e passamos a andar à matroca, sem saber onde pousar (KUBITSCHEK, 1953:13).

A expressão "andar à matroca", ou seja, sem governo, sem rumo, à deriva, ao sabor do vento ou da correnteza, será aproveitada pelo deputado Oscar Corrêa para criticar o governo em um brilhante discurso, que será analisado adiante.

As viagens fazem parte da estratégia política de fortalecer o poder do Estado e também de sua estratégia de *marketing* pessoal, e de se fazer conhecido da população. Aproveita sua presença em lugares distantes da Capital para se apresentar como o político capaz de tirá-los da desolação, do desânimo e do abandono em que se encontram, como ele próprio narra: "...levei àquelas heróicas populações tão afastadas e desamparadas do poder público a certeza de que o governador de Minas se preocupa com as suas necessidades, quer conhecê-las e favorecer a sua solução. Isso é algo significativo – é como um traço de ligação afetiva, a unir mais os mineiros. Aquela gente é tão mineira como quem o melhor o seja" (KUBITSCHEK, 1953:160).

O governador fica também tão encantado com o espetáculo da natureza vista de um avião, que planeja, mais uma vez demonstrando arguta visão e arrojada disposição, "or-

ganizar a indústria do turismo em bases racionais e armar a nossa máquina de conquistar e prender frequentadores, como o fazem, modernamente, na França, na Suíça, no Canadá e no Uruguai" (KUBITSCHEK, 1953:160).

A capacidade comunicativa de JK é tão especial que consegue explicar, para a população em geral, assuntos áridos como o funcionamento do orçamento e o planejamento econômico. Fazendo uso de uma linguagem objetiva e de termos coloquiais, discorre facilmente sobre seu projeto de desenvolvimento de Minas, que se baseava no plano conhecido como Binômio, um programa de investimentos centrado nos setores de energia elétrica e transporte rodoviário, e chega a entrar em detalhes sobre os investimentos na infraestrutura – geração de energia elétrica e construção de estradas rodoviárias, o incentivo dos investimentos de ampliação do parque industrial do Estado. O seu projeto tornou-se tão conhecido que, até hoje, o nome Binômio é citado por políticos que buscam identificar seu discurso com o desenvolvimentismo.

Já no primeiro ano, as relações da oposição com o governo foram turbulentas e truculentas, com levantamento de suspeitas sobre o programa e críticas até à pessoa do governador, por parte principalmente da sempre mal-humorada e rancorosa UDN. Em resposta, o governador mantinha a sua conhecida serenidade no trato com os adversários, jamais respondendo às provocações e ofensas, defendia-se de forma serena, dizendo que o se ocupava mais com os: "Fatos concretos e a marcha da administração do que com o jogo das paixões e o entrechoque dos interesses grupais, tão fluida e vagamente arrolados sob a denominação comum de "movimento político" (Kubitschek, 1953:170).

A oposição jogava sua ira tanto contra o modelo de governo, quanto contra a figura do governador, procurando de toda forma paralisar o governo, conforme afirmação do próprio Deputado Oscar Dias Corrêa, anos mais tarde (Minas Gerais, 2000). Para isso, a oposição apresentou mais de 200 emendas ao Projeto de Lei do Orçamento de 1952, todas tratando da redução de gastos, dificultando enormemente a sua aprovação. Quanto à figura do governador, nada era perdoado, eram dirigidas pesadas críticas ao seu agir, ao seu modo de ser e ao seu modo de falar. Nas reuniões plenárias da Assembleia Legislativa, muitas horas foram gastas em acusações virulentas e maledicências da oposição contra JK e seu modo de governar. Tudo incomodava aos deputados da oposição: fazer palestras no rádio, viajar de avião por todo o Estado, andar de jipe em estradas esburacadas, promover festas, visitar pequenas cidades do interior, conversar com pessoas na rua. Talvez grande parte do ódio que a oposição conservadora sentia fosse em relação à sua imagem, que, em tudo, era o contrário da imagem do tradicional político mineiro. Para essa elite, JK fazia tudo demais: falava demais, viajava demais, gastava demais. A sua figura era marcante demais. O meio político mineiro assemelhava-se a um limbo político em que quase todos eram iguais: a mesma formação acadêmica, a mesma oratória, o mesmo terno, a mesma elitização, o mesmo trato com a coisa pública: eram conchavos, "filhotismo", conversas ao pé do ouvido, sobriedade. Eram recatados, conservadores, tradicionalistas e retrógrados a ponto de não aceitarem o uso do rádio nem do avião. Carregada de regalias e privilégios, a elite política considerava-se acima do povo em geral, considerado ora "simples e humilde", ora "ignorante e preguiçoso". A ira e o rancor da oposição podem ser explicados em parte porque o projeto desen-

volvimentista que JK estava a introduzir no Estado não incluía a tradicional, bacharelesca e agrária elite de então. O paradigma da elite deslizava em direção ao modelo da burguesia industrial como empreendedorismo, capacidade administrativa, conhecimento tecnológico.

É interessante observar que o discurso de JK, ao mesmo tempo em que fala da modernização, prestigia também a cultura tradicional mineira e reconhece as diversidades regionais. Apresenta uma posição política inédita: apoia tanto a arte moderna, quanto a tradicional, orgulha-se de suas origens mineiras, gosta de serestas e do barroco, ao valorizar, sem contradições, a cultura popular e a moderna. Esse traço da personalidade de JK seria mantido e ampliado no cargo da Presidência da República, cuja administração, segundo Celso Lafer, conseguia fazer "a combinação do novo e do velho que assinalaria a vocação conciliatória do governo JK e sua racionalidade específica" (in BENEVIDES, 1976:17). Pode-se afirmar, ainda, que seu discurso na área cultural aproxima-se do discurso contemporâneo, no que diz respeito à diversidade cultural e artística que é considerada uma forma de agir em direção à defesa dos direitos humanos, ao respeitar as diferenças do "outro".

O padrão discursivo moderno está sempre presente: admira o conhecimento científico; considera o progresso técnico como fundamental para a melhoria das condições de vida da sociedade e valoriza a capacidade gerencial. Considera como fatores fundamentais para o bom funcionamento do Estado a implantação de uma burocracia competente e independente, por meio da racionalização, de formar a permitir retirar da administração tudo o que é pessoal e personalizado. De forma explícita o governador anuncia que seu objetivo era:

> Simplesmente sacudir a economia mineira, tornado-a pujante e rica, de forma a propiciar um mais alto padrão de vida para o nosso povo e possibilitar as iniciativas e empreendimentos que visam a trazer ao homem mais saúde, mais instrução, mais conforto, mais felicidade para si e para os seus. (Kubitschek, 1953:83).

Para alcançar seus objetivos, procura valorizar a tecnocracia estatal por meio da contratação de técnicos e especialistas para cargos administrativos. Para se manter atualizado com os progressos das artes e da ciência, mantém contatos com engenheiros, arquitetos, economistas, militares, cientistas e artistas, tanto de Minas quanto do resto do Brasil. Ao relacionar-se com figuras fora do círculo tradicional da política mineira, formado, em sua maioria, por bacharéis em direito, médicos e chefes políticos locais, JK mais uma vez foge do comportamento político tradicional dos mineiros. E ainda faz críticas ao modelo econômico do Estado, cujo ciclo agropecuário, que se prolongava até então, era "imbuído exclusivamente do espírito conservador, e quase sem capacidade, senão excepcionalmente, para beneficiar-se dos extraordinários meios técnicos que a ciência moderna descobriu nesse setor." (Kubitschek, 1953:206).

A crença inabalável de JK no processo do desenvolvimento econômico e técnico leva-o a acreditar que somente a industrialização será capaz tirar Minas do atraso e da pobreza, e fazê-la entrar no mundo moderno: "... haveremos de transformar Minas Gerais numa potência industrial, ao mesmo tempo que no celeiro agrícola e criatório do Brasil." (Kubitschek, 1953:69).

> O coro das máquinas e o cântico das lavouras formam um hino belíssimo, de trabalho, que é a maior aliança entre o homem e o futuro. (Kubitschek, 1953:83).

Como uma preparação do que aconteceria depois no nível Federal, os anos de JK à frente do governo mineiro já antecipam a busca da incorporação de tudo que fosse considerado novo e moderno: a vida urbana, a industrialização, os meios de comunicação de massa, os objetos industrializados. Os setores que recebem mais incentivos políticos e financeiros são os industriais e não os agropecuários; as estradas de rodagem e os aeroportos, e não as estradas de ferro tradicionais; as hidroelétricas e não a lenha, o carvão. Enquanto isso, as atividades tradicionais eram deixadas em segundo plano.

A utilização de padrões racionais de organização permitiu que o governo JK introduzisse, em Minas Gerais, o planejamento das ações públicas, conseguindo, assim, que os agentes políticos obtivessem uma visão ampla e global da situação do Estado. O governo anterior havia feito um plano de governo que, no entanto, não foi levado a cabo. Já o Binômio = Energia e Transporte foi o primeiro plano planejado, executado dentro dos prazos, e em que se cumpriram as metas estabelecidas. Aliás, as metas foram até superadas.

Com a execução do Binômio, o caminho estaria aberto para que JK executasse sua proposta de industrialização como a única possibilidade de superar a crise e de se iniciar um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Não podemos nos esquecer, ainda, de que o modo de vida moderno também tinha que ser incorporado pela sociedade. Os costumes tradicionais e as atitudes lentas e sonolentas deviam ser trocados pela rapidez e a urgência características das atividades e ações humanas efetuadas dentro do mundo moderno. Para seduzir e conquistar o povo no

empreendimento da conquista do futuro, JK reafirma, em cada palestra, sua certeza e confiança no progresso:

> Minas há de sair do marasmo e da rotina. Através dos novos caminhos que se rasgarão à força de nosso trabalho perseverante, há de desfilar, num sopro revivificador, o resultado do esforço e do labor de oito milhões de mineiros. (Kubitschek, 1953:10).

4.1.4 Estratégias discursivas

JK entabula proezas discursivas para conseguir empreender o seu projeto desenvolvimentista, mas, ao mesmo tempo, evita criar atritos com a oligarquia agrária. A sua habilidade política em não fazer declarações agressivas à oligarquia deve-se ao fato de que a implantação de seu projeto poderia significar a quebra do poder das tradicionais oligarquias rurais que comandavam a política no Estado, uma vez que, uma das primeiras consequências da industrialização é a transferência do poder para a burguesia industrial seria a intensificação do processo de urbanização. A oferta de empregos na cidade começa a atrair a população rural, intensificando o êxodo rural causado, entre outros fatores, pela baixa produtividade e pela inércia econômica. Sem contar a brutal desvalorização das propriedades rurais, que empobrece ainda mais a burguesia rural. A integração dos municípios por meio das estradas e da eletricidade, que traz o rádio, também é um fator que causa enfraquecimento nos poderes locais. As estradas facilitavam tanto a saída das pessoas de suas cidades e os contatos externos, quanto a chegada de forasteiros e de novidades, o que sempre aumentava a influência da Capital.

A estratégia discursiva escolhida por JK é então anunciar as virtudes do programa sem anunciar os adversários. Em

suas críticas, ele nunca denomina os inimigos, aqueles a quem combate: oligarquias rurais e políticos tradicionais. Assim, conseguia apoio até de proprietários rurais, que, entusiasmados com o programa de governo, não percebiam que as estradas e a energia elétrica seriam fatores de sua derrubada do poder. JK anunciava o glorioso futuro próximo, mas não contava que alguns ficariam de fora.

Ao contrário dos políticos tradicionais, que tomavam decisões em gabinetes fechados, JK falava aos quatro ventos, em todos os quadrantes do Estado, porque sabia que precisava do apoio popular aos seus projetos. A sua vocação não era trabalhar fechado em gabinete, tendo contato apenas com os auxiliares e os correligionários. A sua vocação já era "voar, voar para bem distante", como cantou Juca Chaves poucos anos mais tarde. Voar para encontrar e conversar com pessoas como o presidente Getúlio Vargas, as lideranças regionais e o povo comum, levando às últimas consequências o sentido de que fazer política é falar e ouvir, ou seja, conversar.

O governador aproveitava cada viagem para tomar conhecimento das condições locais e, ao mesmo tempo, fiscalizar pessoalmente os trabalhos nas obras em desenvolvimento, "a mim, só me resta agora ficar como fiscal inflexível das obras" (KUBITSCHEK, 1953:26).

No discurso político, o locutor, para persuadir o ouvinte, deve alcançar seu imaginário e atribuir-lhe uma identidade, por meio da fala. Mas, para atingir seus objetivos, precisa escolher as estratégias discursivas adequadas para a situação, já que cada situação de linguagem exige suas estratégias específicas. As estratégias discursivas utilizadas na construção do discurso têm o propósito de domi-

nar politicamente a situação. Como dito, o discurso de JK é marcado pelo jogo da sedução e da persuasão, com o objetivo de conseguir a adesão e o apoio do interlocutor – o povo mineiro – ao seu projeto de governo.

Como era época de restabelecimento da democracia, o governador dependia de suas habilidades políticas para convencer a população e o Poder Legislativo de que seu projeto era a escolha viável e única possível naquele momento histórico. Antes de iniciar qualquer ação objetiva, suas ideias modernizadoras precisavam se transformar em discursos articulados e capazes de seduzir e persuadir. Por isso, o rádio, por sua amplitude, foi uma das formas escolhidas para a difusão desse novo modo de pensar e de fazer.

Como em todo discurso político dirigido ao povo está implícita uma proposta de felicidade geral e irrestrita, o enunciador político sempre anuncia um projeto para o futuro (CHARAUDEAU, 2006). A inovação estratégica de JK é apresentar o futuro como algo que está logo ali, está perto, e para chegar lá, basta tomar a decisão e trabalhar, seguindo o rumo certo, na estrada construída, e não imaginária, que leva ao lugar do futuro.

O governador, como todo enunciador, para alcançar seus objetivos, é obrigado a construir seu discurso de forma a atingir, por meio da palavra, o seu auditório. Mas, ainda assim, mantém em seu poder as formas de argumentação, por meio das quais conseguirá persuadir e convencer o interlocutor a seguir seus propósitos. Quando o orador faz uso de argumentos afetivos como valores, credos e crenças, ele procura persuadir. Quando os argumentos são racionais como objetos, dados, causas e motivos, o orador procura convencer.

Chama a atenção a incrível competência argumentativa do discurso juscelinista ao deslizar com facilidade da persuasão para o convencimento e vice-versa. De forma consistente e coerente, são apresentados os valores afetivos e os objetos concretos: a fé no futuro, a modernização, as estradas e a energia elétrica. O orador produz enunciados consistentes e coerentes, formando argumentos embasados na razão e na emoção, como: o progresso tecnológico e os meios de transporte produzem as indústrias, que geram a riqueza, que traz a felicidade, que se alcança em algum lugar do futuro. Como exemplo, veja-se o discurso pronunciado em 10 de maio de 1951, analisado no item 4.1.6, em que o sujeito enuncia de forma coerente, ao mesmo tempo racional e emocional, suas propostas para empreender as bases do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

Para conseguir criar o clima de otimismo e de esperança na população, necessários para o desenvolvimento econômico, JK se posicionava de forma a demonstrar a confiança absoluta em seus projetos e em si próprio: "...a confiança inabalável de que caminharemos para um futuro mais promissor e feliz" (KUBITSCHEK, 1953:22).

Ao transmitir à população a confiança em seu projeto, conquista a adesão da população ao futuro e, ao mesmo tempo, a rejeição do passado, apresentado como algo atrasado, antigo, modorrento, lento, que não consegue trazer a felicidade de todos. A construção do futuro exige um movimento envolvendo toda a sociedade ou, por outro lado, que a sociedade movimente-se, mexa-se, para desenvolver, criar, inventar novos modos de fazer e de pensar, criando outras relações sociais, outros objetos de interesse, outra paisagem.

> "Minas há de sair do marasmo e da rotina" (KUBITSCHEK, 1953:10).

> "A tarefa de reerguimento de Minas" (KUBITSCHEK, 1953:36).

> "Sacudir a economia mineira" (KUBITSCHEK, 1953:36).

A estratégia revelou-se tão bem-sucedida que foi capaz de estabelecer a nova imagem do Estado, como o lugar de grandes indústrias de base, das siderúrgicas e, também, grande fornecedor da energia, tanto de hidrelétricas quanto de carvoarias e mineração.

4.1.5 Formações discursivas

Ao procurar levantar as formações discursivas em que se insere o discurso de JK, a leitura revelou uma dada visão do mundo, que é onde o discurso se apoia e, por conseguinte, as crenças e convicções que o sujeito anuncia aos interlocutores. Como dito antes, essa visão está inserida no campo da modernidade, que, devido à sua amplidão e complexidade, é capaz de comportar formações discursivas tão diversas como iluminismo, marxismo, liberalismo.

Na construção do discurso moderno, o autor seleciona os temas e as figuras de suas formações discursivas, enquanto outros temas e figuras, tão importantes quanto, são rejeitados. No discurso de JK estão presentes as crenças e convicções da formação ideológica da burguesia industrial, como a exaltação do trabalho como força capaz de vencer todo e qualquer obstáculo ou dificuldade, a fé no progresso tecnológico como o processo capaz de trazer a riqueza para a sociedade, a confiança no futuro como o lugar do paraíso terrestre e a convicção na superioridade do ser humano sobre a natureza. Por outro lado, estão

ausentes algumas questões fundamentais para o pensamento político do início do século XXI, como a importância da cidadania, a luta pela igualdade de direitos, e a conscientização dos problemas ecológicos causados pelo modelo econômico capitalista e industrial.

É impressionante verificar que a nova paisagem de Minas planejada no discurso juscelinista tornou-se realidade, ainda que, ao longo das décadas, os valores implícitos tenham, de alguma forma, alternado de posição positiva e negativa. O certo é que, para o mal e para o bem, o discurso de JK se concretizou no futuro:

> "Muitas vezes, voando sob os céus escampos desta Minas Gerais querida, e admirando a beleza vazia de seus campos infindos, de suas matas verdejantes, e seguindo o rumo coleante e caprichoso de seus rios, assaltam-me visões de florestas de chaminés, de estradas povoadas, de cidades tumultuárias, onde o comércio estua, o tráfego se expande e populações coleantes enxameiam"(Kubitschek, 1953:69).

> "As cidades dos teares e das chaminés, das fábricas e das escolas..." (Kubitschek, 1953:176).

> "O espetáculo visual de Minas Gerais é belíssimo, mas desalentador e melancólico, da natureza deserta e desassistida do trabalho do homem" Kubitschek, 1953:72).

Por sua realização e por sua influência nos tempos que vieram depois, em termos de formação discursiva, o discurso de JK pode ser considerado um dos discursos fundadores na história do Brasil.

4.1.6 "O futuro promissor" – um discurso-modelo de JK

Apresentamos abaixo o texto integral da palestra pronunciada em 10/5/1951, que pode ser considerada uma

exemplar construção do discurso de JK, na qual são encontradas suas principais características discursivas composicionais e lexicais. A seguir, é apresentada sua análise detalhada.

Palestra de 10 de maio de 1951:

> "Meus conterrâneos
>
> 1. É com satisfação que volto a falar-vos pelo rádio. Depois da primeira vez que o fiz, no mês passado, e em que anunciei a intenção de fazê-lo com frequência, perguntou-me um amigo qual a verdadeira finalidade destas palestras periódicas com o povo mineiro.
>
> 2. Respondi-lhe que dois motivos me moviam. Primeiro, a certeza de que esse íntimo contato com a opinião pública terá grande utilidade para o êxito da obra do governo. Através dele, chegará a cada lar, cada sala onde estejam reunidos os meus conterrâneos, nos momentos de convívio amável com a família e os amigos, uma palavra de explicação, um pensamento de fé e uma afirmação de confiança no futuro. Sabendo o que está fazendo o governo, pela palavra do próprio governador, terão todos uma noção mais exata da marcha dos negócios públicos e sairão para as ruas, para as oficinas, para os escritórios reanimados para um trabalho mais diligente e uma colaboração mais estreita com os planos da administração estadual, lançados com o alto escopo do progresso e do bem-estar coletivo.
>
> 3. E, segundo, há o prazer pessoal meu de fazê-lo. Sinto-me bem em falar à minha gente e, para as minhas horas de trabalho e vigília, constituem legítima fonte de inspiração e estímulo a repercussão destas mensagens, a discussão das ideias nelas transmitidas e até a crítica, que também representa eficaz instrumento de elucidação da verdade.
>
> 4. Portanto, posso repeti-lo: é com satisfação que vos venho falar novamente. Satisfação tanto maior quanto as notícias que agora vos dou, são notícias de trabalho e de ação pelo progresso de Minas.

5. A 1º de maio corrente, assinei o ato que autorizava a construção de 2.000 quilômetros de novas e boas estradas, numa solenidade com a qual quis festejar o Dia do Trabalhador. Pois a primeira notícia de hoje é a de que a fase preparatória do início da construção está sendo rapidamente vencida. É a fase da publicação dos editais, do recebimento das propostas, dos acertos legais e dos estudos contratuais, e essa fase, quase sempre difícil e complicada, vai sendo cumprida sem maiores tropeços, bastando dizer-vos que já recebi de capitalistas nacionais e, principalmente, mineiros, palavras de aplausos e compromissos de colaboração que, desde logo, asseguram o êxito do empreendimento. De modo que o projeto caminha vitoriosamente para a execução, e não decorrerão os três meses previstos, para que o nosso povo assista a um grande desfile de máquinas que, partindo para os diversos pontos do Estado, irão abrir novos caminhos à riqueza de Minas.

6. As críticas opostas ao projeto não lhe diminuem a importância nem lhe restringem a elevação de objetivos. Quando Prefeito de Belo Horizonte, sofri ataques e objeções ao anunciar as obras que pretendia realizar na Capital e, algum tempo depois de se ter encerrado a minha administração, o que se viu foi o povo belo-horizontino consagrar nas urnas o meu nome, dando-me em plena Capital de Minas a vitória mais expressiva que um candidato ao governo do Estado jamais conseguiu em Belo Horizonte. A história está se repetindo e não será para evitar críticas que deixarei de levar avante o projeto de dar ao Estado as obras necessárias e fundamentais ao seu desenvolvimento, pois confio em Deus, que, com a execução fiel e completa desse programa, deixarei o Palácio da Liberdade com a consciência de haver correspondido à confiança dos meus coestaduanos. E o julgamento destes é o que importa. O resto fica atribuído à luta milenária entre o progresso e a reação.

7. Há algumas outras boas notícias a dar nesta conversa de hoje, embora, diretamente, interessem elas apenas aos amigos do Triângulo, a quem desejo me dirigir neste instante. Como todos sabem, estive, na semana passada, em visita ao Pontal do Triângulo e é desta viagem, e de suas consequências, que farei agora o relato.

8. Foi uma excursão mais do que proveitosa, ainda que não despida de canseiras e perigos, inclusive os dos momentos passados a bordo do avião sobre as imensas e desorientadoras planícies daquela zona, quando falharam os instrumentos de rumo e passamos a andar à matroca, sem saber onde pousar.

9. Começou a excursão com minha ida a Uberaba, a fim de ali receber o Presidente Getúlio Vargas e assistir à inauguração da 17ª Exposição de Animais. Aproveitei o ensejo para trocar ideias com o Presidente da República sobre o problema das dívidas dos pecuaristas e devo comunicar aos amigos do Triângulo que achei o Chefe da Nação animado do propósito de dar ao assunto a solução que ele na realidade está a reclamar.

10. Creio que era este o dever do governador do Estado e a ele não fugi, pois sei que paira sobre a economia mineira a séria ameaça da diminuição de nossos rebanhos, e não é possível evitar este grande perigo se não dermos ao nosso produtor o amparo e a ajuda de que tanto precisa, para se libertar do peso asfixiante de seus compromissos, que não lhe permitem prosseguir em sua faina.

11. O carinho com que Uberaba recebeu o eminente Sr. Presidente Getúlio Vargas demonstra a confiança e a amizade que o povo do Triângulo devota a S. Exa. E com muita razão. Inúmeros são os atestados do apreço que S. Exa. dispensou ao problema da pecuária, sobrelevando a construção do Parque onde se realizou a 17ª Exposição, por ele ordenada no 1º período de seu governo, e, ainda, a criação da Fazenda Experimental Getúlio Vargas, graças à qual vem-se realizando, com êxito notável e com grande estímulo aos criadores, as exposições anuais de gado naquela grande cidade do sertão mineiro. O espetáculo foi verdadeiramente maravilhoso. Na linda tarde de intenso azul, desfilaram os representantes bovinos dos mais notáveis dentre os já expostos no Brasil. No mínimo 50.000 pessoas aplaudiram o esforço titânico dos homens do Triângulo, que, sem desfalecimento e através de grandes dificuldades, criaram uma raça que atesta bem o poder de iniciativa e a inteligência dos pecuaristas mineiros. Já conhecia Uberaba, mas confesso que, desta vez, surpreendeu-me a grande urbe do Triângulo.

12. A finura, o carinho e a fidalguia com que recebeu o Presidente e sua comitiva vão constituir uma página de perene recordação no capítulo da hospitalidade mineira. A maravilhosa recepção no Jóquei Clube em homenagem a S. Exa. reuniu a sociedade do Triângulo em uma festa tão brilhante como poucas vezes tenho presenciado. Sentíamo-nos orgulhosos em verificar que, naquelas planícies longínquas, houvesse desabrochado com tanto vigor e elegância uma das mais raras flores da civilização brasileira.

13. Após o embarque do Presidente da República, tencionava eu também regressar a Belo Horizonte. Mas, encontravam-se em Uberaba dezenas de prefeitos e chefes políticos de 23 municípios do Triângulo e, assim, deliberei promover uma reunião desses amigos, a fim de tomar conhecimento dos problemas de interesse daquelas comunas.

14. Nessa reunião, confortou-me ver todos eles, prefeitos e chefes políticos, empenhados decididamente em trabalhar pelo bem de sua terra. Através de resenhas bem elaboradas, expuseram-me sua preocupação com as necessidades de seus municípios e vi que era necessário visitar imediatamente a região. Descrever-vos-ei o que foi este passeio.

15. Deixei Uberaba sexta-feira, pela tardinha, sem almoço, e fui pernoitar na fazenda de um amigo cuja sede e cujo campo de aterrissagem estão à margem do Rio Grande, porém do lado paulista. Na casa desse amigo reside uma parenta sua que é professora rural, dando aulas na escola da fazenda para uma classe de 30 alunos, com a frequência média de 20 crianças. Ganha para isso, do governo de São Paulo, 2.400 cruzeiros mensais. Isso me deixou entristecido, pensando nos pobres salários das dedicadas professoras mineiras e refletindo sobre a falta de recursos que oprime Minas. Perguntar-me-ão logo: então, por que não aumenta o ordenado das professoras mineiras?

16. Respondo: é o que vou fazer. Mas, para isso, preciso construir estradas e instalar usinas, a fim de dar ao Estado produção e transportes que o enriqueçam e lhe permitam atribuir àqueles que educam os seus filhos a remuneração a que fazem jus.

17. Na manhã de sábado, deixei a fazenda e fui aterrissar mais adiante, em Cachoeira dos Índios, numa outra fazenda ainda à margem do caudaloso Rio Grande. Ali, passei do avião para um jipe e empreendi uma tarefa que é considerada difícil para os próprios habitantes da região: atingir a sede do município de Iturama. Na minha campanha de candidato, eu ouvira em Ituiutaba o desafio do representante do PSD de Iturama, convidando-me a conhecer, se eleito governador, os caminhos de seu município, que não eram caminhos, mas apenas trilhas abertas pelas antas.

18. Fui ver esses caminhos e verifiquei que tudo era verdade. Levei quase três horas para percorrer 18 quilômetros, e o jipe pulava como um cabrito pelas trilhas esburacadas. Às vezes, eu tinha que descer e ajudar a empurrá-lo. Nesse percurso, havia nada menos de 24 porteiras, o que forçou logo a distribuição da tarefa, tocando oito a cada um, pois éramos três os passageiros.

19. A paisagem social era triste. À beira do caminho, sucediam-se pobres fazendas, de um padrão modestíssimo, sem conforto e sem recurso de higiene para seus moradores.

20. Naquele extremo do território mineiro, ao lado da fronteira de Mato Grosso, poucos homens investidos de autoridade pública haviam palmilhado os seus desertos. A presença do governador havia de constituir mais do que surpresa, chegando mesmo a ser espanto. Nas muitas fazendas em que penetrei, chegavam a duvidar de que realmente era o governador do Estado que ali se apresentava.

21. Afinal, atingimos Iturama, que é o município mineiro mais próximo das terras de Mato Grosso. Cheguei de surpresa, mas em cinco minutos o badalar dos sinos e o pipocar dos foguetes fizeram reunir-se à minha volta toda a população.

22. O quadro daquela cidade mineira preocupou-me. Não existe ali um serviço público estadual ou federal, além do destacamento policial e da coletoria. Em outras palavras: o governo só aparece para cobrar impos-

tos. Embora sinta sempre a vocação de médico, minha vida pública desviou-me da profissão e, hoje, costumo dizer que só tenho 30% de profissional. Pois bem, naquela cidade, tive de dar consultas, embora apressadas, porquanto seria uma impiedade deixar que perdessem a oportunidade de um exame doentes que não têm a esperança de ver tão cedo um facultativo.

23. Felizmente, em consequência dessa visita, posso comunicar aos meus amigos de Iturama que hoje assinei o ato de criação do Posto de Saúde da cidade. Para lá irão um médico capaz, enfermeiras e medicamentos. Ao mesmo tempo já estou fazendo as nomeações de professoras estaduais, providência que precede a criação do Grupo Escolar. Já determinei o reequipamento do posto radiotelegráfico, possibilitando assim aos seus moradores a comunicação com os demais municípios, e estou providenciando a compra de um motor e gerador de 50 cavalos, de forma a que Iturama tenha luz e força imediatamente. E – mais importante do que tudo isto – já ordenei o imediato estudo da estrada Porto Alencastro - Iturama - Campina Verde, que os ituramenses tanto reclamaram, para pronto início.

24. Essa estrada é de necessidade urgente. Com ela, Iturama deixará de ser uma ilha isolada e com ela canalizaremos para o centro de Minas a produção de Mato Grosso, pois em Campina Verde se ligará com a estrada a ser construída até Uberaba, possibilitando, portanto, a viagem Belo Horizonte - Mato Grosso.

25. Ainda de jipe, regressei à fazenda de Cachoeira dos Índios, onde pernoitei. Na manhã de domingo, a cavalo fui visitar povoados mineiros próximos: a mesma desolação, o mesmo desânimo, o mesmo abandono. Após o almoço, levantei voo e fui sobrevoar a confluência do Rio Grande com o Paranaíba, que é a ponta oeste do Estado, na divisa de São Paulo, Mato Grosso e Minas.

26. O espetáculo é arrebatador. Lembraram-me as paisagens, de imensas florestas cortadas pelos caudalosos rios, que os meus olhos contemplaram há 2 anos passados, numa longa excursão pela Amazônia: em cima, a imensa cúpula azul e, embaixo, o oceano verde a perder

de vista. De um ponto a outro, uma pequena clareira na floresta abrigava humildes fazendas, que se assemelhavam a malocas dos índios, tão frequentes na paisagem amazônica.

27. Minas Gerais é de uma beleza natural apaixonante e aquele Pontal, com os dois grandes rios se irmanando e formando, logo após o bico do território mineiro, a Ilha dos Três Estados, dá quase que uma ideia sentimental da fraternidade e da união entre as três unidades federativas. Sobrevoei depois o Paranaíba acima, ou seja, nos limites de Minas com Mato Grosso, estudando bem a localidade de Porto Alencastro, de onde começaremos a estrada para Belo Horizonte. Logo acima, vimos o famoso Canal de São Simão e, sobre ele, mais uma vez agradeci a Deus a graça de ter nascido mineiro. O portentoso fenômeno da natureza é uma joia de beleza perdida na imensidão da planície e, sobre ele, senti o quanto se precisa fazer ainda em nosso Estado, no que se refere à exploração do turismo. E cresceu em meu espírito mais um projeto que venho, aos poucos, elaborando. Com tantos recursos de atração para os visitantes, precisamos organizar a nossa indústria do turismo em bases racionais, armar a nossa máquina de conquistar e prender frequentadores, como se faz hoje modernamente na França, na Suíça, no Canadá, no Uruguai.

28. Depois de sobrevoar o Canal de São Simão, o avião, sem rumo, subiu e desceu o rio, à falta de um ponto de referência que o orientasse na direção de Ituiutaba. Devido ao tempo perdido nessa busca, só nos foi possível descer ali para reabastecer, ficando, por conseguinte, adiada a minha visita à grande cidade pioneira. E alçamos voo imediatamente, para não faltar ao compromisso de visitar Campina Verde, antes do crepúsculo que se aproximava.

29. Qual acontecera em Iturama, a população de Campina Verde saudou-me como o primeiro governador que visitava aquela cidade. A prosseguir nesta marcha, espero não deixar nenhuma cidade mineira para ser visitada, pela primeira vez, como governador. Em Campina Verde, cidade de grande futuro, pois vai ser a encruzilhada de duas grandes estradas, após receber as homenagens da

população, que muito me comoveram, tive oportunidade de resolver a criação do Posto de Saúde e a conclusão do Grupo Escolar, cujas obras se achavam paralisadas desde outubro último. Ao nobre povo daquela cidade comunico agora que já determinei ambas as providências. Fazer isto é um dever meu – o dever do governante –, mas desejo que a rapidez com que determinei esses atos exprima um agradecimento do homem e do católico, pelo gesto tão grato de sua população, dirigindo-se à Matriz, a fim de dar graças pela minha presença e mandando rezar um Te-Deum, ao qual infelizmente não poderei estar presente.

30. E foi já no último minuto permitido para voo que deixei Campina Verde, vindo pernoitar em caminho, donde prossegui na manhã seguinte de segunda-feira para Belo Horizonte. Regressei depois de recolher de centenas de cidadãos responsáveis as várias opiniões e informações que me capacitam agora a determinar o traçado das ligações de Ituiutaba a Uberlândia, assim como Campina Verde a Uberaba. Além desses frutos concretos de minha excursão, sinto, porém, que adveio dela um resultado não mensurável exatamente em números e cifras, mas da mais alta importância para o futuro de Minas: levei àquelas heroicas populações tão afastadas e desamparadas do poder público a certeza de que o governador de Minas se preocupa com as suas necessidades, quer conhecê-las e favorecer a sua solução. Isto é algo significativo – é como um traço de ligação afetiva, a unir mais os mineiros. Aquela gente é tão mineira como quem melhor o seja. Levei-lhes o estímulo e o interesse do governador do Estado.

31. Em Belo Horizonte, reiniciei meu labor em prol da execução do plano de energia e transportes. Devo relatar aos mineiros que realizei em Palácio uma reunião de banqueiros e capitalistas a que estiveram presentes diretores de bancos, diretores da Belgo Mineira e de Morro Velho, da Cia. Força e Luz de Belo Horizonte, assim como de outras grandes companhias, a quem expus os planos para a construção da usina de Salto Grande. É com alegria que comunico haver encontrado a maior simpatia e boa vontade para com o projeto, o que revela compreender o capital mineiro suas responsabilidades na

> obra de reerguimento da economia do Estado. Na mesma reunião, todos eles se comprometeram a subscrever dezenas de milhões de cruzeiros, o que me possibilita lançar, dentro de breves dias, o edital de incorporação definitiva da companhia que irá construir e explorar a importante usina.
>
> 32. Já me alonguei bastante, por hoje. Devo terminar aqui, deixando para outra palestra com os meus conterrâneos vários pontos da administração estadual que desejava abordar. Mas essa palestra virá e, com ela, renovaremos estes agradáveis instantes de íntima comunhão entre o povo e o governador. Porque esta comunhão íntima, este sentimento de caminhar juntos, é imprescindível a dar corpo e definir a minha obra de Governo. Nada poderei realizar sem o povo, mas este não estará disposto a conceder sua colaboração preciosa ao Governo que se afaste dele. E tem muita razão.
>
> 33. Até breve, por conseguinte. E a cada mineiro, em cada lar, em cada sala, envio um cordial abraço, exprimindo-lhe a confiança inabalável de que me possuo, certo de que, juntos, caminharemos para um futuro mais promissor e mais feliz."
>
> Governador Juscelino Kubitschek

Os pronunciamentos de JK mantêm a organização interna de cada discurso seguindo o mesmo padrão discursivo. Como dito anteriormente, a manutenção do padrão tem por objetivo facilitar, para o interlocutor, a identificação do sujeito, do conteúdo veiculado e das intenções do enunciador, além de permitir criar no ouvinte a expectativa de receber a comunicação esperada.

A composição discursiva pode então ser recortada em segmentos que se repetem em cada pronunciamento. Seguindo o a metodologia proposta por Bonfim (2004), o primeiro segmento é constituído pelas saudações, seguidas pela introdução do assunto principal e o seu desen-

volvimento, quando são apresentadas as atividades desenvolvidas pelo governo, que é o momento da prestação de contas. A seguir, são apresentadas as intenções, o que o governo pretende fazer. Por fim, chega o momento do fecho do discurso, é o lugar da exortação a seus conterrâneos a acreditarem no que ele acredita, ou seja, confiança no futuro e no progresso. Entretanto, o esquema não é rígido. Alguns segmentos, como a exortação e a autoapresentação do sujeito, podem ser encontradas em diferentes trechos do discurso.

A seguinte análise segue a metodologia proposta por João B. B. Bonfim, em seu livro Palavra de Presidente. O pronunciamento foi recortado em segmentos temáticos, formando a seguinte composição:

1º – Saudação inicial: "Meus conterrâneos" é a favorita de JK; além de ser discreta, inclui toda a população sem apelar para o populismo.

2º – Justificação: O governante deve estar sempre em contato com o povo; o prazer do governador de entrar em contato com o povo.

3º – Finalidades: As palestras têm por objetivos divulgar os atos do governo, informar sobre o andamento dos negócios do Estado, provocar a discussão das ideias, avaliar a repercussão e defender seu projeto contra os ataques da oposição.

4º – Assunto principal: Relato da execução do principal programa de governo – Binômio: Energia e Transporte e outras atividades desenvolvidas no período, desde a última palestra.

5º – Desenvolvimento do assunto principal: Relato detalhado das viagens empreendidas no período.

6º – Prestação de contas: Resumo das atividades desenvolvidas pelo seu governo; é a prestação de contas ao povo, a descrição da execução, do que o governo tem feito, ou seja, trata da ação governamental.

7º – As intenções: Anuncia as próximas atividades e os novos projetos.

8º – Autoelogio: A disposição e a dedicação ao trabalho – "a labuta intensa e incessante". Para ser atendido em seu apelo ao trabalho, é necessário demonstrar que o governador também se dedica com afinco às suas tarefas.

9º – Manifestações de otimismo e de confiança: Ao demonstrar sua "convicção inabalável", o governante transmite segurança e tranquilidade para a população.

10º – Alerta sobre os problemas: O levantamento de problemas é prontamente seguido da proposta para sua solução. Dessa forma, o governante demonstra que tem conhecimento da situação em que se encontra o Estado e, ao mesmo tempo, sabe como fazer para melhorá-la.

11º – Exortação ao povo: Conclamação em torno de um eixo programático – chamamento ao povo mineiro para trabalhar e apoiar seu programa.

12º – Crenças e valores: a convicção e a fé inabalável no futuro e no progresso.

13º – Saudações finais com forte apelo ao otimismo.

O pronunciamento é um misto de discurso de propaganda e deliberativo. O discurso de propaganda é feito quando a audiência já foi conquistada e o orador procura apenas mantê-la ao seu lado. JK é o governador recém-empossado, portanto, seu auditório já foi conquistado nas eleições, a intenção principal do discurso é manter o povo mineiro em contato com suas realizações e, assim, manter o apoio dado nas urnas. O discurso do tipo deliberativo aparece para convencer os ouvintes de que as medidas tomadas são as melhores para a solução dos problemas.

Conteúdo vinculado no pronunciamento:

– Cortesias, agradecimentos, elogios:

> "...o resultado do esforço e do labor de oito milhões de mineiros".
> "A opinião pública... há de ser sempre a nossa maior inspiradora e guia.

O governador conhece bem o lugar de onde fala (a chefia do governo), a capacidade de transmissão do meio usado (o rádio), a sua audiência (todo e qualquer mineiro que ligue o rádio naquela estação, naquele momento). No discurso, configura-se uma carga razoável de autoelogios, sem se esquecer de elogiar o seu público, ou seja, todos os mineiros, e não apenas os seus eleitores.

– Menção a problemas, perigos, inimigos:

> "... a situação financeira do Estado".

A situação financeira surge como o principal problema do Estado. O governador sabe quais as consequências de sua

fala: a repercussão pode ser negativa ou positiva. Portanto, não menciona os adversários: apresenta a situação financeira do Estado sem nenhuma crítica ao governo anterior.

– Advertências:

> "Não assumi o governo de Minas para vir chorar como Jeremias, nem para dizer aos mineiros que vamos de mal a pior, porque para isso eu não precisava ser eleito – ficava na oposição. Assumi o governo para trabalhar".

A advertência, que tem por alvo os opositores (políticos ou não), é a forma utilizada para reafirmar a sua determinação de cumprir o seu programa de governo.

– Manifestação de confiança, regozijo, apoio, esperança, fé:

> "Através dos novos caminhos que se rasgarão à força de nosso trabalho perseverante, há de desfilar, num sopro revivificador, o resultado do esforço e do labor de oito milhões de mineiros".

A demonstração de fé e confiança no trabalho é uma característica do discurso juscelinista, geralmente acompanhada de conclamações ao povo para o seguirem em sua marcha.

– Crenças e valores:

a) Negativas enfáticas

> ".... nunca se sente em paz quando se afasta de seu (o povo) convívio".
> " A situação não é boa".

b) Afirmativas enfáticas

> "Meu dever é entrar em contato com todos".
> "Assumi o governo para trabalhar".

c) Identidade do orador

> "Conheço o poder do trabalho e sei que ele opera milagres".
> "Não me arreceio de ombrear com todos aqueles que, nestes três meses, possam afirmar ter passado mais horas debruçados sobre o trabalho".

A apresentação de crenças e valores é a parte em que procura convencer a audiência e ganhar a credibilidade. Os momentos em que o orador procura compartilhar com a audiência os seus valores costumam ser os mais fortes. Os seus valores são expressos por meio de negativas e afirmativas enfáticas, que funcionam como fortes elementos da argumentação. As negativas enfáticas funcionam bem porque, simultaneamente, negam a tese oposta (a situação é boa) e afirmam a tese do próprio orador (a situação não é boa).

– Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete):

> "... no fim deste governo, Minas poderá viver dias melhores. À porta de cada um, as estradas e os fios elétricos levarão as escolas, o medicamento, o sustento e o conforto".

As proposições não são genéricas, mas específicas, bastante concretas, definidas e plausíveis. Todo o discurso se constrói em torno do eixo programático do Binômio Estradas e Energia. Ao final divide com os mineiros a responsabilidade de trabalhar com afinco.

Pode-se concluir que é um discurso de vencedor. Mas, principalmente, é o discurso de um político que sabe o que faz, que tem um projeto definido e concreto. O enunciador se apresenta como um homem determinado, ativo e cheio de confiança e fé no futuro.

A maior parte do discurso é de propaganda, feito na situação em que a audiência já aderiu ao projeto, no entanto, é necessário mantê-la nessa posição. Mas funciona também, e de forma objetiva, como um discurso deliberativo: é preciso ganhar também o apoio daqueles que não votaram nele. Por isso, o governador investe em convencer e persuadir a sua audiência de que as medidas que serão tomadas estão no caminho certo. E, além disso, o pronunciamento é transmitido pelo rádio – para conseguir a adesão dos outros.

Dirige-se aos ouvintes de forma desembaraçada, cordial, usando uma linguagem quase coloquial, procurando apresentar-se como um cidadão comum. E, dessa forma, transmite a imagem de um governador que considera seus ouvintes (os mineiros) como seus pares. Nos momentos certos, início e fim, consegue elevar a carga emocional, ao apelar para valores universais que são facilmente compartilhados, por exemplo: a fé no trabalho, o trabalho dinâmico, a confiança no futuro.

Ao identificar o problema econômico do Estado, JK não fica preso a lamúrias e pessimismos, ao contrário, apresenta propostas viáveis para sua solução. Além disso, apresenta seu projeto como o único capaz de tirar o Estado da penúria e, para provar que está trabalhando para a solução, passa imediatamente para o relato das atividades desenvolvidas por seu governo.

JK assumiu o governo do Estado exaltando os valores fundamentais da modernidade, sedimentados no arcabouço da sociedade ocidental a partir do Iluminismo: a crença na razão, na objetividade da ciência, no futuro progressista, linear e promissor e no crescimento econômico. Para as condições sociais e econômicas de Minas Gerais, na época, hastear a bandeira da modernização como projeto político era realmente algo de moderno, de novo, de rompimento com o passado, de projeção para o futuro.

A análise tornou possível desvelar qual o tipo de modernidade, ou a linha ou direção de modernidade encontrada no discurso de JK. Entre os traços fundamentais da modernidade presentes no discurso juscelinista, podemos destacar: racionalização, busca da integração dos setores e das regiões do Estado, importância do progresso no sentido de desenvolvimento tecnológico, expansão da indústria, dos meios de comunicação, dos meios de transporte e a urbanização: o progresso tem como seu local o espaço urbano e seu tempo o futuro. Destacam-se, ainda, a crença na abordagem racional e científica dos problemas e a busca racional pela riqueza econômica como as melhores maneiras de se alcançar um bom desenvolvimento social, a rejeição da tradição, a crença no futuro, a burocracia centralizada e a organização governamental hierarquizada. E a crença de que, alcançado o crescimento social, econômico e político, a sociedade mineira alcançaria a riqueza e a felicidade.

Resumindo, a proposta política modernizadora incluía:
1. racionalização dos serviços públicos;
2. aplicação do conhecimento científico (tecnologia);
3. desenvolvimento do capitalismo, na busca racional do lucro;
4. urbanização – as cidades se opõem ao mundo rural. A

vida urbana, vivida em espaços construídos pelos humanos e, portanto, não encontrados na natureza, é considerada superior a qualquer outra que se aproxime ou se integre ao mundo natural;
5. instalação de eficientes meios de comunicação e de transportes;
6. integração das cidades e regiões de Minas;
7. visão da natureza como uma inimiga e ao mesmo tempo como servidora das necessidades humanas. A natureza existe para beneficiar o ser humano; é importante na medida em que pode ser útil. Ela não tem valor em si, ou seja, sem a presença humana não há valor. Assim, a vida é ao mesmo tempo uma guerra contra a natureza e uma exploração constante de seus recursos;
8. progresso relacionado ao desenvolvimento tecnológico. A modernidade surge como a reafirmação do homem sobre a natureza, ao estabelecer a condição de superioridade humana. O conhecimento racional e o desenvolvimento da tecnologia sempre são construídos com o propósito de se apropriar do mundo natural. Essa apropriação transforma todos os outros seres vivos e todo o meio ambiente em objetos de dominação do ser humano de acordo com suas necessidades e interesses;
9. o uso político do rádio, que era o mais poderoso meio de comunicação da época;
10. o modo de vida acelerado e o espírito de urgência no fazer;
11. a importância da informação, da divulgação e da exposição pública.

Destaca-se, ainda, em seus discursos, o comportamento de JK com a democracia e o republicanismo, podendo-se até dizer que essa não era uma posição política generalizada em nossa sociedade.

No início da década de 1950, não se estranhava quando políticos, e também parte da impressa, pregavam a derrubada de presidente e governadores, pediam o fechamento do Congresso Nacional, apelavam para a extinção de partidos, acusavam sem provas, clamavam sem nenhum pudor por um golpe militar que derrubasse todos que estavam no poder, com exceção deles próprios, é claro.

Entre pronunciamentos raivosos e intolerantes, destacava-se a voz conciliatória e respeitosa de Juscelino, que somente mais tarde pôde ser compreendida e valorizada. O historiador José Murilo de Carvalho destaca a importância histórica da posição política de JK de respeitar os valores democráticos em uma época em que "a democracia não era valorizada". A situação parece até indicar que, naquela época, a sociedade não estava preparada para uma convivência baseada nos princípios democráticos que foram implantados e assegurados mais tarde.

4.1.7 Conclusão

Em seu discurso, carregado do fervor iluminista, JK associa a razão ao progresso, à riqueza e à liberdade, pregando que a ação racional é que consegue criar condições de maior riqueza e de felicidade e, assim, construir uma sociedade moderna. Essa sociedade moderna, determinada pelo futuro e não pelo passado, tem a cidade como o seu lugar, com sua racionalidade nos espaços e nas relações pessoais, com sua população complexa e diversificada, com a comunicação intensa com o mundo exterior graças à velocidade e à mobilidade imprimidas pelos meios de transportes.

O mesmo prefeito que, nos anos 1940, conseguiu dar uma face moderna àquela Belo Horizonte sonolenta, modorrenta e conservadora, com a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, contando com a presença de modernistas como Niemeyer, Burle Marx, Portinari e Guignard, agora está disposto a trabalhar para alterar o destino de seu Estado. E o primeiro passo para tal empreitada é apresentar um discurso moderno, ágil, direto, otimista, que aponta o futuro como meta. Assim, inaugura-se o discurso desenvolvimentista no Brasil. Mantendo a coerência da fala com a ação, o governador busca levar, por meio do discurso, o fazer e o pensar modernos para todos os cantos de Minas Gerais.

O discurso do governador tem o objetivo de conseguir a adesão da população ao seu projeto de desenvolvimento. Para conseguir tal objetivo, o governador constrói sua fala sobre uma fronteira que separa o mundo novo do mundo antigo, apresentado com predicados negativos: o marasmo, a inércia, a incompetência, o ilogismo, a pobreza, a obscuridade, entre outros. O espaço moderno vem carregado de predicados positivos: a clareza, o dinamismo, o otimismo, a riqueza. Assim, do outro lado da fronteira, rumo ao futuro, está a estrada ampla e clara que leva ao espaço do progresso e do desenvolvimento, prometido pela modernização, possível de ser construído e acessível a todos.

É preciso salientar, ainda, que a prática ou o modo de vida do governador vem autorizar a sua enunciação política. Ele se apresenta como o agente da modernização, portanto, portador de símbolos do progresso, tanto dos abstratos – otimismo, dinamismo, juventude, alegria – quanto dos concretos – portador de hábitos urbanos, como

viagens, uso de avião, cultura escrita, uso de aparelhagem moderna. Afirma-se como modelo de comportamento para políticos que se apresentassem também como agentes da modernização. Os traços modernizadores eram tão fortes em Juscelino que, mais tarde, a sua imagem se tornará o símbolo da modernidade em todo o Brasil. E até mesmo as iniciais de seu nome – JK – carregam essa marca. Pode-se dizer que seu modo de vida apresentava aos outros as evidências da incorporação de seu próprio discurso moderno. Nota-se uma clara demonstração de que a situação enunciativa eficaz não é produzida apenas pelos efeitos textuais do discurso, mas também pela sua inscrição em uma comunidade. Em outras palavras, como Juscelino "realiza" o modo de vida moderno, que deseja promover, é autorizado pela comunidade a pregá-la em seus discursos, na medida em que é reconhecido como o agente dessa modernização.

> "Da energia e da determinação de um povo é que saem as magníficas realidades das florestas de chaminés enchendo os ares de fumo, como um ramo de oliveira anunciando a bonança e a fartura. O coro das máquinas e o cântico das lavouras formam um hino belíssimo, de trabalho, que é a maior aliança entre o homem e o futuro" (KUBITSCHEK, 1953:83).

No contexto do período - a modernidade do pós-guerra, na qual o Brasil estava entrando, está presente a necessidade da construção de um discurso político, elaborado com nova gramática e inserido em diferente formação discursiva, para dar conta de representar e de estabelecer relações com o novo referencial programático e ideológico que se concretiza com a eleição de JK e seu modelo de desenvolvimento. Este é o desafio discursivo que o governador impõe aos parlamentares mineiros.

_4.2 OS PRONUNCIAMENTOS DOS PARLAMENTARES

Esta parte do trabalho tem por objetivo analisar exclusivamente os pronunciamentos dos deputados, em Plenário, durante o ano de 1951. Na análise, consideram-se apenas as posições políticas declaradas à época em que foram anunciadas. Não há, em hipótese alguma, intenção de penetrar em posturas assumidas em momentos posteriores, quando os sujeitos oradores exerceram outros mandatos de deputados e, eventualmente, outras funções como magistrados, professores, ministros de Estado, etc. Diferentemente dos pronunciamentos do governador, esses foram proferidos, em Plenário, em cena enunciativa que configura um debate, do qual participam os membros do Poder Legislativo, ou seja, o auditório presente é composto dos próprios pares do enunciador. Além desses, a enunciação é dirigida menos à população em geral, do que à elite mineira, composta de acadêmicos, políticos, burocratas e burguesia rural. Os raros casos de referências a outros grupos sociais aparecem apenas nos discursos dos deputados trabalhistas.

Expressando o sentimento político no início do ano de 1951, os primeiros debates tratam das questões relevantes no momento: a defesa da democracia e da Constituição, a consolidação do regime democrático com as eleições de 1950, a defesa da liberdade de imprensa e, naturalmente, a defesa e a importância do Poder Legislativo. A afirmação do patriotismo como um caráter fundamental para o desenvolvimento da sociedade continua também presente.

O espírito liberal comparece com força na grande maioria dos pronunciamentos. O progresso é desejado por todos,

ainda que haja profundas divergências sobre o que isso seja. Em vários pronunciamentos, encontra-se um forte sentimento de que essa é uma época de instauração de uma nova ordem das coisas.
No entanto, à medida que o tempo passa, as posições vão ficando claras: a situação cumpre o seu papel de apoiar o governo, enquanto a oposição endurece cada vez mais o seu discurso, criticando ferozmente todas as propostas, o que torna os debates mais acirrados.

A análise tratará dos seguintes aspectos dos discursos:

4.2.1 Conteúdo
4.2.2 Interdiscursividade
4.2.3 Estratégias discursivas
4.2.4 Descrição gramatical
4.2.5 Análise semântica
4.2.6 Ata da Reunião publicada em 5 de junho de 1951 – resumo e análise
4.2.7 A Nau Sem Rumo – análise de um discurso modelo da oposição
4.2.8 As formações discursivas
4.2.9 Conclusão do item

Todos os pronunciamentos citados constam das atas das reuniões de Plenário, publicadas no Diário da Assembleia, que será referido com a sigla DA.

4.2.1 Conteúdo

A leitura das atas permite visualizar toda uma época, com seus problemas e conflitos, e revela fatos surpreendentes, como a violência política que grassava o

território de Minas. Não surpreende, por outro lado, a incrível capacidade oratória e discursiva dos parlamentares, já que era conhecida a eloquência dos políticos mineiros.

Os principais assuntos levantados foram:

I. Política regional e cargos públicos
II. Violência política
III. O estilo de JK
IV. O programa de governo

I. Política regional e cargos públicos

Em grande parte dos debates são tratados assuntos relacionados às questões políticas municipais e regionais, principalmente cargos públicos e violência política. Os serviços públicos, como escolas, postos de saúde e outros que atingem diretamente a população, mal são mencionados. Também não desperta maior interesse o setor de infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e campos de pouso, que se tornaria, a partir da década de 1960, grande meta das prefeituras e principal mote de campanhas eleitorais municipais.

Um raro exemplo de interesse por transporte encontra-se na fala do deputado Augusto Costa (PSD) em que ele acusa o governo anterior de não ter feito nada nessa área ((DA, 22/5/51). No entanto, a motivação do deputado é estritamente pessoal: a crítica vem do fato de que o governo não construiu no município de Costa Sena a ponte solicitada por ele, deputado. Mesmo que tenha tido empenho em praticar um ato de interesse da população do município, a afirmação do deputado revela a sua posição

personalista, já que o único critério levado em conta, pelo deputado, para avaliar o governo anterior restringe-se a um pedido seu que não foi cumprido. Esse comportamento é agravado pelo fato de o orador não levar em consideração as funções e responsabilidades da administração cobrem todo o território do Estado e são voltadas para toda a sua população. O discurso revela, como em tantos outros, a ideologia personalista da política em que os interesses particulares se sobrepõem aos públicos. Seguindo, ainda, essa tradição parlamentar de enfoque personalista, ao longo de todo o ano são apresentadas inúmeras comemorações e homenagens, além de votos de pesar e de congratulações a personagens e entidades da região do deputado orador.

Entretanto, o grande assunto das reuniões, o que ocupa a maior parte do tempo, que cobre páginas e páginas do Diário da Assembleia, é o referente à política de cargos públicos. Esse é o grande interesse, o que acarreta as discussões mais acaloradas. Acusações são feitas, inimigos são declarados, ofensas são enviadas, bombas são jogadas, artigos na imprensa são escritos, tudo por causa de um cargo de juiz ou delegado, diretora ou professora de grupo escolar, ou até, de atendente em posto de saúde. A transferência e a nomeação ou a não nomeação de funcionários públicos chegam a criar verdadeiras batalhas retóricas em Plenário. Aqui também é possível ser verificado o modo de atuar de forma personalista e clientelista, quando o deputado atua como um procurador na defesa dos interesses do funcionário público, que é seu eleitor.

Essa disputa acirrada tem unicamente motivação eleitoral. O que está em jogo não são meramente questões pessoais ou disputas municipais. O objetivo final das querelas

e embates é o controle da máquina estatal. Isso é o que está em jogo. Porque esse era o principal estame de sustentação da elite política mineira, que se achava alquebrada desde a crise da agropecuária, causada pela queda da produção agrícola em geral. Como o Estado tornava-se, a cada dia, mais pobre e sem recursos para sair da crise em que se encontrava, o controle da máquina estatal passa a ser disputado cargo a cargo, em cada município, em cada região. O partido que tivesse o controle sobre os cargos teria mais condições de fazer uma campanha eleitoral vitoriosa. No interior, as chances de um partido vencer as eleições dependiam muito da presença de agentes públicos, como juízes, delegados, diretoras de escola, coletores, ligados a esse partido. Nesse quadro pós-eleitoral, a UDN luta com todas as suas forças para manter os cargos conseguidos na administração anterior, e o PSD, vencedor do pleito, já começa a trabalhar para conseguir o controle da máquina estatal.

Minas Gerais, além de ser um Estado controlado por uma elite conservadora, possuía uma população pobre, explorada, vivendo longe do paradigma básico da modernidade: acesso aos bens, às leis, à cidadania, à saúde e à educação. Os chefes políticos agiam de acordo com as regras do coronelismo, praticavam o clientelismo e o apadrinhamento de forma generalizada. Entre seus auxiliares, sempre contavam com o apoio de um médico e um advogado, figuras importantes para resolver problemas da população e querelas políticas (CARONE). Em alguns casos, o próprio chefe ocupava cargos políticos, mas, a maioria preferia fazer eleger políticos fiéis e subalternos ao seu comando. Ao comentar a relação de políticos com os coronéis e chefes políticos, Oscar Dias Corrêa afirma, em entrevista, que essa era uma situação

comum e que o representante político era cuidadosamente escolhido pelo coronel:

> "Eles não queriam deputado burro. (...) Eles não escolhiam um coronel como eles não. Escolhiam um sujeito de categoria, que fizesse bonito para eles" (Minas Gerais. Assembleia Legislativa, 2000:303).

Os deputados põem e dispõem dos cargos, indicando ou negando autorização para as nomeações e posses de funcionários. Em Plenário, quase sempre, defendem os interesses específicos de determinada pessoa, física ou jurídica, raramente de um setor, ou de alguma classe ou de alguma ação política ou uma demanda em prol do bem-estar geral, e atuam como se fossem advogados apresentando a defesa de seu cliente perante o júri. Em algumas situações, a defesa é feita de forma tão veemente, que o pronunciamento deixa uma sensação de o cenário ser o de um tribunal e não de um plenário legislativo.

Uma das poucas exceções é o deputado Synval Siqueira, do PTB, que, honrando o partido a que pertence, apresenta as questões trabalhistas de forma objetiva, em defesa de toda a classe trabalhadora, sem tratar de assuntos particulares de indivíduos. É um dos poucos que procura contextualizar os fatos no cenário político e social da época, apresentando argumentos relacionados à situação econômica, uma estratégia discursiva que somente se tornaria padrão anos mais tarde. A maioria ainda não conseguira fazer da abordagem socioeconômica um fundamento de seus pronunciamentos.

As demissões e transferências de funcionários públicos protegidos por políticos estão na origem de muitos conflitos municipais, tornando-se motivo de longos debates

na ALMG, criando um impressionante número de requerimentos e petições.

A visão personalista, prática política comum do clientelismo e do apadrinhamento, é mostrada em várias situações, como no momento em que o deputado Simão da Cunha (UDN), ao defender os interesses de uma professora de Ibiá, que fora transferida para Campos Altos, denuncia o ato como perseguição política do prefeito pessedista de Ibiá. Nesse momento, recebe um acalorado aparte do deputado Adolfo Portela (PSD), afirmando que a professora fora transferida porque não era concursada, não era professora e nem tinha sido nomeada. Afirma, ainda, que tem conhecimento desse fato, porque, em Ibiá, quem dá posse para professoras nomeadas por favores políticos é ele próprio, o deputado Adolfo Portela. Segue-se o diálogo:

> Dep. Adolfo Portela: "... politicamente, quem manda em Ibiá sou eu!"
>
> Dep. Simão da Cunha: "Quem manda em Ibiá é V. Exa!"
>
> Dep. Adolfo Portela: "Isto não tem dúvida!". (DA, 29/5/51)

E os assuntos paroquiais dominam as reuniões, como nos exemplos abaixo:

– A apresentação de um requerimento, solicitando informações governamentais sobre o ato do prefeito de Conselheiro Pena, da UDN, que demite um funcionário da prefeitura ligado ao PTB, rendeu vários requerimentos e violentos discursos (4/4/51).
– Oscar Corrêa faz contundente defesa de professoras nomeadas para o Sanatório de Barbacena (DA, 5/6/51).

– O deputado Milton Salles consegue, em um único dia, tratar dos seguintes casos: relata perseguições políticas praticadas pelo governador contra a Polícia Militar, por causa de transferências de pessoal; apresenta defesa das serventes de escola Maria de Lourdes e Maria de Souza, do diretor da escola e de professores; apresenta defesa de funcionários e professoras rurais exonerados pelo prefeito de Peçanha sob a alegação de que são da UDN; denuncia graves fatos praticados pelo PSD em Açucena (DA, 5/6/51).
– Ainda Milton Sales, em outra reunião, continua seu trabalho de procurador e faz a defesa de funcionários públicos demitidos, apresenta e lê as cartas de seus correligionários (DA, 25/10/51); e defende um grupo de bancários (DA, 1º/11/51).
– França Campos (que é diretor do Banco) faz a defesa do Banco Financial da Produção contra a greve de seus funcionários.
– Alguns casos ocorridos durante o governo Milton Campos, como a demissão do diretor de escola em Antônio Carlos e de um coletor em Itabirito, geram um longo debate, em que são gastas várias colunas, incluindo citação em latim (DA, 5/6/51).
– Horta Pereira faz defesa de conhecidos e correligionários seus, da professora Terezinha, de São Francisco, de um coletor, de Ubá, e da professora Carmênia, de São Francisco (DA, 5/6/51).

Como demonstrado, as denúncias de perseguições políticas, por parte tanto do PSD quanto da UDN, sempre tratam de atos de demissão ou transferência de funcionários municipais pelo partido vencedor do pleito municipal, que são apresentados como casos de perseguição política. É extraordinário verificar que essa é a regra re-

conhecida e aceita por todos, ou seja, o partido vencedor tem o direito de escolher os ocupantes dos cargos públicos municipais. Entretanto, ainda assim, são gastas horas e páginas de reclamações desse procedimento, que é amparado pela legislação. Pode-se concluir, então, que a norma legal não é aceita.

II. Violência política

É surpreendente o grande número de conflitos e de violência política no interior e na Capital, relatados e debatidos em Plenário.

Em não poucos casos, as disputas políticas tornam-se ações conflituosas, com envolvimento de policiais e jagunços. As denúncias e acusações de perseguições políticas se estendem por cidades de diferentes regiões. Segundo os deputados, em algumas cidades a violência parece transformar-se em guerra. E assim é tratada nos discursos dos parlamentares, principalmente nos casos de Jacutinga e São Gonçalo do Abaeté. São citados vários casos de violência política nas cidades de Abaeté, Peçanha, Divinópolis, Açucena, Aimorés, Mutum, Brasópolis, Araguari, Santa Rita de Sapucaí, Manga, Matias Cardoso, Raul Soares, além de Belo Horizonte.

Por exemplo, na reunião publicada em 4/4/51 é apresentado um requerimento pedindo abertura de inquérito para apurar acontecimentos políticos em Jacutinga. Vários requerimentos tratam de questões policiais e de solicitações a delegados de polícia. O deputado Simão da Cunha (UDN) também fala sobre acontecimentos em Raul Soares, que criaram um ambiente de arbitrariedade, intranquilidade e de "compressão" aos direitos do cidadão.

A Capital também não estava livre da violência política. No jornal de 7/4/51, são publicados diversos discursos sobre o sério conflito ocorrido no centro da Capital entre "elementos" comunistas e a polícia, o que causou a morte de um policial e agressão a jornalistas. Todos são contra os comunistas e a favor da polícia. A oposição acusa o governador de ser o responsável pela morte do policial e pela violência contra os jornalistas. São gastas várias páginas no debate sobre os incidentes ocorridos no comício comunista.

Os debates sobre perseguições políticas também estão presentes em quase todas as reuniões. Poucos dias depois, mais uma vez, Simão da Cunha (UDN), que é acionista do jornal Diário de Minas, denuncia a perseguição política em Abaeté e pede abertura de inquérito para apurar os fatos (DA, 10/4/51). São tantas as denúncias que, em certo momento, Waldomiro Lobo (PTB) chega a reclamar que na Assembleia "só se tem feito demagogia sobre casos municipais que, em sua maioria, não interessam ao povo" (DA, 18/4/1951).

Em certos dias, a reunião da Assembleia Legislativa chega a assemelhar-se a um tribunal ou uma delegacia de polícia. O Plenário do Parlamento funciona como um arremedo de tribunal do júri, onde as provas não são apresentadas, as testemunhas não são ouvidas e os réus não são julgados. As acusações e denúncias tornam-se intermináveis, porque não há como se chegar a um julgamento. Como cada deputado apresenta oralmente a sua versão, sem apresentar provas ou testemunhas, os debates tornam-se longos e ineficazes. É rara a determinação para se abrirem inquéritos ou investigações, ou ações administrativas que possam levantar a real situação e punir os culpados. Nessas condições, as denúncias tornam-se

vazias e, ao final da reunião, aquilo que poderia se tornar uma grande batalha fica deixado de lado, como se nada existisse. Entretanto, na próxima reunião, a oposição reinicia o processo acusatório, e tudo fica como "dantes no quartel de Abrantes", restando apenas reuniões cansativas e improdutivas.

Evidencia-se, então, que a discussão em torno da violência política mantém-se restrita ao âmbito das disputas meramente partidárias, leia-se, pessoais, sem apresentar qualquer caráter ideológico, nem programático, já que tem por objetivo a própria disputa, e não melhorar, transformar ou solucionar os problemas sociais. Nesse quadro discursivo, o governador é acusado pela oposição de ser o responsável por todos os atos criminosos narrados e de promover todos os outros atos de violência política no Estado. Em nenhum momento são feitas críticas aos procedimentos administrativos ou ao funcionamento da organização estatal e nem são apontadas possíveis falhas na legislação. As denúncias de arbitrariedade e de crimes políticos funcionam, na verdade, como uma forma de a oposição fazer críticas ao governo e criar hostilidades políticas. Dessa forma, o ambiente político não oferece condições para que sejam apresentadas e debatidas as propostas do governo.

Outro impedimento para a apresentação das propostas reformistas é o fato de que, em seus pronunciamentos, a oposição não apresenta uma visão ampla e abrangente da organização do Estado, desde os níveis de governo municipal, estadual e federal até a separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O governo de Minas Gerais é visto como se fosse um poder unitário, governado por um governante plenipotenciário, com poder acima da di-

visão de poderes e dos níveis governamentais. A prática discursiva da oposição leva o interlocutor a crer que o governador de Minas Gerais teria competência não só para gerir os negócios do Estado, mas também para inquirir, prender e julgar. Esse é o nível de cobrança ao governador, presente no discurso da oposição.

No meio de um debate sobre o presidente Getúlio Vargas (DA, 18/4/51), o deputado Hermelindo Paixão (PSD), mantendo-se fiel às suas bases, continua a tratar da perseguição política em sua região. Segundo ele, o único crime cometido pela oposição de Abaeté foi ter perdido as eleições, mas "entre os udenistas reina a mania de perseguição e uma séria psicose acusatória". O deputado apresenta uma lista de nomes de servidores da Secretaria de Educação que reclamam de perseguição e faz um pronunciamento que cobriu uma página e meia do jornal.

O que se observa é que, na época, havia uma norma tácita na política municipal: quem perde as eleições é perseguido e demitido. E os perdedores não tinham condições de se defender politicamente, porque os vencedores ocupavam todos os espaços políticos.

Entretanto, na Assembleia Legislativa, os parlamentares da oposição tinham assegurado um espaço democrático para ataques, defesas e debates. A oposição sabe aproveitar o espaço e não perde nenhuma oportunidade para incomodar o governador. Nenhum ato administrativo, por mais comum e banal que seja, pode ser praticado pelo governo sem que receba uma exacerbada crítica da oposição. Parece até que ela não reconhece a derrota nas eleições estaduais de 1950 e nem o sentido da ação política enquanto o alcance do bem comum.

Um dos maiores embates sobre violência política aconteceu entre o deputado Simão da Cunha (UDN) e o deputado Hermelindo Paixão (PSD), por causa do ocorrido em São Gonçalo do Abaeté e Jacutinga. Os deputados envolvidos na região se acusam mutuamente de fraudarem as eleições, de manterem jagunços armados e de praticarem violências. Um delegado é acusado de ser corrupto e inclusive são citados seus apelidos de "*Bento Rameira*" e "*Bento Bola*", porque "não resiste a uma nota de cinco cruzeiros bem embolada" (*sic*). Os homens da PM são acusados de andar embriagados. Em nenhum momento existe a intenção de se verificar, inquirir a fundo as denúncias levantadas, ou de recorrer ao Poder Judiciário. A impressão é de que todos sabem que tudo aquilo é irreal ou são tramas que devem permanecer encobertas. No final, cada um deve se aproveitar da situação, e vence o mais esperto (DA, 17/5/51).

Aos ataques da oposição, a situação procura responder de forma a se manter segundo as regras do decoro parlamentar. Entretanto, em algumas situações os deputados da situação chegam a elevar o tom da discussão, mais pela falta de paciência com o discurso oposicionista do que por contra-ataques virulentos. Hermelindo Paixão (PSD), ao rebater a afirmação de Oscar Corrêa de que o Estado encontra-se em "sublevação da ordem e da intranquilidade", critica o oposicionista, afirmando: "Esta intranquilidade está na imaginação de V. Exa., sempre ardente, apaixonado e tendencioso" (DA, 17/5/51).

Na reunião publicada em 26/5/51, a disputa política no interior de Minas é comparada à guerra, que envolvia as duas Coreias: a do Norte, comunista e apoiada pela URSS; e a do Sul, capitalista e apoiada pelos EUA. Essa guerra, uma das mais violentas do século XX, recebia destaque na

imprensa, que citava sempre o Paralelo 38, que demarcava a fronteira entre os dois países. A expressão Paralelo 38 tornou-se bastante popular à época, carregando o sentido de fronteira entre inimigos. Waldomiro Lobo até chama o PTB de Paralelo 38 da Assembleia, porque "encarna o senso e o equilíbrio" (DA, 29/5/51).

Assim, a violência política em Jacutinga, onde teriam sido lançadas bombas pela cidade, é comparada à da guerra da Coreia. O deputado Oscar Corrêa (UDN), em longo pronunciamento, também faz comparação dos atentados naquela cidade com a guerra:

> "Jacutinga hoje é uma cidade onde impera o terror, é a Coreia do Sul, tem até uma rua, a Rua Cel. Américo Prado, que é considerada o Paralelo 38, onde impera o regime de bombas. Os companheiros do Deputado Saretti, sem dúvida, em surdina, prepararam novas bombas. A bomba foi jogada na casa do Sr. Marques Azevedo, juiz íntegro e probo, de fina estirpe intelectual. Não é possível que tal atentado fosse cometido sem que houvesse, pelo menos, a conivência da polícia; e se fazemos uma ressalva quanto à autoridade e a probidade do Sr. Delegado, devemos, por justiça, salientar o partidarismo com que tem agido o faccioso cabo Sebastião e o soldado Antônio, que chefiam a mazorca e a baderna" (DA, 29/5/51).

Segundo o deputado, os responsáveis pelo atentado à bomba são o cabo e o soldado do destacamento da cidade. O delegado, que é ligado à UDN, não é considerado culpado e é prontamente defendido das acusações de ser fraco e covarde. Ainda complementa a defesa o comentário do deputado Milton Salles: "...pobre daquele delegado que consegue apurar no crime em que são criminosos os elementos do PSD". Quando é perguntado se já foi pedida a remoção desse destacamento policial, Oscar Corrêa responde que já foi feito apenas um pedido oral.

Nesses debates intermináveis, os deputados não levantam a possibilidade de os envolvidos procurarem resolver as questões por meio de procedimentos legais e apelar às instâncias superiores e às instituições jurídicas, como no caso relatado acima, em que caberia a apresentação de denúncias ou a abertura de inquérito policial. Na discussão, tudo continua na esfera política, bastante rasteira; as violências cometidas são o reflexo do nível das disputas políticas. O deputado Cônego Mesquita (PR) é o único a considerar que o procedimento correto de um delegado que se sinta ameaçado é apelar para outras autoridades ou outros delegados regionais, com o que não concorda Oscar Corrêa, para quem o delegado não deve fazer nada, deve ficar quieto:

> "O atentado se deu a 20 metros do local em que (o delegado) residia e não ficaria bem que S.Sa fosse apurar o fato. É uma questão de escrúpulo".

O argumento do deputado é o seguinte: em Arcos e Jacutinga as eleições foram ganhas pelo PSD. Os prefeitos do PSD são "arbitrários e violentos" e praticam "atos arbitrários, violentos e abusivos", até mesmo em meras questões administrativas, como as relacionadas à nomeação, remoção e transferências de servidores. Por outro lado, os prefeitos da UDN, seu partido, sempre agem dentro da lei, com isenção e inatacável probidade, mesmo quando mantêm as condutas criticadas por outros. Com efeito, o partidarismo é tão forte, a visão é tão sectária, que torna qualquer membro de seu partido político íntegro e probo, enquanto qualquer membro da oposição é tratado como violento e desonesto.

Em réplica, Hermelindo Paixão retruca:
"V. Exa. vem para esta tribuna como parte interessada".

E, à afirmação de que os mandantes das bombas são os pessedistas, responde que :

> "... os useiros e vezeiros de bombardeamento de casas em Jacutinga, a Coreia de Minas, são os elementos udenistas ao tempo do governo udenista". "Além disso, em apedrejamento, vossas excelências (da UDN) são autoridades. Isso todo mundo reconhece, mesmo em Belo Horizonte" (DA, 26/5/51).

Prontamente, recebe a resposta, carregada de cinismo e deboche, de Oscar Corrêa:

> "Muito obrigado. Nem essa qualidade vossas excelências têm".

Risos em Plenário.

O conteúdo dos debates demonstra que o principal objetivo nos discursos da oposição é tratar como fato político qualquer ato da esfera policial ou administrativa, como a demissão de funcionários públicos ou roubos. Como é o caso de outro pronunciamento do deputado Oscar Corrêa (UDN), em que denuncia a invasão de domicílio, pela polícia de Divinópolis, para investigar roubo de material e ainda defende o prefeito Sebastião Guimarães. Acontece então longo debate sobre a política em Divinópolis. O deputado Hermelindo Paixão (PSD), em boa hora, responde que o deputado está tratando como político um fato claramente policial. Essa é uma observação importante, porque esse é o padrão do discurso da oposição conservadora, que procura tratar como político todo e qualquer incidente ocorrido no Estado. O udenista responde que no governo Milton Campos havia "um clima de serenidade e austeridade" e, ainda, apresenta requerimento à convocação do secretário de Estado, a fim de dar conta de sua atuação:

> "Minas tem vivido clima de absoluta intranquilidade e insegurança causado pelos abusos dos correligionários do governador que praticam violência e arbitrariedade" (DA, 26/5/51).

São feitos ainda longos debates sobre violência e espancamentos em Abaeté, cujo delegado, segundo a UDN, é "arbitrário, truculento e faccioso" (DA, 26/5/51). Fabrício Soares (UDN) acusa a inércia da polícia e a conivência governamental como incentivadoras das práticas violentas por parte das autoridades policiais do interior e cita o caso de Peçanha (DA, 29/5/51).

Nos discursos em que é denunciada a violência política, é comum o deputado apresentar uma carta contendo o relato das ocorrências, assinada pelos correligionários da cidade onde o fato aconteceu. Os correligionários são sempre íntegros e probos e os fatos relatados na carta constituem sempre verdades incontestáveis. Entretanto, a maioria das acusações são genéricas, sem indicação de fatos concretos e de testemunhas isentas. José Vargas (UDN) fala sobre a política em Manga e lê carta do diretório local de seu partido, na qual são narradas violências e perseguições ocorridas contra correligionários, em que até os membros do PR sofrem as perseguições (DA, 25/10/51).

Outras cartas relatam os fatos com riqueza de detalhes, incluindo as escaramuças, as violências e os nomes. Um aspecto interessante dessas cartas é que os autores das violências são conhecidos de todos, os seus nomes e cargos constam das cartas e são lidos em Plenário. Mas isso não causa nenhuma surpresa e muito menos indignação. Os deputados parecem se limitar a discutir o jogo político municipal.

Muitas vezes, os relatos parecem histórias de aventuras, tal a sucessão de acontecimentos com duelos, batalhas, tiroteios, que fazem o Plenário rir e duvidar da narrativa. É o que se registra no telegrama lido por Milton Salles (UDN), que relata a violência política em Aimorés, Mutum e Brasópolis.

> "Delegado de Polícia de Aimorés, ligado ao PSD, no comando de 27 praças da Polícia e cerca de 30 jagunços e capangas do subdelegado de Polícia do Distrito de Alto Capim de Aimorés foram ao Distrito de Roseiral, em Mutum, onde praticaram, sem motivo, algumas violências contra elementos à margem da estrada de Mutum a Roseiral. Tentaram assassinar, em Lajinha, o Sebastião Amaro, que escapou reagindo à bala e fugindo para local ignorado. Em Mutum há cerca de 20 praças com metralhadoras e bombas. Sem mais. Aristóteles Miranda, prefeito municipal" (DA, 9/11/51).

Em longo discurso, Osvaldo Pieruccetti (UDN) denuncia a violência política praticada pelo PSD em Araguari. Segundo ele, o clima de tranquilidade, ordem e respeito foi quebrado por conflitos, tocaias, tiroteios e jogatina à solta na cidade. Os vários apartes tornam os debates longos e calorosos, como pode ser lido nas sete páginas e meia do Diário da Assembleia que foram gastas para cobrir a transcrição do discurso (DA, 4/11/51). Ainda assim, não foram tomadas providências de qualquer ordem para resolver a situação e punir os culpados.

É interessante assinalar, ainda, que todos os terríveis fatos, meio rocambolescos, narrados por Pieruccetti, são desconhecidos dos deputados e da imprensa. Alguns até perguntam como foi possível que ninguém ficasse sabendo disso. Após algum tempo, Último de Carvalho se cansa de ouvir e, com um sorriso debochado (conforme reclama

o próprio Pieruccetti), lança dúvidas sobre a veracidade dos fatos narrados e chama-os de "contos".

Na sua maioria, os fatos narrados não são divulgados pela imprensa. Geralmente, os relatos chegam por meio de supostas cartas recebidas de correligionários. O único acontecimento violento comentado pelos oradores e noticiado pelos jornais é o comício comunista ocorrido em Belo Horizonte. Os outros casos de violência, ao que parece, não eram divulgados pela imprensa e nem eram abertos inquéritos ou apresentadas denúncias às instâncias competentes. Pode-se concluir que, na luta para vencer os embates discursivos, é válido fazer uso de recursos do imaginário e de fontes não fidedignas, tornando a verdade um argumento não razoável na disputa política.

III. O estilo de JK e a tradição mineira

Como a pesquisa se limitou ao primeiro ano de governo, é natural que sejam apresentados vários comentários sobre o governo anterior, incluindo comparações com o atual. E também, como é esperado, a situação procura elogiar, no atual governo, as características positivas que o distinguem do anterior, tratado com a expressão "a pasmaceira anterior", como afirma Hermelindo Paixão:

> "O governo é eficiente e trabalhador; sucedendo a situação de pasmaceira em que vivíamos até 31 de janeiro, tem que revolucionar o Estado política e administrativamente." (DA, 22/5/1951).

Por seu lado, os oposicionistas não deixam nunca de fazer a defesa do governo Milton Campos, sempre comparando o seu estilo ao de JK. Aquele é considerado não apenas "um mero administrador, mas uma ideia em marcha,

uma grande filosofia política" (DA, 8/5/51), no sentido de que ser bom administrador é muito pouco para o grande político. Para defendê-lo da acusação de ter governado com os braços cruzados, o deputado Horta Pereira tem a preocupação de ler uma lista de suas obras (DA, 8/5/51).

O estilo pragmático de JK causa incômodos à oposição, que faz um esforço para demonstrar e divulgar as realizações de seu governante. Nesse sentido, durante muitos dias, são feitas leituras de longos relatórios contendo todos os atos do governo anterior. Nos relatórios lidos, nota-se a ausência de uma visão do conjunto do Estado e de uma política com estratégias definidas materializadas em planejamento, metas e objetivos. Assim, são apresentadas listas de obras diversas e dispersas, em sua maioria, de manutenção de próprios públicos, de construção de pontes, poços artesianos, postos de saúde, comboio agrário ambulante. A ansiosa preocupação de divulgar as realizações parece demonstrar que as obras não eram do conhecimento da maioria da população. Talvez porque o trabalho do ex-governador tivesse sido uma "tarefa silenciosa", no sentido de que muito se trabalhou e muito foi realizado, no entanto, não houve divulgação por questão de princípios, isto é, quem trabalha não precisa alardear seus feitos. O espírito de modéstia é apresentado, pelo menos pela oposição, como uma característica dos políticos de Minas: "governar modestamente como é do gosto da gente". A expressão "tarefa silenciosa" remete diretamente àquela outra, famosa em todo Brasil, que, supostamente, define o modesto jeito do mineiro de ser e de fazer política: " Minas trabalha em silêncio". Ao chegar ao poder, JK reverte também o estilo "modesto e silencioso" de governar, fazendo da figura do governador matéria constante na mídia.

Seguindo sua cultura ilustrada, Horta Pereira destaca que o ex-governador empreendeu uma "revolução administrativa", no sentido de que "mais do que aquelas coisas que se expressam em elementos materiais, Milton Campos honrou e dignificou a vida pública, assegurando a liberdade". Carregado desse espírito, o ataque parte em direção ao uso que JK faz da mídia, à sua exposição constante em todos os quadrantes do Estado e até do Brasil, à sua eloquência, ao seu verbo fácil e coloquial, ao desprendimento e à vida dinâmica que levava. Em oposição ao espírito de modéstia do ex-governador, critica as palestras radiofônicas e dispara um ataque que mais parece um disparate ideológico: "propaganda fascista". E, por fim, ainda dá uma última estocada na pessoa de JK: "Muitos políticos de hoje são narcisistas" (DA, 8/5/51).

Os pronunciamentos do governador tinham bastante repercussão, porque a Rádio Inconfidência comandava uma rede de emissoras que os retransmitiam para diversas regiões do Estado. Portanto, nenhum outro político de Minas Gerais jamais conseguira uma audiência de tal monta. As críticas demonstram claramente o nível de irritação da oposição com a introdução feita por JK de novos modos de fazer política, sem seguir modelos do passado. A incapacidade da oposição de perceber as possibilidades da nova imagem do homem público e do fazer político leva-a a se entrincheirar por trás de uma retórica defensiva e agressiva, que tinha por objetivo desqualificar a pessoa do oponente. As questões de estratégia, planejamento e execução com metas e objetivos das ações do Estado passam ao largo, tão ao largo que não são capazes de perceber uma mudança no mundo ocidental, que se espraiava até o Brasil: o uso dos novos meios de comunicação para fins políticos.

As críticas do deputado Fabrício Soares (UDN) seguem essa mesma linha ao acusar JK de não respeitar a tradição mineira de políticos discretos e contidos, de fazer do ofício de governador uma "propaganda pessoal ou destemperada demagogia", ao anunciar "aos quatro ventos que está cumprindo o seu dever". Faz rasgados elogios aos governadores da República Velha que tinham formação moral de peso, enquanto JK, segundo o autor, corteja os "sentimentos mais primitivos da massa popular". O discurso de JK, transmitido em 24 de abril, é chamado de "peça de retórica cheia de inverdades, pitoresco e ridículo, nada além de palavras, promessas, projetos e demagogia, como nunca se viu no Estado". Alerta que a popularidade é uma "deusa caprichosa e cruel". E, para concluir, considera que JK é protagonista de um espetáculo estranho à tradição mineira, porque:

> "... não pretende o apreço e o respeito de seus governados, prefere a popularidade fácil de jogador de futebol ou de artista de cinema e, nessa concorrência, se abastarda e deslustra o mandato que lhe foi outorgado" (DA, 3/5/51).

Mais uma vez, o deputado Horta Pereira não perde a oportunidade de criticar o uso que JK faz dos meios de comunicação, ao afirmar que o "Minas Gerais", um jornal austero, isento e imparcial, foi transformado em um jornal de propaganda e agora "chafurda na demagogia governamental" (DA, 5/6/51).

As críticas são dirigidas a todos os atos do governador, desde a acusação genérica e constante de fazer demagogia, passando pelo uso do rádio, até as violentas acusações de promover noitadas no Palácio da Liberdade. Entre as críticas preferidas estão as constantes viagens de JK, tratadas com deboche, ironia e elitismo. As viagens causa-

vam tanto indignação quanto surpresa, devido ao fato de que, em Minas, ninguém estava acostumado com governantes que circulassem pelas diversas regiões do Estado. Até então, o governador mantinha-se em Belo Horizonte, ocasionalmente visitava sua região eleitoral e, mais raramente, a Capital da República.

A reação da oposição pode ser explicada em parte pela dificuldade, pode-se dizer até recusa, em discutir as questões de políticas estratégicas e administrativas que lhes pareciam por demais abstratas, genéricas e impessoais. O discurso juscelinista parecia-lhes excessivamente racional e impessoal. Onde estava a questão provincial, particular e pessoal tão bem representada nos discursos oposicionistas sobre a perseguição a funcionários e sobre jagunços armados? Por que aquele governador ficava falando sobre cavalos de força, quilowatts, chaminés, o futuro, o amanhã, quilometragens de estradas? Quem queria saber disso? Para que isso, se tudo – a política, os costumes, a economia – estava tão bem ordenado segundo os preceitos do conservadorismo, da tradição, do patriarcado? Por que mexer no que estava funcionando há décadas de acordo com a determinação das oligarquias que comandavam o Estado?

Na atribulada viagem a Iturama o governador atendeu a população local como médico, já que não havia médicos na cidade. Esse ato é também motivo de acirradas discussões. Em veemente crítica, o deputado Milton Salles afirma que JK aproveita-se da miséria do povo para fazer demagogia, enquanto promove "grandes festas" no Palácio da Liberdade que são "noitadas de festas e de prazeres" (DA, 22/5/51).

Assim, todos os atos do governador que fogem do padrão político conservador e tradicional são virulentamente ata-

cados. Entretanto, em determinado momento, a própria oposição, na voz do deputado Simão da Cunha (UDN), reconhece algum mérito no governante:

> "A UDN não desconhece os altos méritos do Sr. Juscelino K., o que ela discorda é dos métodos de S. Exa. para anunciar o que realizou ou ainda vai realizar. Desejamos que houvesse mais austeridade" (DA, 17/5/51).

Imediatamente vem a resposta do deputado Hermelindo Paixão (PSD):

> "A UDN deve andar apavorada porque não desejariam nunca a realização do que o governador já começou a realizar..." (DA, 17/5/51).

E ainda dispara:

> "Eu acho que o governo Milton Campos não fez nada. O que fez foi apenas política, no fim de governo" (DA, 17/5/1951).

Augusto Costa (PSD), em defesa apaixonada do governo, afirma que os "ataques demagógicos da UDN" pretendem julgar "os adversários com requintes de perversidade e injustiça" (DA, 22/5/51). Às vezes, a crítica oposicionista torna-se tão feroz, que se tem a impressão de que os políticos da UDN chegam a ter certa inveja de JK, por sua popularidade e seu desembaraço em ambientes diferentes e para tratar com diferentes pessoas, e seu conhecimento objetivo da situação global do Estado e da administração pública. Tudo em JK, o seu estilo, a sua maneira de ser, o seu método, o seu jeito de fazer política vai contra aquilo que os tradicionais políticos mineiros consideravam caracterizar a "altitude moral traçada pelas tradições mineiras": austeridade, gravidade e decência, sobriedade e prudência, equilíbrio, ordem e harmonia.

Como é o caso do famoso baile beneficente, promovido pela primeira-dama do Estado, que gerou imensa polêmica em que foram invocados os costumes mineiros, a religião e a ética. De um lado, a situação discorre elogios ao trabalho de arrecadar fundos para instituições de caridade desenvolvido por Sarah Kubitcheck – que é chamada de "escrava dócil da caridade", por Carlos Megale, em meio a citações de Pascal e São Francisco de Assis (DA, 1/11/51). Do outro lado, a oposição não perde a ocasião para levantar polêmicas, como Fabrício Soares (UDN) que, ao desferir críticas à festa da Organização das Voluntárias na Casa do Baile na Pampulha, faz até leitura de crônica de jornal:

> "...pretende-se neste infeliz baile de debutantes mudar a modéstia e a simplicidade de nossos velhos hábitos mineiros, tão humanos, tão cristãos, tão sérios, com a nossa vida de família segundo padrões antigos e austeros, daquelas senhoras de outros tempos, mães de muitos filhos, regendo com espírito elevado e com fidelidade cristã o belo reino que era seu lar" (DA, 6/11/51).

Mata Machado, além de criticar o baile de debutantes patrocinado pelo governo, defende o arcebispo D. Cabral, que não gostou do baile e não aceita a Igreja da Pampulha, devido ao trabalho de Portinari, afirmando que "O arcebispo não é um homem retrógrado e passadista, é um homem fiel à sua missão". E, ainda, joga suas pesadas críticas contra o famoso colunista social Jacinto de Thormes, que no jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, fizera elogios ao famoso baile (DA, 7/11/51).

A reforma do Palácio Mangabeiras também se torna objeto de discussões acaloradas na Assembleia Legislativa (7/10/51). Juscelino autorizou a conclusão das reformas de uma casa de propriedade da Polícia, iniciadas no go-

verno anterior, com o objetivo de transformá-la em residência eventual do governador. A casa, que é o atual Palácio das Mangabeiras, transformou-se, segundo a oposição, em palácio mirabolante e faustoso. JK pede que sejam comparadas as fotos da casa encontradas no arquivo da Polícia Militar com aquelas tiradas por fotógrafos levados ao local pela oposição e publicadas na imprensa para comprovar que, em dois meses e meio de governo, seria impossível atribuir a seu governo a responsabilidade pela construção de tal palácio.

Fabrício Soares (UDN) não perde a verve debochada e aproveita para comparar JK ao presidente Roosevelt, que havia recebido Churchill, então primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em uma cabana de madeira, onde descansa nos fins de semana.

> "Enquanto o Presidente dos EUA passa o fim de semana numa cabana de madeira, JK, para o mesmo fim, constrói o Palácio das Mangabeiras" (DA, 7/10/1951).

Hermelindo Paixão (PSD) faz leitura de artigo do jornal Estado de Minas, que defende JK das críticas à realização do "*garden party*". A UDN, na sua conhecida fúria compulsiva, chamara JK, durante a campanha, de bailarino, expressão que, na época, era uma ofensa grave. (Ver 4.2.6)

A oposição não dá tréguas, o que força o bloco de apoio a manter-se sempre alerta para se pronunciar em defesa do governador, pois, até nos atos administrativos corriqueiros, ele é chamado de corrupto. A resposta da situação é acusar os deputados da oposição de demagogos, que não se preocupam com o bem público, como na fala do deputado Juarez de Souza Carmo (PR):

> "Vv. Exas. não pretendem trazer a verdade. O que Vv. Exas. querem é destruir o governo, desacreditá-lo perante a opinião pública, emperrar a máquina administrativa, para dizer, depois, que o Governo nada realizou. Vocês são hoje crus demagogos e nada mais" (DA, 7/10/51).

O propósito de dificultar, ou até impedir, o desenvolvimento normal dos trabalhos legislativos, apesar de veementemente negado pela oposição, é largamente noticiado pelos jornais da Capital. No entanto, a confirmação da veracidade do fato aconteceu 50 anos mais tarde, pelo próprio deputado Oscar Corrêa que, em entrevista, se vangloria da obstrução que seu partido conseguira e afirma textualmente que a obstrução "era para não permitir a construção de estradas e durou até novembro" (MINAS GERAIS, 2000).

IV. O programa de governo

Como já visto, a discussão dos projetos de autoria do governador costuma ser prejudicada pelo desvio dos debates em que os deputados, abandonando o tema em pauta, partem para discussões de assuntos políticos e partidários, regionais e até pessoais dos parlamentares. Muitas vezes, projetos fundamentais para o futuro do Estado são aprovados sem uma profunda discussão das questões suscitadas, o que impedia o aperfeiçoamento das propostas apresentadas.

É o que aconteceu na tramitação do projeto de criação da Cemig, discutido na reunião da ata publicada em 17 de maio de 1951. A publicação da ata ocupou cinco páginas e meia, o que dá o total de 3.500 linhas impressas. Chega a ser espantoso que a discussão sobre os problemas de energia e de criação da Cemig tenha ocupado apenas 48 linhas do jornal. Isso se deve, em parte, à dificuldade e,

até recusa, da oposição em discutir as questões de políticas estratégicas e administrativas que lhes pareciam por demais genéricas e impessoais. Pode-se dizer também que o discurso juscelinista era excessivamente racional e impessoal, sem dar espaço às questões regionais, particulares e pessoais tão bem apresentadas nos discursos oposicionistas. Até vocabulário do futuro anunciado incomodava, pois selecionava os termos da modernidade industrial como cavalos de força, chaminés, indústrias, quilometragem, estradas, enquanto rejeitava os considerados antiquados, como perseguição a funcionários e jagunços armados.

A análise pode desvelar situações surpreendentes, como a forma de atuar da oposição, que parece não seguir os critérios que levam em conta os princípios da administração pública como a necessidade, o interesse coletivo e outros. Parece que o único critério é rejeitar qualquer projeto governamental com o objetivo de paralisar o governo. Para isso, lançam mão de variados recursos regimentais, como falta de quórum, obstruções, alegação de inconstitucionalidade, improbidade, questões financeiras, problemas nos editais, além de defeitos na redação legislativa, para os quais fazem leituras que esmiúçam cada projeto em busca de um mal redigido ou dúvidas legais que possam ser levantadas (DA, 21/11/51). Realmente, as funções parlamentares de zelar pela redação correta dos atos legais, fiscalizar, acompanhar e controlar os atos do Executivo são realizadas de forma brilhante e sempre de acordo com técnicas legislativas, regimento e dispositivos constitucionais. No entanto, causam surpresa nos longos debates a ausência de discussões sobre o mérito e a pertinência dos projetos, a falta de críticas às questões de mérito e, principalmente, a ausência de propostas alternativas ao programa de governo.

É o que acontece nos debates sobre a encampação da Leopoldina Railways pela União, que se limitam a discutir a renúncia aos direitos e garantias do Estado em virtude dos contratos firmados pela empresa com a União (DA, 30/10/51). Não são discutidas as questões de mérito, como: é importante ou não para o Estado manter uma ferrovia; qual o impacto sobre os transportes de mercadoria e de pessoas; haveria alguma solução alternativa para resolver a questão? Assim, a questão se mantém na discussão formal e constitucional sem entrar no mérito.

O mesmo acontece com o projeto de arrendamento do Grande Hotel de Araxá, em que a oposição é a favor do arrendamento, mas mantém crítica ao edital.

Por sua vez, Horta Pereira (UDN), em discussão sobre o projeto de Plano Rodoviário do Governo, aproveita a ocasião para criticar a construção da Pampulha, levada a cabo, na década de 1940, quando JK era prefeito de Belo Horizonte. A sua crítica cai sobre a forma do edital que "exige muito das construtoras", e, assim, faz discurso em defesa das construtoras (DA, 8/5/51).

Todas as propostas do governo recebem violentas críticas e são rejeitas pela oposição. Desde a criação de impostos, a reforma do Palácio das Mangabeiras, a construção do futuro prédio JK, a encampação de Leopoldina Railways, a criação de um banco de investimentos – futuro Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da Assessoria Técnico-Consultiva do Governador, do Conselho Estadual de Economia e Administração até a venda de jipes pela Secretaria de Agricultura a fazendeiros.

Para a oposição, todos são gastos supérfluos, que escon-

dem o verdadeiro motivo: o objetivo do governo é apenas gastar. Segundo Fabrício Soares: "há uma verdadeira orgia financeira nos domínios do Governo" (DA, 7/10/51). Já para a situação, falta à oposição uma visão administrativa ampla e voltada para o futuro, que é a característica do modo de agir do governo, conforme Juarez de Souza Carmo (PR):

> "a arrojada capacidade de organização e larga visão do problema pode ser mal vista por alguns que repugnam a ação, o esforço, a capacidade realizadora. Paciência, queiramos ou não, seremos, com o mundo e os homens de ação, arrastados também na trepidação e nos arrojos da vida moderna" (DA, 7/10/51).

No entanto, quando o projeto é de interesse político dos deputados, em poucos casos, a discussão se mantém de acordo com o mérito. Como aconteceu com os projetos de criação do Conselho Estadual de Economia e Administração e da Assessoria Técnico-Consultiva, que foram amplamente discutidos porque apresentam profundas mudanças na administração estadual e afetam muitos interesses políticos. Para Fabrício Soares, a criação desses órgãos não passa "de esbanjamento de dinheiro". Não percebendo que JK acabava de lançar uma diferente estratégia com o objetivo de diminuir a influência da política partidária na gestão do Estado.

A criação do Conselho revela a estratégia montada pelo governador com vistas a criar mecanismos de planejamento e gestão baseados em critérios e fundamentos técnicos, desapegados dos excessos das influências político-partidárias, que eram de praxe na época. Esses modelos de assessorias técnicas, criados pelo presidente Vargas e desenvolvidos e ampliados por JK, tornam-se espaços nos quais o poder da barganha política é consideravelmente

reduzido, revelando-se fundamentais para seu governo, que levava em conta, principalmente, as questões técnicas e econômicas do plano que pretendia implantar.

O Conselho Estadual de Economia e Administração, conforme a lei, funcionará como centro de estudos dos assuntos de interesse da economia e da administração mineira e como órgão consultivo do governo do Estado. Entre as competências do Conselho está a de opinar sobre as diretrizes da política econômica e financeira do governo e sobre o seu programa administrativo. Além disso, ele tem a competência, inusitada na administração pública do Estado, de sugerir medidas ao programa de governo. O governador preside e nomeia os membros do Conselho, escolhidos entre cidadãos de notório merecimento, de reconhecido valor moral e de comprovada experiência nos assuntos de atribuição do referido órgão, e exercem gratuitamente suas funções, que são consideradas de caráter honorífico e declaradas de alto serviço prestado ao Estado de Minas Gerais e à coletividade mineira. Portanto, o objetivo do Conselho é ser um espaço de pesquisa e de discussão de todos os assuntos que envolvem as áreas de atuação do governador.

Mas a oposição entende que o projeto era apenas uma questão partidária, ou seja, a permissão da livre escolha permitiria ao governador, como leal pessedista, nomear correligionários à vontade, o que acarretaria, consequentemente, a solidificação do seu poder. Essa leitura impede à oposição de vislumbrar o alcance da estratégia e suas futuras consequências e implicações. A diferença desse Conselho para os outros órgãos do Estado, é que, além de terem a atribuição de realizar estudos econômicos e administrativos, os membros do Conselho (os especialis-

tas) também recebem competência para opinar sobre a política governamental, ou seja, terão poder para apreciar e julgar as ações administrativas e, principalmente, definir as diretrizes da política econômica e financeira do Estado. Ao abandonar a tradicional escolha de assessores por critérios apenas políticos, inicia-se a implantação da moderna burocracia tecnocrática, que valoriza a capacidade técnica. Esse critério tira dos partidos, inclusive, os parlamentares, do centro decisório do governo, deixando-lhes apenas os cargos de áreas não prioritárias, o que rebaixa o valor de um dos principais instrumentos da força política de então - a troca de favores por meio do apadrinhamento ou indicação para cargo público.

Como a oposição não enxerga o alcance desse projeto, que lança novos atores na cena política, o deputado Maurício Andrade (PSD), líder da Maioria, chama a visão da oposição de "liliputiana", porque só enxerga o pequeno (DA, 11/11/51).

A modernização administrativa começara com o programa Binômio Energia e Estradas, cuja execução ficara a cargo de dois órgãos da administração indireta: o DER e a Cemig, esta criada pela Lei 828 de 1951 para esse fim específico. Essa determinação administrativa já mostra claramente que se pretendia governar fora do tradicional círculo político-partidário. Daí, surge a dificuldade do Parlamento em acompanhar a execução do principal programa de governo, o que leva alguns parlamentares a apresentarem requerimentos solicitando informações específicas sobre o andamento das obras em sua região.

Outro assunto que rendeu calorosas discussões foi o projeto de lei que cria a Assessoria Técnico-Consultiva do go-

vernador. Durante essa reunião, o deputado Manuel Costa (UDN) sobe à tribuna e inicia seu discurso afirmando:

> "... eu desejo tecer sobre o projeto algumas considerações" (DA, 11/11/51).

Sentindo-se aliviado por ouvir, finalmente, um pronunciamento sobre a matéria em pauta, Waldomiro Lobo (PTB) comenta:

> "V. Exa. diz que vai tecer apenas algumas considerações. Quer dizer, então, que seu discurso não vai durar duas horas. Meus parabéns!" (DA, 11/11/51).

No entanto, o elogio do petebista não sensibilizou o udenista que fez um longo discurso, recheado de apartes de colegas de partido. Não temos condição de determinar o tempo exato que durara o pronunciamento e os apartes; é possível apenas se ter uma ideia, porque a sua transcrição cobriu quase três páginas do Diário da Assembleia. O pronunciamento, na verdade, é uma aula sobre técnica legislativa, na qual o orador faz uso do estilo acadêmico, repleto de citações de autores juristas, de códigos europeus, antigos e modernos, inclusive do Tribunal da Inquisição. Em sua argumentação, o orador procura demonstrar todo o seu conhecimento jurídico e de direito comparado, toda a sua erudição, para provar que o projeto é inaceitável por ser uma mera cópia de uma lei do Estado de São Paulo e, além do mais, "apoiado em opiniões de abalizados juristas", prova que "a transplantação não foi feita nas normas que a hermenêutica jurídica determina".

A resistência deve-se ao fato de que, segundo a oposição, a Assessoria do Governador terá atribuições próprias do Poder Legislativo e "vai alçar os assessores em Deputados, que farão as leis e que serão apenas aprovadas por esta

Casa", segundo Ernani Lemos (UDN), (DA, 11/11/1951). E, ainda, segundo a oposição, com esse modelo de administração, o governador procura afastar a colaboração do Poder Legislativo, diminuir o seu poder, prescindir do seu trabalho; significa o desapreço pelos deputados. Com esses argumentos, os debates não conseguem chegar ao mérito da questão, ou seja, decidir sobre a necessidade da criação, ou não, do órgão. Durante toda a reunião, somente o deputado Maurício Andrade (PSD) é que faz esforço para trazer o objeto do projeto para o foco da discussão e reclama:

> "Eu entendo que V. Exa. prestaria melhor serviço, melhor contribuição, se discutisse o Projeto 83, ao invés de se limitar a ler doutrinas estranhas ao assunto" (DA, 11/11/1952).

O deputado José Cabral (UDN) também levanta questões políticas ao considerar que o projeto esconde "propósitos inconfessáveis...de ordem política, sem visar o interesse público", porque tem o propósito de tirar poderes do advogado-geral do Estado. O parlamentar quase atinge o alvo, porque o projeto tem, sim, um forte objetivo político, mas não é dirigido a qualquer político ou partido específico. Trata-se da criação de um instrumento, de uma instância que fortalecerá o poder do Executivo, na medida em que tem por finalidade criar, organizar e manter sistemas de informação a serviço do governador.

Assim, ao tomar a iniciativa de criar, classificar, processar, organizar e manter um sistema de informações sobre a legislação mineira, o Executivo torna-se possuidor de informações que serão fundamentais tanto para a elaboração de projetos de lei e decretos quanto para diagnosticar problemas, discutir internamente soluções e elaborar

programas de governo de forma independente dos outros Poderes. Enfim, em seu arrojo de praticar mudanças em direção à burocracia moderna, ou seja, eficiente e impessoal, o Executivo centralizou cada vez mais o poder.

Apesar do esforço da oposição, a Assessoria Técnico-Consultiva do Governador acabou sendo criada pela Lei nº 862, de 1952. E teve uma longa vida, até que, em 1988, é extinta pela Lei nº 9.724, quando suas atividades passaram a integrar a Procuradoria-Geral do Estado.

No embate parlamentar, a oposição não economiza meios no seu esforço para combater o governo. É o caso da sua proposta de aumento do funcionalismo público, sob a alegação de que o setor vivia na miséria, apresentada poucos dias após o governador Milton Campos ter entregado o cargo. Além do divertido comentário de Milton Sales (UDN): "Isso é mais velho do que a Sé de Braga" (DA, 7/10/51), o Plenário assiste um acirrado debate entre este deputado, Último de Carvalho, Osvaldo Pieruccetti e Paulo Campos sobre o aumento do funcionalismo. Último de Carvalho, brilhante e objetivo como sempre, faz sua análise da questão: "O governador Milton Campos não deu aumento ao funcionalismo e agora a UDN, em um gesto demagogo, apresenta projeto para dar um grande aumento". E conclui que o objetivo do projeto é apenas pressionar o governo e levar o funcionalismo contra ele, já que não há como dar aumento, porque "o governo está em estado de coma financeiro" (DA, 7/10/51)

Outro ato que causa estranhamento é a apresentação, pela oposição, de emendas ao Orçamento do Estado que cortam verbas da Secretaria de Agricultura. Último de Car-

valho fica surpreso porque a oposição se apresenta como a grande defensora da área agropecuária, sob a alegação de que esse setor não recebe a atenção do governo, que está voltado somente para o Binômio Energia e Transporte. Esse é um interessante exemplo de incoerências entre discurso e ação tão comuns em nosso meio político.

Como já demonstrado, muitas vezes os debates se restringem às questões locais e pessoais. Muitas vezes, são as "quisquilhas" políticas que ocupam lugar central nas reuniões em Plenário, ou seja, a política miúda de distribuição de cargos, as ações tópicas que dizem respeito a interesses particulares e políticos. Nos discursos da oposição raramente encontramos propostas que visem o bem comum, com objetivos genéricos e de amplo alcance e com ações integradas às diversas áreas de atuação do Estado. Nesse quadro, a maior parte da discussão parlamentar se mantém sobre assuntos de interesse personalizado ou regional, sem alcançar os temas generalizantes que permitem uma visão global dos problemas do Estado.

4.2.2 Interdiscursividade

O princípio da interdiscursividade considera a inexistência da originalidade absoluta da escrita ao afirmar que os discursos se constroem sobre outros discursos, não em si mesmos, cada um se relaciona com os que o antecederam, formando, assim, uma malha discursiva. No dizer de Foucault, o discurso é um "nó em uma rede" que forma um "sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases". Assim, a noção de interdiscursividade diz respeito ao fato de que o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos

que se citam, comentam, parodiam, criticam. Na interpretação de qualquer enunciado é necessário colocá-lo dentro desse universo e relacioná-lo com os seus outros. Cria-se assim um universo discursivo formado por discursos anteriores ou contemporâneos

> "que se remetem, e que está sempre aberto de modo a permitir que cada locutor tenha condições de pegar um fio da meada discursiva e tecer o seu texto ou o seu discurso que também fará parte desse universo. A relação entre os enunciados pode ser explícita ou implícita, e pode ser feita entre unidades significativas de dimensões variáveis: uma definição de dicionário, uma estrofe de um poema, um romance" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004).

Os enunciados de JK mantêm, de forma coerente, relações com o universo discursivo moderno da segunda metade do século XX, voltado para a economia e o desenvolvimento tecnológico. Não demonstra interesse pela cultura erudita, que não recebe nenhuma citação. Aliás, o discurso juscelinista não se preocupa em fazer citações que o legitimem ou o abonem. O único orador famoso citado é Rui Barbosa: "...plantamos carvalhos, que fique para os outros a fácil glória dos pés de couve" (KUBITSCHEK, 1953: 31).

Em certos trechos, pode-se dizer que o pronunciamento do governador integra o universo discursivo de áreas técnicas, como engenharia e economia, tal a quantidade de dados estatísticos, numéricos, demográficos e financeiros:

> "É de estradas e de energia o de que precisamos".
>
> "Meta do plano é criar 200 mil cavalos de força".
>
> "a população do Estado é de 8 milhões de habitantes".

> " autorização para a construção de 2.000 kms de novas estradas".

> " aumento da meta de 2000 km para 3013 km. Porque a promessa de campanha de 2000 km será realizada em 2 anos".

> "listagem das estradas que serão construídas". (KUBITSCHEK, 1953).

Muitas vezes, a preferência por vocábulos concretos a abstratos, a objetividade na apresentação dos planos e metas, a argumentação embasada em dados técnicos aproxima mais seu discurso de um relatório técnico do que de um discurso político.

Por outro lado, o discurso parlamentar, por achar-se embasado nas áreas do direito, mantém constante referência à cultura clássica greco-romana e à história da Europa. É comum a citação de fatos históricos, como a Invencível Armada Espanhola, e fontes religiosas como a Bíblia e São Francisco de Assis. Mas a preferência é pela citação de autores consagrados da cultura erudita, como Vieira, Virgílio, Dante, Pascal e Camões, além, é claro, de vários juristas de renome. De vez em quando, a língua latina surge em Plenário como demonstração inconteste do domínio da cultura erudita por parte do enunciador.

Como forma de ornamentação e de demonstração do saber erudito, alguns pronunciamentos apresentam referências a personagens e eventos da história da Europa que não apresentam relação com os fatos narrados. Como no discurso em que o anunciador compara as enchentes ocorridas na Zona da Mata, que causaram sérios problemas, ao episódio da história europeia em que a Invencível Armada Espanhola foi destruída por tempestades:

> "Lembro-me daquela passagem em que se conta que Felipe II mandou construir a maior armada até os tempos de então e deu-lhe o nome de Invencível. Foi ela, no entanto, antes mesmo de enfrentar a frota inimiga, destruída por um temporal do oceano. Conhecedor dos fatos, teria exclamado o soberano: Mandei combater homens e não os elementos."(DA, 4/4/51 p.4).

Outro cita a epopeia Eneida:

> "Em se falando do assunto, é de se recordar, aqui, com a mais absoluta propriedade, para os que se honram da prática e do sentimento democrático, as palavras imortais de Virgílio, quando Enéas reportava à rainha Dido, as desgraças da destruição de Tróia: "Infadum, Regina, jubes renovare dolorem" – "Tu mandas, ó rainha, renovar indizível dor." (DA 5/6/51 p.1).

Em outra ocasião, Hermelindo Paixão, para definir o sentimento de Oscar Correa por JK, cita um trecho da Divina Comédia em que Dante descreve os invejosos, "cujas almas apresentam vestidas de silício e de olhos cosidos com arame", e afirma:

> Há dias, numa descrição camoneana e virgiliana, extravasou suas comportas de recalques um ilustre e nobre deputado; de sua divagação literária apenas decanta um precipitado comum aos seus princípios: a inveja sob a forma de espuma biliosa. Afinal, qualquer relação com os discursos do deputado Oscar Corrêa é mera coincidência (DA, 5/6/51).

Neste momento, outros deputados procuram avidamente demonstrar os seus conhecimentos de Dante. Por usa vez, Corrêa, ansioso para exibir sua cultura dantesca, passa o resto da reunião citando, em italiano, trechos da Divina Comédia. Enquanto isso, Mata Machado, diverte-se ao saber que o ex-governador Benedito Valadares está lendo Pascal e Montaigne.

> "Em uma reportagem de "O Cruzeiro", o sr. Benedito Valadares aparece como leitor de Pascal e Montaigne, o que pessoalmente acho um pouco forte." (DA, 11/11/51).

4.2.3 Estratégias discursivas

I. O discurso do medo
II. O direito à palavra e o interdito
III. O não dito
IV. A obstrução dos trabalhos legislativos

I. O discurso do medo

A estratégia discursiva do medo consiste em apresentar qualquer problema na forma de uma grande crise social, cuja única solução é aquela apresentada pelo enunciador e qualquer outra é considerada incapaz de resolver o problema. As propostas são apresentadas de forma autoritária e violenta, já que não se permite a discussão e participação de amplas camadas da sociedade nas decisões. O discurso do medo e da pregação do caos é a estratégia típica da formação discursiva conservadora radical, cujo propósito é conseguir o apoio dos interlocutores, mas sustentando a posição autoritária e mantendo a hierarquia do comandante sobre os comandados. Ela é encontrada em vários gêneros discursivos como político, religioso e midiático.

As instâncias enunciativas que fazem uso dessa estratégia ficam sempre alertas para aproveitar qualquer evento, fato ou fala para denunciar uma situação de ameaça capaz de gerar uma convulsão social. Verifica-se o uso dessa estratégia nas constantes afirmações de que Minas Gerais está à beira do caos, alguns chegam a afirmar que o governador encampa o crime (DA, 10/4/51, p. 5) e ao mesmo tempo, proclamam que a desordem é o "pior dos males" (DA, 17/4/51, p. 4).

Em seu primeiro pronunciamento como deputado, Gregoriano Canedo (PR), ao fazer uma brilhante defesa do Poder Legislativo, lança um alerta sobre a integridade da democracia brasileira, ainda que tivessem ocorrido eleições gerais e democráticas no ano anterior, em que ele próprio fora eleito pela primeira vez:

> "... nos dias sombrios em que vivemos, a tarefa dos parlamentos tem uma outra magnitude, porque nunca se procurou, como no momento, lançar o descrédito sobre as casas da lei, quer na imprensa, quer nas tribunas públicas e quer mesmo nas cátedras, com a finalidade velada, mas subversiva, de fazer com que, desmoralizados os legislativos, o regime de liberdade perca toda a sua substância e permita que as massas insatisfeitas se voltem para novos sistemas, novas experiências, novos rumos" (DA, 4/2/51).

Em resposta, Luis Maranha (PSD) apresenta outra percepção da situação política do país:

> "Há anos murmuram de várias formas um propósito de fazer crença de estar ameaçado o regime democrático e de que revolução social se vem fazendo no sentido de destruir nossas tradições de vida pública. Acontece, porém, que o inverso é a realidade contundente: o povo nunca esteve tão politizado e jamais com tamanhas garantias" (DA, 4/2/51).

O tempo mostrou que aquela não era uma época de "dias sombrios", esses viriam depois, como bem soube fazer a previsão o deputado Canedo, embora tenha se equivocado na nomeação dos agentes causadores da derrota da democracia brasileira – não foram as massas que deram o golpe de 64.

Naqueles dias, causou grande polêmica no Plenário o pronunciamento do Presidente Getúlio Vargas em que adver-

te as elites políticas nacionais de que, se não trabalhassem para o bem da Nação, haveria o perigo de o povo assumir o poder: "Não zombem do sofrimento do povo, e vejam que já se esgotam suas reservas de paciência e resignação" (DA, 18/4/51).

Em resposta a tal afirmação, a oposição, por sua vez, também faz uso da mesma estratégia, com o pronunciamento do deputado Gregoriano Canedo (PR), em que acusa o Presidente de pregar a revolta das massas. O deputado apregoa que a representação política deve ser feita pela elite e que as massas populares são como os cordeiros, devem ser guiadas pelo pastor para águas frescas e campos verdejantes. Explica ainda que:

> "... já que a massa age irracionalmente, tem mentalidade infantil, deve seguir as diretrizes da elite. Os sábios devem mostrar-lhe o que é bom e o que é ruim, como faz o pastor com suas ovelhas. Se o Parlamento não assumir suas funções e altas finalidades será a instalação do caos" (DA, 4/2/51).

Também Milton Sales faz violenta crítica ao discurso, denunciando que Vargas instiga o povo à anarquia e à desordem. Além disso, instiga as massas trabalhadoras para que se levantem contra os parlamentos (DA, 18/4/1951). Esse é um exemplo, entre muitos, do uso da estratégia discursiva que segue o modelo conservador: elitista, autoritário, erudito. A ideologia carregada nos discursos é a tradicional da política mineira. Para dizer à maneira de Vieira e Rui, mais do que tradicional, conservadora; mais do que conservadora, reacionária; mais do que reacionária, retrógrada.

Quando o deputado Pinto Coelho afirma que o Estado encontra-se em situação de convulsão social, em aparte,

Waldomiro Lobo exorta o orador a pensar no Estado, no progresso, a trazer projetos que possam ajudar na solução dos problemas, e finaliza: "não deve, apenas, trazer para esta Casa a oposição sistemática, irrevogável, a oposição perniciosa e má ..." (DA, 4/4/5).

Vários deputados fazem uso da estratégia do medo, como Paulo Campos, em 12/2/51, Horta Pereira: " a desordem é o pior dos males", (DA, 17/4/51), e Oscar Corrêa, que afirma que a democracia no Brasil corre perigo por causa da eleição de Getúlio Vargas: "a linguagem de Getúlio Vargas já estarrece os ouvidos" (DA, 9/9/51). A réplica de Synval Siqueira (PTB) vem de pronto: "Qual é o tópico que lhe está causando tanto medo, tanto terror? Vê assombração ao meio-dia" (DA, 9/5/51).

Observe-se que, mantendo coerência com a formação ideológica em que se inserem, os deputados da oposição sentem o horror do futuro, que é visto como algo terrível que está para acontecer, mas que deve ser evitado a todo custo, como adverte Oscar Dias Corrêa:

> "Ou o Sr. Juscelino de Oliveira se compenetra de que o manejo da coisa pública não é prestidigitação de palco, nem saracoteio de sarabanda, nem zoeira de congado, mas coisa séria e pensada e medida, ou Minas caminha para a descida trágica e vertiginosa da altitude moral a que suas tradições a alçaram, exemplo de gravidade e decência, sobriedade e prudência, e o Brasil perde com ela garantia do equilíbrio, da ordem e da harmonia" (DA, 12/5/1951).

O enunciador profere um discurso ameaçador elaborado a partir de uma visão totalitária do mundo, que é apresentado como algo dado, estabelecido, e definido por um "nós" onipotente. Os pilares da política mineira já foram definidos por alguém, em algum momento, e só resta ao

mundo aceitar: gravidade e decência, sobriedade e prudência. Minas é apresentada como uma entidade abstrata que está acima da vontade do povo, e um lugar conciliado, ou seja, onde não são aceitos e nem reconhecidos conflitos nem diferenças. Minas é também determinante para a garantia do equilíbrio, da ordem e da harmonia do Brasil. Como qualquer diversidade ou conflito são recebidas como ameaças a Minas Gerais, as atitudes e o modo diferente de governar de JK põem em risco até a nação brasileira. Dessa forma, a sociedade é apresentada como algo dado, pré-existente, definitivo, não há possibilidade de reconhecê-la como uma construção coletiva, que passa por constantes mudanças e atualizações. O objetivo da estratégia da ideologia do medo é sempre manter a sociedade sob controle.

II. O direito à palavra e o interdito

De acordo com Fiorin, o falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor, etc. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros.

Durante as discussões em Plenário, é possível observar como as estratégias discursivas são definidas a partir do jogo de imagens criado pelo orador.

Segundo Pierre Bourdieu, o trabalho de análise deve levar em conta os mecanismos de circulação dos discursos. Nesses mecanismos é que se define o grau de legitimidade do locutor, que por sua vez é determinante para a definição do grau de aceitabilidade do discurso. Para o

autor francês, é um erro procurar a "força locutória" no próprio discurso, já que o que "fala" nunca é o discurso, mas toda a pessoa social (BOURDIEU,1983:167). Partindo do princípio de que todo discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor, na realização de uma análise é necessário identificar "quem fala" (o locutor), "para quem" (o leitor), "de onde" (a instituição a que pertence e o veículo) e "como" (a forma discursiva).

É fundamental, ainda, estabelecer o grau de legitimidade de cada locutor envolvido no contexto discursivo, já que ele é quem define, em parte, o valor do discurso. A forma da relação de produção linguística depende então da relação simbólica entre dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade. Ou seja, o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina.

O grau de legitimidade é definido tanto pelas relações de força simbólica envolvidas no grupo quanto pelas leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes. Essas "condições ocultas", como chama Bourdieu, seriam determinantes para compreender o que pode e o que não pode ser dito num dado grupo.

As questões postas por Bourdieu foram observadas nos debates: a aceitação da fala do deputado é determinada pelo seu reconhecimento como um dos pares da Assembleia. Mas essa legitimidade é definida tanto por fatores extralinguísticos, como sua origem social, o grau de escolaridade, a área de conhecimento e os setores da sociedade que representa, quanto por fatores linguísticos, como sua capacidade retórica e gramatical.

O complexo jogo discursivo determina ainda o que pode ser dito e o que não pode ser dito, sempre dependendo de sua aceitação ou de seu reconhecimento pelo Plenário. O jogo fica bastante claro quando, durante um aparte, o deputado Waldomiro Lobo (PTB), governista, usa a expressão "bancar o papagaio" (DA, 15/2/1951) no sentido de repetir o que outros dizem. O termo "papagaio" gera tal discussão entre os deputados que demonstra bem os lugares na sociedade em que eles se encontram. Como Waldomiro Lobo não pertence à elite tradicional, tem a sua fala desqualificada, por usar, em Plenário, uma expressão de uso popular. Em sua defesa, ele afirma que a expressão é "muito usual". Mesmo assim, os deputados da oposição a consideram um atentado contra "a dignidade da Casa", "antiparlamentar", e que "expressões de gíria não condizem com a dignidade deste Parlamento", um chega a afirmar que : "Pode ser muito usada nas rodas de V. Exa., mas nunca foi usada no Parlamento mineiro"(15/2/51).

Nesse momento, Waldomiro retira a expressão "papagaio" e diz outra tão popular quanto aquela: "relógio de repetição, marcando as mesmas horas que os outros já marcaram". O deputado Pinto Coelho Filho (PDC) fica mais indignado ainda e afirma que "Os homens que se pautam pela conduta intelectual e respeitosa não se devem apegar às expressões materiais como "relógio" (DA, 15/2/51).

No entanto, quando, na mesma reunião, o Emílio Vasconcelos (PSD), governista, usa a expressão "guardar o veneno na cauda", não há nenhuma manifestação de repúdio, não há polêmica, apesar de essa expressão ser tão popular e "material" quanto a outra. O mesmo acontece quando Hermelindo Paixão (PSD) usa a expressão "meter os peitos", uma expressão tão popular quanto a outra, e não

sofre recriminações e nem críticas ferozes (DA, 18/4/51). Em outra reunião, Fabrício Soares faz uma interessante intervenção no mesmo estilo: "V. Exa., data vênia, está como "peru na roda" (DA, 11/11/1951), e também não é repreendido e nem admoestado.

Isso pode ser explicado pelo fato de que, como afirmado acima, dois fatores determinantes da aceitação do discurso são quem fala e o lugar de onde fala. O espaço discursivo é ocupado por lugares determinantes para a aceitação do discurso. O deputado Waldomiro é originário das camadas populares, a quem representa, não possui curso superior e desenvolve atividades consideradas não cultas pela grande maioria dos deputados – é radialista, comediante e cantor – e não faz uso de uso de formas gramaticais eruditas. Já os outros deputados citados acima pertencem à elite intelectual, são bacharéis em Direito, alguns são até professores da Escola de Direito. Muitos são oriundos das oligarquias, outros, representantes de seus interesses políticos. É possível ainda fazer um recorte entre os oriundos e os porta-vozes: alguns são oriundos das oligarquias, enquanto outros, embora não pertencendo à família da elite, trabalham como seu porta-voz. O deputado Waldomiro Lobo é um dos poucos que não se encaixa nos recortes apresentados: de origem humilde, não ligado a movimentos operários e não defende a elite agrária. Outro deputado que também se diferencia é Synval Siqueira (PTB) – como atuante representante das classes trabalhadoras. Já Oscar Corrêa (UDN) é um exemplo de porta-voz das elites conservadoras, mas oriundo da elite universitária.

Nesse universo discursivo, esses fatores garantiam-lhes a legitimidade necessária para a aceitação de sua fala, já que cumpriam os requisitos exigidos pelo Plenário para

ser considerado um dos pares. Pode-se dizer que os fatores "quem fala" e "lugar de onde fala" definiam se o deputado era de "primeira" classe ou de "segunda" classe.

Nos momentos em que a discussão torna-se bastante acirrada, é possível identificar o questionamento do discurso do petebista, baseado não em posições políticas ou ideológicas, mas tão somente no questionamento de sua legitimidade, já que o locutor não pertence à elite e nem segue o seu padrão discursivo. Em discussão com Waldomiro Lobo, Oscar Corrêa fala e é falado pelo discurso da elite (conforme Althusser), com desprezo e cinismo, questiona sua legitimidade e desqualifica sua fala, utilizando argumentos não baseados em posicionamento político. Ou seja, não questiona a posição política ou ideológica do deputado, questiona a pessoa Waldomiro Lobo: quem é ele para falar? E de onde surge sua fala? O questionamento parte de seu conhecimento prévio que a pessoa Waldomiro não faz parte da elite intelectual, é radialista e artista, e não se apresenta como representante de chefes políticos do interior. O udenista ironiza e chama de humorismo tudo o que Waldomiro diz: "... guarde para os seus programas as suas anedotas, suas indiscrições..." (DA, 9/5/51).

O próprio Waldomiro toma consciência de que essa atitude é o único argumento do oponente, que, na falta de outros, lança mão do recurso da desqualificação na forma de desprezo:

> "A única defesa que V. Exa. tem é alegar a minha profissão e com esse gesto V. Exa. torna-se indelicado. Responda aos meus apartes, seja parlamentar 100% e não vá toda hora citar a minha profissão, que muito me honra. Prefiro ser humorista de rádio do que de tribuna como V. Exa." (DA, 9/5/51).

A resposta de Corrêa é dura: " Não nego a V. Exa. o direito de exercer sua profissão, mas nas estações de rádio e não no recinto desta Assembleia" (DA, 9/5/51).

Waldomiro não se intimida e ainda responde: "Exijo que V. Exa. seja deputado, e não professor, porque aqui não estão os seus alunos e sim colegas" (DA, 9/5/51).

Anunciar o preconceito de classe faz parte da estratégia discursiva do udenista, com o objetivo de estabelecer um discurso fortemente agressivo, de forma que o interlocutor sinta-se constrangido e até ameaçado para responder. Obviamente, nas críticas aos enunciados de Waldomiro Lobo fica explícito o seu forte preconceito linguístico, a ponto de apontá-lo como analfabeto. Como reclama o petebista de que Oscar fizera uma crítica, afirmando: "que eu não conheço o caso porque não sei ler" (DA, 17/4/51, p. 4).

Por ser constantemente atacado, o criticado também faz uso da ironia em sua defesa.

> "... devo pedir desculpas à Casa pela expressão que usei quando pretendi dar um aparte ao discurso que fazia o meu nobre colega Pinto Coelho, porque a uma pessoa ilustrada não se desmente. Essa expressão deve ser usada para os humildes como eu. Como disse, a uma pessoa ilustre não se desmente, apenas se diz: V. Exa. se enganou. E não como eu disse, mente." (DA, 7/4/51, p. 6).

Uma situação semelhante acontece com Arlindo Zanini (PTB), que, em determinado momento do debate, reconhece a superioridade do outro: "respeito o Sr. Horta Pereira, é jurista e eu sou contabilista" (DA, 30/5/51).

Como a ironia e o deboche não são argumentos válidos em retórica, para locutor que faz uso desses artifícios a

argumentação sustentada pelo conhecimento técnico não é levada em conta. Ao mesmo tempo, se a democracia afirma a igualdade política dos cidadãos, ou seja, que todos são igualmente competentes em política, para quem não preza os princípios democráticos e se agarra aos preconceitos, a existência do espaço público de debate das diversas opiniões e o direito universal à fala não são reconhecidos.

A dificuldade encontrada, em Plenário, para o desenvolvimento dos debates, da apresentação de críticas construtivas, da fiscalização eficiente das ações governamentais, da elaboração de lei de interesse da sociedade e de outras competências legislativas pode ter ocorrido devido a dificuldades de estabelecimento do discurso. A linguagem somente se estabelece a partir do momento em que se reconhece o "outro". Reconhecer a existência do outro, do diverso, do diferente, é reconhecer seu discurso como legítimo (BAKHTIN). O reconhecimento do outro gera a legítima discussão política, estabelecida a partir do reconhecimento do conflito e do dissídio, a única que é capaz de gerar acordos, de firmar pactos, a partir de recuos e avanços combinados O que torna isso possível está no reconhecimento do "outro" (ARENDT). Portanto, somente a partir do momento em que se reconhece o "outro" como pessoa humana falante é que a linguagem se estabelece.

Como demonstrado acima, nas discussões desenvolvidas, havia problemas para reconhecer o outro, o diverso, o diferente, portanto, seu discurso não era reconhecido como legítimo. A posição discursiva baseada em não reconhecimento do outro é incapaz de gerar discussão política produtiva, porque a linguagem não é possível. Não há linguagem quando não há reconhecimento do outro.

Dnar Mendes (UDN), ao discorrer sobre as técnicas de elaboração do Orçamento do Estado, reclama da pequena verba destinada à biblioteca do Tribunal de Justiça, páginas dedicadas à importância das bibliotecas e do Poder Judiciário. O deputado Eduardo Lucas (PSD) demonstra surpresa, porque somente agora na oposição é que o deputado lembrou-se da biblioteca, já que a verba é a mesma da gestão passada. E ainda lança a suspeita de que, talvez, o deputado não tenha sido ouvido pelo governador: "É, porém, lamentável que V. Exa., ... representante do governo na legislatura passada, devia ter sido ouvido na elaboração do orçamento..."(DA, 16/11/51, p. 3).

E ainda critica as 200 emendas ao Orçamento apresentadas pela oposição. De pronto, o deputado oposicionista, incluindo outros colegas, desqualifica o aparteante, afirmando: "V. Exa. demonstra que não conhece o assunto..." Segue-se o diálogo:

> Dep. Dnar Mendes: "O nobre deputado Eduardo Lucas demonstrou que não conhece a proposta orçamentária"
>
> Dep. Eduardo Lucas: "Nesta hora da noite só uma estrela como V. Exa. pode brilhar." (DA, 16/11/51, p. 3).

III. O não dito

Segundo Arendt (1999), a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens, devendo, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais. Além disso, a convivência entre diferentes só é possível de ser tratada no espaço público, porque esse é o

> "...espaço do aparecimento e da visibilidade de tudo o que vem a público; pode ser visto e ouvido por todos e, se isso importa, é porque essa visibilidade pública constrói a

> realidade... ser visto e ouvido por todos é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes."

Uma estratégia de dominação e controle é manter processos e indivíduos em situação de invisibilidade, sem aparecer no espaço público, dessa forma, como são invisíveis, não podem aparecer para o público e para a política. Nessa condição de invisibilidade, não podem ser fatos nem questões políticas porque não são verbalizados no discurso público.

Segundo Orlandi (1999), ao revelar as formações discursivas em que se inserem, é possível descobrir o que não foi dito, o que está velado e, assim, fazer a desmistificação desses discursos enredados em complexos fios ideológicos e intencionais, em que

> "as relações discursivas não são ditas explicitamente no discurso, mas se estabelecem a partir daquilo que não foi dito e que podem ser deduzidas das condições de produção do próprio discurso, da formação ideológica que se apresenta no indizível".

Isso é possível porque, na produção do sentido do discurso, além daquilo que é dito e explícito, deve-se levar em conta o que não é dito, seja por meio de pressupostos e subentendidos, seja por aquilo que se cala.

A nossa sociedade, de então, era controlada por poder hierarquicamente estabelecido, que funcionava por exclusão, ainda não havia sido assimilada a noção de direitos, corrente hoje em dia, impedindo a universalização das garantias individuais, de liberdade, igualdade e participação. Somente nas últimas décadas do século XX, as lutas pela democracia conseguiram desconstruir a forma hierárquica e excludente dominante na sociedade e instalaram a

concepção da cidadania plural, levando a sociedade a caminhar no rumo de uma república democrática, que reconhece os conflitos, tornando explícitas as contradições e diferenças de seus indivíduos.

Para a ideologia conservadora autoritária, o conflito era considerado algo que levava perigo à sociedade, devendo ser prontamente reprimido. Ao não suportar a expressão dos conflitos, a tendência é considerá-los imediatamente uma crise. A crise, por sua vez, significa uma ameaça à ordem estabelecida que deve, a todo custo, ser evitada e reprimida (CHAUÍ), conforme anteriormente demonstrado.

A cidadania plena era então delimitada à uma classe social – quem tivesse posse, a burguesia urbana ou rural. Eram excluídos do efetivo exercício do poder político os trabalhadores e as mulheres, ou seja, a grande maioria da sociedade. O povo era mantido fora das decisões políticas e apenas aparecia em épocas de eleições em que era chamado a votar, com o fim de legitimar o processo político.

Os conflitos sociais, não sendo reconhecidos, são tratados como ameaças e perigos à ordem social estabelecida. Não se encontram debates sobre questões que anos mais tarde tornar-se-iam fundamentais para a sociedade, como aquelas que tratam dos direitos humanos: mulheres, negros, campesinos, índios, crianças, e aquelas relacionadas ao meio ambiente, aos direitos do consumidor e outras. Nessas condições, amplas camadas da sociedade, além de outras questões fundamentais, não fazem parte do discurso, no Plenário da Casa. São relegadas ao silêncio do não dito.

Na leitura das atas das reuniões é possível vislumbrar, como em uma peça teatral, o cenário e a encenação que

está sendo apresentada, os atores que estão em cena e o que é dito em Plenário. Por outro lado, é possível também perceber que nem tudo foi dito, que o tecido do texto apresenta buracos na trama. Faz-se necessário então catar nas falhas da trama aquilo que falta, que está ausente, o invisível, o não dito do texto.

Em uma verificação de plano, já se percebem as ausências gritantes das mulheres, dos pobres, dos negros, dos indígenas, dos analfabetos, dos trabalhadores rurais, entre outros. Essas camadas da sociedade não têm representantes em Plenário, não têm quem apresente suas demandas e defenda seus interesses, daí sua invisibilidade. A invisibilidade social é um conceito aplicado a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença seja pelo preconceito. A grande maioria dos deputados segue a posição paternalista que vê a população apenas como "o povo pobre e sofrido", incapaz de viver por si, precisando, portanto, de ajuda em suas necessidades básicas. A exceção cabe, principalmente, aos deputados petebistas Synval Siqueira e Waldomiro Lobo, que surpreendem pela atualidade de seus discursos que tratam de questões humanas, trabalhistas e ambientais.

A voz dos operários é expressa pela palavra solitária de Synval Siqueira (PTB), que mantém uma atuação coerente de defesa dos trabalhadores, sempre trazendo notícias de seus interesses e apresentando fatos sobre suas condições de vida. Procura de toda forma sensibilizar ou provocar o Plenário, mas sem sucesso. Como acontece quando denuncia as más condições de trabalho dos operários em fábrica de Itaúna e o descaso da Delegacia Regional do Trabalho para com o problema e recebe apenas o silêncio do Plenário. Não há debates nem apartes, como sempre acontece quando o discurso trata de questões relativas aos trabalhadores (DA,

10/4/51). Quase um mês depois, em 3/5/51, surge a réplica desse discurso, na voz de França Campos (PSD) que, em discreto discurso, defende a empresa das acusações.

Surpreende também a atualidade do discurso do petebista ao apresentar posições avançadas sobre os problemas ambientais. Além dele, o único deputado a tratar do assunto é Odilon Resende (UDN), que também apresenta um contundente relatório sobre a catastrófica situação ambiental, em Minas, causada pelo reflorestamento (DA, 24/11/51), enquanto o deputado Waldir Lisboa faz uma interessante defesa do reflorestamento de eucalipto (DA, 16/11/51).

Synval Siqueira, ao apresentar denúncias sobre as péssimas condições dos trabalhadores, aproveita para falar de problemas ambientais, como no discurso em que apresenta denúncias de maus-tratos a trabalhadores de serrarias em Nanuque e denuncia o desmatamento devastador da região. É interessante saber que, no início da década de 1950, na região de Nanuque havia tanta floresta, que funcionavam várias serrarias. Essa região, hoje, não passa de uma vasta pastagem, de capim plantado, salpicada de bois brancos, onde pouco resta da exuberante Mata Atlântica. No entanto, as denúncias de Siqueira não despertam qualquer interesse no Plenário. Não há apartes de apoio ou de oposição, nem debates que tratam das condições de vida da população, do salário, dos trabalhadores de qualquer setor, do campo ou da cidade (DA, 7/4/51).

Outro importante discurso de Synval Siqueira (PTB) denuncia a Cia. Belgo Mineira de causar problemas ambientais, trabalhistas e financeiros em João Monlevade. Sobre a questão ambiental, adverte que as reservas florestais, em Minas, estão se extinguindo, devido à produção de car-

vão, podendo acarretar problemas no clima e no regime das águas e, inclusive, criar zonas de deserto. A empresa é proprietária de 75 mil alqueires de terra, uma área de superfície maior do que a do seu país de origem – a Bélgica. E, segundo o deputado, os trabalhadores são submetidos a um "regime de trabalho draconiano". Chega a levantar suspeitas sobre possíveis irregularidades na empresa. Durante o discurso não há apartes, não há debates, há apenas o silêncio em Plenário, a reunião continua como se nada tivesse sido dito, como se ninguém tivesse ouvido. Chega a ser constrangedor o silêncio do Plenário para questões tão importantes, que, inclusive, anos mais tarde, tornar-se-iam temas obrigatórios de qualquer agenda política (DA, 22/5/51).

Durante todo o ano, o petebista procura levantar o debate sobre questões trabalhistas, não deixa sem resposta as justificativas e explicações apresentadas por outros deputados em defesa dos empregadores, como na sua crítica à nota da Associação Comercial, como no caso dos garimpeiros em Bom Despacho (DA, 29/5/51). No entanto, por mais que se esforce, não consegue provocar uma discussão, não consegue nada além do silêncio em Plenário. Ao ficar em silêncio, os deputados firmam seu posicionamento, o não dito torna-se então eloquente de seu posicionamento político.

IV. A obstrução dos trabalhos legislativos

A oposição faz uso do recurso de obstrução dos trabalhos legislativos com o propósito de não permitir que o governador levasse a cabo seu programa de governo, principalmente durante a tramitação do projeto de Orçamento para 1952. Atente-se para o fato de que a obstrução é uma le-

gítima e constitucional ação parlamentar efetivada por partidos de oposição, como forma de pressionar o Executivo em relação a determinados projetos ou diretrizes políticas. Anos mais tarde, o deputado Oscar Corrêa, um dos principais articuladores da UDN, em entrevista publicada pela Assembleia Legislativa, chega a afirmar que a obstrução foi o único modo de a oposição impedir que JK cumprisse seu programa de governo. Confessa também que essa foi uma das maiores glórias de sua vida (MINAS GERAIS, 2000).

Os recursos para fazer obstrução são variados. Às vezes, os trabalhos são interrompidos por discursos longos e monótonos que tratam de assuntos paroquiais ou de temas estranhos ao debate político. Os deputados da área de direito, muitos deles professores, dão verdadeiras aulas sobre as matérias ministradas na Escola de Direito. Outras vezes, alega-se o desconhecimento do regimento legislativo para praticar ações com o intuito de tumultuar o andamento do processo. É o caso da apresentação de um requerimento, rejeitando o nome designado pelo Presidente da República para o cargo de presidente da Vale do Rio Doce. Atente-se para o fato de que, por tratar-se de uma estatal federal, a indicação desse cargo, como não poderia deixar de ser, é prerrogativa do Presidente da República. Ainda assim, os debates sobre o caso se alongaram por horas, como fica demonstrado na publicação da transcrição dessa discussão, carregada de ironias, hipocrisias e cinismo. O texto cobre mais de uma página do jornal, ou seja, 5 colunas com 127 linhas cada, num total de 635 linhas (DA, 7/4/51).

O apego dos deputados oposicionistas a detalhes de somenos importância, a recusa em debater os projetos em pauta, a insistência em levantar acusações grosseiras e levianas acabam por irritar a situação, que, em vários mo-

mentos, demonstra seu descontentamento em não poder avançar nos trabalhos legislativos. Maurício Andrade, líder do governo, entre outros, faz algumas reclamações: V. Exas. se apegam a pequenos detalhes para esconder os verdadeiros objetivos" "V. Exa. procura apenas confundir o Plenário" (DA, 11/11/1952).

Acompanha-o nas reclamações o deputado Augusto Costa (PSD): "A UDN combate de forma deselegante os adversários" (DA, 22/5/51).

A própria imprensa faz críticas ao modo de atuar da oposição e à linguagem violenta usada em Plenário. Segundo os jornais, a ALMG é palco de lutas estéreis, onde são discutidos apenas os pequenos casos municipais, sem interesse e sem importância (DA, 5/6/51).

Entre as estratégias para a obstrução está aquela em que o relator do projeto é da oposição e faz alterações no parecer para adiar a votação final. Como reclamou o deputado Último de Carvalho, quando a Comissão de Finanças aprovou um parecer de acordo com a jurisprudência e, logo depois, os deputados da oposição mudaram o ponto de vista jurídico sob a justificação de que "a interpretação dos textos de lei pode levar o intérprete a conclusões variadas e, se não fosse assim, a jurisprudência dos tribunais deveria ser sempre a mesma" (DA, 7/10/51).

A legítima estratégia regimental de obstrução chega ao máximo de tensão durante a discussão do projeto orçamentário. A ata publicada em 16 de novembro de 1951 dá uma noção do modo de funcionamento das reuniões nesses dias. Como mostra o seguinte resumo:
Logo no início da reunião, o deputado Último de Carvalho

reclama da obstrução que a minoria está impondo aos trabalhos legislativos:

> "Há dias, os deputados da maioria não têm conseguido ocupar a tribuna, porquanto os nobres companheiros da minoria se têm sucedido nela, graças a pedidos de palavra por seus partidários" (DA, 16/11/51).

Em seguida, o deputado Dnar Mendes (UDN) faz da tribuna e do Plenário uma sala de aula da Escola de Direito, onde ele ministra aulas completas sobre técnica orçamentária, brilhantemente aparteado por seus pares de partido, que aproveitam a ocasião para demonstrar seus conhecimentos jurídicos. Aliás, a grande maioria dos deputados da oposição, principalmente da UDN, são bacharéis, e vários são professores na Escola de Direito. Por conseguinte, a transcrição do discurso mostra uma brilhante retórica acadêmica –, porém fora dos propósitos da matéria em pauta.

Qualquer opinião diversa, emitida por deputado da situação, é respondida com repreensão professoral, pelo deputado-professor Dnar Mendes: "O nobre deputado Eduardo Lucas demonstrou que não conhece a proposta orçamentária" (DA, 16/11/51).

Assim como o professor repreende de forma ríspida o aluno relapso, os deputados-professores, quando recebem qualquer manifestação de opinião contrária a sua, tratam o interlocutor como ignorante do assunto e, aproveitando a ocasião, gastam o tempo da reunião, ministrando verdadeiras aulas de teorias jurídicas como resposta.

E, mais uma vez, o deputado Último de Carvalho define a situação com lucidez: "A bancada da minoria tem sempre teoria, mas, na prática, não a aplica" (DA, 16/11/51).

E a obstrução continua por páginas. O deputado Lourival Brasil Filho (PTN), técnico da Secretaria de Finanças, entra em discussão com o "professor" Paulo Campos. Pinto Coelho também dá a sua aula, que consiste de uma exposição teórica sobre os elementos que formam a despesa e a receita, e aproveita para demonstrar seus conhecimentos citando vários juristas (a transcrição gasta duas páginas). Sem a apresentação de indícios ou provas, continuam as intermináveis acusações genéricas, que cobrem páginas e páginas, como "O governo não foi sincero ao elaborar o Orçamento" (DA, 16/11/51).

Depois de "muito discurso, muita oratória dentro do campo doutrinário" (DA, 16/11/51), o deputado Heli Figueiredo (PRP) se dispõe a fazer um discurso no campo prático, ou seja, falar do projeto do Orçamento. Entretanto, provocado por Paulo Campos (UDN), entra em debate teórico com este. Oscar Corrêa faz uma provocação a Último de Carvalho (PSD), que se mantinha calado diante de tanta discussão estéril, e pergunta-lhe por onde anda sua "verve oratória", sua "fortaleza de um carvalho", pois está se comportando como um "arbusto mirrado". O pessedista não aceita a provocação, mantendo-se calado. O udenista aproveita o tempo para apresentar um relatório detalhado de toda a discussão do Orçamento até aquele momento, no qual são gastas duas páginas de transcrição.

A reunião continua, mas tratando de outros assuntos, como vários requerimentos sobre estradas, a defesa do reflorestamento apresentada por Valdir Lisboa (PTB) e as sempre presentes denúncias de violência política, desta vez em Santa Rita de Sapucaí, Manga e Matias Cardoso.

Os deputados da oposição apresentam mais de 200 emendas ao Orçamento, todas com a finalidade de reduzir as despesas por ele consideradas não essenciais, inúteis ou voluntárias. A justificação apresentada está inserida na formação discursiva do pensamento liberal:

> "É noção sabida que as verbas orçamentárias muito gordas levam ao desperdício, facilitam o gasto. Servidores públicos, apesar de bem-intencionados, consideram que não cumprem o seu dever durante o exercício se não derem consumo ao total das consignações orçamentárias. Eis a facilidade para os gastos" (DA, 16/11/51).

Outro ponto muito importante levantado é que a discussão da matéria de que trata o projeto, ou seja, a discussão do mérito do projeto em pauta, raramente é desenvolvida, como acontecia nas discussões que tratavam de questões regimentais ou de obstrução, como a citada acima, que gastavam várias horas da reunião. Muitas vezes, o projeto era aprovado sem ser discutido, como é o caso da criação da Cemig.

Verifica-se nas discussões que os deputados da oposição, em sua maioria, não se preocupam em analisar os dados orçamentários, como índices das políticas públicas representados em verbas, metas e objetivos, a partir dos quais é possível iniciar uma discussão programática. Ao contrário, graças aos seus conhecimentos agudos da teoria jurídica e à brilhante retórica, a estratégia é manter a discussão nos limites dos pressupostos teóricos e ideológicos, evitando, assim, a discussão da matéria, que seria um avanço em direção à aprovação do Orçamento.

Na ânsia de tentar a obstrução, são levantadas as mais variadas questões, sempre estranhas ao projeto em pauta. Podem discutir desde a grafia de alguma palavra, por erro de datilografia, até questões de interesse restrito de

alguma cidade do interior. É o caso da longa polêmica levantada em torno da palavra "inquirir", datilografada "inquerir" no parecer do deputado Arlindo Zanini (PTB), que é contabilista. É preciso assinalar que foram encontrados frequentes erros de datilografia nos jornais lidos. No entanto, esse é o mote, encontrado por Oscar Correa, para provocar os deputados da situação. Em tom professoral, com menosprezo e deboche, corrige o relator, de quem considera ser o erro, apesar de ser do conhecimento de todos que nenhum deputado senta-se à máquina de escrever para datilografar parecer, esse é um trabalho da assessoria parlamentar. Como não poderia deixar de ser, aproveita a ocasião para vangloriar-se de seus conhecimentos gramaticais, filológicos e etimológicos. E, depois de arrasar o parecer de Zanini, Oscar Corrêa eleva mais ainda o nível de seu sarcasmo:

"... o parecer tão brilhantemente elaborado pelo nosso caro, nobre e ilustre colega Arlindo Zanini, que é sem dúvida, nesta Casa, um dos espíritos mais lúcidos e cordatos e dos que mais têm feito justiça à oposição..." (DA, 30/5/51).

Por trás das aparências do jogo discursivo, o que está em discussão é o parecer contrário do relator ao requerimento da oposição propondo a criação de uma comissão de inquérito para verificação de erro no edital, o que causaria a paralisação do programa do Governo. A reunião transforma-se, então, em um debate envolvendo desde fundamentos jurídicos, interpretações de artigos de dispositivos regimentais, passando por correções gramaticais, indo até o uso de ironias e sarcasmos nos frequentes arroubos de soberba, arrogância e prepotência dos udenistas. A resposta de Zanini é um bom exemplo de que o recurso da ironia não era prerrogativa apenas dos udenistas:

> " V. Exa. é muito brilhante e, aliás, faço justiça em elevar o seu valor intelectual tantas vezes demonstrado nesta Casa e tenho certeza de que a sua inteligência, o seu esforço, o seu dinamismo já estão sendo postos em prática em defesa dos interesses do povo de Minas. Vou mais além, a sua inteligência está sempre nesta Casa, não para menosprezar aqueles que não tiveram oportunidade de elevar a sua cultura, mas sim para dignificar esta Casa e seu passado" (DA, 30/5/51).

Outra estratégia discursiva da oposição é manter a discussão sempre no nível pessoal. Os ditos são dirigidos às pessoas específicas, com a denominação completa. Dificilmente qualquer projeto recebe abordagens objetivas. A discussão é sempre levada para o nível pessoal, de tal forma que é comum o uso de termos pesados contra as pessoas do tipo: bandido, salafrário, interesses escusos. São feitas acusações e citados nomes de pessoas envolvidas em corrupção, sem que haja, por parte do Plenário, da imprensa ou da população, qualquer reação para que sejam realizadas investigações ou aperfeiçoamento da legislação com o objetivo de se evitarem novos acontecimentos. "O delegado Bento Bola não resiste a uma nota de cinco cruzeiros" (DA, 5/5/51).

No vale-tudo pela obstrução, Oscar Corrêa critica até o uso do primeiro sobrenome do governador, e pergunta por que não se usa o nome completo, Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas o Plenário não se interessa pelo assunto.

O Diário da Assembleia de 30/5/51 traz a ata de uma importante reunião em que foram debatidas as propostas do programa estadual de construção de estradas e o edital de concorrência. Essa reunião é um exemplo da estratégia de obstrução dos trabalhos parlamentares. Os deba-

tes são iniciados com o discurso do deputado relator, José Augusto (PSD), que, chamando os pares de "ilustrados colegas", apresenta a defesa do programa e do edital.
O deputado Horta Pereira (UDN) apresenta requerimento solicitando a criação de comissão especial para discutir o edital. O relator pessedista rejeita a proposta, argumentando que a criação da comissão especial é uma manobra para dificultar e protelar a execução do programa. Afirma, ainda, que, enquanto a oposição aprecia apenas o debate acadêmico dos problemas sem se preocupar com as soluções práticas, JK não tem "amor ao debate em si", ao contrário, procura apreender rapidamente as questões que envolvem determinado problema, para chegar logo a uma conclusão e partir para a ação, com o propósito de resolvê-lo. E ainda:

> "Juscelino Kubitschek, às discussões acadêmicas, quase sempre estéreis, prefere, logo, a ação"
>
> "... a sua atitude de espírito é a dos verdadeiros realizadores do progresso" (DA, 30/5/51).

Já os deputados da oposição mantêm-se, durante todo o debate, presos aos aspectos formais do edital, da concorrência, da distribuição de cotas pelo Fundo Rodoviário Nacional. Não procuram discutir os aspectos técnicos como: critérios utilizados para a elaboração do programa, a real necessidade de construção de estradas de rodagem, quais os custos, como serão pagas as despesas, haveria outra alternativa para as estradas de rodagem, a possibilidade de melhorar as estradas de ferro, onde serão construídas, entre outras.

A discussão torna-se áspera e ríspida quando o deputado França Campos (PSD) afirma que, em 1949, o governador Milton Campos construiu apenas 84 quilômetros de estra-

da, segundo relatório do Conselho Rodoviário Nacional. Imediatamente, Horta Pereira (UDN) rebate que foram 1.029 quilômetros. Essa discussão dura algum tempo, acirrando a ira dos udenistas. O relator, procurando sempre voltar à matéria em discussão, afirma que o edital está de acordo com as normas legais e que o que a oposição pretende é subverter a ordem constitucional e determinar a paralisação das obras. A oposição quer dificultar o plano de construção de estradas de rodagem, com o pretexto de impedir mau uso do dinheiro público e a corrupção política. Horta Pereira defende-se das críticas afirmando que a oposição é contra o modo como se pretende levar a cabo tais construções: "... estamos aqui no indeclinável dever de vigilância para dizer ao povo mineiro que temos 'mouro na costa'" (DA, 30/5/51).

É bastante comum também os debates se desviarem para fatos particulares de interesse restrito a cada deputado, e cada um apresentar sua versão dos fatos. A partir de então, cria-se o impasse: é a palavra de um contra a palavra do outro.

Enquanto isso, JK, para defender-se e diferenciar seu discurso, monta uma estratégia discursiva que evita o enfrentamento e busca a conciliação. Faz parte de sua estratégia, manter o conteúdo de suas falas independente do que diz a oposição, descreve o programa e as atividades governamentais, não faz ataques pessoais, não responde a críticas específicas, não trata de política partidária ou regional e sempre mantém o caráter conciliador. Dessa forma, a sua fala mais uma vez, torna-se diferenciada e destacada no campo discursivo político brasileiro da época.

Concluindo, durante todo o ano de 1951, a atuação da oposição quase que se resume em obstruir os trabalhos

legislativos. Seus deputados fazem uso da tribuna para tratar de detalhes ou assuntos estranhos à matéria em apreciação, geralmente, polêmicos. A situação, ao receber a provocação, entra no jogo discursivo, fazendo do Plenário um palco de longas e duras discussões, impedindo que sejam apreciadas as matéria em pauta. A discussão estéril é a forma encontrada para obstruir projetos do governo e assim paralisar suas ações.

4.2.4 Descrição gramatical

Ao estudar as relações entre a linguagem e a sociedade, Fiorin (1988) afirma que a ordem social em vigor determina as práticas discursivas de uma sociedade, tanto no vocabulário quanto na forma gramatical, fazendo com que as relações sociais sejam refletidas no texto:

> A uma ordem social baseada nos princípios de igualdade e de liberdade correlaciona-se um discurso com estilo claro, simples e conciso, um texto despido de expressões de servilismo, de formas obsequiosas, indiretas e pedantes, em que não há desperdício de palavras nem frases convencionais. Esse discurso deixa patente que não há autoridade superior à razão e à ordem estabelecida. A uma ordem social fundada na desigualdade correspondem um jargão ininteligível, um estilo empolado e prolixo, texto repleto de expressões de servilismo, de formas obsequiosas, indiretas e pedantes, de frases convencionais. Esse discurso sempre insinua que há uma autoridade que se coloca acima da razão e da ordem estabelecida pelas leis, ou seja, que existem autoridades por direito divino ou que ocupam sua posição em virtude de seu nascimento. Ao refletir uma dignidade artificial, o discurso torna-se ininteligível, pedante, convencional e prolixo (FIORIN,1988:58).

Em sociedades em que vigora a ordem democrática são encontradas várias formações discursivas, que produzem diferentes formas discursivas. Por conseguinte, o lugar social e ideológico do locutor também determina os traços

linguísticos registrados em seu texto, como será demonstrado a seguir.

Foram encontradas na pesquisa diferentes formas textuais que se distinguem a partir de suas imbricações ideológicas e produzem distintos modelos de escrita coerentes e consistentes. Constata-se que um posicionamento diferente do autor em relação à ordem socioeconômica produziu práticas discursivas diferentes, tanto nas escolhas do vocabulário utilizado quanto da composição gramatical do discurso. Serão examinados os discursos parlamentares em comparação com os de JK.

O alinhamento de JK à modernidade burguesa está refletido em seu discurso pela presença do estilo direto e objetivo, como demonstra o exemplo abaixo:

> "Há quinze dias, eu vos anunciei que divulgaria nesta noite todos os detalhes do plano de construções rodoviárias que o governo de Minas vai empreender e é de tal compromisso que venho, agora, me desincumbir, comunicando a todo o povo mineiro os pormenores do plano, inclusive o traçado das estradas programadas e sua quilometragem" (KUBITSCHEK, 1953, p. 37).

Outra característica que o discurso de base democrática apresenta, em sua manifestação material, é a ocorrência de índices e traços de tratamento igualitário, enquanto que aquele fundado em base não democrática apresenta traços de distanciamento do enunciador com o auditório. Esse princípio da igualdade, uma norma do comportamento burguês, encontra-se presente no discurso de JK, rara em discursos políticos da época, o que indica que o locutor procura colocar-se no mesmo nível de seus ouvintes.

> "Ao terminar esta palestra de hoje, só posso, portanto, dirigir aos meus conterrâneos esta palavra de fé e confiança,

> certo de que, com a sua compreensão e a sua simpatia, estamos marchando juntos para melhores dias. A todos, cordialmente, um até-breve" (KUBITSCHEK, 1953:84).

Essas características são encontradas também em discursos de deputados do PTB, como no exemplo abaixo, em que a presença do autor é marcada pelo uso da palavra "gente", por meio da qual o enunciador se apresenta fazendo parte da plateia a quem se dirige:"... quando a gente está disposto a trabalhar pelo povo..." (DA, 4/4/1951, p. 4).

Por outro lado, o governador apresenta um discurso polêmico que põe fortemente em cena o locutor com toda a sua individualidade. O enunciador assume de forma militante o seu enunciado, ao tomar parte naquilo que diz, ao enfatizar a 1ª pessoa do singular:

> "Devo relatar aos mineiros que realizei em Palácio uma reunião de banqueiros e capitalistas..., a quem expus os planos para a construção da usina de Salto Grande" (KUBITSCHEK,1953:26)

> "a mim só me resta agora ficar como fiscal inflexível das obras" (KUBITSCHEK, 1953:26)." "a convicção inabalável que me anima" (KUBITSCHEK, 1953:53).

Para criar em seus ouvintes uma forte tensão positiva, eles são incluídos como sujeitos ativos com o uso da 1ª pessoa do plural:

> "... haveremos de transformar Minas Gerais numa potência industrial..." (KUBITSCHEK, 1953:69)

> "das vitórias que iremos alcançando, neste labor de dia e noite pela prosperidade de Minas Gerais" (KUBITSCHEK, 1953:4).

> "A opinião pública ... há de ser sempre a nossa maior inspiradora e guia" (KUBITSCHEK, 1953:10).

Já a elite política reporta à arte oratória tradicional, caracterizada por expressar uma cultura ornamental, erudita, chamada de oratória de "bacharéis", que faz uso de recursos discursivos da retórica bordada de termos supérfluos, de figuras de linguagem, carregada de termos latinos, contendo referências a temas greco-latinos e aos clássicos da língua, obediente aos cânones que impunham regras de composição rígidas.

Assim como novos conhecimentos exigem novas palavras (ELIAS), a defesa da ordem tradicional exige discursos elaborados a partir de parâmetros do discurso tradicional. É entendido como incoerente o discurso que apresenta novas ideias ou novas visões utilizando palavras gastas, carregadas de velhas significações. Os políticos conservadores, para defender o *status quo*, mantinham-se presos às fórmulas do bem-dizer, da oratória tradicional, do antigo estilo parnasiano que virara o século XX. Durante décadas, houve no Brasil o monopólio do bem-dizer mantido por suas figuras máximas como Rui Barbosa, Olavo Bilac e Coelho Neto (BRITO, 1971:28), como afirma o estudioso de literatura Mário da Silva Brito em História do Modernismo Brasileiro:

> "A arte de escrever que complicava tudo era o padrão universal. Aplicava-se a todos os gêneros, do ensaio ao romance... Éramos parnasianos na prosa e no verso. Criaturas helênicas, de monóculo e fraque" (BRITO, 1971: 32).

Ainda, segundo Brito, o estilo parnasiano, carregado de preciosismos, de expressões e fórmulas prontas, abusava da retórica empolada, seguia os mesmos autores considerados modelos a serem copiados, principalmente Rui Barbosa. Nesse padrão, mais importante do que o conteúdo era a eloquência dos oradores, que aprendiam

as técnicas e as fórmulas da retórica e as repetiam infinitamente. Muitas vezes, o discurso não passava de um amontoado de frases modorrentas a que ninguém prestava atenção, localizado fora do seu tempo, carregado de antigas visões e anseios, que se repetiam há décadas. Durante as reuniões da Assembleia Legislativa, o estilo rebuscado e vazio incomodava alguns deputados que usavam o padrão linguístico do discurso contemporâneo e, em várias situações, eram apresentadas reclamações quanto ao estilo, como é o caso da seguinte fala de Último de Carvalho:

> "Até agora V. Exa. está divagando. Nada diz que mereça um aparte, porque não concretizou nada. O que falou, outros já falaram dessa tribuna, durante muito tempo, e nada disseram" (DA, 3/10/51).

A escola parnasiana dominou a escrita culta no Brasil até a Semana de Arte Moderna de 1922, a partir da qual foi formado o padrão contemporâneo da língua portuguesa no Brasil. Muitos adeptos do estilo recusaram-se a reconhecer o novo padrão culto. Se comparado com o gênero literário em vigor na mesma época, alguns discursos podem ser considerados como "eloquências esclerosadas de um parnasianismo tardio" (BRITO, 1971), como no exemplo abaixo:

> "... e com o Judiciário, que entre nós simboliza a fortaleza eterna, inexpugnável, que resguarda nos recessos e nos altiplanos da nossa orografia judiciária a majestade do Direito e a integridade da Justiça" (DA, 4/2/51).

É de se espantar, porque, na data estudada, 1951, escritores fundamentais para a literatura brasileira, como Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade, eram conhecidos e reconhecidos. A crônica jornalística encontrava-se no seu esplendor com Rubem Braga, An-

tônio Maria e outros. Enfim, já eram conhecidos, lidos e estimados os autores da época, cujos textos tornaram-se alguns dos principais modelos que ajudariam a tecer o linguajar culto contemporâneo, que, por sua vez, tivera sua raiz na Semana de Arte Moderna. A efervescência e a iconoclastia da Semana de 22 já completavam quase 30 anos e, depois dela, o texto brasileiro nunca mais fora o mesmo. A partir de então, foram jogados pela janela todas as impostações, as gramatiquices, os classicismos, a citações eruditas, enfim, tudo o que não fosse contemporâneo e popular e, principalmente, tudo e qualquer coisa que fosse incluída no texto como uma mera demonstração de sapiência erudita e grandiloquência retórica de seu autor. O linguajar parnasiano dera lugar ao popular e coloquial.

Apesar de tudo, décadas depois da revolução modernista, o discurso carregado de "erudição pernóstica" ainda vigorava altaneiramente, calmamente ou esquecidamente, nas tribunas brasileiras. O padrão culto contemporâneo da língua portuguesa no Brasil já estava pronto, como o novo paradigma dos pronomes que derrubou o uso da segunda pessoa do plural "vós" e consolidou, em seu lugar, o popular "você", e o "tu", em algumas regiões. Na época, o pronome "vós" persistia apenas em rituais formais, principalmente na política, na religião e no Judiciário. O uso desse pronome é um dos únicos traços de caráter conservador do texto de JK. Entre outros fatos linguísticos importantes que distinguem o discurso contemporâneo podemos citar: a colocação do pronome oblíquo, a frase na ordem direta, frases curtas, palavras coloquiais (futebol e não ludopédio), palavras precisas, períodos compostos pequenos, texto conciso, poucas adjetivações, e a preferência por verbos e substantivos.

A chegada da modernização trouxe também novas referências e paradigmas que exigiam novas palavras e conceitos, fazendo rejeitar as velhas regras e as palavras gastas do velho texto. Apesar de tudo, alguns se mantinham de acordo com o velho paradigma parnasiano. E Mário de Andrade, ao criticar a "excessiva perfeição formal", chega à arguta conclusão:

> "Não sei por que esse costume de se chamar de discurso acadêmico tudo que é pomposo e vazio de sentimento. Eu, parece-me preferível a denominação de discurso de deputado. Bilac foi um deputado da beleza na terra do Brasil." (Mário de Andrade *in* BRITO, p. 284).

O que pode ser comprovado na importância que se dava, durante o discurso, à escolha de palavras consideradas belas. Muitas vezes, durante a discussão de algum tema, o importante não era utilizar termos apropriados, precisos e específicos, ou seja, usar a linguagem em sua função denotativa ou referencial, como convém em um debate político. Procurava-se usar a linguagem principalmente em sua função conotativa, como no eloquente discurso em homenagem a Tiradentes, construído seguindo a fórmula de vocábulos eruditos, frases feitas e preciosismos léxicos, como: "os brios pátrios", "emanações de bravura, desprendimento, idealismo e civismo", "o glorioso espírito", "o sagrado patrimônio do civismo, baluarte de nossa incompurscável liberdade" (24/4/1951).

Pela escolha do vocabulário, é fácil perceber que alguns deputados procuravam manter um ambiente aristocrático no Plenário da Assembleia Legislativa, confirmando Carlos H. da Rocha Lima, para quem "o uso de palavras literárias sugere uma atmosfera aristocrática". Vejamos, por exemplo, o seguinte diálogo entre udenistas:

> "– V. Exa. me permite um aparte?
> – Os apartes de V. Exa. são para mim como um pedra de brilhante em um anel de metal.
> – As palavras de V. Exa. são, nesta Casa, comparáveis aos mais refulgentes diamantes." (DA, 15/2/1951).

Para não fugir aos padrões acadêmicos estabelecidos, não eram permitidas as ousadias e as inovações a partir das expressões coloquiais ou populares. A escolha vocabular já estava definida pelas normas do bem-dizer, de forma que já havia a definição do que podia ser dito e do que não podia ser dito.

Já o discurso moderno procura uma sintaxe que seja oposta ao conservador, para que seja diferenciado e marcado como o seu opositor. Nesse padrão, surgem as frases curtas, simples e concisas, em períodos curtos e de preferência coordenados. Evita-se o excesso de adjetivos, com preferência pelo uso de verbos. Os verbos são os grandes indicadores de ação, daí essa preferência de JK, como, no exemplo abaixo, em que ele apresenta as estratégias para desenvolver o turismo no Estado:

> "organizar a indústria do turismo, armar a nossa máquina de conquistar e prender frequentadores" (KUBITSCHEK, 1953:19).

Temos assim bem marcados dois tipos de discursos: um cheio de substância (ou de substantivos), teórico, axiológico, normativo, ideológico; o outro cheio de ação (ou de verbos), prático e pragmático, performativo.

Seguindo a tradição republicana no Brasil, o conservador mantém o seu discurso sempre fincado nas ciências jurídicas. Enquanto o discurso moderno se apoia principalmente na economia, seguindo o padrão do discurso político moderno, que se configura a partir dos meados do século XX.

É importante ainda ressaltar que os textos de pareceres técnicos são elaborados em linguagem direta, objetiva, com limitada adjetivação; as questões são tratadas de forma concreta e são utilizados termos técnicos e vocábulos precisos.

4.2.5 Análise semântica

A análise semântica revela como, ao longo do tempo, palavras e expressões podem ter seus campos semânticos alterados, ampliados ou reduzidos. Um interessante exemplo de substituição lexical aconteceu com a expressão "massas populares", de uso tão frequente no discurso político na década de 1950. Em pronunciamento publicado em 18 de abril de 1951, o deputado Milton Salles (PDC), faz críticas ao discurso de Getúlio Vargas, transmitido pelo rádio. No discurso, o Presidente faz uma advertência aos "tubarões e magnatas" do sofrimento do povo, de que, esgotada a paciência, "o povo fará justiça com as próprias mãos". Em sua crítica o deputado mineiro acusa o presidente de incitar a revolta das massas brasileiras, de pregar a anarquia e a desordem e, ainda, instigar para que se levantem contra os Parlamentos. Após seu pronunciamento, acontece um debate caloroso, em que tomam parte Waldomiro Lobo e Synval Siqueira, deputados do PTB, aliados de Getúlio Vargas. Em seu discurso, Milton Salles faz uso da expressão "massas populares" no sentido de povo. Entretanto, esse termo não é usado pelos deputados do PTB, mas era bastante usado na política e na imprensa em referência ao povo em geral, ao cidadão comum. No dicionário, encontramos as seguintes acepções para o termo massa:

> "massa: um conjunto razoavelmente coeso, constituído de matéria sólida ou pastosa, de forma indefinida, um aglomerado de elementos, coisa, objeto que perdeu

> sua forma. No sentido figurado refere-se ao conjunto das camadas mais numerosas da população; o povo, a multidão. As massas trabalhadoras, grande número de pessoas, relativamente coesas, vistas do ponto de vista social, cultural e econômico" (AURÉLIO)

A definição indica que a expressão construída com o sentido figurado do termo, na verdade, funciona como uma metáfora que demonstra de forma clara como era considerado o conjunto da população: as "massas populares" eram também consideradas como coisas amorfas, de visibilidade desfocada, de contornos indefinidos, maleáveis, manobráveis, o povo ordeiro, sem cara, sem coração, sem voz. A expressão teve um processo de desaparecimento a partir da promulgação da Constituição de 1988, quando foram redefinidos os sentidos de vários termos relativos à pessoa humana. A partir de então, o ser humano em nossa política começou a ser tratado por termos condizentes com a dignidade humana como cidadão, pessoa humana. (citações de 18/4/1951). Palavras como "elemento", "massa populares", "indivíduo" foram gradualmente desaparecendo dos discursos políticos, sendo substituídos por como "movimentos populares", "cidadania" e "cidadão", que na época tinham uma abrangência muito restrita.

Em discursos parlamentares de posição conservadora, a palavra "cidadão" carregava uma acepção próxima àquela da época do Império, quando se referia apenas a homem, proprietário de bens, letrado e branco. E como foi visto, às classes populares era reservado o termo "massas", expressão que reflete de forma áspera e transparente o caráter autoritário e oligárquico da sociedade brasileira. Foi também somente a partir da Constituição de 1988, que o campo semântico da palavra "cidadão" começou a se expandir e cobrir todos os componentes humanos: sexo, gênero, etnia, escolaridade, idade, orientação sexual,

categoria de trabalho, camada social e outros. Assim, refletindo o desenvolvimento da democracia brasileira, o termo "cidadão" hoje encontra-se ampliado, enquanto a expressão "massas populares" foi banida de todos os repertórios, não somente do vocabulário político, mas praticamente de todo o discurso social. No entanto, curiosamente, o termo se mantém no discurso midiático, inclusive em sua caracterização – meios de comunicação de massas.

No mesmo campo semântico de "massas populares", o vocábulo "elemento" era bastante utilizado para referência a pessoa. Esse uso é uma indicação de que, para o enunciador, o referente não passa de mais um elemento numa grande engrenagem, não diferenciado dos outros elementos. Enfim, não é considerado um indivíduo, uma pessoa humana. A presença desse vocábulo é também um traço do discurso hierárquico, autoritário e mecanicista, tornando explícita a formação ideológica em que está inserido. O seu uso é muito comum em práticas discursivas burocráticas. No *corpus* da pesquisa, o termo elemento é usado várias vezes: "elemento pertencente ao extinto Partido Comunista", "os elementos da Bancada do PSD", "sou um elemento da oposição", demonstrando mais uma vez o caráter não democrático da época e da sociedade de então.

O vocábulo povo vem sempre acompanhado de adjetivos e atributos bastante significativos, que demonstram como a população era vista pelos políticos, ou, por outro lado, como eles queriam que a população fosse, ou ainda, a forma de impor uma representação. Os políticos se referiam ao povo como simples, honesto e progressista, ordeiro, um povo que sofre, povo sofredor. Era comum

apelar-se para as tradições: "o povo mineiro, cujas tradições têm sido o nosso orgulho". Ao tratarem de problemas relacionados às políticas públicas sociais, como saúde, educação, emprego, fome, evocam-se os atributos como forma de impor uma visão em que o povo vive em desamparo e é incapaz de resolver seus problemas. Sendo incapaz de reinvidicar por si, precisa de alguém que o faça por ele, o político é quem o representa: "é uma impiedade deixar o povo sem assistência médica", "a fome e a miséria invadem milhares de lares mineiros". Ainda que politicamente incapaz, "a população é ordeira e laboriosa" (DA, 9/11/1951).

A partir da Constituição de 1988, a imagem do povo "pobre, esfomeado e humilde", tão comum nas décadas anteriores, sofre o processo de apagamento no discurso político. Os termos são gradualmente substituídos pelo impessoal e objetivo "excluídos", inicialmente, nos discursos da esquerda. Essa substituição revela uma evolução das representações que a sociedade tem de sua estrutura social, sendo a mais conhecida aquela construída com base num conceito de escala ou de escada, formando uma estrutura piramidal – a conhecida pirâmide social, que situa as classes ricas (ou altas) no topo e as mais pobres (baixas) na base. Hoje, representação da estrutura da sociedade evoluiu para o conceito de redes que formam o tecido social, trançado com sistemas de fluxos e demarcado por bordas e franjas, no qual os indivíduos estão mais ou menos integrados ou incluídos. Os mais integrados encontram-se no centro do tecido social, enquanto os menos integrados ocupam suas bordas, chegando alguns até as suas franjas. Daí o uso de termos como incluídos e excluídos, centro e periferia (BONNAFOUS, 1999).

Outra substituição lexical é encontrada nos termos usados na época para se referir aos poderosos e corruptos, que eram chamados de "inimigo do povo, tubarão, exploradores, magnatas, os senhores do lenço branco, cavalheiros da indústria, sempre envolvidos em negociatas que prejudicavam o povo". Em aparte, Synval Siqueira, em defesa do presidente da República, afirma que o certo deputado está ao lado dos "tubarões", ou seja, dos ricos, por isso, não quer que os problemas do Brasil sejam resolvidos. Waldomiro Lobo, ao protestar contra o aumento das passagens de ônibus da Capital, em um de seus arroubos, chama o advogado das empresas concessionárias de transporte coletivo de BH de "advogado de tubarões" (DA, 8/11/1951).

É comum o uso de metáforas como uma forma de o locutor se proteger de acusações em uma sociedade em que vigorava um sistema democrático parcial. A comprovação da situação dessa insegurança é que o termo corrupto não foi encontrado em nenhum texto do *corpus* analisado. À medida que a democracia avançava e não havia mais necessidade de se tergiversar sobre o assunto, as expressões metafóricas deixaram de ser usadas. Então, as metáforas foram substituídas por vocábulos específicos, definidos e concretos, com função denotativa, para se designar pessoas que fazem negociatas escusas, envolvendo agentes governamentais, em benefício próprio, como ladrão, corrupto e seus correlatos corruptor e corrupção.

"Subversivo" era um termo muito usado para referência aos membros da esquerda. Como, para a direita reacionária, qualquer intenção de mudança representava uma ameaça ao seu poder estabelecido, qualquer pessoa que tivesse intenção ou que trabalhasse para uma transformação da sociedade brasileira, ainda que da forma mais democrática,

era considerada e tachada na imprensa, nos palanques, nas tribunas, nas ruas, de subversiva no sentido mais pejorativo, ou seja, aquela que perturbar, tumultuar as instituições, de ser contra a ordem e desejar o caos e a anarquia, enfim, um agitador. O uso dessa palavra podia demonstrar não apenas divergência política, mas principalmente ódio e intolerância. A intenção do seu uso é fazer com que o povo sentisse medo toda vez que ouvisse essa palavra. Seria o equivalente ao termo hodierno "terrorista".

Para a oposição, o espaço político é um espaço de batalha campal militar. As metáforas de guerra permeiam os discursos. Isso pode ser verificado pelo uso excessivo de palavras referentes ao campo semântico militar, como "pugna" e "ser operário é ser um soldado" (DA, 4/4/1951).

No levantamento lexical dos textos, constata-se que o substrato lexical dos discursos parece bastante suficiente para supor duas formações discursivas distintas. De um lado, encontra-se o discurso que segue o modelo sociocultural da burguesia industrial, que privilegia a naturalidade das relações sociais, a crença na força do trabalho, a confiança inabalável no progresso tecnológico e no sistema capitalista moderno. Ao propor uma nova ordem, apresenta de forma bastante positiva um novo "dever-fazer". Como no exemplo abaixo, em que o governador traça os objetivos de seu governo:

> "Quais são esses objetivos? Simplesmente sacudir a economia mineira, tornando-a tão pujante e rica, de forma a propiciar um mais alto padrão de vida para o nosso povo e possibilitar todas as iniciativas e empreendimentos que visam a trazer ao homem mais saúde, mais instrução, mais conforto, mais felicidade para si e para os seus." (KUBITSCHEK, 1953:83).

> "Que estas visões de progresso e de pujança econômica e social fiquem como um ideal a ser atingido" (KUBITSCHEK, 1953:70).

Enquanto isso, o discurso conservador em reação às provocações procura manter a antiga ordem social, o status quo, o que cria um forte aspecto negativo ao reforçar as falas em um "não-dever-fazer". A atitude negativa está explícita nos discursos da oposição proferidos na reunião do dia 16 de novembro de 1951, em que foi discutido o projeto do orçamento para o exercício de 1952, conforme os numerosos exemplos apresentados abaixo:

> "O nobre deputado Eduardo Lucas demonstrou que não conhece a proposta orçamentária."

> "Combatemos o governo, mas não combatemos os cofres públicos."

> "Não reivindicamos aqui nenhum benefício de ordem particular, e nem ao menos de ordem partidária".

> "Entendemos que é de nosso dever não ficar apenas contra alguma coisa, alguém ou uma ordem de coisas."

> "Não compreendemos um governo abarrotado de dinheiro, com um povo afundado na miséria".

> "É noção sabida que as verbas orçamentárias muito gordas levam ao desperdício, facilitam o gasto".

> "Servidores públicos, apesar de bem-intencionados, consideram que não cumprem o seu dever durante o exercício, se não derem consumo ao total das consignações orçamentárias."

> "A ninguém é lícito supor que a nossa atitude, esmiuçando a proposta, debatendo amplamente o assunto, tenha por objetivo criar dificuldades para o Governo, por não lhe darmos o orçamento próprio do exercício."

Nosso levantamento semântico demonstrou o desenvolvimento semântico do discurso político da época para a atualidade, incluindo as alterações e os campos de significação dos conceitos levantados. Assim, as atualizações linguísticas apresentadas registram as alterações do sistema de correferência, que traduz linguisticamente as representações sociais e ideológicas do discurso político. O campo semântico da modernidade, que é o marco do discurso político de JK, contrapõe-se ao campo semântico da ideologia conservadora, que faz parte do discurso dominante da época. Demonstrou-se que esse foi o momento histórico da passagem da dominância discursiva política tradicional agrária para a moderna industrial. Então, a partir da inovação discursiva proposta por JK, o discurso político mineiro começa a se transformar.

4.2.6 Ata da reunião de 16 de maio de 1951

Apresentamos a seguir o resumo de uma reunião, para se ter uma ideia de seu modo de funcionamento.

A leitura das atas publicadas mostra que as reuniões da Assembleia são longas e cansativas, e é frequente algum deputado reclamar das constantes prorrogações. A maioria das discussões não tem como objeto as proposições constantes da pauta da reunião, além disso, são poucas as deliberações levadas a efeito.

Para se conseguir uma relação entre o tempo gasto nas reuniões e os temas tratados realizou-se uma análise das atas lidas abordando esses dois fatores. Na análise quantitativa foi feito o levantamento do número de palavras, frases e páginas gastas para a impressão da ata da reunião ou do pronunciamento isolado. Já a análise qualitativa le-

vou em conta os assuntos debatidos. O cruzamento das duas análises permite revelar que as questões partidárias e paroquiais são as mais debatidas, enquanto que outros temas, como o programa de governo e questões sociais, são relegados a um segundo plano.

Podemos citar como exemplo a análise da ata da reunião publicada em 5 de junho de 1951. A página do Diário da Assembleia era, na época, formatada em cinco colunas, contendo em torno de 125 linhas cada, e 37 espaços, o que dá um total de 635 linhas por página. A ata analisada contém oito páginas, cada página com cinco colunas, cada coluna com 125 linhas, o que dá o total de 40 colunas e 5.000 linhas. Cada linha com 37 espaços e em torno de seis ou sete palavras, portanto, cada coluna tem uma média de 875 palavras, o que soma o total de 35.000 palavras. Em resumo, a ata é constituída de 35.000 palavras, distribuídas em oito páginas e 40 colunas.

Apresentamos abaixo o resumo da ata de reunião de 16 de maio de 1951, publicada em 5 de junho de 1951. A análise qualitativa é apresentada junto com o resumo da reunião.

Participação dos seguintes deputados: José Augusto, Horta Pereira, Milton Salles, Oscar Corrêa, Hermelindo Paixão, França Campos, Adolfo Portela, Fabrício Soares, Simão da Cunha e Carlos Megale.

Logo no início da reunião, em longo, apaixonado e, ao mesmo tempo, elegante discurso, o deputado José Augusto (PSD) condena o comportamento da oposição, que, durante a campanha eleitoral, divulgou e espalhou mentiras e calúnias sobre o então candidato JK. Reclama, ainda, da linguagem violenta da oposição, que faz uso até

da detratação pessoal. Impressiona a atualidade dos fatos narrados se comparados à campanha eleitoral à Presidência da República de 2010.

> "A campanha eleitoral passada levou muitos observadores imparciais a pensarem, seriamente, que, em Minas Gerais, não estávamos, ainda, suficientemente amadurecidos para a vida democrática, tantos foram os achincalhes e epítetos injustamente lançados, pelos seus adversários, ao então candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira, e destinado a subverter o julgamento que a seu respeito fazia o povo mineiro, levando-o, então, a crer que o nosso candidato não estava à altura, e nem era digno da investidura de governar o Estado, à qual pretendiam levá-lo a nossa e outras organizações partidárias, que, reconhecendo em (S. Exa.) as mesmas altas qualidades que nele já de há muito admirávamos, nos deram a honra de nos acompanhar nessa jornada cívica. Em se falando do assunto, é de se recordar, aqui, com a mais absoluta propriedade, para os que se honram da prática e do sentimento democrático, as palavras imortais de Virgílio, quando Enéas reportava à rainha Dido, as desgraças da destruição de Tróia: 'Infadum, Regina, jubes renovare dolorem' – 'Tu mandas, ó rainha, renovar indizível dor' – pois, tivemos, naquela época, com o coração contristado e, muitas vezes, sofrendo insopitável revolta que esses nos causam, ocasião de ouvir inflamados discursos, de ler artigos de jornal e, sobretudo, de ver espelhados, em profusão assustadora, aos quatro cantos do Estado, nas mais longínquas fazendas, em estradas pouco ou quase nada transitadas, boletins anônimos caluniando-o, denegrindo-lhe a personalidade, em linguagem que faria corar um frade de pedra, mandados confeccionar e espalhar por aqueles que combatiam S. Exa., e isso faziam na persuasão de que, assim procedendo, pela dúvida que pudessem gerar no espírito simples da maioria de nosso povo, ele não mais separaria o joio do trigo e, com esses antolhos que lhe dificultavam a visão, não mais levaria em conta os altos atributos de inteligência, de caráter, de espírito público e de extraordinária capacidade de trabalho, que exornam a personalidade do hoje ocupante do Palácio da Liberdade, já tantas vezes postas à prova em diversos postos por ele ocupados – e, então, por via de consequência,

> negando-lhe o povo o seu apoio e o seu voto, tirar-lhe--ia já tranquilas possibilidades de vitória que, em virtude mesmo das altas qualidades que S. Exa. é possuidor, já antevíamos desde logo foi lançada à sua candidatura.

Conforme já foi explicitado no item 4.2.4, tanto na forma quanto no conteúdo, o texto acima é um bom exemplo do modelo de escrita culta que vigorava na política da época. Essas características gramaticais estão presentes, como a citação da Eneida, de Virgílio, em latim, o que é um exemplo da necessidade de demonstração de erudição, muito comum em textos jurídicos; e o longo parágrafo composto de períodos complexos formados por várias orações; entre outras.

Como se vê, achincalhar e difamar adversários políticos já era costume na época, principalmente da UDN, como aconteceria ao longo de sua existência. A gravidade dos fatos relatados e as intervenções da oposição criam um ambiente tumultuado na reunião, com acusações e justificações de ambas as partes. Ao mesmo tempo, alguns se aproveitam da situação para discutir questões irrelevantes, de forma até jocosa, deixando de lado as questões de interesse da sociedade e do Estado. Como acontece logo no início da reunião, quando Oscar Corrêa, em aparte, critica o costume da imprensa e do povo de chamar o governador pelo nome e o primeiro sobrenome - Juscelino Kubitschek, sem incluir o último sobrenome Oliveira, e irritado, faz uma provocação:

> "Por que vocês não dizem o nome completo do governador?".

Sem responder à provocação, José Augusto continua seu pronunciamento, e ainda insiste para que a oposição dirija suas críticas para a obra administrativa e não para a

pessoa do governador. Essa discussão dura bastante tempo, até os membros da situação se sentirem exauridos de tantas quisquilhas.

Horta Pereira defende a oposição:

> "Nós não fazemos crítica obstrutiva à obra que o governo está querendo fazer. Temos criticado o modo de realização."

Para acalmar os ânimos, José Augusto concorda com o opositor e até elogia a serenidade da Assembleia. Mas, quando parece que a discussão vai entrar em algum assunto ligado à administração pública, Fabrício Soares (UDN), em aparte, justifica os "debates calorosos e até muitas vezes tumultuosos" afirmando que "não se pode exigir de um deputado da oposição, que vê seus amigos e correligionários vítimas de violências, de perseguições policiais... Como em Jacutinga".

O pessedista responde prontamente: "... correligionários meus poderiam apontar Araguari, Aimorés e Mutum, como exemplos de violências policiais cometidas na época em que a UDN estava no poder". E ainda adverte: "Não devem esse fatos justificar a linguagem violenta, que lá fora é tida em mau sentido para os fôros de decoro desta casa. É isso apenas o que censuro.".

A reunião continua com acusações e denúncias de violência nas cidades do interior envolvendo políticos e correligionários dos dois principais partidos.

Segundo o costume político da época, apesar da incrível violência relatada é importante manter a aparência de tranquilidade pública para não se perder a fama ou

tradição de serenidade que goza a Assembleia de Minas. Como uma forma de não reconhecer conflitos, os deputados insistem em afirmar e conclamar a serenidade. Até nos momentos das mais acirradas disputas a conduta deve ser calma e as críticas devem ser feitas em "linguagem serena e moderada". Quando algum parlamentar faz uso de "linguagem violenta", a imprensa e o povo imediatamente surgem no papel de censores, exigindo compostura e serenidade, o que é uma forma de não se reconhecer divergências e conflitos.

Mas nem sempre o código de boas maneiras funciona. Oscar Corrêa fica irritado com os jornais que afirmam que a Assembleia Legislativa mineira é palco de lutas estéreis, que os deputados trazem apenas discussões de pequenos casos municipais, sem interesse e sem importância. Segundo a oposição, no governo Milton Campos não houve erros e nem perseguição política a funcionários públicos, havia aplicação da lei; por outro lado, no governo JK, os funcionários sofrem perseguição, a lei não é respeitada pelos membros do PSD em cidades do interior, e o governo é omisso.

O assunto desvia para fatos particulares de interesse restrito a cada deputado: nesse caso, o fato de o governador ter recebido fazendeiros de Abaeté, correligionários de Simão da Cunha, da UDN, é motivo para se criar um impasse discursivo: a oposição disse que o governador não queria recebê-los, a situação diz que queria. O impasse está posto porque é a palavra de um contra a palavra do outro. Não há como provar a veracidade e ninguém está disposto a verificar a fundo a questão. Assim, não há como se chegar a um acordo, o assunto morre por si, ali mesmo em Plenário. Aliás, esse é um fato que acontece em quase todos os debates.

São debatidos casos do governo anterior, como a demissão do diretor de escola em Antônio Carlos e do coletor em Itabirito. São gastas várias colunas, com citação em latim.

A oposição procura defender o governo anterior. Slogan do governo Milton Campos foi o de ser um governo "mais da lei do que dos homens".

Horta Pereira, em defesa de Milton Campos, afirma que ele, diferentemente de JK, "não fazia o milagre de receber 10 mil pessoas em dois meses. Não fazia o milagre de trabalhar sem almoçar, sem jantar e sem dormir para receber 10 mil pessoas". Faz ainda discurso de advogado de defesa de correligionários seus.

Oscar Corrêa comenta o caso das professoras nomeadas para o Sanatório de Barbacena.

Uso do vocábulo "elemento" em referência à pessoa: "elemento pertencente ao extinto Partido Comunista, os elementos da Bancada do PSD".

Hermelindo Paixão causa rebuliço na oposição ao afirmar que os deputados da UDN sempre trazem "interpretações canhestras" da lei para justificar os atos do governo do Milton Campos.

Horta Pereira, imediatamente, responde à provocação: "em matéria de interpretação e de conhecimento do direito" o sr. Milton Campos "é um dos mais seguros entre quantos militam no foro mineiro". Afirma ainda que o jornal Minas Gerais sempre foi austero, isento e imparcial, no entanto, foi transformado em um jornal de propagan-

da e agora "chafurda na demagogia governamental". Faz ainda defesa do deputado federal José Bonifácio Filho, que certa parte da imprensa tacha de "advogado administrativo de empresas siderúrgicas".

Milton Sales narra atos de perseguições políticas praticados pelo governador na Polícia Militar, por causa de transferências. Faz a defesa das serventes de escola Maria de Lourdes e Maria de Souza, de diretor de escola, de professor. Acusa o prefeito de Peçanha de exonerar funcionários e professoras rurais sob a alegação que são da UDN. Graves fatos praticados pelo PSD em Açucena.

O momento mais agitado da reunião acontece quando Hermelindo Paixão (PSD), para definir o sentimento de Oscar Corrêa por JK, cita um trecho da Divina Comédia em que Dante descreve os invejosos, "cujas almas apresentam vestidas de silício e de olhos cosidos com arame". E completa:

> "Há dias numa descrição camoniana e virgiliana, extravasou suas comportas de recalques um listre e nobre deputado; de sua divagação literária apenas decanta um precipitado comum aos seus princípios: a inveja sob a forma de espuma biliosa. Afinal, qualquer relação com os discursos do deputado Oscar Corrêa é mera coincidência".

A partir desse momento, a reunião transforma-se em uma competição de erudição em que vários deputados procuram avidamente demonstrar os seus conhecimentos sobre Dante. Por sua vez, Corrêa não se faz de rogado e também passa o resto da reunião citando trechos da Divina Comédia.

Para finalizar, ainda provocando a oposição, Hermelindo Paixão faz a leitura de artigos publicados nos jornais Estado de Minas e Diário de Minas, em defesa de JK contra

a crítica da UDN pela realização do "garden party", promovido no Palácio da Liberdade. Essa festa rendeu fortes críticas da oposição e, do outro lado, ganhou apoio de jornais, até do Rio de Janeiro. O primeiro artigo, assinado com pseudônimo e intitulado "A Dança Terapêutica", lembra que, durante a campanha eleitoral, a oposição, em sua "fúria larvar", chamara JK de "bailarino". Na época, essa era uma ofensa grave, comparável a um anátema. Em defesa de JK, "bailarino capaz de dançar na corda bamba", o autor compara Minas Gerais a uma dama presa a uma cadeira de rodas, porque tinha medo de suas pernas não a suportarem mais. Vivia recordando o passado, via o "futuro com desespero" e considerava impossível qualquer aventura. Eis que surge JK e dá-lhe o braço. E o que se vê é surpreendente: ela torna-se leve, com passos seguros, capaz de dançar dois mil quilômetros ao som de uma música moderna de eletricidade e estradas. E termina o artigo: "Nietzsche desejava um Deus que soubesse bailar. Devia pedir governantes do mesmo estilo".

A análise conclui que a reunião constitui-se, principalmente, de pronunciamentos de teor partidário, entremeados de críticas, acusações e defesas mútuas.

4.2.7 A "nau sem rumo" – um discurso-modelo da oposição

Discurso pronunciado pelo deputado Oscar Corrêa na 13ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, em 7 de maio, publicado no Diário da Assembleia, em 12 de maio de 1951:

> "1. A nau, sr. Presidente, anda à matroca. Deriva. O timoneiro escolhido não tem mão ao leme, foge do posto nos momentos mais graves da tempestade, como se temesse não atinar com a rota, enquanto atônitos, mareados, os bisonhos pilotos e a marujada se acotovelam,

atropelam-se, desentendem-se e os viajantes percebem, com desespero, que a sorte está no mar e que se não amaina o vento, e não cede o embate das vagas, se o Deus dos navegantes não aplaca a fúria dos elementos, tudo está perdido.

2. Quem devera estar à frente, na torre de comando, ausenta-se numa inquietação constante; ora corre a capitanear, e sem recursos volta, e não dá esperança aos comandados, nem desaterroriza os viajores; ora vai aos batéis e mais amedronta os nautas; que vislumbram naufrágio próximo; ora, como armado de poderes novos por Netuno, apregoa que se levanta o tempo e que se vence o mar encapelado, e não serena e nem abranda a fúria e à esperança vence o terror mais avivado.

3. Já se entregam os passageiros à própria sorte e cuidam os marujos mais de si que do barco. Preparam-se as mochilas e as matulas, os sentimentos altruístas cedem passo ao egoísmo da conservação e cada um já não é mais parte de todos, mas todo de si mesmo e o 'salve-se quem puder' endurece as consciências e enche os espíritos.

4. Não faltarão os que, mais ousados e menos tementes a Deus, sonhem a pilhagem, o saque e, na desgraça de muitos, busquem a possível fortuna própria.

5. Este, sr. Presidente, srs. Deputados, em traços ligeiros, o espetáculo tremendo dos pânicos de bordo, a que pena mais ágil ou pincel mais firme daria contornos mais vivos.

6. Este, sr. Presidente, srs. Deputados, o retrato, ao real, da nau do Estado, nesta hora grave que atravessamos, quando o oceano político se convulsiona e falha o palinuro, e a mareagem não leva ao porto e não se entende a tripulação nem confiam os peregrinos.

7. O governo não sabe a quantas anda, nem para onde vai, nem se chegará a salvo; quem o comanda não ocupa o posto, que abandona a todo instante, enquanto os auxiliares, sem ordens, nem bússola, nem experiência, não sabem que fazer e sofre o barco, desgovernado, o embate mais forte das ondas.

8. O sr. Juscelino de Oliveira é antes o turista em permanente vilegiatura que o governante atento às solicitações dos problemas insolucionados. Nem se diga que interesses mais sérios o convocam, se a máquina administrativa emperra e claudica, se apenas funciona para festas e encenações e se apenas se move para as atordas ou as ameaças, as prestidigitações ou os esgares do faccionismo.

9. Empréstimos se contratam às escuras e se mascaram para fugir às imposições da lei constitucional, expressa, taxativa, indenegável; as encenações demagógicas cercam os atos do governo e pretendem dar-lhes o alcance, que não tem, de medidas de salvação pública; e se viaja o governante, ou se gripa ou espirra, ou passeia, ou não viaja, ou não adoece, ou não se mostra, tudo é o interesse público, ou o amor democrático, ou a defesa da causa do povo; as obras se iniciam mesmo que se encontrem em adiantada execução; umas se paralisam sem motivo, outras continuam e se esquece de que existiam; os diplomas meritórios suprem as injustiças e passam a remuneradores de submissões que se provocam; as ameaças rondam os arraiais dos adversários; as perseguições querem vencê-los *(sic)* pelo terror, na impotência de os convencer; arma-se de aparatos a propaganda oficial em favor do favoritos enquanto se prepara o engodo para os que não gozam das graças do poder.

10. Se o malfeito é grave, não tem patrono; nem dele sabia o governo; nem compactua, nem o insufla, nem tolera; apenas... deixa que continue, se favorece os seus.

11. Se se levanta, por acidente, o Governo em iniciativa aproveitável, a unidade se faz milhão, o grão se fez montanha, e as trombetas estrídulas da curul governamental atormentam sem cessar o ouvido do povo, como a querer convencê-lo à força do ruído.

12. De positivo, porém, só a montagem que se faz da máquina partidária, à custa de ofensas a direitos seguros, de atentados ao mérito, de transgressões da lei.

13. Esta Assembleia tem sabido um pouco do que se passa; e, por mais (que) reclame, e indague e pergunte, quer-se dominar a sua voz com o rompante dos pregões

palacianos, que deles não conhecem, nem os respondem, nem atendem.

14. Requerimentos, indicações, apelos são quimeras; pois quem os há de responder se não há ninguém em Palácio!

15. Enquanto isso, no interior, sucedem-se as violências, as arbitrariedades, as falcatruas, que, muita vez, o órgão oficial, sempre em dia nessas oportunidades, motiva e alimenta.

16. Em Jequitinhonha foi assim. E já o dissemos e ora o repetimos, para que, a poder de dizê-lo alguém de cima o escute.

17. O Governador quer pessedizar o ensino. Para isso, S. Exa., mesmo passando por cima da competência expressa que o Código do Ensino Primário dá ao Secretário de Educação, ou, talvez, porque nem se saiba ao certo quem é o titular da pasta, pasta sem ministro, S. Exa. mesmo pratica a arbitrariedade: remove, em desobediência a vários incisos do Código, a professora Maria José Pereira, do Grupo Escolar Nuno Melo, de Jequitinhonha, para o Grupo Escolar Padre José Maria, de Santa Maria do Suaçuí.

18. Quer S.Exa. dar sinal de força, apartar dos arrimados quem os sustenta, vencer pelo abandono quem não se submete, como a altiva população de Jequitinhonha, desmerecer quem se eleva pelo próprio esforço.

19. E remove diretora técnica, de curso especializado, arrimo de família, modelo de isenção e de dedicação funcional, com inegáveis prejuízos para o ensino e afronta o texto legal; colocando em seu lugar professora leiga, sem capacidade técnica, sem condições intelectuais, de pouco recomendáveis atitudes funcionais, apenas para dar pasto ao facciosismo coxo, ao partidarismo caolho, à 'politiquice' capenga.

20. Mas, sr. Presidente, a consciência dos homens de bem não se submete, nem teme, nem deserta; e a prova nós a temos, neste abaixo-assinado, que os representantes mais categorizados de Jequitinhonha enviam

ao sr. Governador, expondo-lhe serena e firmemente os motivos da injustiça, para que a repare, se quer servir à causa do ensino, se não pretende colocar acima do público interesse a vocação para o caudilhismo e a politicalha.

21. É a população de Jequitinhonha que se levanta, sem interferências políticas, sem obediência a imposições partidárias, para exigir a reparação da iniquidade que se cometeu: prefeito, vice-prefeito, vereadores, vigário, juízes de paz, coletor federal, contador e distribuidor da comarca, negociantes, fazendeiros, industriais, funcionários, profissionais liberais, operários, povo, que protesta e reclama justiça. São os próprios professores do grupo escolar que, num gesto de incomparável beleza moral, chamam à razão o Secretário signatário do ato.

22. É a população de Jequitinhonha que põe à prova a boa-fé do governo: ou agiu por informações falsas e não mediu o alcance do ato, e o revoga; ou persiste no erro, e declara sua imperdoável má-fé, seu ânimo perseguidor, seus desígnios arbitrários.

23. O mais grave, porém, sr. Presidente, é que não para aí o incidente. Vai mais longe, e clama aos céus que em terras de Minas, com tantos pregões de Liberdade e Justiça a nos encher os ouvidos, tal suceda!

24. A professora Maria José Pereira recebe, pasmem os srs. deputados, estarreça-se o Governo, o seguinte telegrama de Santa Maria do Suaçuí:

'Diretórios Coligados PSD PTB protestam contra vossa remoção desta cidade visto lugar diretoria grupo achar ocupado por velho amigo nosso correligionário pt Saudações a)Geraldo Benigno Lima, Prefeito Municipal, Rodrigo Lacerda Junior, Presidente PSD, José Fonseca de Campos, Augusto Godinho de Campos – PTB'.

25. Repito, sr. Presidente, para que não pareça aos crédulos que se fantasia e se mistifica:

"Diretórios Coligados PSD PTB protestam contra vossa remoção desta cidade visto lugar diretoria grupo achar

ocupado por velho amigo nosso correligionário pt Saudações a)Geraldo Benigno Lima, Prefeito Municipal, Rodrigo Lacerda Junior, Presidente PSD, José Fonseca de Campos, Augusto Godinho de Campos – PTB".

26. Incrível odisseia! É a diretora removida contra a sua vontade, contra o desejo de toda uma população, com ofensa à justiça, à caridade e à lei; e ao fim ainda os liderados de quem transfere, os mandantes de quem ordena protestam e reclamam!

27. E com fundamento, sr. Presidente: 'visto lugar diretoria grupo achar ocupado por velho amigo nosso correligionário'.

28. Antes que aos técnicos há que satisfazer aos partidários. Os cargos já não são para os que os devem ocupar, mas para os que possam fazer dele o instrumento de malandragem política.

29. Mas, sr. Presidente. Vamos à deriva, andamos à matroca. O governo – di-lo o telegrama – nomeia para o lugar já ocupado; nem mais conhece a situação dos cargos públicos. Nem se entendem mesmo os companheiros do partido governamental e aqui protestam os que recebem enquanto se 'jactanciam' os que dão!

30. Acotovelam-se, atropelam-se, desentendem-se os bisonhos pilotos e a marujada! E o timoneiro escolhido não tem mão ao leme (apartes).

31. Sr. Presidente. Ou o sr. Juscelino de Oliveira se compenetra de que o manejo da coisa pública não é prestidigitação de palco, nem saracoteio de sarabanda, nem zueira de congado, mas coisa séria e pensada e medida, ou Minas caminha para a descida trágica e vertiginosa da altitude moral a que suas tradições a alçaram, exemplo de gravidade e decência, sobriedade e prudência, e o Brasil perde com ela garantia do equilíbrio, da ordem e da harmonia.

32. O sr. Juscelino de Oliveira é um homem inteligente e culto que pode prestar ao seu Estado e ao seu País serviços inestimáveis; basta que modere a urgência e o ímpeto com que alça os olhos a cumes mais altos; basta

> que pense antes de agir e que aos conselhos dos áulicos pondere e reflita; basta que use, em bem do interesse coletivo, as reservas de patriotismo que há de encontrar no peito. E que pense menos em servir-se do que em servir a Minas e ao Brasil.
>
> 33. Sr. Presidente, terminando, passo às mãos de V. Exa. o seguinte requerimento:
>
> Os subassinados, Deputados a esta Assembleia, requerem a V.Exa., ouvida a Casa, em regime de urgência, se digne de encaminhar aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação os anexos abaixo-assinados, dos moradores de Jequitinhonha."

O enunciador pronuncia um discurso exemplar do estilo conservador, carregado de metáforas e citações eruditas, em que o Estado de Minas Gerais é apresentado como uma nau que navega sem rumo em um mar revolto, o governo incompetente "não sabe a quantas anda, nem para onde vai" e " a máquina administrativa está emperrada".

A causa do desastre é a incompetência de seu timoneiro, o governador que "não passa de um turista que promove encenações demagógicas e a máquina administrativa só funciona para festas, e tudo é motivo para se armar de aparatos a propaganda oficial". "Requerimentos, indicações, apelos são quimeras, pois quem os há de responder se não há ninguém em Palácio!"

A população, comparada aos viajantes do navio, aterrorizada, já inicia movimentos de motim e de deserção – o abandono do navio é iminente. "Enquanto isso, no interior, sucedem-se as violências, as arbitrariedades, as falcatruas." "E as trombetas estrídulas da curul governamental atormentam sem cessar o ouvido do povo".

A situação do Estado é apresentada como de total desgoverno e insegurança, e Minas "caminha para a descida trágica e vertiginosa da altitude moral a que suas tradições a alçaram". Entretanto, o que se observa é que o discurso trata de uma crítica virulenta a um ato burocrático motivado por questões políticas, envolvendo a disputa de poder local, o que era uma regra geral do jogo político na época. O motivo da ira do enunciador é a remoção de uma professora do grupo escolar da cidade de Jequitinhonha para Santa Maria do Suaçuí, segundo o locutor, por motivos políticos. Os cargos de professora e de diretora de grupo escolar, entre outros, eram de grande prestígio e muito disputados, devido à importância estratégica no jogo político. As pequenas cidades viviam isoladas, assim, os agentes públicos, graças ao contato que mantinham com as direções administrativas do governo e deputados, detinham poderes administrativos e políticos, como indicação para cargos públicos, apresentação de pedidos particulares e comunitários, além de atuarem como cabos eleitorais.

Na veemência discursiva, ocorre, então, um descompasso entre as comparações e os fatos narrados. São usadas metáforas e hipérboles para descrever a situação como um "cenário heroico", comumente encontrado em narrações mitológicas ou epopeias. Enquanto o fato real não passa de uma ação meramente burocrática, aliás, muito comum na época, que não afeta a população em geral e nem as instituições do Estado.

Como é característico no discurso conservador, apesar de apresentar problemas, não apresenta soluções. Se, por um lado, o autor critica de forma ostensiva o ato administrativo, por outro, não critica o sistema de remoção con-

tido na legislação e, principalmente, no Código do Ensino Primário, que regia na época a carreira de professor público estadual. Portanto, ele não apresenta soluções para o problema.

Segundo ainda o discurso conservador, as instituições e os métodos criados pela elite funcionam perfeitamente; a má administração ou malversação dos bens são decorrência apenas do caráter dos administradores que não seguem os mandamentos legais, ainda que o problema permaneça por anos ou décadas a fio, como os vários exemplos que podem ser facilmente levantados em nossa história administrativa, como sonegação fiscal, malversão de recursos, apadrinhamentos, entre outros mais.

O pronunciamento é um exemplo do discurso apresentado pela oposição, tanto em seus aspectos formais quanto de conteúdo, conforme demonstrado na análise abaixo:

Em sua indignação pela transferência de uma professora do Jequitinhonha, o enunciador constrói seu discurso sobre bases metafóricas – o governo é apresentado como uma nau sem rumo, navegando em mares revoltos, por culpa do governador, ou o capitão, que se ausenta do posto.

Em defesa de seu ponto de vista, a situação política ganha ares de grande tragédia, em que se batem heróis contra os monstruosos inimigos. São usadas hipérboles: "o espetáculo tremendo dos pânicos", "Incrível odisseia!". Está presente também o apelo hiperbólico ao patriotismo, o amor à pátria, para resolver uma questão meramente individual e administrativa.

A presença constante do lugar comum: "a sorte está no mar, amaina o vento, o embate das vagas, a fúria dos elementos, o mar encapelado abranda a fúria, esperança vence o terror, pena mais ágil ou pincel mais firme, o embate mais forte das ondas".

Citações da cultura clássica: Odisseia; Netuno, Deus dos navegantes; Palinuro – o piloto de Enéas em Eneida.

Uso de termos eruditos como viajores; vilegiatura (veraneio); estrídulas (estridentes), curul (cadeira de marfim onde só tinham assento os mais altos magistrados romanos); áulicos (da corte, cortesãos).

As referências aos adversários sempre são seguidas de tentativas de desclassificação do oponente com palavras e termos, muitas vezes injuriosos, como "facciosismo coxo, partidarismo caolho, politiquice capenga, o caudilhismo, a politicalha, malandragem política."

O comentário sobre a ação governamental vem carregado de expressões claramente preconceituosas para a época, como "zoeira de congado, prestidigitação de palco, saracoteio de sarabanda".

Quanto aos aspectos gramaticais, chama a atenção a presença de frases longas e complexas, como o nono parágrafo, que é um único período formado por várias orações e 158 palavras.

O autor faz uso dos recursos típicos da sintaxe acadêmica, frequentes em autores como Rui Barbosa e Vieira, como conseguir ênfase com o recurso da ordem gradativa, em que os termos são dispostos em ordem crescente de im-

portância: "a consciência dos homens de bem não se submete, nem teme, nem deserta."

Ideologicamente, o pronunciamento está inserido no gênero discurso do medo, caracterizado por apregoar o caos, a tragédia:

> "Minas caminha para a descida trágica da altitude moral a que suas tradições a alçaram, exemplo de gravidade e decência, sobriedade e prudência, e o Brasil perde com ela garantia do equilíbrio, da ordem e da harmonia".

Determinado pelo passado e por forte cunho moralista, o discurso exalta a "altitude moral" das nossas tradições, que, segundo o autor, são marcadas pela "gravidade, decência, sobriedade e prudência". Por conseguinte, nessas condições, o estilo de JK é considerado inaceitável, porque não segue a tradição mineira, famosa pela precaução, pelo vagar, pelos conchavos de gabinete: "a urgência e o ímpeto com que alça os olhos a cumes mais altos; basta que pense antes de agir e que aos conselhos dos áulicos pondere e reflita".

Apesar de o pronunciamento ter lugar em Plenário, o auditório a quem se dirige o enunciador é formado por três setores diferentes da sociedade: a elite acadêmica, os deputados e, por último, a oligarquia tradicional, de quem era um dos porta-vozes. Para os primeiros, procura demonstrar sempre sua erudição, daí a presença de citações literárias e de latinismos próprios do campo jurídico. Para os outros, eleva o tom do discurso apelando para a emoção, que é, aliás, um traço marcante de todo discurso político.

Como já demostrado, a denúncia ocorre em termos pessoais – a atuação do parlamentar funciona nos moldes de procurador em demandas judiciais. Nessa visão, a causa passa a

ser judiciária e pessoal. O deputado trabalha como procurador, e a professora é a cliente de uma demanda judicial.

As denúncias genéricas sem especificar fatos que comprovem a afirmação sobre o desgoverno do Estado; a crítica é baseada em impressões do locutor; a falta de noção de grandezas, fazendo com que uma questão burocrática e paroquial seja alçada à situação de tragédia; e a falta de delimitação entre o público e o privado fazem desse discurso um devaneio hiperbólico, utilizado mais como um recurso para desviar o debate de questões importantes, mais do que uma real contribuição ao desenvolvimento do estado.

Conclui-se que, enfim, esse é um exemplo primoroso de discurso hiperbólico, construído com metáforas gastas e cristalizadas, sem potência para agir sobre o ouvinte ou sobre o mundo a que se refere.

4.2.8 Formações discursivas

A hipótese básica presente no estudo foi a de que o discurso da oposição não conseguia acompanhar a reformulação do discurso político proposta por Juscelino Kubitschek. No primeiro momento histórico, a reação discursiva da oposição conseguia dirigir-se, ainda que com surpresas, espantos e críticas, somente às questões formais, que naturalmente surgem em qualquer administração. Diante da inusitada fala governamental, a oposição sentia dificuldades em manter o debate temático, rebater as propostas e contrapor alternativas viáveis ao desenvolvimento do Estado. O embaraço da oposição pode ser explicado pelo fato de que a gramática, a sintaxe e o vocabulário apresentados no discurso juscelinista não eram componentes do padrão discursivo da política mineira da época. O discurso político mineiro encontrava-se inserido na formação discursiva

conservadora dominante desde o início do século XX. Para se contrapor ao novo, seria necessária uma reformulação de seus pressupostos ideológicos e discursivos de forma a permitir o surgimento de novas palavras e nova gramática. A análise proposta por Maingueneau (1997) consegue explicar essa situação discursiva. Segundo o linguista francês, as transformações sociais podem acarretar mudanças discursivas, já que o discurso é um produto social e histórico. Nesse quadro, Maingueneau propõe uma análise em que uma nova formação discursiva sempre se opõe àquela já existente. A nova formação discursiva (FD2) tem a antiga (FD1) como referência e a ela se contrapõe; para ela, aponta suas críticas e sua rebeldia. Por outro lado, a FD1 não consegue ser a contraposição da FD2 – o seu discurso não a alcança, não lhe diz respeito. A FD2 terá como antagonista uma formação discursiva que será gerada do seu próprio discurso. A expressão ou o pronunciamento da FD gera a própria FD que lhe será oposta. Dessa forma, a relação entre as FDs será sempre em direção ao passado, ao que já existe: FD1 < FD2 < FD3.

Na narrativa que se constrói da costura dos discursos dos parlamentares da oposição fica evidente a dificuldade de se buscar um léxico para construir uma sintaxe que desse conta de uma nova discursividade que se lhes apresentava. Nessa nova discursividade, aflora a voz do sujeito que tem a competência de falar com base em formações discursivas inéditas para a política mineira, trazendo novas abordagens para a discussão política.

Por conseguinte, a UDN se encaixa em uma FD1 preexistente à FD2 e, por isso, não consegue provocar reformulações. Suas posições discursivas endurecidas, incluindo as metáforas e os rituais cristalizados, não tiveram deslizamentos ou

reformulações, mesmo diante da necessidade de mudanças que a sociedade exigia. Anunciava-se o fim da era dos brilhantes discursos jurídicos proferidos em Plenário, ainda que muitos se mantivessem fiéis à tradição retórica enquanto as condições ideológicas e históricas o permitiram.

O discurso de JK surge, assim, no cenário político mineiro, com poderosas metáforas e inéditas ações, que fazem sacudir o Estado, tendo como alvo o conservador, o antigo e dominante modo de falar e agir da política mineira, ou seja, o Outro. O discurso conservador, obviamente, rejeita o discurso moderno, assim como rejeitara o seu Outro anterior. Mas é desafiado a se reformular, a procurar uma nova forma de expressar. No entanto, algo desastroso acontece: não consegue sair da formação ideológica e discursiva em que se encontra, não acha as novas palavras, os novos conceitos que dessem conta do Outro a quem rejeita. Mantendo-se em suas posições cristalizadas, a FD1 não alcança, não provoca e nem é capaz de entrar na FD2, de ser levada em conta, de forma a provocar alterações na oponente.

Foi preciso aguardar mais de uma década para surgir a formação discursiva que terá forças para fazer oposição à FD2 de JK tornando-se dominante: a híbrida formação discursiva fundada pela ditadura militar.

O caráter híbrido dessa FD é explicado pelo fato de que as fronteiras ideológicas de uma formação discursiva são "deslocáveis" em função da luta ideológica, portanto, não são fixas e imutáveis. Como afirma Maingueneau (1997), por ser o lugar onde as representações ganham materialidade, nos domínios da linguagem parece não existirem afirmações apenas positivas ou negativas, mas

afirmações complexas, o que faz surgir questões complexas nas relações da linguagem com a história. Esse fato é capaz de explicar como o discurso da ditadura militar soube escolher, de forma pragmática, o que lhe interessava nas práticas discursivas tanto de JK quanto da UDN. Da primeira, foi aproveitada a formação discursiva desenvolvimentista e foram rejeitados, ferozmente, os seus aspectos democráticos. Da segunda, aproveitou-se a ideologia conservadora, elitista e autoritária, que se tornou o embasamento ideológico do discurso oficial da ditadura, mas excluindo os excessos do formalismo jurídico e legislativo e a defesa do direito civil.

4.2.9 Conclusão

Como apresentado na análise, as reuniões de Plenário são dominadas por debates, sobre assuntos paroquiais, com destaque para uma surpreendente violência envolvendo questões políticas nos municípios. São narrados com detalhes fatos violentos de ataques, tiroteios, escaramuças e perseguições em que participam chefes políticos, jagunços, delegados, juízes, policiais e até professoras da rede pública. Para a oposição, o ambiente de violência e insegurança se estende por todo o Estado, enquanto a base de apoio do governador afirma que tudo segue na mais perfeita ordem.

Além dos assuntos locais, os deputados também se ocupam bastante com questões do funcionalismo público, como transferências e exonerações, competências que são tratadas como perseguições políticas. Raramente são tratados assuntos relacionados a serviços públicos, como escolas, postos de saúde e estradas. Por outro lado, são muito comuns os discursos para homenagear pessoas da região do deputado.

A passagem do mundo tradicional para o mundo moderno, em Minas Gerais, não se desenvolveu de forma igualitária nas diversas esferas da sociedade. A organização administrativa estatal mantinha a forma personalizada, ou seja, as relações pessoais, determinantes no funcionamento da máquina. Esse fator impedia a instalação da burocracia que, segundo Weber, consegue eliminar dos negócios oficiais "o amor, o ódio e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo", sempre na busca de eficiência e velocidade nas decisões. Os valores tradicionais e afetivos podem ser percebidos nos discursos parlamentares, nos quais as relações entre os detentores do poder e o funcionalismo são tratadas de forma afetiva e particular. Muitos deputados parecem atuar na Assembleia Legislativa como procuradores de seus eleitores e partidários, tal o empenho na defesa de interesses pessoais. A crítica a qualquer proposta de mudança sempre começa a partir da defesa dos valores tradicionais e nunca de uma discussão aberta sobre as possibilidades de mudanças no comportamento e nos valores da sociedade.

É de se ressaltar que a maioria dos deputados demonstra conhecimentos jurídicos poderosos, impagável retórica, recheada de estratégias de argumentação, como a persuasão e a fina e áspera ironia que sai prontamente à menor oportunidade. Eles fazem questão de demonstrar a amplitude de sua erudição, que vai da cultura clássica à filologia, à etimologia, além, obviamente, ao domínio das ciências do Direito. O principal propósito dos longos discursos é demonstrar a sua superioridade em relação aos pares, e deles receber as palmas de louvor. Muitos mantêm, ainda, uma postura professoral diante dos parlamentares não ligados à área do Direito, sentindo-se no

dever de corrigir as falas de seus adversários. É uma demonstração de poder e superioridade, para fazer com que os pares se sintam constrangidos e impotentes diante de tanto saber. A posição de superioridade intelectual é reconhecida por muitos. Dessa forma, as técnicas de retórica unidas ao emanharado da legislação conseguem confundir e desconcertar os adversários.

O nível estritamente pessoal em que é elaborada a maioria dos discursos demonstra uma ausência de visão estruturada da organização política e social da sociedade mineira.

Por outro lado, o discurso vindo do Executivo já apresenta uma visão integrada da sociedade ao propor o programa estruturante, o "Binônimo Energia e Transporte", que pode ser considerado precursor dos atuais instrumentos de planejamento integrado, como o PPAG e o PMDI.

Na Assembleia Legislativa, em 1951, não existe o embate entre a esquerda e a direita, mas entre a burguesia conservadora e a moderna. A análise comparada dos discursos dos principais locutores parlamentares, representantes de partidos diferentes, demonstra o embate principal entre a burguesia agrária e a nova burguesia industrial. Nota-se que o discurso de esquerda apresentado pelo movimento trabalhista encontra-se apagado o bastante para não conseguir criar as condições para um confronto direto com a direita, isso se dá também com a direita cristã. O confronto discursivo liberal agrário *versus* burguesia industrial estatizante, com o passar dos anos, mesmo com as diferentes trajetórias de vida pública e com a retirada de cena de vários atores, continuou dominante na história política do Estado e, passados 50 anos, ainda frequentemente se opõem.

_ 5.CONCLUSÃO

O que se pretendeu mostrar aqui é que, no interior do domínio da palavra política mineira da época, estão estabelecidos dois tipos discursivos que se afrontam: de um lado, a fala burguesa industrial mais avançada ou moderna e, do outro, a fala agrária conservadora, o que pode ser demonstrado nas diferenças de escolha do vocabulário e das estruturas retóricogramaticais. Essas diferenças são mantidas com tal regularidade que podem ser consideradas como traços distintivos de diferentes formações discursivas. A análise da superfície material do discurso e do texto permite, assim, comprovar as regularidades e inserir as falas em formações discursivas antagônicas.

O discurso político conservador está fortemente embasado nas ciências jurídicas, o que explica a excessiva preocupação com o formalismo jurídico e legislativo. Em face dessa base discursiva, nos textos dominam os termos institucionais do debate forense ou da administração pública: regime político, regime de governo, ciências políticas, finanças, legislação, orçamento, acusações, debate, opinião, partidos, eleições.

Por outro lado, o discurso de JK segue o padrão do discurso político contemporâneo, configurado a partir de meados do século XX, apoiado, principalmente, nas ciências econômicas. Constata-se, então, o uso de termos precisos, concretos, com alto nível de especificidade, che-

gando às vezes até a exaustividade, seguindo o padrão do racionalismo burguês e da modernidade: progresso, desenvolvimento, tecnologia, investimento, despesas, tributos, integração, trabalho, trabalhadores, industrialização, estrada, automóvel, energia, indústria e urbanização são as palavras mais utilizadas pelos representantes do capitalismo moderno.

Tendo como foco principal do embate a proposta e a reação à implantação da modernidade no Estado como fundamento do projeto de desenvolvimento, foram levantados os principais traços ideológicos de cada formação discursiva:

> Percurso temático do discurso conservador da oposição, que tem por base o saber jurídico:
>
> Conservadorismo > administração pública – regime de governo – liberalismo – tradição – personalismo – hierarquia – ruralidade.
>
> Percurso temático do discurso moderno de JK, que tem por base o saber econômico:
>
> Modernidade > planejamento – integração – comunicação – progresso – industrialização – tecnocracia – energia – transportes – tecnologia – urbanidade.

Nesse momento histórico, no Estado de Minas Gerais, o discurso conservador, dominante há décadas, passa a receber ataques das forças políticas que chegaram ao poder e que, a partir de então, estabelecem a nova fórmula discursiva dominante. Isso se explica pelo fato de que as formações discursivas, como as ideológicas, sofrem, ao longo do tempo, apagamentos e novas dominações: o discurso dominante passa por apagamentos, quando surgem novas tendências que se instalam como dominantes.

Esse é o caso do período estudado, em que se observa a passagem de uma dominação discursiva para a outra: o discurso da oligarquia agrária conservadora de 1950 sofre apagamentos e inicia-se o domínio do discurso da burguesia industrial moderna. A partir desse paradigma é que será construída a paisagem mineira da atualidade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Luciana T. *A Belo Horizonte dos modernistas:* representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas C/Arte, 2004.

ANDRADE, Mário. *Poesias Completas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2005.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARENDT, Hanna. O que é política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O Governo JK: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1991. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3.ed. Campinas: Pontes, 1991.

BONFIM, João B. B. *Palavra de Presidente* – Discurso de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE, 2004.

BONNAFOUS, Simone. L'analyse du dicours politique. In: MARI et alli (Org). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso.* Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 317-326.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas.* São Paulo: Edusp, 1996.

BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à análise do discurso*. 4ª. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

BRITO, Mário da S. *História do Modernismo Brasileiro*. Antecedentes da Semana de Arte Moderna. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. 2 v. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARVALHO, José M. *A memória democrática*. Folha de São Paulo/Caderno MAIS!: São Paulo, p. 3, 3 mar. 2002.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI et alli (Org). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 27-43.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril/Brasilense, 1984.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COURTINE, Jean-Jacque. *Analyse du discour politique*. Langages, Paris, n.º 62, 1981. Disponível em : <http://www.archivo-semiotica.com.ar/courtine.html>. Visitado em 30/abr/2007

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/ > Visitado em 3/jan./2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda [et al.]. *Novo dicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIORIN, José L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FIORIN, José Luiz. Semântica e análise do discurso. In: MARI et alli (Org). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 225-238.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

GNERRE, Maurizzio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de S.,FRANCO, Francisco M. M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

INFOPÉDIA. Porto: Porto Editora, 2003: Disponível em http://www.infopedia.pt.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*: a escalada política. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Palestras dirigidas ao povo mineiro pelo rádio em 1951-1952*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento*. Belo Horizonte: Oscar Nicolai: 1955.

LIMA, Carlos H. da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa.* Rio: José Olímpio, 1987.

LIMA, Maria Emilia A. T. A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas. In: MARI et alli (Org). F*undamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 445-452.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação.* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARI, Hugo; PIRES, Sueli; CRUZ, Amadeu R.; MACHADO, Ida L. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

MARI, Hugo. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações. In: MARI et al. *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 239-258.

MAYAFFRE, Damon. *Formation(s) discursive(s) et discours politique*: l'exemplarité des discours communistes versus bourgeois durant l'entre-deux-guerres. 2004. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Mayaffre/Mayaffre_Formations.html>. Visitado em: 29/ago/2006.

MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Dicionário biográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: ALMG, 1994.

MINAS GERAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Fabrício Soares da Silva. Série Memória Política de Minas Gerais. Belo Horizonte: ALMG, 1996.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Diário do Legislativo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Oscar Dias Corrêa.* Série Memória Política de Minas Gerais, n.º 4. Belo Horizonte: Editora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2000.

MOTTA, Rodrigo P. S. Uma outra face dos anos JK: mobilizações de direita. In STARLING, Heloísa M. (Coord.). *Minas Gerais Visionários*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. CD-ROM.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. A análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1998. PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, movimentos republicanos? In STARLING, Heloisa M. M. (coord.). *Minas Gerais Visionários*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. CD-ROM.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In Gadet,F. e Hak,T. (Orgs) *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à formação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PIOVEZANI F. Carlos. *Por uma semiologia histórica do discurso político contemporâneo*. Disponível em: < http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/Carlos.pdf>. Visitado em 30/set/2006.

REVISTA DO LEGISLATIVO, n.º 33, Belo Horizonte.

SANTOS, Maria Elisabete G. O governador a jato: um prelúdio para a presidência. In *Revista do Legislativo*, n.º 33, (jan./abr. 2002), p.14-27. Belo Horizonte.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística gera*l. 11ª. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G.(org). O FENÔMENO URBANO. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

SOUZA, Eneida M. (Org.). *Modernidades Tardias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. STARLING, Heloisa M. (coord). Minas Gerais Visionários. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. CD-ROM.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://en.wikipedia.org>. Visitado em: 15/jun/2005.

AUTORAS

Maria Beatriz Gontijo dos Santos é graduada em Letras e mestre em Linguística pela UFMG. Como consultora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, coordenou o controle de linguagem e terminologia na implantação de bancos textuais e supervisionou a publicação do livro *Denominações Urbanas de Minas Gerais* (2ª edição). Como pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Legislativas, participou do projeto A Transposição do Rio São Francisco.

Maria Elisabete Gontijo dos Santos é socióloga com especialização em Política Educacional pela UFMG. Ex-consultora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, tem diversos artigos publicados na *Revista do Legislativo*. É pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Legislativas desde 2003 e fez parte da equipe do projeto A Transposição do Rio São Francisco. É coautora do livro *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI*.

Resultado de uma minuciosa pesquisa, este livro revela-nos os meandros da difícil relação entre os poderes da República, na frágil democracia brasileira instalada no período pós-Estado Novo. Com riqueza de detalhes, podemos vislumbrar os embates que antecederam a implantação de um dos primeiros programas de modernização em nosso País, o binômio Energia e Transporte, executado por Juscelino Kubitschek à frente do Governo do Estado de Minas Gerais. As lutas políticas travadas pelos parlamentares, em apoio ou em rejeição ao programa do governo, mostram-nos a atualidade da questão da governabilidade e do equilíbrio de forças que ocorriam em espaços democráticos, como na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 1951.

Escola do Legislativo
ASSEMBLEIA DE MINAS
Poder e Voz do Cidadão